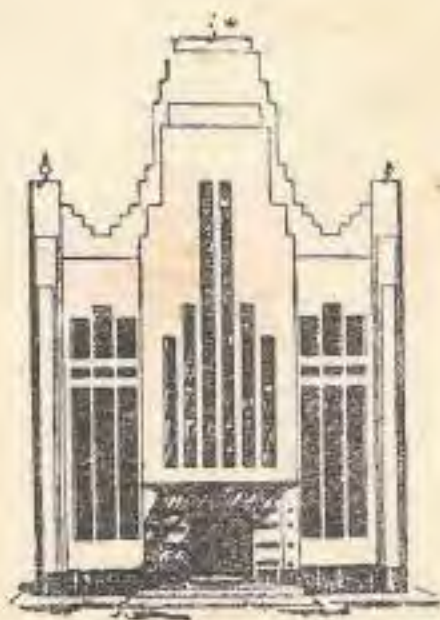


REVISTA

DO

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



N.º 26

— 1961 —

Vol. XXI

SS-20083
Vol. 7.
Parto,

REVISTA

DO

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

DIRETOR RESPONSÁVEL

EPIFÂNIO DA FONSECA DÓRIA

N.º 26

—

1961

—

Vol. XXI

DESCERRANDO A CORTINA

Sem embargo da dificuldade que nos trouxe a imensa elevação do custo do material gráfico, do papel e da mão de obra, em consequência das violentas Instruções 204 e 208, da Sumoc, não interrompemos o ritmo normal da publicação desta Revista.

O custo de cada volume vai à cifra de Cr\$ 160,00, não se incluindo neste cômputo despesas com embalagem e selos postais, também encarecidos fortemente.

O nosso conterrâneo Paulo Dantas, ao ocupar-se do romance brasileiro em 1961, na Revista Brasiliense de S. Paulo, n. 39, dêste ano, pôs em destaque os efeitos desastrosos das referidas Instruções na área da publicação de livros. Começou o seu artigo nos termos que transcrevemos, concordando com êles:

"O ano que passou foi dos mais cruciais para o povo e para o livro brasileiro que se viram esmagados pelo peso das Instruções 204 e 208, de tão famigerado efeito na vida geral do país."

Prosseguindo em suas considerações disse o referido homem de letras:

"Essas Instruções pesaram no processo do desenvolvimento da cultura brasileira em face do enorme acréscimo trazido para o preço do livro, matéria-prima pela qual o povo, através dos seus escritores, manifesta seus anseios e conquistas, suas reivindicações e aquisições."

"Com a 204, — é Paulo Dantas quem ainda fala, — o livro, que vinha gozando de certas benevolências através de câmbio especial para o papel, sofreu um aumento brutal, tornando-se mesmo um artigo caro, quase de luxo, impossível de ser adquirido pela bolsa popular."

Com as revistas, publicações de caráter periódico a ser distribuída através do correio, a situação é ainda pior, em face do tremendo aumento dos portes. A despeito de tudo isto a nossa Revista resistiu e veio à tona da publicidade, sabe Deus com que imenso sacrifício, e estamos no propósito de manter o ritmo normal, dando um volume por ano.

Que nos ajudem nesta tarefa árdua os que sabem dar de si em favor do bem geral, os que sabem animar os empreendimentos de ordem cultural.

Vale dizer, rematando esta nota, que temos encontrado bons cirineos. Sem eles o nosso esforço não lograria êxito. Na Representação federal, para obtenção de verbas, contamos com a munificência do Senador Jorge Maynard, o mais assíduo e o mais largo nos gestos e com a dos deputados Lourival Batista, Passos Porto e Armando Rollemberg.

Na obtenção das subvenções os que maiores verbas conseguiram, depois do Senador Jorge Maynard, foram os Deputados Lourival Batista (Cr\$ 500.000,00) e Passos Porto
(Cr\$ 100.000,00).

CAPÍTULOS DE UM LIVRO INÉDITO DE MEMÓRIAS

3 — Washington Luís em Sergipe

J. PIRES WYNNE

O CORREIO DE ARACAJU, tendo à frente Edison Ribeiro, secretariado pelo De Cavalcanti e Freitas, hoje Senador da República pelo Estado de Alagoas, seu berço natal, e então bem moço e com os estudos interrompidos por uma inquieta vida de românticos amôres e líricas rebeldias, usando o nome pelo avêso, ao contrário do de agora, verdadeiro e de batismo, A. Freitas Cavalcante.

E lá fiquei, também, escrevendo diariamente versos, crônicas e editoriais, e até, para alegria minha, então ainda nos comêços de um jornalismo provinciano, no dia da posse de CYRO DE AZEVEDO, Presidente que chegava do Rio como resultado imprevisto de acomodações políticas ou da costumeira imposição do Catête, o artigo principal em primeira coluna, abrindo o jornal.

Artigo leve e sereno, político, apreciando com simpatia a nova fase que se esboçava, desfazendo algumas críticas risonhas que a pressa de comentadores deixava correr.

Continuávamos, assim, juntos, atravessando aquêles dias de perspectivas um tanto vagas, vendo a cada passo o óbito anunciador do fim do ilustre escritor e diplomata, aqui chegado com a saúde bem abalada, e já de retôrno, e em licença no Rio em busca de melhoras.

Na presidência do Estado Francisco Pôrto e Manuel Dantas se reveavam, e, afinal, com a morte de CYRO DE AZEVEDO, surgia a interinidade constitucional do antigo político filho de N. Senhora das Dóres, figura simpática e maneirosa, dando lugar, posteriormente, à ascensão definitiva de Manuel Dantas, senhor do Eugenio Vassouras, e já em evidência desde a administração Graccho Cardoso.

Mas o que é interessante contar, neste momento, é aquêlê fato ocorrido dias antes da saída do ilustre Graccho Cardoso, Presidente na fase final e às voltas com a exploração que então se fazia na Capital Federal de atitudes suas, assumidas por ocasião dos levantes de tropas chefiadas no Sul pelo General Izidoro Dias Lopes e em Sergipe pelo Tenente Augusto Maynard Gomes, nome êste, que, depois, se tornaria popular.

Fato ocorrido por ocasião da visita do Dr. Washington Luiz, Presidente eleito da República em excursão pelo norte do país.

.....

O CORREIO DE ARACAJU appareceria no dia da chegada do ilustre brasileiro e paulista de Macaé, em edição de luxo, ilustrada e volumosa.

Todos trabalhávamos satisfeitos, animados, visando o successo feliz do jornal, e querendo, também, numa prova de justiça e de aprêço, homenagear aquêlê que se apresentava como apaziguador dos ânimos, abafando tumultos e desentendimentos, ainda vivos e espalhados por todo território nacional como fruto das últimas reações militares em S. Paulo e noutros Estados, e das campanhas do General Mariante e seu lugar tenente-Capitão Góes Monteiro, depois também General e político, e então às voltas pelo interior do Brasil à cata de Prestes e sua coluna.

O país saindo do Governo Epitácio Pessoa e entrando e vivendo no de Artur Bernardes, não conseguira ainda paz.

Alguns processos aceitos pela maioria, desde muito vinham emperrando o entusiasmo no coração dos brasileiros, criando uma tremenda onda de sistemáticos negadores e revoltados, incapazes de fâcilmente se reajustarem, confiando, aceitando como

verdade a palavra dos homens públicos e as promessas dos políticos militantes.

Tudo era uma grande confusão. Descrença e tumulto.

Washington Luiz, com a sua gravidade e energia, accito e eleito sem competidor, prometia resolver o problema geral, acomodando descontentes e facciosos.

O CORREIO DE ARACAJU sairia.

Todos continuávamos animados e até convites para o programa festivo, passeios ao lado de S. Excia. o Presidente da República, banquetes, e tudo mais já possuíamos, e nada, pois, parecia toldar o ambiente de doces expectativas, contrariando os ânimos, desprestigiando a imprensa que assim se apresentava e queria...

Na tarde justamente do dia anterior ao da chegada do eminente visitante, passando pela rua da Cadeia Velha, que assim era chamado o trecho que hoje tem o nome de José do Prado Franco como justa homenagem ao saudoso homem público e industrial sergipano, vi, com surpresa, meninos, garotos vendedores de jornal em debandada, em correrias, e lhes perguntando a razão do medo, logo soube que vários deles voltavam de mãos vazias, sem os exemplares da fôlha, e que jornais rasgados andavam em plena rua, tomados violentamente por elementos suspeitos, policiais disfarçados, como diziam.

Corri, sem consultar ninguém, ao Palácio do Govêrno, para entender-me pessoalmente com o Presidente Graccho Cardoso, e assim levar ao mesmo o fato chocante e comprometedor, certo de que providências seriam tomadas, e que elementos suspeitos estariam dando rumos diferentes, trazendo inquietação, criando um malestar público às vésperas de sua saída.

Ao entrar em Palácio, galgando o pavimento superior, logo avistei-me com o velho mestre Prof. Alencar Cardoso, e apresentando-me comuniquei o ocorrido, pedindo-lhe que incontinentemente me levasse ao gabinete presidencial.

O professor Alencar Cardoso, considerando o assunto, logo voltava ao Gabinete e recordei-me que ouvi bem claro o relato do fato, e mesmo ao ser chamado pude testemunhar a reacção do Presidente do Estado, cujas palavras altas e num tom rouco, natural de sua voz, verberavam, condenando eloqüentemente tão

estranha atitude, o assalto dos embuçados mantenedores da ordem.

Nunca soube apurar devidamente essa passagem.

O fato se passou, e se perdeu, depois, no meio das preocupações das horas seguintes, cheias de outras novidades passageiras e na lufa lufa, no apressado correr da visita presidencial.

Lembro-me que, tempos depois, num encontro fortuíto, e já no Rio, quando ali militava na imprensa e enquanto sorviamos ambos delicioso sorvete na Cinelândia, o ex-Presidente de Sergipe, num tom confidencial e simpático, confessando-se inteiramente alheio ao caso e afirmando que logo, imediatamente, dera ordens no sentido da mais ampla circulação do órgão, cuja prisão se fizera à sua revelia, mostrando-se agradecido, se elevava aos meus olhos, recordando um fato já tão longe perdido no passado.

As vêzes, sem outro intuito senão o de recordar e assim recompor a história sergipana, reajutando contraditórias páginas, iluminando esquecidas passagens, penso no dia distante da chegada em Sergipe do Dr. Washington Luiz, então candidato eleito à Presidência da República, e assim, recordando, vejo-me numa atitude de espontânea responsabilidade, e de destemor, resguardando o civismo sergipano e defendendo o livre curso dos jornais da minha terra.

Mas, também, muito interessante é deixar aqui registrado o que testemunhei no Gabinete Presidencial.

Ao entrar no Gabinete, atendendo ao chamado do Presidente Graccho Cardoso, encontrei S. Excia. de pé, ditando, ao mesmo tempo, dois discursos.

Os Drs. Cláudio Ganns e Cordeiro de Farias, sentados, atentos, passavam para o papel as palavras de Graccho Cardoso, que ora para um lado, ora para outro, voltando a atenção, continuava a oração, versando temas diferentes, e dando assim um atestado positivo e eloquente de sua vivacidade e cultura intelectual.

Dois discursos ditava o Presidente.

JOSÉ SAMPAIO
O HOMEM E A MENSAGEM

NUNES MENDONÇA

Lemos em Mateus esta admirável sentença de Jesus: "Em verdade vos digo que, se não vos converterdes e não vos fizerdes como meninos, de modo algum entrareis no reino dos céus." Lucas regista, também, com outras palavras, o excelso conceito: "Em verdade vos digo que, qualquer que não receber o reino de Deus como menino, não entrará nêle."

Com o príncipe Muichkine, filho dileto de sua alma substancialmente cristã, figurou Dostoïswsky, nas páginas d' "O Idiota", o homem que Jesus cuidava digno do reino dos céus.

Os que privaram com José Sampaio terão notado, como o fizemos, certo parentesco entre a pureza de espírito do poeta e a alma daquele personagem do atormentado romancista do País das Estepes.

José Sampaio não precisou de fazer-se menino, converter-se em criança, porque conservou a infância no espírito, a inocência no coração. "No poeta, escreveu Eduardo Girão, não acaba nunca a infância." É claro que Girão se referiu ao verdadeiro poeta, ao genuíno artista.

Atarracado, jocoso e desengonçado, cabelos desalinhados (contidos na insistência de invadir-lhe o rosto pelos dedos do poeta), o caixeiro-viajante de poucas letras, que misturava comércio com lirismo, guardou fidelidade — na aparência, no traço, no andar e na pureza — ao menino-tabaréu de Carmópolis.

Não erramos quando, diante do seu ataúde, no Cemitério de Santa Isabel, atribuímos-lhe uma alma de criança e um coração de santo. Os seus traços mais característicos foram, realmente, a candura e a bondade.

Jamais o autor de "Cadê você, Conceição?" conheceu em si próprio a maldade, sob qualquer dos seus aspectos. Fugiu sempre do "lado escuro" do seu espírito em demanda das **estrêlas**, da **luz da manhã**, dos **rios de água pura**, do **canto da Paz**. Era tão puro o seu coração que, em plena boémia, ou depois de acariciar e ser cariciado, poderia o cantor dos humildes receber, sem conspurcá-la, a hóstia sagrada que os fiéis comungam contritos nos templos católicos.

Não buscou o poeta nas sensações físicas do sexo motivos para os seus poemas. Não se docilizou à lascívia, aos efeitos sensuais do amor. O importante para êle era a afinidade espiritual, o companheirismo, a afeição e a ternura. Por isso não exaltou a mulher como fêmea: enalteceu-a como irmã, companheira e amiga, em fervorosa devoção espiritual, à maneira de Amado Nervo. E ao revés das formas femininas, das belezas da carne e das ardências do sexo, êle cantou, opulento de meiguice, o espírito da mulher e a "proteção do amor".

"Por que não foges de mim,
tôda vez que amo mais os teus lábios
em vez dos teus olhos?"

Nas suas mãos a poesia imaculada, de limpidez "de neve e de lua", não se aviltou, não se maculou nos caminhos sujos que percorreu. Onde havia trevas, lama, pus, cicatrizes, dor, desespero e revolta, a poesia, conduzida por êle, acendeu estrêlas, anunciou alvoradas e aspergiu com amor e esperança a alma dos infelizes.

Realizando a fusão da poesia com o humano, Sampaio o fez com profundo espírito de inocência.

Compreendendo "o que imprime beleza moral, assim como estética a um grande quadro, ou a um grande poema, por mais rasteiro que seja o assunto", confessa Charles Morgan: "O grande artista percebe sob todos os disfarces aquela inocência da

vida, que é o único fundo capaz de realçar a verdade da dor, da alegria, de toda experiência humana. No criminoso percebe alguém que já foi isento de culpa; na meretriz, a antiga virgindade; na velhice, a juventude.”

Sampaio enxergou a inocência nos seres humanos perdidos nas veredas sombrias da vida — pobres criaturas traídas e esmagadas pelo destino, sepultadas nas casas do vício, nas ruas esquecidas, nos becos sujos, nos trapiches abandonados, na vileza e na miséria.

Adivinhou êle o sofrimento dos pequenos ladrões, que já tiveram “brilho nos olhos inocentes”. E imaginou-os

“Aventureiros miseráveis,
Eternos fugidos,
Espões a serviço da fome,
sem noção de um fim,
nem esperança de felicidade.”

Na mulher decaída avistou a menina boa e pura de outrora,

“a sertaneja simples,
bela de ignorância,
sadia e bela”

que as seduções do mundo mataram.

E nos homens vencidos, de “caras hediondas” e “dedos de graveto”, descobriu a juventude de “uma gente forte”, cuja força

“ficou nos alicerces da cidade
equilibrando as construções.”

*

* * *

“Se não há obras sem autores, há autores sem obras”, escreve Alceu Amoroso Lima. E afirma: “há personalidades que, mesmo sem obras, valem mais pelo que foram como personalidade, do que propriamente pelo que fizeram.”

José Sampaio pode ser considerado uma dessas personalidades “que valem mais pelo que foram”. Deixou pouca coisa. E

e pouco que deixou são momentos poéticos de rara simplicidade, comunicados sem preocupações estéticas, pois o poeta não dispunha do equipamento indispensável à perfeita modelagem da substância poética, ao esmerado labor literário. O melhor, o mais expressivo de sua mensagem — sabem os que lhe privaram do convívio — morreu com êle. Restam apenas alguns "poemas madrigais", como os classificou Câmara Cascudo, respigados e reunidos em volume por José Augusto Garcez; e, o mais importante: "a memória do seu espírito".

O poeta não deu forma — não o poderia ter feito — a tudo aquilo que transmitia por intermédio das atitudes, dos gestos, do riso franco e inocente, da alegria contagiante, da bondade ilimitada, da capacidade de despertar emoções, do olhar vivo (ora triste, ora brincalhão, ora exultante), das expressões singelas, ingênuas, ternas, chistosas, ou líricas, nas quais sempre estiveram ausentes a malícia e a malquerença.

Sua obra — um centésimo, quiçá, da poesia que tinha "dentro do peito" — é uma profissão de fé na salvação dos desgraçados, na recuperação dos ultrajados, na reabilitação dos humilhados, na redenção de um "povo morto", despojado de todos os bens, a que consagrou o poeta desmedido afeto, e para o qual, com inmensurável ternura, acendeu as luzes da esperança e cantou bellissimas canções.

São revolucionários os poemas de Sampaio. Mas, nêles não há rancor, nem maldições. O que há é muita suavidade, e sincera e vigorosa fé num mundo melhor e mais justo para tôdas as criaturas.

Parece que Sampaio sentiu como Cristo o problema da maldade humana: os maus devem ser perdoados ("êles não sabem o que fazem"). Os que semeiam o sofrimento e a morte devem ser convidados ao amor. Fantasiava-os o poeta na grande festa universal da fraternidade, ao lado do negro Martins, de Conceição, Rosa, Sílvia e Ana Maria, dos homens perdidos, dos meninos abandonados, dos ladrões justificados:

"O vento na frente traz um canto nôvo,
tão claro e tão nôvo
que os olhos dos maus
se enchem de amor."

Sentindo-se irmão de todos os homens, era ele incapaz de condenar um qualquer. Demais, sabia por intuição que não é preciso odiar ou matar: "há outro remédio". Nos maus pode irromper a madrugada do espírito, a aurora do coração. Nêles pode operar-se o "segundo nascimento", de que falava Jesus. A maturidade não extingue no homem a criança; apenas fá-la recolher-se às regiões profundas do ser.

Alheio da interpretação dialética das criaturas, Sampaio acreditava na conversão do homem à bondade. Tinha fé na humanidade. Não desesperou de vê-la modificada, enobrecida por uma revolução interior. Não se desesperançou do êxito do idealismo e das prédicas, apesar do insucesso do cristianismo na melhora da natureza humana, do malôgro social das doutrinas de Buda, Jesus e tantos outros, que inferiram da prática espontânea dos seus ensinamentos uma sociedade equidosa, um mundo sem opressões, uma vida digna e feliz, o reino de Deus na terra.

A mensagem de Sampaio é um convite à reflexão, à conciliação, à harmonia, à fraternidade, e não um apêlo para a violência e a vindita. Observe-se a intenção do poeta em "A Rua das Vítimas":

"Eu mesmo vou levá-lo pela mão
para mostrar a rua dêsse povo.

....."

Para que mostrar aquela "rua escura e nojenta", e aquêles "vultos que se movem como sombras", senão para acordar sentimentos de solidariedade humana, adormecidos pelo egoísmo e a indiferença?

No poema: "Dia que vem", demonstra Sampaio repúdio à violência, e descrença nos seus resultados.

"....."

Que coisa impossível;
a dor cantando
o poema alegre da Liberdade.

E a nação ressuscitará
sobre o montão
das pessoas mortas.
E se fôr mentira
a ressurreição?"

Há quem presume que o autor de "Nós acendemos as nossas estrélas" tenha moldado o seu material poético de modo a favorecer uma causa política. Não notamos de insensatez tal suposição. Mas, não concordamos em que isso represente a verdade.

Sampaio sofreu, não contestamos, a influência da propaganda romântica do comunismo, esteada na conceituação teórica do sistema, quando as notícias acêrca dos resultados da colossal experiência da URSS provinham de fontes tôdas elas suspeitas.

As perseguições movidas contra os comunistas, a clandestinidade em que os mesmos se refugiavam, a firmeza com que êles enfrentavam a reação intolerante e desumana do Estado burguês, tudo emprestava ao comunismo uma feição religiosa, e aos seus líderes o cunho do heroísmo e o prestígio do martírio.

A Rússia era, na propaganda comunista, a pátria da igualdade, o paraíso dos proletários. E no Brasil Carlos Prestes, martirizado em castigo de propagar um ideal e lutar por uma causa, recebia o epíteto de "Cavaleiro da Esperança".

O Estado Novo, por outro lado, suprimindo o direito de livre manifestação do pensamento, procurando debalde velar a miséria social, e dando margem a abusos contra o povo, suscitou nas consciências inusitados anseios de liberdade e justiça, habilmente explorados pelos mentores comunistas para o proselitismo.

Não admira, portanto, que Sampaio, vivendo com fervorosos adeptos do comunismo, revelasse naquele tempo simpatia pelo marxismo.

Mas, se o cantor da "Cidade Princesa" chegou a inscrever-se entre os vermelhos, como se afirma, foi certamente porque acreditou pudesse o comunismo realizar-lhe os sonhos de liberdade, justiça e fraternalismo. É mais provável visse no comunismo o meio de cumprirem-se as suas esperanças.

As esperanças de Sampaio, porém, eram imensas: tão grandes, que não poderiam caber nas possibilidades de salvação humana que o próprio socialismo oferece.

Ninguém mais do que êle sentiu as injustiças do capitalismo, responsável por tantas desgraças sociais. No simbolismo dos seus poemas, êsse regime social é noite, sombra, escuridão. É "o grande inverno".

Seu pensamento, todavia, divagava as estrélas, andava "rios mansos e claros", percorria campos "cobertos de ricos trígais", sonhando aos homens a paz, a liberdade e a fartura, despreocupado de teorias econômicas e sociológicas, indiferente aos postulados do materialismo histórico.

Profeta da madrugada, levando-se pela fé, a lírica credulidade que o possuía, chegou a divisar a estréla da manhã no horizonte do mundo. E, embevecido pela "canção alegre dos pássaros", acendeu luzes na noite cheia de sombras, vaticinou aos oprimidos a libertação, anunciou ao mundo "a grande Aurora", e semeou amor no coração dos homens, primavera nos seios das mulheres e alegria nos olhos das crianças.

Estava Sampaio, por suas experiências sentimentais, mais próximo de Francisco de Assis que de Marx, ou Lenine. E mais depressa se teria tornado em apóstolo, em evangelizador que em revolucionário político, ou político militante. A sua poesta, a nosso ver, deve ser interpretada à luz das tendências místicas do poeta.

Autêntico poeta, foi êle um sonhador. Pôsto que reconhecesse a necessidade de reagir aos privilégios e às injustiças sociais, e lutar por uma sociedade mais bem organizada, pôs a sua esperança na evangelização, e confiou na possibilidade de levar os homens à piedade e à prática da fraternidade pela persuasão. Fiava mais do amor que de movimentos políticos. E não acreditava pudesse a solidariedade humana estabelecer-se no mundo pela morte e a destruição, e manter-se por meio da intolerância e da força.

Poeta do povo, José Sampaio encarnou as virtudes e as expectativas dos simples: a ingenuidade, a pureza, o misticismo, a bondade, a ternura, os sonhos de liberdade e justiça que se aninham na alma do homem comum.

CAPITÃO-MOR DE ITABAIANA LUÍS BARROSO PANTOJA

FIDALGO-CAVALEIRO BIRUTA, ARRUINADO

PROF. SEBRÃO, SOBRINHO

"Idle youth, sad old-age".

Nesta Maruim, rainha dos canaviais, ou se vive de plantar cana ou se filosofa sôbe os palhiços canavieiros. Não sendo filósofo nem canavieirista, posso historiologar sacaraniferamente e isto é passa-tempo agradável.

Triste velhice é, sempre e sempre, resulta de ociosa juventude.

ITABAIANA, a VELHA-LÔBA, tão simplória em costumes chãos, democráticos, até à década de 1870-79, serras-abaixo, no vale cotinguibeiro da ribeira do anônimo Rio-de-Sergipe, adstrito, então, a seu Município, era plutocrata com a aristocracia rural, graças a cana de açúcar a par das extintas de tabaco e, ou de mais ou de menos, pastoril, além de outras produções agrícolas de cereais, em menor escala, para uso doméstico, como mandioca, milho, feijão.

Ali, salvo pequena exceção dos raros proprietários dos poucos sítios, se fixava a nobreza, a fidalguia agrícola, constituída de senhores de engenho, que se tratavam nas leis da heráldica, com cavalos de Estado, cada um com distinta patente da Milícia ou de Ordenanças ou da Guarda Nacional, preocupados, tão só, das honrarias dos postos e dos cargos eletivos, como Vereadores do Senado da Câmara e como Juizes Ordinários e de Órfãos Trienais ou ânues, como repúblicos a serviço del-Rei.

Em 1698, instalada a Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana e criado o respectivo 3.º de Ordenanças, um de seus pri-

meiros Capitães-mores foi o fidalgo português Luís Barroso Pantoja, fundador, na Capitania de Sergipe-del-Rei, no Têrmo da Vila de Itabaiana, dessas duas famílias — BARROSO e PANTOJA — das mais honoríficas de Portugal e da Espanha. Entre as imperfeitas informações genealógicas transmitidas a Frei Jaboatão das famílias de Sergipe, foram omitidos os nomes do fidalgo-cavaleiro e os de seus filhos.

Era o Capitão-mor Luís Barroso Pantoja um desequilibrado, um doente mental, vítima de estranha megalomania, a tudo vendo pelo prisma maniaco de grandezas, que o fazia pródigo e sua prodigalidade era de tal sorte que irrompia os diques do complexo da própria pobreza, tornando-o lunático, a ponto de conceber-se homem de haveres, quando não passava de um pobre diabo.

Orgulhoso de sua prosápia, refletindo-se em antepassados insignes, assinalados, êsses sim, por valor incontestável.

Ulissipense, lisboeta da gema, recebeu as águas lustrais do batismo na Pia de Santa Engrácia, havendo sido seus pais o doutor António Barroso Gonçalves e d. Bárbara Francisca Pantoja.

Por sua genitora, era descendente dos Pantojas, família de nobre linhagem oriunda de Espanha e significa: — **Tôda vigilância**. Seu brasão se caracterizava em Armas pintadas de azul com uma cruz florescida de ouro, cheia de vermelho com bordadura composta de prata e de rubro de dezesseis peças.

Quando se passaram para Portugal, tiveram os Pantojas suas Armas modificadas. Passaram as Armas a ser de ouro com cinco flores de lis de azul postas em cruz e três burelas de negro no centro-chefe.

Como os Pantojas, originam-se os Barrosos, da Espanha, da terra de Barroso, na Comarca de Ribadavia, em a Província de Orense, na Galiza, com solar em Ginzo de Limia. Eram suas armas em vermelho, com cinco leões postos em setor. Tal, antes de D. Egas Gomes, cujas Armas foram acrescidas: De vermelho, com cinco leões faxados de sete peças de prata e de xadrezado de ouro e de vermelho com três pontas postas no santor. Descendente de D. Egas foi senhor D. Gonçalo Viegas de Basto, que teve por Armas da família Barroso, em campo vermelho, cinco leões de prata, envoltos em duas faxas vermelhas, sendo

uma no pescoço e outra na barriga, empequetados de ouro, postos em aspas, tendo por Timbre um dos leões das Armas. Já os Barrosos Correias, suas Armas eram em campo azul, com cinco conchas de prata.

Remontam-nos, os Barrosos, à família de Payo Pires Romeu e a sua consorte d. Goda Soares, cujo Payo era vergôntea de Gozenho Araldes, filho de D. Arnaldo de Bayão. Anote-se que fôra D. Egas o primeiro que juntou, à própria locução, o patronímico Barroso.

O citado capitão-mor da Comarca de Santa Cruz da Riba Tamega, Manuel de Sousa da Silva, cantou os Barrosos:

“De Basto na fresca terra
Foi o solar de Barroso
Algum tempo poderoso;
Hoje castelo sem terra,
Com título generoso”.

Já era a decadência dessa família, que se bateu contra os mulçumanos! O Bispo de Malaca, o lirófilo D. João Ribeiro Gayo, falecido em 1601, cantou-os:

“Os títulos que êstes têm
Em arabigo escritos são;
Tão antiga geração
que dizem alguns que vem
Daquêle grão Semão”.

*
* *
*

Nomeado para Capitão-mor do Têrço de Ordenanças da Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, nunca o nobre fidalgo dera importância a êsse pôsto e tanto assim que fixou residência na Capital da Capitania, em a Cidade de San-Cristovam de Sergipe, onde, à rua das Flores, em chão próprio, tinha morada de casas.

Na Capital, poderia melhor aparecer e apresentar os ricos vestidos de grande senhor. Não iria meter-se em uma pobre

Vila, habitada, só, pelos serventuários da justiça e por trabalhadores manuais, porque as principais autoridades, a começar pelo Vigário, residiam em seus engenhos ou fazendas, serras-abaixo.

Entretanto, sua graça era um falido, só tinha prosápia e dívidas, vivia do expediente de tomar emprestado dinheiro aos comerciantes conterrâneos e aos nativos, esperando solver o crédito com um dote de casamento de môça rica da terra, a quem honraria, juntando seu sangue azul de fidalgo de velha nobreza hispânica. Não encontrando môça afazendada no Termo da Capital, que o quisesse ou que lhe satisfizesse, buscou-a em as Casas-Grandes de Itabaiana, em o Rio de Sergipe, entre a gente da cepa antiga de sangue e de hierarquia igual a sua. Não lhe foi difícil o achado: Entre as filhas do primeiro consórcio do capitão Pedro Munis Barreto com d. Maria Borba de Almeida, do Engenho Rio de Sergipe e que, por ser o primeiro, ali, edificado, era já, então, chamado Engenho Velho, havia môça casadoira, a iaiazinha Josefa de Barros, senhora-dona, nobre e ilustre pelo nascimento. Tratava-se de um **engenho real** ou, como outros chamavam a tais fábricas completas, de **real engenho** ou, sintético, **realengo**.

Foi d. Josefa de Barros uma infeliz completa. Frei Antônio de Santa Maria Jaboaão, que tanto omitiu os nomes dos dela, mudou-lhe o sexo e o cognome, tornando-a em "D. José de Menezes".

Vivia em companhia do parente e tutor Coronel Florentino Borba de Almeida e entre outros haveres, que levara para seu casal, tinha ela uma fazenda de canas no Engenho Velho, a qual logo êle trocou com D. Custódia de Almeida, viúva de Domingos de Oliveira de Araújo, pelo sítio Camboatá, aí mesmo, na ribeira do Rio de Sergipe. Dito sítio continha vinte (20) tarefas de terras e se demarcava a leste com terras do Engenho Velho (Rio de Sergipe), então do Coronel Florentino; a oeste, com o mesmo engenho e com o engenho Dangra; ao norte, com êsses dois engenhos e, ao sul, ainda com o Engenho Velho.

Para casar-se, fizera um débito com o negociante português Capitão Domingos Luis Guimarães, comerciante em San-Cristovam de Sergipe, que, para pagamento de dívida de cento e trinta mil reis, lhe arrestara a morada de casas da Rua das Flores, na

Capital, avaliada, no pleito, em duzentos mil reis. Devia ser um palacete pela enormidade do preço na época, 1720. Displicente, não ligou importância o fidalgo Capitão-mor de Itabaiana, que era um pródigo.

Na fazenda de canas do Camboatá, havia boa casa de vivenda, mas era térrea e um fidalgo de tratamento só se acomodaria em casa assobradada, e foi, assim, que fez construir-se o sobrado de Camboatá.

Aí, nasceram-lhe os filhos, dos quais, remanescentes, foram oito (8):

- a) D. Francisca de Barros, nascida em 1720;
- b) D. Isabel de Barros, nascida em 1721;
- c) D. Custódia de Almeida Pantoja, nascida em 1722;
- d) Alexandre Barroso Pantoja, nascido em 1723;
- e) D. Antônia de Barros, nascida em 1724;
- f) Luís Barroso Pantoja, nascido em 1726;
- g) D. Maria Josefa, nascida em 1727;
- h) José Barroso Pantoja, nascido em 1728.

O que serveria de estímulo a todo homem de bom senso, temendo, certo, que outros rebentos se sucedessem ao caçula José Barroso, nostálgico e infeliz, resolveu o fidalgo dar o fora do lar e ir espairecer, por alguns anos, em Lisboa, e nesse mesmo ano, levando consigo o que podia, abandonou a espôsa e a prole tenra, deixando-as no maior desamparo, vivendo das esmolas dos parentes!

Antes, tentara vender a propriedade, mas foi obstado por D. Josefa e pelos dela. Fez seu testamento cerrado, deixou-o em mãos de algum credor e partiu para Portugal.

Durante oito longos anos esteve sua **excelência** em Portugal, desbaratando os haveres próprios e os que podia tomar emprestado, certo de que as dívidas novas ficam velhas e as velhas se extinguem na foice do Tempo, prescritas.

Retornou à Capitania de 1736 a 1737 e, ao invés de ir residir com a família, se fixou no Têrmo da Vila de Santo Amaro das Brotas, em o engenho Maruim de Baixo, de propriedade de Antônio Pereira. Só se lembrou da espôsa e dos filhos, para vender

o sítio Camboatá, arrendado a João Pereira Guimarães, que nele residia e até arroteara engenho de açúcar. De-feito, a 12 de janeiro de 1742, nesse sítio do Rio de Sergipe, chamado Camboatá, em a casa que residia dito Guimarães, o Capitão-mor e sua mulher, D. Josefa de Barros, perante as testemunhas Alexandre de Sousa de Almeida, Alferes Manuel da Fonseca da Cunha e Antônio da Costa de Almeida, residentes no Termo da Cidade de Sergipe del Rei, sendo que o último assinou por ela, que era analfabeta, presente o Tabelião Domingos de Sousa Guimarães, venderam a D. Quitéria Rodrigues, viúva de Domingos Álvares da Costa, pela quantia de 490\$000: no primeiro ano de fogo morto, nada; no ano seguinte, 90\$ e, daí em diante, 100\$ e, faltando algum pagamento, 6 1/4 (seis e um quarto por cento), como era de uso e costume.

Sua família continuava a residir no Engenho Velho do Coronel Francisco Pereira de Vasconcelos. Ele retornou ao Engenho Maruim de Baixo, em 1749, sete anos depois; era um derrotado completo, um fidalgo sem eira nem beira e sem ramo de figueira, um vencido, afinal. Até o pôsto efetivo de Capitão-mor de Itabaiana, de muito que perdera, ficando, apenas, como agregado, tendo sido substituído por Manuel Ferreira da Silva, Capitão-mor efetivo, êste residente em sua Fazenda Grande, quase nos subúrbios da Vila, à margem do Canabrava, em engenho próprio, engenho rodado.

No engenho Maruim de Baixo, a 5 de outubro de 1749, estando em perfeito juízo e entendimento, o que Nosso Senhor Ihe dera, doente, no desejo de por a alma no caminho da salvação, porque não soubesse quando Deus seria servido de levá-lo para Si, resolveu fazer definitivo testamento, ditando-o ao Padre Pedro Antônio de Payva, que o escreveu, servindo de testemunhas, juntamente com o Padre José Moraes Tei.ra, Miguel de Vas.cos do Amaral, João De Br.to deazev.º, Antonio Per.ª seu genro capitão Simão Alves de Oliveira, o único parente presente a essa solenidade, e Hyeronimo Teixeira Pinto.

“Pram.te encomendo minha alma a Santissima trinde. que a creou, e rogo ao Padre Eterno pella morte epayxam de seu Unigenito filho aqueira receber como recebeu a sua estando p.ª morrer na Arvore da vera Cruz, e ameu Senhor Jesu christo pesso

por suas Divinas chagas queira ja q nesta vida me fesmerce de dar seu precioso Sangue emerecimentos, e seus trabalhosme faça tambem merce navida q esperamos dar opremio nelles q he agloria, e pesso erogo a Glorioza Virgem Maria, e N. S. da Madre de Deos, e todos os Santos da Corte do Céu, e em particularm.te ao meu Aujo da goarda, e ao Santo do meu nome, ea S. Antonio, aS. João Baptista, e a Virgem da Conceição, e a N. S. do Roza-rio, ea Santa Luzia, e atodos os Santos a quem sou devoto, ea morte e Payxam de meo Senhor Jezu Christo, a quem tenho devossam queiram promim interceder, erogar a meo Senhor Jezu Christo, agora e quando minha alma deste corpo sahir q como verdadeiro Christam prótesto demorrer, e viver na Santa Madre Igreja de Roma e em esta fe espero de me salvar minha alma, não por meus merecim.tos mas pela morte epayxam do Unigenito filho de Deus”.

Que bela expressão de fé!

Constituiu testamenteiros ao Coronel Francisco Pereira de Vasconcelos, ao Capitão Bernardo Correia de Oliveira Lima e ao Sargento-mor Albano do Prado Pimentel e, na falta dêsses, “quando não queirão aseitar serem meus testamenteiros pesso pello amor de Deus ao Ministro q. se achar na Cid.e de Sergipe de Elrei faça dar comprinto, uaforma seguinte”.

Determinou que seu corpo seria sepultado em sua Capela de San-Francisco, onde era “terceiro” e, no caso que não pudesse sair, seria sepultado na freguesia de Jesus Maria José do Pé do Banco, ao pé da pia da água benta da porta principal, “e quando lá não possa hir será aonde meus testamenteiros forem servidos, e se me diram todas as missas de corpo prezente pellos sacerdo-tes e religiosos q se acharem presentes nadita Igr.^a e se fará of- ficio de corpo prezente, emecompanhara airmandade das almas de S. Gonsalo”.

Declarou ser casado com “Dona Jozefa de Barros filha legi- tima do Cap.m Pedro Monis Barreto jadedfunto, e de sua pra molher Dona Maria de Almeida jadedfunta”; que era natural da Cidade de Lisboa, “batizado na pia de Santa In-Gracia”, sendo filho legitimo “do Doutor Antonio Barrozo Gonçalves ede sua molher Dona Barbara Francisca Pantoja já defuntos”.

Disse ter oito filhos: "D. Francisca Josefa Pantoja, casada com Alexandre de Souza, D. Izabel Pantoja, casada com Jozé Nunes, D. Costodia de Almeida Pantoja cazada com Lourenço Curvello, Alexandre Barroso Pantoja solteiro, D. Antonia de Barros Pantoja cazada com Amaro Per.^a de Rezendes, Luis Barrozo Pantoja, solteiro, D. Maria Jozefa Pantoja casada com o Cap.m Simão Alves de Oliveira e Jozé Barrozo Pantoja". Não sabia ao certo os nomes dos genros, omitindo-lhes cognomes, como os de Alexandre de Sousa de Almeida, José Nunes Sarmiento e Lourenço Curvelo de Sousa.

Disse ter os seguintes bens: Escravos: Cosme, Clara Anastácia e o mulatinho Manuel; uma caixa grande de vinhático, dois caixões de jequitibã; duas rodas de mandioca, u'a mesa e outra velha; dois carros, um novo e outro velho; várias ferramentas de carpina; três foices de roçar, quatro enxadas, cinco foices de cana, três machados e um cavador; uma frasqueira de doze frascos, que estava na mão de Antônio Alves, uns tamboretos de coiro e de pau ja velhos, um garrafão grande de vidro e mais outros três que estavam em casa de Manuel Pereira da Cunha, uma sela com estriadeira de pau, uns arções novos ainda não servidos, uma estriadeira de latão, uma cobreada; uma quarta de medir e mais vara e covado; um bacamarte, uma candeia de latão, um colção de lá do Reino, meia dúzia de navalhas de barba e duas pedras de afiar, um rebolo novo, o qual deixava ao rapaz Roque, oficial de ferreiro; uma bacia e jarro de estanho velha, quatro gavetas e um catre velho; uma serra braçal, três colheres velhas de prata, um espadim de prata, um bastão com castão de prata, um sinete de prata, uma fivelas de ligas de prata e umas chapinhas de pescoço; uma bocetta de prata, umas fivelas de prata cravadas com pedras de cristal fino; um crucifixo de prata, um par de botões grandes de anagoa de prata, a espada com punho de prata. Em oiro: um cordão, três pares de argolas pequenas, dois aneis, uns brincos grandes, dois pares de botões grande e pequeno.

Eis suas dívidas: Na Cidade de Baía, ao testamenteiro de seu compadre Jacinto Barbosa, "q D.s haja", o que constava de sua última conta, menos 340\$ pouco mais ou menos que lhe pagara na mesma Cidade e mais "por penhora que fez na mão de minha comadre D. Quiteria/350\$, mais 80\$ da terra que mandou

arrematar no sítio da praia no Poxim, só lhe estando devendo o restante. Em Lisboa, a João Gomes da Costa, trezentos e tantos mil reis ou o que na verdade fôsse, havendo-lhe pago 180\$. Em Sergipe de El-Rei, ao dr. Manuel Ribeiro da Veiga, 6\$; a um "sorgiam" genro do Capitão José Monteiro "q D.s haja", 8\$; ao Sargento-mor Manuel Martins de Brandão um resto de dizimo; devia o dizimo de três anos ao dizimeiro Antônio Pereira, senhor do engenho Maruim de Baixo; a um mascate que assistiu em casa de seu compadre Domingos da Costa, no Pê do Banco, o que constasse de sua clareza; a Manuel Teixeira, assistente na Tabua, o que constasse, sendo que já lhe entregara duas caixas de açúcar, uma do branco com trinta arrobas e outra, do mascavado, com quarenta, para se venderem na frota; a Antônio Alves um resto de conta; devia a Antônio Coelho Barreto, bem como a Antônio de Melo; ao casal de Simeão de Sousa, 13\$; devia a Irmandade do Senhor Bom Jesus de Matozinho, em Itabaiana, umas arrobas de açúcar, como consta do livro da caixaria do Engenho em Santana, e outra arroba de açúcar branco no engenho Santa Rosa; a Simeão de Sousa, "dezesseis tostões" de aluguel de uns bois e resto de uma pedra de amolar.

Disse que todas as mais dívidas que apparecessem, si lhes pagassem, si lhes satisfizessem "te onde chegarem os meus bens, e dado caso q não cheguem lhe peço pello amor de Deos me perdoem".

Que no testamento velho deixava outras restituições e como não tinha noticia de quem eram seus donos, seus testamenteiros consultariam na forma que se deviam fazer tais restituições de maneira "q não padeça minha alma" e "dado cazo q fiquem satisfeitas minhas dívidas e sobejando alguma couza q me toque de terça a metade se me dira de missas pela minha alma, e outra ametade o deixo aos meus tres filhos machos por nomes Alexandre e Luis, e Joze".

Lembrou-se que devia a Manuel Padilha 20\$; que Francisco Carneiro lhe era devedor do que constasse "por hua sentença q alcançou contra elle q se acha no cartorio da Comição "e mais 2\$; que pagara por êle.

Mais: "q todos os meus vestidos se venderam pello melhor preço q poder ser"; que tinha uma ou duas caixas no engenho

do Sargento-mor Albano do Prado Pimentel, que diria as arrobas e chegavam para pagamento a Antônio de Meio e de um devedor que assistia em casa de seu compadre Domingos da Costa Guimarães; que o Coronel Francisco Pereira de Vasconcelos declararia as contas que tinha com elle, o que era uma ironia, de vez que o coronel sustentava a infeliz senhora e filhos, havendo casado as meninas com moços chãos e abonados!

*
* *
*

Coitado! Só, distante do lar, assistiu-lhe Nossa Senhora da Boa-Hora os últimos instantes de uma vitalidade irregular, megalomaniaca, a 17 de dezembro dêsse mesmo ano de 1749, sendo seu cadáver sepultado na ermida do engenho, na Capela de Nossa Senhora da Boa-Hora, edificada em 1726, no Maruim de Baixo, pagando-se seus funerais com o produto da venda de seu cavallo de sela, um de seus poucos bens. Paupérrimo, em estado de franca, positiva miserabilidade, encontrando feliz morte no lar de um amigo, o proprietário Antônio Pereira, anexo a um templo cristão e vizinho de outros, não era possível satisfazer-lhe a pabulagem luxuosa de exumar-se-lhe a carcassa na Matriz de San-Gonçalo do Pé do Banco e inda menos em San-Cristovam de Sergipe, na Capital da Capitania, em a Ordem Terceira! Pobre não é nada e inda menos tem vontades! Vaidoso, ao invés de pedir para ser sepultado na Capela do Engenho em que encontrara franca hospitalidade por quase três lustros, pensou em oiroleis, em magnitudes! Era um doidela, vivia no mundo da lua! Empavonado, devendo os cabelos da cabeça, plenado de vaidade, constituiu testamenteiros a quem lhe dariam espáduas, ignorando-o, deixando de fazê-lo ao protetor, que lhe matava a fome por quase 15 anos, ao genro capitão Simão Álvares de Oliveira, o único que o procurava, ou ao filho primogênito, Alexandre! Interessante é que queria o Sargento-mor Albano do Prado Pimentel como testamenteiro, mas não quis sepultar-se na Capela do Engenho Santa Rosa dêsse rico proprietário de Itabaiana, vizinho do Engenho do Rio de Sergipe ou, como lhe chamava o povo, Engenho-Velho, onde se abrigara sua abandonada sensorte, bem como seus filhos ainda menores!

Nenhum dos testamenteiros accitou a comissão e a viúva requereu ao juiz ordinário e de órfãos, Alferes Simeão Teles de Menezes, tomar-lhe juramento para a feitura do Inventário dos bens do marido, pedindo-lhe "pellas Xagas de Christo", dispensa das "vintenias", em virtude da "não pouca ser a sua pobreza em que seacha" e que o infeliz fidalgo "ficou devendo m.tas devidas q não xegarão hessas polos Bens p.^a satesfasão das m.mas devidas", despachando o juiz Menezes: "Por ser notoria a pobreza da Sup.te dou comição do escrivão, para fazer sem vint.^a e dar Juram.^o a Inventariante. Villa da Itabaiana 2 de Marsso de 1750. — Menezes".

Ainda nesse dia o juiz nomeou o alcaide Luí's Ribeiro de Faria para avaliador junto com o avaliador do Conselho Capitão Manuel Ferreira Pinto.

A 5, no Engenho de Sergipe, em casa de morada do Coronel Francisco Pereira de Vasconcelos, presente o juiz, os avaliadores, foi feito "Inventario dos Bens que ficarão por morte e fallecimento do defunto Capitão Mor", sendo que a nenhuma das filhas dera ela os apelidos Barroso e Pantoja, mas só Barros, de sua família. Não sabia ler e por ela assinou seu filho Alexandre Barroso Pantoja.

Eis seus únicos bens:

O crioulo velho Cosme, avaliado em 20\$;

O mulatinho Manuel Pequeno, "quebrado da virilha", 40\$;

A negra mina Clara, doente e muito velha, 8\$;

Uma roda de ralar mandioca, já velha, 3\$200;

Uma garrafão grande de vidro, empalhado, \$640;

Um bacamarte velho quebrado, \$640;

Um bofete de jacarandá, velho, com duas gavetas de cada lado, 1\$600;

Uma casaca de setim e calção com abotuadura de flor de rosa e frada de safira, 10\$;

Uma palhinha de cobre com quatro luvas e meia, 1\$800;

Ficara um cavallo, que a viúva vendeu para pagamento do enterro do defunto;

Uma caixa de açúcar mascavado no engenho do sargento-mor Albano do Prado Pimentel com 33 arrobas, a \$500 a arroba, 16\$ 500;

Umás tarefas de canas no engenho Maruim, a qual teria ela de dar a moer de meia a quem o quisesse e não entraram em conta.

A dívida ao Senhor Bom Jesus de Matozinhos na Itabaiana, quatro arrobas de açúcar branco do engenho do Sargento-mor Albano e o que mais houvesse no engenho de Santana.

E foi só, dizendo ela que o Capitão-mor a deixara ao desamparo, vivendo de esmolas de seus parentes dela, que vendera alguma coisa para sustentar-se, que êle, em 1728, foi embora para Portugal, onde passara oito anos e que fazia treze a catorze que vivia no engenho Maruim de Antônio Pereira, onde morrera. Assinou seu filho Alexandre por ela.

A 3 de junho, o escrivão de órfãos Gonçalo Pereira de Vasconcelos deu vistas dos autos ao juiz Menezes, que ordenou, em virtude dos bens não chegarem para pagamento das dívidas, se não procedesse a partilha.

Pobre fidalgo, desditoso primeiro Capitão-mor da Velha-Lôba, que êle, vítima de balôfia vaidade, menosprezou e que a força motris do Destino reduziu, implacável, à mais precária condição de humildade e de penúria, a resaltar-lhe, sobremodo, a irrisória mania de grandeza, pondo-lhe, a nu, as chagas íntimas, e o único bem que, em verdade, deixou a seus descendentes: — o Desejo!...

Solitário, à sombra da Capela da Boa Hora, penso no desditoso fidalgo e no ridículo orgulho, no **esnobismo** bestialógico vívido, palpitante, e, a meus ouvidos, tenho a ilusão da audibilidade do murmúrio das águas mansas do Ganhamoroba, que se encaminham para formar o Aracaju ou o chamado também Rio Grande, substituído, pela ignorância, de Cotinguiba e de Sergipe, parecendo-me ser uma voz queixosa, a declamar os versos de Sully-Prudhomme em "UM SONGE":

"Et seul, abandoné de tout le genre humain
Dont je trainais partout l'implacable anathème,
Quand j'implorais du ciel une pitié suprême,
Je trouvais des lions debout dans mon chemin"...

O CONDESE E O PLANEJAMENTO DA ECONOMIA SERGIPANA

JOSÉ CRUZ

Economista — Assessor Técnico do CONDESE

Palestra realizada ao microfone da "Rádio Difusora de Sergipe" (P.R.J-6), no dia 27 de Setembro de 1961.

Atendendo, prazerosamente, ao honroso convite que nos foi feito por Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, através do seu Assessor de Relações Públicas, Bacharel João Marques Guimarães, aqui nos encontramos para fazer um breve relato sobre o que é o CONDESE, sobre o que ele já realizou e continua realizando, bem como sobre o que pretende levar a efeito, em futuro breve, para atingir a plenitude dos seus objetivos.

O Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe, conhecido pela sigla de CONDESE, foi organizado pelo Decreto n.º 470, de 31 de março de 1959, por feliz e oportuna iniciativa do Governador Luiz Garcia, com a louvável finalidade de estudar e planejar a economia sergipana, visando o desenvolvimento do Estado e também de articular os seus estudos e projetos com a SUDENE.

Trata-se, como é evidente, de um órgão técnico e novel, além de pioneiro entre nós, infelizmente ainda incompreendido por alguns, que insistem em desconhecer as limitações do meio ambiente e a nossa carência de recursos financeiros, para que ele, em tão curta existência, já tivesse atingido o climax de sua finalidade. Esquecem-se quantos assim raciocinam, de que um órgão

de planejamento econômico, principalmente numa área subdesenvolvida como é Sergipe, de pequenos recursos financeiros, jamais poderá levar a termo suas realizações a curto prazo. Em Estados de maiores recursos financeiros, como a Bahia, por exemplo, o seu órgão de planejamento ou seja a CPE, levou mais de 5 anos programando a economia bahiana! Somente agora a CPE começa a colher, com resultados apreciáveis, os frutos da semente lançada há alguns anos. Como se exigir, então, que o novel CONDESE tenha a mesma eficiência dos órgãos congêneres, criados no País, anteriormente a 1959? Não seria exigir-se de mais? Saibamos ser razoáveis e coerentes.

Esquecem-se, ainda, muitos dos nossos coestaduanos, de que todo e qualquer trabalho de planejamento econômico envolve uma série de fatores e é sempre conduzido à base de demoradas pesquisas técnicas e sócio-econômicas, bem como de estudos aprofundados, para os quais são necessários pessoal de alto nível e grandes recursos financeiros. Com isso queremos dizer que os trabalhos realizados pelo CONDESE são de caráter científico, representando o referido órgão, como se depreende, uma experiência nova na administração sergipana.

O CONDESE, rádio-ouvintes, é constituído de um Conselho Deliberativo, sob a Presidência do Governador do Estado e de uma Secretaria Executiva, que é o seu órgão técnico.

O Conselho, que atua em caráter deliberativo, sem prejuízo, porém, das funções opinativas, é o órgão mais elevado do CONDESE. Estruturado em bases ecléticas e altamente democráticas, é integrado das personalidades mais representativas e de alto gabarito, dos diversos setores de atividade na sociedade sergipana, muitas das quais pertencem até às diversas correntes partidárias que atuam no Estado, o que lhe dá um caráter de originalidade entre nós. O mesmo ocorre com os seus inúmeros Grupos de Trabalho.

A Secretaria Executiva — que trabalha sempre de portas abertas — e que tem à frente, como penhor de garantia de sua eficiência, o Economista conterrâneo, José Aloisio de Campos, constitui o órgão técnico propriamente dito do CONDESE. Integram o seu "staff", por enquanto, mais 4 Economistas, 1 Bacharel em Direito e 1 Engenheiro Agrônomo. Os técnicos da

Secretaria Executiva, todos "prata de casa", exercem suas atividades com absoluta independência profissional, com alta dose de idealismo, ardente desejo de acertar e de colaborar com o Estado e conseqüentemente com o nobre povo sergipano, através de um trabalho repleto de abnegação e sem alarde, sendo prestigiados, em tôda linha, pelo Governador Luiz Garcia, numa demonstração eloqüente de que a política partidária não exerce nem nunca exerceu a menor influência no CONDESE, como insinuam os que não conhecem de perto o seu funcionamento. Fazemos também questão de esclarecer que os técnicos da Secretaria Executiva não se consideram mestres de planejamento econômico ou conhecedores de todos os departamentos da ciência econômica, que são inúmeros e complexos. Procuram, porém, estudar em equipe e com a melhor bôa vontade, os assuntos que lhe são confiados, ouvindo os componentes dos Grupos de Trabalho e os técnicos de outros Estados, com êles se articulando, tôda vez que encontram alguma dificuldade ou necessitam de melhor esclarecimento. Outrossim: a maioria dos técnicos componentes da Secretaria Executiva, além de ser Professôres da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe e da Escola de Serviço Social de Sergipe, possuem Cursos de Aperfeiçoamento extra-universitários, em problemas de desenvolvimento econômico e projeto, sendo que alguns possuem ainda Cursos dessa natureza, feitos na CEPAL e no Conselho Nacional de Economia, ao passo que um dêles já foi até Professor num Curso de Técnicos da SUDENE, por indicação da CEPAL, que se realizou na cidade do Recife, durante o ano corrente.

Dentre as inúmeras realizações da Secretaria Executiva do CONDESE, poderemos destacar as seguintes, pela sua importância:

a) — O Plano de Eletrificação do Estado, cujas linhas mestras foram gizadas pelo Engenheiro conterrâneo, Augusto Pereira de Azevedo, um dos técnicos mais credenciados da CHESF.

b) — Estudos e elaboração do projeto de Lei sôbre a criação do Banco de Fomento Econômico de Sergipe S.A., que já foi encaminhado pelo Chefe do Govêrno, à Assembléia Legislativa, faz alguns dias.

c) — Estudos para o desenvolvimento do artesanato e da pequena indústria no Estado, cujo trabalho, compreendendo a respectiva pesquisa, foi confiado ao Técnico do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Dr. Carlos José da Costa Pereira, um especialista no assunto, de nome nacional.

d) — O Curso de Elaboração de Projetos e Noções de Desenvolvimento Econômico, de nível universitário, realizado em Aracaju, no corrente ano, que patrocinou juntamente com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe, com o objetivo de preparar técnicos nesses assuntos.

e) — Estudos e elaboração do projeto de Lei estabelecendo as diretrizes básicas do Plano de Colonização do Estado.

f) — Estudos sobre a recuperação do Posto Agrícola de Boquim, com a sua transformação em Posto Agro-Pecuário, o qual já se acha funcionando.

g) — Pesquisas sobre o desenvolvimento da cultura do algodão, sobre a expansão da cultura do coqueiro e melhoria da produtividade por árvore, bem como sobre a melhoria do cultivo da cana de açúcar.

h) — Pesquisa de mão de obra qualificada, semi-qualificada e especializada no setor da indústria sergipana.

Merece também destaque especial, a colaboração que a Secretaria Executiva do CONDESE prestou ao Frigorífico Aracaju S.A., quer se empenhando junto à Direção do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no sentido de conceder o financiamento pleiteado, quer reformulando, sob a forma de cooperação não remunerada, o competente projeto econômico, elaborado pela BRASTEC, quer ainda prestando orientação de natureza técnica e, finalmente, interferindo junto ao referido Banco, a fim de ele subscrever uma parcela do seu capital social, o que foi conseguido, graças aos esforços do Governador Luiz Garcia, como Presidente do CONDESE, junto ao Dr. Raul Barbosa, então Presidente do citado estabelecimento de crédito.

O problema do sal-gema sergipano foi também estudado com vivo interesse pela Secretaria Executiva, que se articulou, não só com a SUDENE, como com diversos órgãos técnicos e grupos financeiros interessados na exploração da indústria de álcalis

entre nós. Ainda com esse objetivo elaborou o projeto de Lei sobre uma sociedade piloto de economia mista, que deverá ser aqui constituída.

Atualmente diversos estudos têm curso normal na Secretaria Executiva do CONDESE, que não poupa esforços para se articular com a SUDENE, bem como com Institutos científicos e órgãos técnicos, do País e do exterior, em defesa dos interesses econômicos de Sergipe. Irá também coordenar os estudos realizados pelas diversas Secretarias de Estado e pelos órgãos federais, inclusive autarquias, sediados em Sergipe, a fim de elaborar o Documento de Reivindicações do Estado, a ser apresentado na próxima Reunião de Governadores com o Senhor Presidente da República. Para esse fim tem promovido reuniões com os Secretários de Estado e com os Diretores das referidas repartições federais.

Recentemente a Secretaria Executiva, através de sua Assessoria Técnica, projetou duas importantes pesquisas, cuja coleta dos elementos será confiada à Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Esses inquéritos representam a primeira providência para a programação econômica do Estado, no que concerne ao conhecimento de recursos reais para o respectivo financiamento, no setor da indústria. São eles os seguintes:

a) — Para se conhecer o número de oficinas mecânicas existentes no Estado e o potencial do parque industrial de bens de produção de Sergipe, para muitos inexistente (porque só vêm na importação o "remédio óbvio para tudo o que se mostra escasso", como afirmou o Economista Inácio Rangel), bem como para se saber o que essas oficinas poderão realizar centralizadas numa só empresa, que seria o ideal, ou mesmo isoladamente, como funcionam presentemente, quer fabricando peças, quer recondiçãoando as máquinas das fábricas ou mesmo construindo máquinas, contribuindo, assim, para que os nossos recursos não sejam carreados para fora do Estado.

b) — Para se conhecer a capacidade ociosa das fábricas sergipanas, a fim de fornecer aos programadores da nossa economia subsídios técnicos para a utilização plena dos referidos recursos produtivos, tendo em vista a expansão do parque industrial do Estado, em bases econômicas, concorrendo, destarte e

como é intuitivo, para a elevação da renda sem aumento do fator capital. O conhecimento dos aludidos recursos produtivos proporcionarão também os elementos básicos para o cálculo da relação produto-capacidade produtiva, de modo a poderem os técnicos da Secretaria Executiva determinar mais corretamente a taxa de crescimento da economia sergipana, uma vez que se torna quase que impraticável o cálculo da produtividade do capital, através da relação produto/capital, como preconizam os Economistas da CEPAL, devido a uma série de fatores do conhecimento de quantos se acham integrados no processo.

A Secretaria Executiva também se encontra no momento ultimando a realização de um importante estudo, qual seja o da reorganização do Departamento Estadual de Estatística, objetivando torná-lo apto a constituir-se em fonte supridora permanente de estatísticas atualizadas e fidedignas, fundamentais aos seus estudos e pesquisas.

Como segunda etapa de suas atividades técnicas, a Secretaria Executiva do CONDESE, tão logo seja reestruturada, o que deverá ocorrer, dentro em breve, conforme é desejo do Governador Luiz Garcia, irá levar a efeito importantes trabalhos que garantirão a plenitude de sua eficiência. Esses trabalhos, de alta envergadura por sinal, são os seguintes:

a) — Levantamento da economia sergipana, para o conhecimento da realidade presente, tendo em vista a formulação do respectivo diagnóstico, através do qual tomaremos então conhecimento dos seus pontos de estrangulamento. O levantamento em apreço será portanto o ponto de partida ou condição *sine qua non* para a programação global do Estado.

b) — Elaboração da programação global do Estado, que será o planejamento de sua economia ou a diretriz básica da política econômica do Governo.

c) — Elaboração de projetos públicos ou sociais, preferentemente, podendo, todavia, em caráter excepcional, elaborar projetos privados, a título de colaboração com a iniciativa particular.

Com essa importante finalidade a Secretaria Executiva vem desenvolvendo intensa atividade, além de se articular com Economistas altamente credenciados, residentes noutros Estados e

com grande experiência em planejamento econômico. Alguns desses Economistas já estiveram em Aracaju, a convite seu.

Sergipanos: a oportunidade é a melhor que se nos oferece para dirigirmos um apêlo a todos quantos têm uma parcela de responsabilidade na comunidade estadual, independente de coloração político-partidária, no sentido de somar os seus esforços aos do CONDESE, dêste órgão que veio preencher enorme lacuna na administração estadual, com êle colaborando sinceramente, inclusive apresentando sugestões, bem como prestigiando sempre suas iniciativas, porque elas pertencem a todos nós, porque são tomadas em pról do progresso de Sergipe.

Lembremo-nos de que, sômente planejando com acêrto a nossa economia, poderemos apontar soluções lógicas para os nossos complexos problemas, nos emanciparmos economicamente e, em consequência, melhorar o padrão social de vida do nosso povo. Esta, meus caros patrícios, é justamente a finalidade principal do CONDESE.

O CONDESE, meus prezados conterrâneos, está a serviço de Sergipe e do Brasil, pois realiza todo o seu trabalho para integrar o nosso Estado no Nordeste, cuja Região começa a desenvolver-se para a felicidade e prestígio da nossa Pátria que, hodiernamente, se projeta no mundo como uma aurora de esperança e de paz e como um exemplo de trabalho edificante.

AOS AGRÔNOMOS DOS TEMPOS NOVOS *

URBANO DE OLIVEIRA LIMA NETO

Exmo. Sr. Professor GERALDO CARLOS PEREIRA PINTO, digníssimo Diretor desta tradicional Escola.

Exmo. Sr. Dr. DANTAS JUNIOR, digníssimo Secretário da Agricultura, representando no momento S. Exa. o Sr. Governador do Estado.

Colenda Congregação e demais professores

Exmo. Sr. Governador da Cidade

Exmo. Sr. Dr. ORLANDO TEIXEIRA

Exmo. Sr. Dr. LAURO PASSAS

Exmas. Senhoras e Senhorinhas presentes

Jovens Acadêmicos

Ditosos Pais, meus ilustres companheiros de paraninlia

MEUS NOVISSIMOS COLEGAS

Relevem os que me ouvem a exteriorização neste momento de sentimentos pessoais, que, não há contê-los dentro d'alma. É sempre inflexível a filosofia do coração. Não custa muito silenciar o que pensamos; é, no entanto, muito difícil calar o que verdadeiramente sentimos.

Tôdas as vêzes que penetro os humbrais dêste templo de Ceres, profunda comoção se apodera de mim. Estes retratos. D. Pedro II, Visconde de S. Lourenço, Barão de S. Francisco, Bião e todos mais conduzem-me pelos caminhos das recordações, a uma fase em que a vida se me abria em verdadeira sinfonia de

* Oração de paraninlia na colação de grau dos Engenheiros Agrônomos de 1961, na Escola Agronômica da Bahia.

felicidade. Vejo-me no tempo em que, pleno de idéias e enamorado da profissão escolhida, vim com um grande amigo, que era meu Pai, ter ao monumental edificio de S. Bento das Lages, onde se guardavam estas relíquias e também se acastelavam os meus sonhos azues, as minhas ridentes illusões de adolescente.

Tudo era belo! Tudo era lindo! No vale, sôbre o tapete verde, erguiam-se, como ainda hoje, postadas em filas, as majestosas e quase seculares palmeiras imperiais.

Depois da imponente escadaria de mármore, no átrio de belo e venerando edificio que de cima de graciosa colina se mira nas águas tranqüilas do Sergipe do Conde, grupos de álares estudantes, os milionários da alegria, enchiam de sons e de vida a bela e ensolarada paisagem. No interior daquele cenáculo foram surgindo os mestres e amigos que ficaram perenizados nas minhas afeições.

João Ladislau de Cerqueira Bião já não era môço como naquele retrato; era uma figura privilegiada de ancião que ninguém conseguirá esquecer. Um tipo de varão perfeito; belo, polido, de cabeleira alvíssima, impecavelmente penteada, vestia-se com discreto aprumo, um sorriso complacente brincava-lhe sempre nos lábios finos, irradiava intelligência e ressumava bondade e a todos infundia respeito e admiração. "Meu avô" era como carinhosamente o tratávamos; beijar-lhe as mãos finas e bem cuidadas era o nosso afetivo cumprimento.

PEDRO COSTA, com sua extremada devoção a Ceres, era, antes de tudo um bom.

CÂNDIDO RIBEIRO, provector filho dedicadíssimo da Escola que dirigia.

MENDES DE SOUSA, a paixão pelo cumprimento do dever.

JOSÉ CARLOS RIBEIRO, notável em dedicação para conosco, os seus primeiros alunos.

ELPIDIO PARANHOS;

PIMENTA BASTOS, sempre indulgente. Dêstes e de todos os mais que não cito, para não alongar demasiadamente a lista, guardo uma terna recordação.

Aquela Escola Agrícola da Bahia, a primogênita do país, que outra não é senão esta Escola Agrônômica da Bahia; a esta Escola que, no presente, confirma as glórias do seu passado; a esta mesma Escola, agora magnificamente autorizada nas pessoas dos ilustres cientistas que lhe regem as diversas cadeiras, não posso deixar de render o comovido preito do meu filial afeto.

Perdoem-me, ainda um pouco mais. O reconhecimento e a saudade continuam impelindo-me a alma em busca do passado. No amorável recôncavo baiano, emergindo das águas dessa maravilhosa Baía de Todos os Santos, a Vila de São Francisco, postal de antanho, com seus ingênuos lampeões de querosene, saudosos dos menestréis que se foram, venerável na vetustez dos seus campanários empatinados, nos seus telhados enegrecidos e aclivosas ruas outrora povoadas de cadeirinhas de arruar, plasmou-se-me no rol das coisas que se não podem esquecer.

Naquelas praias onde as ondas depõem os seus "liriais cri-sântemos", naquelas areias cheias de valvas irisadas pelas cambiantes do sol em "ocaso no mar", onde Hiemanjá recebe as carícias das outras nereidas, ARTUR DE SALES, o mago das rimas, meu inesquecível amigo, dizia-me sempre em nossas caminhadas à hora do ANGEIUS, ou sob plenilúnios encantadores tudo aquilo quanto as musas lhe segredavam durante o dia. Tudo ali encantava, Ilha das Fontes... Cajaíba, um sonho que se fêz ilha, tudo era poesia; não foi, pois, sem razão que lhe deram o nome de um grande santo que foi também um grande poeta.

Mais adiante, encravada em esmeraldino esmalte de mangues e canaviais, a heráldica cidade dos barões, dos estadistas do império e também das morenas bonitas. Gloriosa nas suas tradições e grandiosa no seu porvir, Santo Amaro da Purificação, cidade fidalga, de coração generoso, no coração de sua gente. Cidade da estudantada ruidosa e das festas suntuosas. Cidade, onde a graça e a beleza passeiam de mãos dadas na praça da

Purificação, na Rua Direita, no Amparo ou nas Margens do Rio. Cidade que ficou na alma do adolescente que envelhece agora.

E a Bahia? Terra mater da civilização que, com o Barão de Macaúbas, Carneiro Ribeiro e Rui ensinou o Brasil a ler, escrever e a pensar e com Castro Alves, a cantar. A Bahia dos Abrantes, dos Cotegípes e dos Dantas; a Bahia de Teixeira de Freitas, a Bahia dos heróis da Independência e do Paraguai. A Bahia que encheu de técnicos o septentrião Brasileiro, a Bahia de Pirajá da Silva, Custavo Dutra, Sérgio de Carvalho e, por que não dizer, se nos encontramos neste cenário, de Landolfo Alves também? A Bahia do mais lindo Folck-lore. A Bahia do cacau, do açúcar, do fumo e da pecuária, a terra do ouro negro e das riquezas minerais, o meu entusiasmo, a minha admiração.

Honra-me, sobretudo, a condição de agrônomo; desvaneço-me profundamente com o título de Engenheiro Agrônomo pela tradicional Escola da Bahia.

Não leveis a mal, ó vós que me escutais, esta incursão pelos idos da juventude de alguém que muito pouco de si pode dar. É que esta hora marca o encontro de duas gerações: a minha, que já se encontra nas proximidades do ocaso da vida e a destes jovens que resplende em rutilante aurora. Une-se pois, ao passado, o Porvir.

Meus jovens colegas, que nesta hora atingis o cume da montanha dos vossos ideais. Não vos chamarei de AFILHADOS, como comumente se faz. Prefiro, usando o honrosíssimo mandato de representante de vossos pais, que tão generosamente me outorgastes, chamar-vos a todos vós, — de filhos muito amados. Os vossos pais que aqui se encontram, os que, por imperiosos motivos, não puderam vir e especialmente os que, já não vivendo neste mundo, vivem ainda no bem que fizeram e na saudade que deixaram, — estão todos presentes. Chegou para mim a felicidade de representá-los neste memorável acontecimento. Ouvireis todos a palavra dos próprios pais e dêsse milagre se encarregará um órgão comum a todos os pais e a todos os filhos, que se chama coração. Assim falarei chamando aos lábios os corações repletos de doçura que só nas mães se encontra e da ufania que transfigura os pais nos momentos gloriosos. Sei que sou instrumento imperfeito para interpretar tão perfeitos senti-

mentos. Supri, pois, as minhas deficiências com as delicadezas de vossas sensibilidades.

Sois, queridos filhos, vidas das nossas vidas, pedaços das nossas almas, razão das nossas lutas, glória das nossas conquistas. Os vossos sofrimentos sempre foram nossos sofrimentos. Convosco lutamos nós, vossos pais, por esta realidade em que se convertem agora sonhos tão enternecidamente acalentados. São nossas as vossas alegrias. É nosso também, porque é vosso, o triunfo que estamos celebrando.

Escolhestes uma sublime profissão, "a mais nobre ocupação do homem" segundo José Bonifácio, o Patriarca; a mais digna do homem livre, como dizia Cícero, *nihil homine libero dignius*. Com efeito, o agrônomo, corrigindo os defeitos da gleba, suprimindo-lhe as deficiências, melhorando as plantas e seus produtos, multiplicando e barateando a produção, constitui-se um maravilhoso instrumento nas mãos do Onisciente, do Onipotente Criador de todas as coisas. Zelando pela conservação do solo, empregando os meios para que seja preservado o imenso patrimônio que Deus nos legou com as espécies florestais, o agrônomo se estará empenhando pelo bem das gerações vindouras, estará "plantando o carvalho que dará sombra no futuro". É ele o grande acionador da produção, que garante a abundância preservadora da paz social e que varrerá a fome em seus múltiplos aspectos e funestas conseqüências.

Tanta sublimidade configura um sacerdócio; é, pois, com devotamento sacerdotal que deveis exercer a vossa dignificadora profissão. Do bom procedimento, da ação de todos os agrônomos, dependerá o conceito da nossa profissão, da nossa classe. É a agronomia uma profissão liberal ainda jovem. A primeira escola superior de Agricultura apareceu no mundo há pouco mais de um século e esta nossa querida Escola, a mais antiga do país, ainda não conta cem anos do tempo em que se apresentou como "Imperial Escola Agrícola da Bahia". E o tempo, a antiguidade, são fatores de prestígio. Com o subdesenvolvimento que se estende também à faixa da cultura, somente agora, e nos meios mais adiantados, o engenheiro agrônomo começa a receber um tratamento mais razoável. Isto porém, não se deve somente à incultura do meio. Forçoso é confessar e — com que tristeza o

faço — muitos dos nossos colegas mercantilizam aquilo que deveriam tratar com mais respeito e abandonam o campo e os livros. À procura de enriquecimento fácil, traem a Ceres e a própria dignidade, contribuindo para que os míopes não vejam no agrônomo senão mero plantador de batatas. Não é nas praias de banhos ou nas "boites" elegantes que o agrônomo poderá autorizar-se com a experiência das coisas agrícolas nem lucrar alguma sugestão que lhe melhore a cultura técnica ou que assegure perfeito êxito aos encargos a si confiados. Isto só acontecerá quando ele estoicamente se deixar ficar longas horas por dia no âmago do campo, entregando-se apaixonadamente aos misteres da sua nobilitante profissão. Somente assim procedendo e submetendo-se aos sacrifícios que o bom desempenho da profissão exige, respeitando religiosamente os dinheiros públicos, cumprindo fielmente todos os seus deveres, por penosos que sejam, é que o agrônomo conquistará o respeito de todos, fazendo subir assim o nível do conceito da sua classe.

Estes são os conselhos que pode dar quem em si reúne as experiências de pai e de agrônomo que sou há trinta e três anos.

Os tempos melhoraram, não há dúvida. O progresso tem feito sentir a sua ação. Nós, os da minha geração, fomos atraídos por uma profissão do futuro, que vós já encontrais no presente. Isto, contudo, não significa que o edifício do nosso conceito já esteja concluído. A vós, Agrônomos dos tempos novos, que iniciais agora a marcha para o futuro, está reservada uma grande missão. Da vossa fidelidade ao ministério que elegestes muito dependerá a conquista de melhores dias para a Agronomia e seus servidores.

O PROBLEMA DA HORA PRESENTE

Desejável seria, queridos jovens, estivesse em meu lugar alguém que pudesse aproveitar melhor este imperecível momento, oferecendo-vos uma última aula cheia de sabedoria, com a qual muito mais lucrariéis. Infelizmente é muito pouco o que eu tenho a dar; é apenas o que consegui amalhar de experiência no exercício de minha vida profissional.

Grandes responsabilidades vos reserva a vida prática. É que nela entraís na época que se tornará histórica com a Reforma Agrária.

Sobre tão importante quão momentoso assunto faremos algumas considerações em torno de determinados aspectos, uma vez que mais não permite o tempo no âmbito desta oração.

Trata-se de um problema social e jurídico que, de nenhum modo, poderia ser equacionado sem os termos fornecidos pela técnica que preside à exploração agrícola e outros mais só proporcionados por uma profunda experiência de vida rural. Em poucas palavras, — pelos verdadeiros agrônomos. Infelizmente, nem todos aquêles que debatem tão transcendental motivo se mostram disto apercebidos. Citam-se teorias — várias, autores terranteses ou alienígenas e deixam de considerar coisas que, não atendidas, poderão determinar o malôgro da iniciativa visada.

Sou pela reforma agrária e de há muito tempo. Segundo o professor José Calasans, ilustre homem de letras, atualmente integrado no meio cultural dêste estado, fui eu a primeira pessoa que, em Sergipe, falou publicamente em divisão da propriedade.

A propriedade é um direito assegurado pelas leis naturais. “E não se apele para a providência do Estado, diz Leão XIII, porque o Estado é posterior ao homem, e, antes que êle pudesse formar-se, já o homem tinha recebido da natureza o direito de

viver e proteger a sua existência. A limitação das propriedades é, porém, submetida à indústria humana e às instituições dos povos”, segundo ensina o grande pontífice da questão social. Ouçamos Pio XI: “Cada um deve, pois, ter a sua parte nos bens materiais; e deve procurar-se que a sua repartição seja pautada pelas normas do bem comum e da justiça social. Hoje, porém, à vista do clamoroso contraste entre o pequeno número de ultraricos e a multidão inumerável dos pobres, não há homem prudente que não reconheça os gravíssimos inconvenientes da atual repartição da riqueza”.

Estas palavras dirigidas a todo o orbe, encontram no Brasil, como em outras partes, a sua exata aplicação. Uma reforma agrária, justa, razoável, que bem se compadeça e, de maneira precisa, com as peculiaridades que caracterizam o nosso meio, poderá, pelo menos, diminuir o desnível que se observa entre aquêles que trabalham nos campos.

Será reformando a atual estrutura agrária que poderemos regular certos efeitos da monocultura que, dificultando as chamadas lavouras de subsistência, contribuem para a fome em seus múltiplos aspectos.

Como uma reforma agrária bem feita no Nordeste poderemos, fixando o homem à gleba de origem, conter as migrações que ameaçam esvaziar a nossa sofredora região.

Muitos municípios existem por aí, de futuro estrangulado, onde os seus habitantes, não encontrando terra para as suas plantações, e, nem ao menos mercado de mão de obra que lhes permita justo salário, vêem-se na contingência de pegar um “pau-de-arara” e se atirarem à aventura em lugares desconhecidos. Vemos, por conseguinte, que, mesmo a despeito de um índice demográfico sensivelmente baixo, temos necessidade de alterar a estrutura agrária vigente.

Sou, pois, como disse, pela reforma agrária. Uma reforma que se faça de acôrdo com a técnica, consultando a prudência e sem perder de vista a justiça, uma reforma que seja capaz de atingir aos seus respeitáveis objetivos.

Quero uma reforma agrária, como querem aquêles que sinceramente desejam o bem estar de todos, a justiça social, a paz, a felicidade da Pátria, enfim.

Para que isto aconteça, é mister, porém, muito cuidado, acurados estudos prévios, em que falem técnicos dignos de tal nome. Do contrário, o que se poderá esperar é maior desorganização, a subprodução e por fim o caos.

Em que pese à unidade espiritual e da língua, é o Brasil, em conseqüência da sua vastidão territorial, um país que apresenta diversificadíssimas condições. Disto resulta a mais evidente complexidade para a solução do problema que temos em tela. Tendo-se em vista tal complexidade que reclama cuidados especiais para que se não enverede por caminhos errados, não parece razoável precipitar-se em ritmo de *blitzkrieg* a solução de problema de tanta seriedade. Não podemos, portanto, compreender a razão, em nome da qual se intenta a reforma da nossa Carta Magna como o único meio capaz de permitir o alcance do fim colimado. Resolvida, entretanto, em baixa velocidade, poderá ser possível a supressão de certos entraves, alterar-se a trajectória de modo que evite causas capazes de produzir efeitos desastrosos.

Quem, andando em marcha mais reduzida, encontrar pela frente um imprevisto e intransponível óbice e não puder contorná-lo, verá diminuída pelo menos, a violência da colisão. Nada aconselha a pressa, inimiga da perfeição; tudo indica prudência e cautela. Nestor Duarte, na justificação do seu projeto de Lei Agrária, disse com muito acerto: "A reforma agrária brasileira não pode ser feita de um só golpe. Nem a história de povo ou de país algum justifica, pelo precedente, decisão tão peremptória. A própria Rússia de Lênine — em pleno curso da mais radical e da mais expropriante revolução do mundo civilizado — transigiu, desdobrando e desviando objetivos, no processo da socialização de sua organização agrária. A transformação social e econômica da nossa vida agrícola" continua o ilustre parlamentar baiano, "seja para modificar a forma de ocupação e exploração do solo, seja para alterar as relações jurídicas de propriedade territorial, há de vir por etapa. Plano que se desdobre numa política de diques contensivos e repetidos".

Iguais opiniões de pessoas outras igualmente autorizadas, poderia ainda citar, o que deixo de fazer em respeito à economia de tempo.

Difícil de compreender como seria possível realizar-se a reforma sem o tempo necessário para certas e indispensáveis providências que devem ser tomadas previamente dentre as quais avultam as que dizem respeito à preparação dos futuros proprietários.

Imaginemos quantos agricultores, capazes de dirigir uma propriedade agrícola, serão precisos para as novas propriedades quando o número das atuais fôr multiplicado por vários milhares. Teremos de admitir que os atuais parceiros ou meeiros, capazes, bem entendido, serão poucos para atender a esta demanda. A agricultura, diz Apolônio Sales, "não é profissão reservada aos ignorantes. Será, a meu ver, a mais difícil e mais complexa das atividades humanas, impondo conhecimentos generalizados e específicos". São condições de alta relevância para maior e melhor produtividade agrícola, a inteligência e a experiência que distinguem o bom lavrador. Note-se que não se pode improvisar um agricultor. Não basta para isso uma simples triagem. Não. É preciso uma verdadeira formação que só poderá ser obtida nas escolas de agricultura ou estabelecimentos congêneres, ou então pelos métodos tradicionais, quando, nascendo alguém no meio rural faz essa aprendizagem com o próprio pai. Todavia, num e noutro caso, vocação e tempo são fatores necessários.

E ademais, por que tão perigosa precipitação, se estamos num país jovem que, para cerca de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, conta apenas pouco mais de setenta milhões de habitantes.

Seria razoável que por uma pressa não apenas desnecessária, mas evidentemente prejudicial, se cometesse a clamorosa injustiça de arrancar-se a legítimos possuidores, sem a justa indenização, a propriedade adquirida muitas vezes ao preço de penosas renúncias?

Ficar-se no campo, sem nenhum conforto, sem assistência de qualquer espécie, sem garantias individuais e quando chega a velhice com os seus percalços, o prêmio, a aposentadoria que se reserva ao agricultor por tantos sacrifícios em prol da coletividade é uma violenta expropriação sem a justa indenização, no mais formal desrespeito à justiça! Seria a isso que se poderia chamar justiça social?

IMPORTÂNCIA DOS MEIOS

A TERRA

Muita gente há que ao ouvir falar em Reforma Agrária pensa logo nas propriedades de áreas mais extensas. Não há dúvida que a divisão da terra em áreas tanto quanto possível iguais corresponderia perfeitamente ao ideal de repartição da riqueza. Há, entretanto condições importantíssimas que tornam contraindicado o fracionamento de certas propriedades de grande extensão, principalmente na fase inicial. A indústria do açúcar e a pecuária de corte, por exemplo, que é justamente a de maior interesse social, só poderiam ser exequíveis em pequenas propriedades se o amadurecimento do nosso agricultor já lhe permitisse praticar o cooperativismo com toda a perfeição. Todavia não é isso o que ocorre. Encontramo-nos atualmente em maior atraso que os ingleses há mais de cem anos, quando criaram o cooperativismo. Os russos, para vencer este impasse, tiveram de apelar para o sistema de fazendas coletivas, as chamadas "Kolklosed".

Esta coletivização não pode ser alcançada, nem tampouco produzir os efeitos requeridos sem o emprego de medidas altamente compulsórias, como sucedeu nas Repúblicas Sociais Soviéticas, onde, a despeito disso, se verificou decréscimo da produção.

A fertilidade da terra, a riqueza da composição química, não têm tanta importância quanto a constituição física do solo, para a pequena propriedade, onde se terá sempre de plantar no mesmo lugar. O que mais interessa é apresentar-se a terra com as condições mais propícias à prática da adubação. Emanuel Franco, em suas experiências sobre adubação em Sergipe, tem verificado que as terras reconhecidamente pobres dos tabuleiros têm reagido muito melhor em relação aos fertilizantes, que os afamados massapês da zona canavieira da Cotinguiba. Está aí uma razão a ser considerada quando se cogitar no parcelamento da gleba nas zonas que atualmente servem às usinas de açúcar.

Condição que deve merecer o mais alto interesse é a possibilidade de se poder contar com água abundante e de boa qualidade. Existe no país uma incalculável cópia de terrenos que têm

permanecido inaproveitados por demasiados sécos, tendo já sido alguns dêles satisfatôriamente beneficiados com a irrigação artificial com a derivação das águas de cursos que possuem condições favoráveis para êsse mister. O São Francisco, por exemplo, captado a montante de Paulo Afonso, poderia, por gravidade ceder boa parte de seu respeitável volume a extensas áreas quase desérticas que atravessa. E já se têm elaborado planos grandiosos nêsse sentido e algo já se tem feito com êxito, mas em pequena escala. Levassem avante êsses planos em sua plenitude e ter-se-iam imensas extensões de terras boas e baratas para dividir com os elementos julgados em condições de saber aproveitá-las.

O Maranhão, com o magnífico sistema potamográfico, apresenta boas condições para a reforma e bem assim o seu vizinho Piauí, de baixíssima densidade demográfica e que dispõe de um rico lençol de água pouco profundo que permitiu em condições bastante econômicas a existência dos inúmeros poços artesianos que ali se encontram.

As grandes extensões de terrenos baixos em que se vão abrir os vales interceptados pelas barragens dos grandes açudes nordestinos também se encontram entre as terras facilmente irrigáveis, por não exigirem máquinas elevadoras dependentes de fontes de energia, sempre bastante dispendiosas.

TRANSPORTES

Injusto seria responsabilizar a atual estrutura agrária por tôdas as deficiências do abastecimento dos mercados e de outros males que emperram a máquina da nossa produção rural. Muitos dos impecilhos que têm determinado essa indesejável ocorrência poderão oferecer sua nefasta influência no regime que temos em mira.

A gritante insuficiência de meios de comunicação neste imenso país, tem funcionado como verdadeiro flagelo. Urge organizar-se a navegação, multiplicando-se o número dos navios, desassorear as barras arenosas, melhorar as instalações portuárias e também regulamentar de maneira razoável os trabalhos de estiva que, da maneira como vem sendo realizados, acabarão determinando o abandono daquele que devia ser o meio de transporte mais barato.

As estradas de ferro estão muito longe ainda do ponto a que é preciso chegar. Há quanto tempo a bitola larga que se deixou ficar em Belo Horizonte deveria ter atingido o Ceará?! É o que é que temos? Poucas e más estradas com precário material rodante. Para não correr risco de êrro, sòmente S. Paulo se apresenta neste particular em situação lisonjeira. A nossa centenária Leste, a que faz a conexão do Norte com o Sul, bem poderia ser qualificada como "Via dolorosa". Para que se possa fazer uma idéia, basta um fato: não tem esta ferrovia para o transporte de gado em todo o estado de Sergipe, mais qque dois carros gaiolas! Cumpre notar que por esta estrada deveria ser processado o transporte do gado tão intensamente comerciado entre os estados de Minas, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. É de estarrecer, mas é a verdade!

No setor rodoviário, não sei se o Brasil já deixou de ser contado entre os países mais atrasados em pavimentação na América. A despeito do progresso verificado últimamente, ainda não será honrosa a nossa colocação.

Nestas condições que ainda são as nossas, não há reforma que funcione bem.

ASSISTÊNCIA

O anelado aperfeiçoamento dos processos agrícolas, ideal acalentado já em tempos idos, ganha, nesta época de desintegração da matéria e da conquista espacial, uma ênfase notória. A técnica agronômica, não se deixou prender ao passado e tem acompanhado as demais na demanda do melhoramento. A assistência técnica de inquestionável necessidade, sempre que se visa a mais altos níveis de produção dos campos, adquire, por tais razões na reforma agrária uma importância difícil de ser excedida.

A reforma do Ministério da Agricultura e dos órgãos estaduais especializados na assistência a nossa gente campestre, é providência necessária e que há muito já deveria ter sido tomada. Entretanto ainda continua o desatualizado Ministério no tradicional desprestígio que sempre lhe votaram os responsáveis pela coisa pública. Enquanto a proposta orçamentária para o corrente exercício consigna para a manutenção das forças armadas cifras

que representam a percentagem de 22,04% sôbre a receita prevista, para o Ministério que tem a seu cargo o fomento da riqueza pública é reservada a pobreza de 4,14% apenas. A dotação para as Fôrças Armadas é superior, pois a do Ministério da Agricultura em mais de 400%

Essa assistência técnica que excita e defende a produção e a consequente rentabilidade das indústrias rurais, será inexequível se não se contar com significativa quantidade de bons agrônomos e veterinários. Felizmente a valorização destas carreiras já começa a patentear-se, caracterizando um fato auspicioso para o futuro da agricultura nacional. É preciso contudo que esta valorização continue em marcha ascensional a fim de que estas profissões liberais possam atrair as inteligências superiores com maior número de vocações. Assim teremos técnicos em quantidade e qualidade. E assim se poderá contar com assistência capaz de proporcionar os meios que lhe cumprem na reforma agrária.

CRÉDITO AGRÍCOLA

Em parceria com a exigüidade dos meios de transporte e de assistência técnica, a mingua do crédito agrícola tem constituído verdadeira muralha chinesa a barrar o progresso das nossas indústrias rurais.

Mesmo dentro da América do Sul que pretendemos liderar, temos, neste setor, uma posição de inferioridade relativa a dois países, pelo menos.

A reforma agrária fracassará indubitavelmente se as possibilidades de crédito, o aperfeiçoamento da prática da distribuição do mesmo, não progredirem e muito.

O crédito terá de suportar a sobrecarga do aumento numérico dos proprietários rurais e o extraordinário pêso resultante dos gastos exigidos por tôdas as instalações necessárias às novas e múltiplas propriedades, numa época em que o encarecimento da mão de obra e o custo dos materiais assumem as proporções conhecidas. A isso se deve juntar também o numerário para a aquisição das máquinas e semoventes.

É preciso crédito mais abundante, com menores taxas e prazos mais extensos.

O supervisionamento e, sobretudo, a fiscalização devem ser objeto da mais devotada atenção. Do exato funcionamento da fiscalização no emprêgo do financiamento obtido muito dependerá o retôrno do capital. Falhando êsses cuidados, difficilmente se conseguirá o equilíbrio do sistema agro creditício, sem o qual nada de bom será licito esperar.

Em certos casos, nas pequenas propriedades de área não superior a seis hectares, deve-se preferir um financiamento parcelado e semanal, de acôrdo com o trabalho realizado. A melhor maneira de conseguir-se isso será grupando pequenos proprietários em comunidades como núcleos coloniais, onde ficarão direta e imediatamente sob as vistas daqueles que lhes vão prestar assistência. A convivência com os colegas mais adiantados agirá em sentido melhorador, tornando mais viável a compreensão das próprias responsabilidades e das vantagens resultantes do bom cumprimento dos deveres contratuais.

Como se vê, é a colonização caminho certo.

COOPERATIVISMO

Modificando-se a atual estrutura agrária, impõe-se imperativamente a intensificação da prática do cooperativismo entre os pequenos proprietários. É o cooperativismo um grande multiplicador de possibilidades sempre que aplicado nas devidas condições. Se dêle não se tem feito ainda largo uso entre nós, é que o gráu de instrução do nosso povo ainda não chegou a lhe proporcionar melhores condições. A perfeição cooperativista se encontrará sempre na razão direta do adiantamento do meio. Esse meio propício somente poderá ser atingido pelo exercício do cooperativismo em associações que contem com os benefícios de uma dedicada assistência. No seio de agrupamentos coloniais essa assistência, como vimos atrás, poderá ser muito mais eficiente. O espirito destruidor da rotina encontrará a devida contenção, quando preciso fór, por meio de medidas um tanto compulsórias admissíveis numa organização social onde, em troca das vantagens auferidas, o agricultor se submete a um disciplinador regime. Por

mais estas razões é de concluir-se que a colonização é meio indicado de reforma agrária para os países de estágio de desenvolvimento igual ao nosso.

CONCLUSÕES

Considerada a importância que tem na reforma agrária o perfeito funcionamento da assistência em todos os seus gêneros, do Cooperativismo e do Crédito Agrícola e também que estas instituições encontram nos agrupamentos das propriedades rurais, o seu meio ideal;

Tendo-se em vista que a constituição destes agrupamentos ou colônias agrícolas realizadas metódicamente, por partes, de modo que torne mais fácil o trabalho e mais cômodo o dispêndio, ajusta-se perfeitamente ao ideal de reformas por etapas;

E também que da disseminação destas colônias no meio rural resultará certamente maior aceleração no processo educacional do rurícola;

E ainda que a reforma assim realizada atende a todos os seus objetivos, sem menosprezar a Justiça, que poderá ser feita inteiramente, dando a uns a terra de que precisam e aos que tiverem de cedê-la uma justa compensação nos termos da nossa atual Lei de base;

Temos que concluir que é na colonização que poderemos encontrar a solução do magno problema dos nossos dias. Embora seja esse um processamento demorado, tem nessa mesma lentidão a melhor garantia que se oferece à prudência.

E que razão há para tanta pressa, se apenas temos ainda oito habitantes para cada quilômetro quadrado? A fome de muitos — poderão responder. Mas essa fome, esse tremendo mal somente será afastado, se a reforma for prudentemente tratada, se não sair defeituosa. Assim não acontecendo, o que se poderá esperar é que, em vez da cura, se agrave o mal.

Inicie-se logo a reforma procurando-se amparar preferentemente os mais necessitados, que se mostrarem capazes de gerir uma pequena propriedade.

Façam-se as desapropriações quando o exigir o interesse social; não se perca, porém, de vista a Justiça. Justiça que não seja

unilateral, Justiça que pese com o mesmo pêso os direitos de uns e de outros, realizando com perfeição o "suum cuique tribuere" — principio basilar do Direito.



GOIVOS NOS CORAÇÕES

Dentre vós um não está visivelmente presente,
"Não se vai de todo embora
Quem fica numa saudade"

Tem razão o poeta. Hildebrando Machado Silva estará sempre entre os seus colegas; jamais sairá da lembrança daquêles que o conheceram. A êle esta homenagem dos pais dos seus colegas.

Palavras de agradecimento

Os pais são naturais avalistas das obrigações dos filhos. Temos, pois, nós, os pais, muito que agradecer e o fazemos com abundância de alma e coração.

Somos profundamente gratos aos ilustres Mestres que abnegadamente tanto deram de sua inteligência e saber à causa da formação dos nossos filhos.

Ao pessoal administrativo, que também cooperou para que chegássemos à felicidade dêste momento.

De um modo especial consignamos a nossa gratidão às excellentíssimas Famílias dos Professôres, que sempre dispensaram aos nossos filhos, distantes dos carinhos do lar, a fineza de uma generosa acolhida. Êste reconhecimento se estende também à amável sociedade desta simpática cidade de Cruz das Almas. Receba-o, Senhor Prefeito.

A Cruz, simbolo da Redenção das Almas, é também simbolo do passado. Cruz das Almas será, pois, a Cruz da Saudade, a

Cruz das Almas destes jovens que aqui passaram quatro anos felizes.

*

* *

Chegastes, finalmente a um momento histórico, que será contado entre os mais notáveis da vossa vida. Momento que separa duas épocas. Chegamos ao fim desta solenidade que marca também o término das vossas atividades de estudantes. Para trás ficaram os doces dias da infância e da adolescência. De agora em diante começa a vida para a qual vos preparastes. Já não sois filhos-famílias como até agora; estais todos plenamente emancipados, mesmo aquêles que não tenham completado vinte e um anos.

Ingressai na vida prática... Olhos fitos em Deus, segui confiantes, amando o Trabalho e prezando a Justiça e a Liberdade.

A Humanidade precisa do vosso labor; a Pátria vos convoca a lutar pela sua redenção econômica... ide, Soldados da Abastança. Ide honrando os nossos cabelos brancos, através dos campos arroteados ouvindo o matraquear dos tratores, glorificados pela pocira da gleba.

Nós, vossos pais, ficaremos rezando pela vossa boa sorte. SANTO ISIDORO DE SEVILHA, vosso inclito e sábio padroeiro vos protegerá.

Ide filhos queridos,
Deus vos abençoe.

Discurso proferido pelo desembargador João Dantas Martins dos Reis a 21 de Setembro de 1950, ao assumir o cargo de presidente do Tribunal de Justiça, para o qual foi eleito.

Eminentes Desembargadores,

Snr. Representante do Exmo. Governador do Estado.

Ilustrado Dr. Procurador Geral.

Senhores Advogados.

Minhas Senhoras.

Meus Senhores.

Todos temos as mesmas paixões de todos os homens. Não nos é estranho o amor, o ódio, a ambição, o desprezo, a bondade e a virtude. Sofremos as influências de uma lei universal que envolve e alimenta a humanidade.

Êstes sentimentos, porém, são relegados para outros planos, quando a grandeza de afastá-los está em nós mesmos, está com os próprios homens; quando êstes vencendo obstáculos se convencem que não somos perfeitos e isentos de defeitos e paixões. "As notoriedades artificiais, ganhas a custo de habilidades ou favoretismos", não podem nos iludir e entontecer. De nada vale a escola do elogio mútuo, dos adjetivos e louvores imerecidos. Nós somos o que somos. "Não há seres perfeitos, disse alguém. Ninguém está isento de mácula". "O homem não só engana os outros com freqüência, mas também se engana a si próprio. "Sofremos todos a influência do meio ambiente. Se convivemos com

homens bons, justos e virtuosos, também seremos bons justos e virtuosos. Recebemos êsses influxos, sem sentirmos, pelo princípio da endosmose. É por isso já dizia EMERSON, no seu notável livro — **Os superhomens** —:

“Nós aprendemos com os nossos contemporâneos o que êles sabem, sem esforço e quase pelos póros da pele”.

Assim vos falo, meus ilustres colegas, porque nós aqui não fugimos a essa lei ou regra universal. O nosso convívio algo tem da verdade que eu vos venho de repetir. Estamos a sofrer constantemente a influência uns dos outros, porém sempre para o bem, sempre para nos aperfeiçoarmos, sobretudo em a nossa vida de juiz, em a nossa profissão, das mais trabalhosas e difíceis de execução.

* * *

Em conseqüência da decisão do Supremo Tribunal Federal, que tem força de interpretação autêntica das leis, e a que temos de obedecer, tivemos de proceder a nova eleição dos órgãos dirigentes desta Côrte de Justiça. Se bem que seja de ser respeitada e cumprida, irrestritamente, aquela decisão, não podemos, com a devida vênia, louvar e abraçar a doutrina seguida pela mesma, porque importa no desprestígio do próprio Poder Judiciário. Com mais vagar os eméritos ministros que a proferiram terão de reconhecer as tortuosidades do caminho palmilhado, vendo que a razão está com os votos de outros ilustres ministros que foram vencidos, porque a Constituição Federal quando estatue que compete aos tribunais:

— eleger seus presidentes e mais órgãos de direção;

— elaborar seus regimentos internos, — quis assegurar ao Poder Judiciário tóda a sua autonomia e independência; quis evitar nos âmbitos da Justiça a intromissão de um outro poder, nos negócios pertinentes à sua vida interna e externa. As leis do Estado nesse particular terão de observar os princípios estabelecidos pela Constituição Federal. A Constituição do Estado não pode designar presidente para o tribunal, nem interferir alterando ou modificando o princípio da sua livre escolha, pela maneira da eletividade. Por assim ser foi que o preclaro RUY BARBOSA dissera muito antes, nos primórdios da república: —

“o que é defeso à legislatura é confiscar ou mutilar direitos que a Constituição reservou.”

A matéria pertinente a eleição do presidente do tribunal, foi o próprio RUY quem o disse, — é **INTERNA CORPORIS** e a éle exclusivamente reservada, sem a intromissão de qualquer outro poder. Daí é que aos regimentos dos tribunais deve competir disciplinar o assunto, de vez que nêles é onde deve estar o campo reservado aos mesmos tribunais quanto ao que diz com a sua vida interna, incluindo-se nesta esfera tudo quanto se relacione aos seus privilégios e prerrogativas. As regras **INTERNA CORPORIS** são, pois, tôdas as disposições interiores aos tribunais, isto é, as prescrições destinadas a disciplinar o seu funcionamento.

No regimento é onde “se estabelecem as normas a seguir na marcha dos trabalhos do Tribunal e demais disposições concernentes aos serviços da sua economia interna”, no dizer do ilustre ministro CASTRO NUNES (*Theoria e Prática do Poder Judiciário* pág. 117). “O alcance da Const. do Estado é condicionado pelos liberais postulados da federal”. (Carlos Maximiliano, *Direito Intertemporal*).

É, pois, da competência dos Tribunais, no regimem que adotamos, zelar pela sua autonomia, nos atos da sua economia interna e nos que entendem com a sua independência. É o que se infere dos dispositivos da nossa Carta Magna, quando estabelece normas certas e uniformes, para a organização da Justiça dos Estados.

Por isso mesmo foi que alguns tribunais do País deliberam, como fizemos, e como entenderam dois dos ilustres ministros do Supremo Tribunal, reeleger os seus presidentes, como sucedeu aos Tribunais de Justiça dos Estados do Pará, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e ao próprio Superior Tribunal Militar. Ainda é para se apontar ou mencionar o recente regimento interno do emérito Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, aprovado em 5 de Setembro de 1949, que, no seu artigo 9, permite a reeleição do seu presidente, quando assim dispõe: — O Presidente e o Vice-presidente serão eleitos, por escrutínio secreto, dentre os Desembargadores, na primeira sessão de cada ano e poderão ser reeleitos.

Se erramos, nós que votamos nos que foram eleitos e destituídos, erramos com ilustres Tribunais de Justiça dos mais con-

ceituados do País, sem querermos, por vaidade ou por capricho, alimentar ou fomentar discórdia entre os eminentes membros componentes dêste Colégio de Justiça. Mas, tendo resolvido o Supremo Tribunal anular a eleição, só teríamos que, em obediência completa à sua deliberação com fôrça de interpretação autêntica, como já acentuamos, proceder a nova eleição, como procedemos, na qual fui escolhido, por maioria de votos, para substituir o nosso ilustre colega destituído pela referida deliberação.

O afastamento do nosso eminente colega Desembargador HUNALD CARDOSO da Presidência dêste Egrégio Tribunal de Justiça deixa nesta casa, embora êle nela permanceça, um vácuo impreenchível. Porque nenhum de nós ignora o brilho da sua inteligência e a maneira bondosa, cordial, afetuosa com que êle dirigia os nossos trabalhos.

Apenas peço ao nosso bom Deus que me guie e inspire no cumprir a missão que me tocou, seguindo uma trajetória que não se distancie daquela maneira a que venho de me referir, que tanto enaltece e eleva o espírito e a personalidade do nosso ilustre colega.

A minha escolha, pela quase totalidade dos meus ilustres pares, tem unicamente a sua razão de ser, em virtude daquela regra geral de que tôda corporação precisa de um condutor. Sem êle não haverá ordem, porque até as próprias multidões precisam de quem as dirija, de quem as conduza. E é por isso simplesmente que eu aqui estou escolhido para presidir os nossos trabalhos, porém de igual para igual. Esta a realidade que deve ser dita sem reбуços. Nada farei sem o acôrdo sempre necessário a tôdas as resoluções colegiais. Serei, apenas, um encaminhador de trabalhos, dando-lhes ordem e presteza no seu seguimento.

"Quem se escravizou, voluntariamente ao trabalho desde a juventude, disse o Ministro BENTO DE FARIA, não se acostuma a inatividade, ainda quando possa ser desfrutada com dignidade". —

Tudo farei para ser diligente no cumprimento dos deveres inerentes ao elevado e distinguido cargo, que venho de assumir. O

meu maior cuidado será para atender o interêsse dos pleiteantes, a fim de que tenham uma justiça sempre rápida, porque — “a demora da justiça, é, como disse TAFIT, grande jurista e ex-presidente dos Estados Unidos da América do Norte, mais grave que a sua denegação.” —

— “Os autos nas mãos dos juizes, acrescenta RUY BARBOSA, não devem penar como as almas no purgatório.” — ... As divergências de opiniões no julgamento, quando há calor na discussão, não podem deixar ressentimentos. Narra um ilustre jurista escritor, que em geral os juizes não se agastam pela vivacidade da discussão, mas relembra — “que os ministros PEDRO LESSA e EPITACIO PESSÔA eram agressivos um contra o outro. Ambos notáveis, grandes conhecedores do direito, orador primoroso o segundo, de voz agradabilíssima, chegaram vez que iam armados às sessões, trocando ásperas palavras, manifestando que nenhum tinha medo do outro, prontos para qualquer via de fato, o que, entretanto, jamais ocorreu.” —

Relembro essa narrativa apenas para mostrar, como vos disse que o amor e o ódio são peculiares a todos nós, até aos grandes homens, figuras marcantes do nosso meio intelectual e jurídico. Mas tudo tende a arrefecer no meio, no ambiente em que vivemos.

No entanto devem manter os Tribunais, como disse OROZIMBO NONATO, clima descarregado de paixões e não se transformar em palco de controvérsias com desprestígio da Justiça.”

E por isso mesmo é que o ilustre escritor, há pouco referido, passa a lembrar na sua interessante narrativa: — “Outras vezes o convívio do Tribunal restabelece amizades outrora cortadas. Os ministros EDMUNDO LINS e ARTHUR RIBEIRO, ambos de Minas Gerais, tendo vindo do Tribunal da Relação daquêlê Estado, eram inimigos do Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, que também fôra desembargador e presidente daquêlê Tribunal. Ficaram porém amigos no Supremo Tribunal e até tiraram fotografia em conjunto, comemorando a reconciliação.” Vêem, pois, meus ilustres colegas a razão de ser de minhas palavras iniciais. Elas foram sinceras e decalcadas nas observações científicas e nos fatos que ocorrem todos os dias. Por isso

eu só poderei fazer votos para que o nosso convívio, cada dia seja mais amistoso e cordial tudo dependendo da nossa sinceridade.

Quero, entretanto, manifestar antes de concluir estas palavras, o desejo que nutro de contar com a eficiente colaboração de todos vós, para que bem possa levar a térmo o mandato que me foi confiado, pois não me cabe outro merecimento a não ser o de haver trabalhado pela Justiça, prestigiando-a como é do nosso dever.

Dos funcionários dêste Tribunal, do humilde porteiro ao digno, inteligente e zeloso Doutor Secretário, espero que me ajudem, pois, a quem dirige, a colaboração dos que o auxiliam vale tudo.

Antes de terminar estas breves palavras, volto-me, por um dever imperioso de cortesia, para o Ministério Público, aqui representado na pessoa ilustre do Dr. Procurador Geral, a quem presto as minhas homenagens de vez que "é êle o órgão da lei e o fiscal da sua execução". A independência do Ministério Público largamente preconizada pelos tratadistas, levou os nossos legisladores à verdade daquêlle postulado. Ao invés de mero agente do poder executivo, tem o caráter e faz parte de uma magistratura, a que já se apelidara de há muito, magistratura de pé.

E, por isso mesmo, dissera SARAIVA: — "a nenhum poder compete traçar regras do seu procedimento nos casos em que tenha de exercitar as suas funções." —

Pensamento êste que o incomparável RUY BARBOSA, em 1893, já houvera deixado transparecer nestas palavras:

"O órgão da Justiça Pública não é um patrono de causa, intérprete parcial de conveniências, coloridas com mais ou menos mestria: é rigorosamente a personificação de uma alta magistratura. (Atos inconstitucionais, pág. 11).

E por isso estou convencido que Sua Excelência, não exerce propriamente um cargo de confiança imediata do chefe do poder executivo. Tem e defende suas convicções. É um órgão da lei, pugnando pela sua execução.

A sua Excelência, pois, dispensarei, como sempre tôda a minha consideração e acatamento.

A ilustre classe dos advogados, aqui presente, nas pessoas dos seus dignos representantes, devo manifestar os meus agradecimentos.

O advogado tem nos juizes e neste pretório quando bem exercem a sua profissão; — “um lugar de honra, porque é o par constante do juiz”, o guia e condutor dos interêsses das partes e figura indispensável à composição do Juizo. O nosso imperecível RUY BARBOSA em discurso proferido no Instituto dos Advogados do Rio, em 18 de Maio de 1911, proclamou repetindo palavras de BRYCE: —

Pela sua vasta influência, essa profissão tem sido, ordinariamente, muito poderosa nos Estados Unidos.” E acrescentando, repetiu palavras de um autor da América do Norte: — “Assim que, em tôdas as nações livres os advogados são, por via de regra, a categoria de cidadãos, que mais poder e autoridade exercem. “A política, na sua maior parte, lhe tem ido parar às mãos”. É um bravo lutador pela obtenção da justiça, enfim pela ordem jurídica.

A tão ilustre classe só tenho que manifestar o meu sincero reconhecimento.

* * *

E, assim, dou por finda esta breve alocução, fazendo os meus mais sinceros votos pelas felicidades de todos vós, meus ilustres colegas, e pela continuidade do prestígio da Justiça, em Sergipe, aspiração que todos nutrimos.

O ASSASSÍNIO DO DR. JOÃO LADISLAU E SILVA

Zózimo LIMA

Não corriam as coisas com tranqüilidade naquele ano de 1849, em alguns pontos da Província, não só por causa da política, como, por outro lado, pelas ocorrências criminosas, com o registro constante de assaltos às propriedades, por bandoleiros adventícios, na maioria, como aquêlê fascinora Moura, que operava na zona do Rosário do Catête, inclusive raptos e seduçõs entre gente havida, pela fidalguia, por intocável no ambiente agrícola, rural.

Estava no govêrno da Província o Dr. Zacarias de Góes e Vasconcelos, homem rígido, enérgico, concentrado, frio, sarcástico, calculista, o qual seria, mais tarde, Ministro, espetacularmente derrubado, pouco depois, por Caxias.

O Presidente Zacarias, após tomar posse do govêrno, viu-se abarbadado com a questão do relógio da Igreja do Bomfim, de Laranjeiras, que êle desejava, à viva fôrça, trazer, por empréstimo, para colocá-lo na Matriz de São Cristóvão, capital que não passava de um burgo sujo e ladeirento.

Ocorre, ainda mais, para dar tratos à polícia e à justiça civil e eclesiástica, o horroroso assassinio, à traição, do Dr. João Ladislau e Silva, que exercêra, não fazia muito tempo, o cargo de auxiliar de uma das secretarias do govêrno.

Vivia aquêlê pacato bacharel, sem maiores ambições, alheio às tricas da política, na pacatéz do seu Engenho Jurema, uma légua distante do Rosário, namorando os canaviais de dentro da rêde de varanda, armada no alpendre da Casa Grande, e acordando

cêdo para assistir aos escravos no mister de ordenhar as gordas vacas holandêsas.

Preocupavam-no, é verdade, algumas vêzes, as extravagâncias da espôsa, d. Maria da Gloria de Faro Jurema, e a filhinha de pouco mais de um ano, Joana Ladislau de Faro Jurema, conhecida entre familiares por Jureminha.

No dia 2 de setembro de 1849, depois da faina diária no preparo do Engenho para a próxima moagem, o Dr. Ladislau, que gostava da cordial permuta de visitas, ordenou a um dos seus escravos de estimação, que lhe servia de pajem, selasse o rosilho esquipador e, acompanhado, pela estrada arenosa, firme nos estribos de prata, rumou com destino ao Engenho Piripiri, do seu velho e leal amigo Brigadeiro Gonçalo Pais Barreto Madureira, com o qual seguira, por insistência d'este, até à vila do Rosário do Catête.

Ao aproximar-se, de regresso, da cancela que se abria para o pasto de dentro do Engenho Jurema, o Dr. Ladislau notou, apesar da escuridão, que a mesma estava amarrada e ainda escorada por um pãu. Ordenou ao laçao que descesse da alimária e fosse desprender a corda e desenfincar a estaca.

Enquanto o serviçal se desencumbia do mandado, o Dr. Ladislau, sofrendo o árdego ginete, num movimento de recuo, recebe, à queima roupa, do capão de mato ao lado da cancela, um tiro, no peito, tendo servido de alvo, dentro da noite, de 7 para 8 horas, a alvíssima camisa engomada, que sobressaia do colête preto desabotoado.

Espalhou-se, célere, a trágica notícia. O laçao não conseguira por a mão no assassino, porque havia muita escuridão e vasto era o matagal em tórno da cancela e adjacências.

Como era sobremodo estimado o Dr. Ladislau, encheu-se-lhe a residência de amigos ruralistas, políticos, da sociedade de Rosário e localidades próximas. O velório foi cortina de discretos comentários, os mais desencontrados, tanto mais que a viúva demonstrava ausência de sentimentos próprios daquela circunstância. Deu-se logo conhecimento da sangrenta ocorrência às autoridades da Província, por intermédio do Dr. Antonio de Cerqueira Lima, juiz municipal e de órfãos, concomitantemente delegado de polícia do Rosário do Catête.

Circulou a notícia de carácter official, divulgada pelo Tte. Francisco Rolemberg Chaves, procurador da familia do Dr. Ladislau, que a viúva do assassinado se encontrava prêsa, coacta, no Engenho Massapê, do Major Francisco de Faro Mota. Esse fato foi levado ao conhecimento do Juiz de Direito de Laranjeiras, Dr. Manuel Felipe Monteiro.

O Presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, immediatamente determinou ao Chefe de Polícia, Dr. Antonio Joaquim da Silva Gomes, se communicasse, com urgência, para as mais enérgicas providências, com as autoridades policiaes e judiciárias da Província.

Por sua vez o Juiz Felipe Monteiro, por Portaria de 24 de setembro, ordenava aos escrivães Pedro Francisco de Almeida e Manuel Joaquim de Araujo fossem ao Engenho Massapê investigar sôbre o que ocorria com a viúva que constava estar ali encarcerada com a filhinha. O proprietário do Engenho negou tudo a pés juntos. Lá não se encontrava mais d. Maria da Gloria de Faro Jurema; tudo, disse aos escrivães, não passava de balélas do Tte. Francisco Rolemberg Chaves. E presente estava, com o irmão, o Capitão Felipe de Faro Mota, que declarara estar casado com a viúva do Dr. João Ladislau e Silva!... Julgue, agora, quem quizer, o móvel do crime, sem malicia.

Havia em tudo aquilo uma confusão dos diabos. No dia 24 de setembro o Dr. Chefe de Polícia communicava, em officio n.º 216, ao Presidente da Província, que "do Engenho Jurema, do térmo do Rosário, fôra violentamente tirada, no dia 17 do corrente, por Francisco de Faro Mota, com gente armada, a viúva do Dr. João Ladislau, que havia sido, há 15 dias, bãrbaramente assassinado".

O fato é que a viúva do Dr. Ladislau, depois do assassinio do marido no dia 2 de setembro, se casava, 18 dias depois, isto é, a 20 do mesmo mês, com o Capitão Felipe de Faro Mota! Foi um casamento a toque de caixa. Tenha-se em vista que o Vigário de Rosário do Catête não lhes quis dar a benção matrimonial, por, — no seu modo de entender e interpretar, — contrariar a legislação eclesiástica. As suspeitas do abominável assassinio reacaiam, como veladamente se comentava, em Felipe de Faro Mota.

Houve, entretanto, intervenção em favor dos apressados nubentes. O Vigário Geral, Cônego José Francisco de Menezes Sobral, assim se externara em officio de 25 de setembro ao Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos:

"Em cumprimento do officio de V. Exa. datado de 24 de setembro, e na mesma data recebido, acêrca do que trata o requerimento de Francisco Rolemberg Chaves, denunciando a V. Exa. violência feita à pessoa de d. Maria da Gloria Silva Jurema por Francisco Faro da Mota, para obrigá-la a casamento, tenho a informar a V. Exa. que sendo-me trazida, menos com a circunstância do rapto, pela vez primeira esta matéria pelos oradores Felipe de Faro Mota e d. Maria da Gloria, pedindo-me dispensa de parentesco de consanguinidade, entre ambos para poderem se casar, e juntamente de proclamas, e licença para celebrar-se o ato no oratório da casa do Engenho Massapê, residência do Major Francisco de Faro Mota, parente de ambos, atendi-os no seu requerimento, conforme supplicaram, como é do Direito Canônico; e depois replicando-me por não querer cumprir o meu despacho o respectivo Parocho, a pretexto de ter havido rapto com violência, declarando-me êles que não se dera tal violência no presente caso, despachei que fosse absolvido da pena em que porventura houvesse incorrido o nubente, **se veritas raptus** sendo primeiramente apresentado ao Reverendo Vigário do nubente, a quem ordenei que por si, ou por outro qualquer Reverendo Sacerdote aprovado e de licença sua, assistisse ao recebimento daquelles nubentes, atendidos os Direitos Nacionais, os da Exma. Mitra e Obras Pias e as Parochiais. Em consequência portanto desta minha determinação, achão-se casados os nubentes de que se trata, desde o dia 20 do corrente mês. Deus guarde a V. Exa. por muitos anos. Cidade de São Cristóvão de Sergipe, 25 de setembro de 1849. — Ilm.^o e Exllm.^o Sr. Dr. Zacarias de Góes e Vasconcelos, Pdte. da Província. (a) José Francisco de Menezes Sobral."

Eu não sei se o Cônego Menezes Sobral, político malabarista, administrador eclesiástico, parente dos Faros, indiciados, na voz do povo, como coniventes naquele crime, estava resolvendo de acôrdo com o Direito Canônico. Vivíamos, aqui, naquela época, distante da superior autoridade eclesiástica, que era o Exm.^o Sr.

Arcebispo Primaz, máxima autoridade deliberativa, para o caso. O que sei é que o Cônego Sobral não era respeitador do seu sagrado ministério, de vez que ao falecer, na sua Fazenda Caiçá, no termo de Simão Dias, a 4 de agôsto de 1854, deixara os seguintes filhos do leito com a sra. Maria Perpetua Pastora: José Bemvindo de Menezes Sobral, Maria da Glória Menezes Sobral, e Emilia Laura de Menezes Sobral, que se casara com o ambicioso Major João Manuel de Menezes Araujo, todos perfilhados por escritura pública de 14 de dezembro de 1852. Foi correto o Cônego, neste pôsto, não padecer dúvida, e merece os mais rasgados elogios.

Leiam, agora, os senhores, o documento seguinte, primor de desfaçatez e cinismo, escrito pela ex-viúva do infeliz Dr. João Ladislau e Silva, dirigido ao Cônego José Francisco de Menezes Sobral, respeitadas a gramática, a ortografia e o estilo. Era até mulher inteligente, como se verá.

“Exm.^o Primo: — Levada dos sentimentos de honra e parentesco, não me posso negar ao dever a que estou ligada para com V. Exa., não deixando de por-lhe ao fato de minha vida, a contar do infeliz estado da minha viuvez por cá, No dia 17 do corrente retirei-me do meu engenho Jurema, em companhia dos meus tios, para êste do Massapê, e ao depois ocorrências houverão, que me ligarão ao pensamento ao casamento. Casei-me no dia 20 do corrente, como sabe V. Exa., com o meu primo Felipe de Faro Mota, e estando muito satisfeita com o meu consórcio, e inda mais é o prazer quando vejo a satisfação dos meus parentes. Acontece que o meu parente Francisco Rolemberg Chaves, insinuado por pessoas e que são desafetos à meu marido, e a meus parentes, persuadirão que eu tenha casado forçada, e que vivia reclusa, espancada, e firme nestes principios tem se dirigido ao Exm.^o Presidente da Província com representações tidas falsas e caluniosas, e imputações só filhas da indignidade de pessoas mal intencionadas que dos enrêdos tirão o melhor partido.

Últimamente digo-lhe que não podendo vêr minha chara filhinha naquele dia, eu que vivia, por ser alguma coisa chuvoso, deixei ordem para remeterem-na para a casa de minha prima do engenho Pedras, para no dia seguinte ir a condução, eis quando o dito Rolemberg apoderou-se de minha filha, e até hoje resiste a

pé firme a não querer entregal-a, já ocultando, e já finalmente com outros palliativos, chegando até a deposital-a em casa do Barão de Maruim, soírendo eu até hoje a mangação mais solene que se tem visto e por mais que eu tenha recorrido á empenhos de pessoas de méritos, nada tenho conseguido. Hoje pois fui informada de que êsse Rolemberg fora para Sergipe, ter-se com o Exm.^o Presidente, pedindo força para separar-me do meu marido, do eu ainda receio são as consequências que dahí se podem seguir: portanto peço-lhe que faça crêr ao Exm.^o sr. Presidente que êsse homem quer do meu nome servir-se para tudo requerer, não devendo-lhe merecer crédito, por estar allucinado. Eu vivo satisfeita e só me restão os deveres a que estou ligada; a punição do horrendo atentado cometido contra meu finado marido, criar minha filhinha, e preencher outros deveres a que estou ligada; a mediação de V. Exa. para êsse caso eu a julgo necessária, porque sei da consideração que goza V. Exa., contando ser satisfeita, e por tudo darei graças a Deus por semelhante obsequio. Desejo a V. Exa. as felicidades possiveis como Primo respeitosa e obrigada creada. — (a) Maria da Gloria Faro Jurema. — Em 1.^o de outubro de 1849.”

Se se fizesse nessa mulher, de acôrdo com o teórico Berardinelli, minucioso estudo bio-tipológico, demorando-se, ainda, em exames endocrinológicos, constatar-se-ia a predominância das gónadas, responsável pelas incontinências e aceleradas explosões lúbricas, dahí justificando-se a ânsia de conúbio à pressa, com menos de um mês de sepultado o primeiro espôso.

Tudo terminou como jamais se esperava, porque Zacharias de Góes e Vasconcelos, enérgico e justiceiro como era, interessado na elucidação do horrendo crime, prisão e julgamento dos desalmados pistoleiros, passara o exercício do cargo a 17 de dezembro daquele mesmo ano de 1849, ao novo Presidente, Bel. Amancio Pereira de Andrade.

Quinze anos depois, a 14 de março de 1864, a bonita jovem Joana Ladislau de Faro Jurema — a Jureminha — enteada agora do Capitão Felipe de Faro Mota, pelo romântico e elegante Braz de Maciel era raptada, à fôrça, dos braços de Maria da Gloria de Faro Jurema, sua genitora, no Engenho Massapê, e levada para as matas do povoado Rancho, hoje Carmópolis, e com êle

passara, occultos, 21 dias, sem que fosse violada a sua virgindade, conforme declarara, por isso que se recusara a submeter-se a exame médico legal, como desejara o seu tutor.

A bela Jureminha veio a casar-se, anos adiante, esquecido o seu romance com Braz de Maciel, com o integro magistrado sergipano Dr. Gonçalo de Aguiar Boto de Menezes. Jureminha teve poucos anos de vida conjugal. Aqui faleceu e aqui foi sepultada, ao contrário do que escrevi alhures.

O Dr. Gonçalo Boto de Menezes, viúvo, convolara para segundas nupcias com distinta senhora da nata social da Paraíba, onde, faz muitos anos, faleceu no cargo de Desembargador do Superior Tribunal de Justiça daquele Estado, cercado do maior respeito e consideração.

Rendo-lhe, aqui, nestas linhas, as minhas homenagens póstumas na pessoa do seu muito ilustre e digno filho, jurista e escritor, meu dileto amigo Dr. Antonio Botto de Menezes.

CORRESPONDÊNCIA OFICIAL DO GOVÊRNO DA PROVÍNCIA DE SERGIPE COM O GOVÊRNO IMPERIAL (*)

Novembro de 1824 a fevereiro de 1825

NOVEMBRO

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio João Severianno Maciel da Costa, transmittindo a Representação pela qual os Habitantes da Povoação das Laranjeiras pretendem a Creação de uma nova Freguezia.

Ilma.^o e Exm.^o Senr — O Governo desta Provincia transmitta a V. Ex.^a para fazêr presente a Sua Magestade o Imperadôr a Representação incluza pela qual os Supp.es pretendem a Creação d'uma nova Freguezia entre as de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba e Santo Antonio e Almas da Itabaianna, conforme as demarçagoens indicadas na Attestação do Vigario Collado da dita de Itabaianna e aceitando-se para Igreja Matriz a Sumptuoza Capella offericida pelo Cap.mor José Matheos da Graça Leite Samp.^o. E julga o Governo que a referida pretensão merece a Imperial contemplação.

Deos G.e a V. Ex.^a Palácio do Governo de Serg.e 8 de Novembro de 1824 — Manoel Fernandes da Silveira.

(*) Continuação dos ns. 22, 23 e 25, Cópia do livro 1.081, existente no Arquivo Público do Estado — Consetvou-se a ortografia da época.

* * *

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra João Vícira de Carvalho sobre a Demissão do Côm.de das Armas desta Prov.^a Manoel da Silva Daltro.

SENHOR — Levo ao conhecim.to de V. Ex.^a para fazer presente a Sua Magestade Imperial as Actas da Conferencia extraordinária, que teve Logar nesta Provincia em 8 do mêz presente, para salva-la do eminente perigo em que se achava pela inconsideração e maldade do cômmandante das Armas Manoel da Silva Daltro. Das mesmas Actas alcançará V. Ex.^a o motivo por que elle immediatamente participára ao Governo, que por doente se retirava para sua caza na Bahia, condição pêla qual estêve o Consêlho por lhe parecêr conveniente o evitar por semelhante modo a mais terrível conflagração, vista a sopozição com que se propunha a oppozição o mesmo Comandante das Armas.

Entre as Copias que transmittio ao conhecimento de V. Ex.^a achará bastante prova das intensões com que elle obrava na d'um officio que derigio ao Proprietario Domingos Dias Coelho Ordenando-lhe que fizesse marchar p.^a a Cidade não só a Tropa de 2.^a Linha, e Ordenanças, como todos os sêos escravos e aggregados — Tal era a maneira contraditoria do seu comportam.to e a importância que lhe mericião os objectos mais sagrados que julgava defensavel por escravos de Eugenio o Imperial Throno de Sua Magestade o Imperadôr.

Com effeito na manhã do dia 10 se retirou por terra em direção a Ba.; com tudo o armamento e muniçoens que tinha recolhido em a sua caza, não dando conta dos dinheiros que houve da Thesouraria da Fazenda para pagamento dos Sôldos; nem entregando em fim os Livros e mais papeis pertencentes a Secretaria militar, como cumpria desde q. ficou a cargo do Governo da Provincia o Comando interino das Armas segundo resolveo o Consêlho. Esta Resolução com quanto não parêça legal todavia não deixa de sêr sensata e a mais propria a restabelicêr a bôa ordem e harmonia de que a Provincia precisa, mantendo-a em a referida Ordem em quanto Sua Magestade Imperial se Digna de provi-

denciar a este respeito a vista dos referidos Documentos, ou das provas judiciaes a que se procede. Nesta mesma occasião transmitto a V. Ex.^a por copia o 1.^o Officio q. recebi do Governo da Prov.^a de Piauhy. Delle verá V. Ex.^a o estado em que ella se acha e as requiziçoens que faz; as quaes não podendo ser satisfeita por esta Prov.^a attenta a falta q. padece de fornecim.to bellicos, com tudo he de esperar que o seião pela B.^a a quem sobre isto a representar. Apartada a origem da desordem existe a Prov.^a em paz, firme em sustentar a Sagrada Cauza do Brazil nem ella já mais se apartou destes sentim.tos. Deos G.e a V. Ex.^a Palacio do Governo de Serg.e 12 de Novembro de 1824 — Illm.^o e Exm.^c Sr. João Vieira de Carv.^o Do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra — Manoel Fernandes da Silveira, Presidente.

* * *

Para Sua Magestade o Imperadôr alias para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, Francisco Villela Barboza, remettendo as Relaçoens dos Empregados como Marinheiros nos Portos desta Prov.^a

SENHOR — Tenho presente as Portarias de 4 e 6 e os Avisos de 11 e 14 de 7br.^o do anno corrente. A 1.^a pela ql. Sua Magestade o Imperadôr me ordemna a remessa agora, e nos annos seguintes d'um mappa do numero dos Carpinteiros dos estabelecimentos de cortes de madeiras, e dos de cordoarias na forma especificada. A 2.^a para que haja de enviar de trez em trez mezes uma Relação dos Officiaes da Armada Nacional Imperial q. prezistissem nesta Provincia, declarando em que se occupão e por Ordem de quem.

E ficando certo do seu contheudo, tenho empregado os meios a meu alcance para quanto antes cumprir a primeira pois que a respeito da segunda, por esta vêz, sou a declarar a V. Ex.^a q.

nesta Provincia não existe Empregado nem por empregar Official algum da Armada Nacional Imperial. Em quanto ao 1.^o Avizo: tendo remettido em 23 de Agosto as Relações dos Marinheiros pertencentes aos Postos da Estancia, Laranjeiras e Villa nova, nesta occasião remetto as dos ditos de Serg.e e Maroim não indo de persi a do de Santa Anna por ficar convenientem.e incluída naquella do Porto do Maroim. Pelo q. respeito ao 2.^o e ultimo Avizo: justam.e inteirado do seu contheudo, satisfarei ao q. nelle me he cômunicado com o prazêr e promptidão q. me incumbe procurando sempre merecêr a confiança de q. Sua Magestade o Imperadôr me Julga Digno.

Deos G.e a V. Ex.^a Palacio do Govêrno de Serg.e de Novembro 22 de 1824 — Illm.^o e Exm.^o Sr. Francisco Villela Barboza — Manoel Fernandes da Silveira.

* * *

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, Clemente Ferreira França sôbre a remessa d'uma relação do estado actual das Justiças nesta Prov.^a

SENHOR — Tenho preze: as Portarias de 4 e 6, e os Avizos de 11 e 14 de 7br.^o do anno corrente. A 1.^a pela qual Sua Magestade o Imperadôr, pelas saudaveis razoens q. expende, me ordemna a remessa d'uma relação circunstanciada do estado actual das Justiças nesta Prov.^a declarando os abuzos q. se devão evitar os melhoram.tos e reformas q. parecêrem convenientes assim no Fôro, como nas Braçagens e molum.tos dos Escrivaens e Off.es e tudo o mais q. possa concorrêr para a melhor administração da Justiça e bem dos Povos. E assim inteirado do seu contheudo, tenho empreg.^o os meios nr.os para quanto estiver ao meu alcance.

Deos G.e. a V. Ex.^a Palacio do Governo de Serge. 22 de 9br.^o de 1824 — Illm.^o e Exm.^o Sr. Clemente Ferr.^a França — Manoel Frz. da Silveira.

* * *

Para o Ministro e Secretário d'Estado dos neg.os do Imperio João Severianno Maciel da Costa.

SENHOR — Tenho presente o Avizo de 24 de 7br.^o do anno corre. pelo qual V. Ex.^a em Nome de Sua Magestade o Imperador me participa q. o Mesmo Augusto Sr. a vista do Off.^o de 24 de Agt.^o q. accompanhou a Representação de alguns Habitantes desta Prov., Houve por bem q. eu expedisse as ordens necessarias para q. se procêda na forma da Ley, sôbre os Individuos q. indicavão como Portuguezes Inimigos da Sagrada Cauza do Brazil. E inteirado assim do seu contheudo, sou a representar a V. Ex.^a que lhe não poderei dar immediato cumprimento por me faltar o necessario conhecimento dos arguidos e da qualidade das inculpações; o que some. constava d'aquella Representação que foi. Deos Ge. a V. Ex.^a,

Palácio do Governo de Serge. 22 de Novembro de 1824 — Illm.^o e Exm.^o Senr João Severianno Maciel da Costa — Manoel Fernandes da Silveira, Presidente.

* * *

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra João Vieira de Carvalho, sobre a Promoção do Cap.mor David d'Oliveira Lima, e Capm. Vicente Roiz Vieira.

SENHOR — Tenho presente o Avizo de 14 de 7br.^o do anno corrente, pelo qual V. Ex.^a em Nome de S. Magestade o Imperador me participa que o mesmo Augusto Senhor Houve por bem Promovêr por Decretos de 17 de Agosto a David d'Oliveira Lima e Vicente Roiz Vieira, o 1.^o do Posto de Cap.mor das Ordenanças da Villa de Santa Luzia; e a 2.^o ao de Capitão da 2.^a Comp.^a d'aquellas da Villa de Santo Amaro das Grotas. E completame. inteirado do seu contheudo tenho scientificado aos proprios agraciados para solicitarem suas Patentes, como incumbe-me na conformidade do Decreto de 11 de Novembro de 1822.

Deos Ge. Palacio do Governo de Serge. de Novembro 22 de 1824 — Illm.^o e Exm.^o Senr João Vieira de Carvalho.

* * *

Para o Ministro e Secretario d'Estado do Consêlho Supremo militar, João Valentim de Faria Souza Lobatto.

SENHOR — Tenho presente os Avizos de 10 de Junho, 20 de Julho e 9 de 7br.^o do anno corré. o 1.^o acompanhando os Exemplares da Provizão pela qual Sua Magestade o Imperadôr Houve por bem concedêr aos Officiaes da Armada Nacional Imperial os vencimentos constantes da mesma. O 2.^o acompanhando os Exemplares do Decreto de 27 de 8br.^o do anno passado e o Plano e Estampas dos uniformes, que devem uzár os referidos Officiaes. E o 3.^o pelo qual o Mesmo Augusto Senr. Manda Recomendar q. nas Patentes dos Postos de 2.^a Linha e Ordenanças cuja Authoridade de Provêr he da competencia dos Presidentes das differentes Províncias do Imperio, se declarem positiva, expressa e circunstanciadame. os motivos das vagas com as circumstancias ahi especificadas.

E assim inteirado do seu contheudo, posso assegurar a V.S. que falo-hei effectivo como cumpre. Igualmente tenho em vista a Provizão de 21 de Agosto, que diz respeito aos Emolumentos das Patentes dos Officiaes na conformidade dos Decretos de 12 de Abril, 16 de Maio e 11 de Novembro de 1822, a qual não poderia ter effeito se não d'agora em diante em quanto as Promoçoens de 1.^a Linha por não haver alguma que fosse approvada, nem se têr observado a Letra do ultimo Decreto de 11 de Novembro de 1822, no que he peculiar. O que tudo V.S. se Dignará de levar ao Imperial Conhecimento pelo mesmo Conselho Supremo militar. Deos Ge. a V. Ex.^a Palacio do Governo de Serge. 22 de Novembro de 1824 — Illm.^o Senr João Valentim de Faria Souza Lobato — Manoel Fernandes da Silveira.

* * *

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra João Vieira de Carvalho, participando do estado actual dos Corpos de 2.^a Linha d'esta Prov.^a

SENHOR — Pelo Officio que dirigi a V. Ex.^a dos ultimos movimtos d'esta Provincia e sua pacificação em consequencia do que se resolvêo na Sessão extraordinaria de 8 do mesmo mêz, e successiva retirada do Comante, das Armas Manoel da Silva Dal-tro, igualme. fazia certo a V. Ex.^a q. na mm.a sessão se resolvêo, q. o Comando das Armas ficasse provisoriamente reunido ao Go-verno como das Actas, q. incluzas transmitti por Copia.

Esta ultima resolução, sendo apropriada, como a experiencia tem mostrado para restabelicer a segurança, e confiança publica não me parece com tudo a mais conveniente para q. eu dêva continuar por m.to tempo a Comandar as Armas; assim por que essa attribuição me não compete, como por q. muito urge entrar em certas reformas, que apesar de authorizadas em Ley; sem Or-dem special, e speciaes providencias de Sua Magestade o Impera-dor, he de prezumir, que não tenham o milhor resultado. Por di-versos Officios q. tenho dirigido por essa Repartição dos Nego-cios da Guerra, me propuz levar ao Imperial Conhecim.to o esta-do de desordem em que se achavão as couzas Militares nesta Pro-vincia: agora o repito de nôvo a V. Ex.^a e a proposito participa-rei da data dos primeiros ensaios da Independencia desta mesma Provincia. Antes de 10 de Fevereiro de 1821 havia 6 Regim.tos; a saber quatro de Infantaria e 2 de Cavalleria, alem d'um Esqua-drão, todos de 2.^a Linha, mais ou menos na forma em que os havia posto o Benemerito Marechal Felisberto Caldeira Brant, como Inspector Geral da Provincia da Bahia de quem esta então fazia parte, como sua Comarca. Se elles assim se conservassem, somente com as alteraçoes ordinarias, toda a reorganização e re-forma era facil, succetivel de milhora e apprazimento geral; mas no estado prezente deve se suppôr mui differentemente. Desde que aqui esteve o ex-Governador Burlamaqui, as medidas ou mu-danças tem sido continuadas; e o mais he que sempre para peor. No pouco tempo que servio o mencionado ex-Governador houve Promoções no da Junta Provizoria da Bahia (que fez retrogradar denôvo a Provincia ao antigo estado de Comarca) algumas tam-bem houve e mais desarrasoadas, por que similhante Junta alem devêr as couzas de longe, não sendo ligítima, parecêo adoptar o Plano de contentar indistintam. para cimentar e adquirir Pro-selytos.

Sucedêo-lhe o Govêrno de 1822, que se bem sabio e Patriota, todavia nada melhorou neste ramo, porque todo da competencia do General Madeira, como se sabê, empenhando por fazer valioza a Cauza de Portugal; novas mudanças aos auspicios das circumstancias e affecção dos Partidos. Durou isto the que transito o General Labatu. Devidida a Provincia entre os que anhelavão pelo successo da Cauza de Portugal; e os que se expunhão pela do Brazil, he facil de vêr o que acconteciria entre Povos extranhos em politica, intolerantes e extremame. ciozos. Superando o Partiçô Brasileiro seguem-se as emigraçoens, as demissoens e o mais. E como o General Labatu tinha muito em vista salvar a Patria em conjunctura similhante, foi empregado nos Logares vagos e concedendo gradaçoens aquelles que via distinguirem-se milhor no Serviço; mas por meio de Nomeaçoens avulsas e as mais dellas sem precedencia de Propostas; por que athe alguns daquelles que as deverião fazêr, occultos então inda esperavão pelo exito das couzas para procurarem os Emprêgos que abandonavão, durante o perigo e a indecisão. Segue p.^a a Bahia o General Labatu deixando em seu Logar o Coronel Graduado em Brigadeiro José de Barros Pimentel; cuja maneira de obrar semêlha a do General que o nomeou.

Sucedêo-lhe por alguns dias o Tenente Coronel José Eloy Pessoa, que tambem alterou e innovou. Ainda assim mesmo se as couzas ficassem neste estado, estarião talvez hoje bem aproximadas aos seos devidos termos; mas não. A Junta Provizoria, que me precedêo, composta de pessoas absolutamente noviças em a sciencia de Governar, quanto mais se hia dando aconhecêr, tanto maior necessidade têve de se fazer mantêr; e porque o não conseguira de outro modo (visto que athe fôra illegitimamente eleita por um grupo da Cidade no maior grão de exaltação e effervescencia) cuidou de contentar com a elevação por extraordinarios accessos a todos os que a circulavão e fazião sua a Cauza da conservação da m.ma Junta: uns subião aos Postos por Mercê a titulo de Serviços prestados, outros por offerecêrem donativos de modo que ficarão sendo Coroneis alguns dos que erão Alferes e ainda não confirmados Tenentes Coroneis, pessoas que nunca tiverão outra Praça, os Sargentos mores graduados imensos; as reformas em tudo disconformes: emfim couzas inauditas.

Isto pêlo que toca a 2.^a Linha. Em quanto a 1.^a Linha he para notar que vindo athe aqui em companhia do mencionado Tenente Coronel José Eloy Pessoa trez Militares do 1.^o Regimento da Provincia da Ba., a saber, o Tenente Antonio Joaquim da Silva Freitas, o Ajudante Francisco Glz da Cunha, e o 2.^o Cadête Manoel José de Magalhaens, se fizessem o 1.^o Tenente Coronel, o 2.^o Sarg.mor, e o 3.^o Capm. sem q. ao menos tivessem passado com suas Praças para esta Provincia, nem fizessem nada de extraordinario que não fosse a proporção do que tem subido ao Imperial Conhecimento com a prova de Devassas e Sumarios. A similhaça d'aquelles se seguirão 3 Capitães, dous dos quaes erão feitos de paizanos, assim como a maior parte dos Subalternos só por que se comprometterão a numeração de certas quantias, que sendo stipuladas para as urgencias da Guerra, somente se verificarão em Creditos ulterioirme. pagos em açucar e por taes prêços, que sendo por ultimo almoeda assim m.mo derão de prejuizo a Fazenda Publica m.to perto de 1:000\$rs; entretanto q. os tais Officiaes contribuintes logo depois q. se envistirão nos Postos se fizerão pagar soldos e por uma tarifa muito superior a que regula no Imperio. Sobêjas provas de tudo isto achar-se-hão tambem nessa Secretari d'Estado, e avista dos Requerim.tos, Propostas, e Dyplomas q. para confirmações alternadamente chegarão ao Imperial Conhecimento, Imprenhendêr o melhoramento de couzas tão desregradas, especialmente pelo que dezia respeito aos Sôldos, era do meu devêr, attento o estado em que se achava a Fazenda publica. Comecei com muito vagar e prudencia; mas a Tropa e alguns dos que se nutrião nos desvarios da administração que acabava, julgando que não devêrão sêr interrompidos na posse e fruição em que se achavão; projectão derribar o Governo por meio da conspiração de 28 de Abril, que foi malograda.

Se o Cômandante das Armas que chega tão oportunamente, he um Homem qualquer que não fosse o Coronel Manoel da Silva Daltro, provavelmente a Provincia estava agora em uma situação feliz; pois que elle bem longe de encaminhar-se como devia desde q. entrou a Provincia aliaz desde q. entrou nesta Provincia propôsse a Cauza dos prêços d'aquella conspiração, tanto assim que tendo-se empossado do Cômando das Armas no dia 10 de Junho na noite de 28 do mesmo poria em pratica o premeditado Plano

d'uma conspiração se bem ao facto de tudo eu não conseguisse frusta-lo por meio das providências que immediatamente dei. Continuando assim mesmo o Cômandante das Armas no seu exercicio, longe de mudar de conducta depois d'aquelle criminôzo procedimento, continuou assim para melhor. Conhecendo que um grande numero de Proprietários da Província uzavão das insignias dos Postos, illegal e absurdamente obtidos, tomou o expediente de lizonjea-los, affirmando q. tinhão sido mui bem providos q. dava sua palavra de honra, que havião ser confirmados; q. já tinha representado a Sua Magestade o Imperadôr a prol de suas confirmaçoens, e assim por diante. Adoptou de envolta a medida lucrativa de crear novos corpos, dissolvendo alguns dos antigos Regimentos, sem que conhecesse do estado destes; com excluzão do transcendente n.º dos Officiaes existentes, passou logo a promover pessoas insufficientes, e athe menores de 16 annos, aos quaes immediatamente conferio Patentes. por esta fiel exposiçãõ ajuize V. Ex.^a sobre o barulho em que está a Força militar, pelo q. toca a forma e organizaçãõ. Pelo que toca a disciplina não houve tambem milhora — Alem da Sõma de Ajudantes a maior parte ineptos, o Côm.de das Armas accumulava mais os q. lhe parecia. E devendo ter muito em vista o Alvará de 17 de Novembro de 1802, e os Decretos de 23 de Março, 12 de Abril e 16 de Maio de 1821; jamais por elles se regulou.

Sua Ley era a sua vontade; todo o seu empenho ganhar opiniãõ e aproucurava por onde todos aperdem. E como seu fito era superar o Governo, e o Governo se derigia pela Ley, sua direcçãõ lhe vinha sempre a ser opposta. Em q.to a este objecto eu diria que os Postos conferidos contra a Ley não podião ser confirmados pois q. sobêjos Exemplos havia. Elle impunha affirmava o que já disse. Eu deplorava a despêza inutil, que se fazia com tantos Ajudantes e Sargentos mores ineptos.

Elle lhes prodigalizava louvôres, promettia-lhes augmento de Soldos e lhes augmentava o numero. Pelo q. venho de apresentar digne-se pois V. Ex.^a de intercedêr pela providencia, quanto antes d'um Cômandante militar da Imediata e Imperial Escolha e pela vinda dos Off.es e o mais que especifico na relação incluza. Deos Ge. a V. Ex.^a Palacio do Governo de Serge. 24 de Novembro de

1824 — Illm.^o e Exm.^o Senr João Vieira de Carvalho — Manoel Fernandes da Silveira.

Relação a que se refere o presente Officio.

Duas mil armas para Caçadôres afim de se devidirem pêlos Corpos que ha na Provincia, Vinte Peças de Artilheria que sirvão para as Fortificaçoens, que devem guardar as três Barras, da Estancia, Sergippe e Cotinguiba, As carretas competentes e mais Palamenta.

As Praças aliaz as Peças podem ser de calibre 9 e 12.

Hum Official de Artilheria para instruir nesta Arma as Praças que devem guaruicêr as Fortificações respectivas aquelles Logares.

Hum Official Engenheiro. Que se precisa muito nas circumstancias em que se acha a Provincia.

Dous Capitaens de Caçadôres — Para a primeira Linha, que se acha prezentemente reduzida a duas Companhias, que he o que basta e corresponde ao estado actual das possibilidades da Fazenda publica da Provincia. Trez ditos para servirem de Sargentos morés de 2.^a Linha — a saber dous de Caçadôres, e um de Cavalteria.

NB. Os Corpos de 2.^a Linha são muitos mais de trez; mas como entre os Sargentos morés existentes alguns se tornarão habeis por meio da instrucção; esses que vierem entrarão nas vagas das que forem encarregados do Serviço por cauza de reforma, demissão, ou similhantes. O referido poderá ser provido pela Corte, e pêla Bahia com Ordem Special. Palacio do Governo de Serge. 24 de Novembro de 1824.

* * *

Para Sua Magestade o Imperador, sôbre o Requerimento do Cap.mor Joaquim Miz. Fontes.

SENHOR — o Requerimento do Suppe. Joaqm. Miz. Fontes, sôbre o qual Vossa Magestade Imperial me Manda informar pêlo Avizo de 22 de setembro, me manda aliaz me parece digno da Imperial Consideração. Alem dos Serviços que pelos Documentos que juncta, mostra ter prestado, continua a mostrar-se com

a maior adheção a Sagrada Cauza do Brasil; e jurou a Constituição politica do Imperio nesta Cidade no Dia 6 de Junho.

Vossa Magestade Imperial lhe Defirirá conforme for justo.
Palacio do Governo de Serge. 25 de Novembro de 1824 — Manoel Fernandes da Silveira.

* * *

Para o Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios do Imperio, João Severiano Maciel da Costa, participando de se haver festejado com applauzo o Nascimento da Princêza.

SENHOR — Pêla Carta Imperial, que recibi ontem com data de 2 de Agosto do anno corrente, pêla qual Sua Magestade o Imperadôr Houve por bem Participar-me q. foi Deos servido Abençoar este Imperio com uma Princêza, que Nascêo no mesmo Dia de Sua Magestade a Imperatrix. Com o maior jubilo por tão fausta Noticia imediatame. fiz expedir as determinaçoens necessarias afim de sêr Festejada com as maiores demonstraçoens de applauzo e regozijo, designando para a grande solemnidade nesta Capital o Dia 1.º de Dezembro athe por ser o mesmo do Anniversario da Coroação e Sagração de Sua Magestade o Imperadôr.

O que V. Ex.^a se dignará levar ao Conhecimento do mesmo Augusto Senhor. Deos Ge. a V. Ex.^a Palacio do Govêrno de Serge. de Novembro 25 de 1824 — Illm.^o e Exm.^o Senr. João Severianno Maciel da Costa — Manoel Fernandes da Silveira, Presidente.

* * *

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra João Vieira de Carvalho, accusando a remessa dos Sumarios a q. se procedêo pêlos acontecim.tos da noite de 28 de Junho, e antecedentes ao dia 8 do corre.

SENHOR — Remetto a V. Ex.^a para fazer presente a Sua Magestade o Imperadôr, e têrem a competente direcção os Sumarios a que se procedéo pêlos acontecimentos da noite de 28 de Junho e antecedentes ao dia 8 do corrente, em que a pretêxto de molestia deixou de continuar em suas funcçoens para se retirar a B.^a o Côm.de das Armas Manoel da Silva Daltro que com effeito d'aqui partio no dia 10, como já participei a V. Ex.^a pelo Officio da datta de 12.

Deos Ge. a V. Ex.^a Palacio do Governo de Serge. de Novembro 26 de 1824 — Illm.^o e Exm.^o Senr João Vieira de Carvalho — Manoel Fernandes da Silveira.

LENDAS SERGIPANAS (*)

1 — Vivaldo

Era um praieiro reputado como tipo da robustez ou da força física.

Não havia quem o vencesse em toda a redondeza de S. Cristóvão e crêem os seus contemporâneos que em parte alguma do mundo, e diz-se que suspendia prazenteiro um esteio por mais pesado que fôsse.

Era um verdadeiro prodígio, mais potente que o Sansão bíblico.

Conta-se que já na velhice, muito arruinado, embarcara-se, apesar de doente, e quase sem poder mais remar a canôa em que ia; mas, para deixar, como deixára até hoje, a lembrança do que tinha sido, encontrando uma outra embarcação, aliás bem tripulada, cujos tripulantes pretenderam menoscabar de seu estado valetudinário, surrou-os com uma só remada.

Dai o dizer-se em S. Cristóvão, quando se quer fazer referência a um homem de força física prodigiosa: — É um Vivaldo. (De O Estado de Sergipe, de 13-3-1904).

2 — Rita Cacête

É crença popular que no tempo da invasão dos holandêses uma pobre forasteira procurou alívio para suas infelicidades na plaga Cristovense.

[*] Estas lendas foram coligidas e publicadas pelo intelectual sergipano Prof. Severiano Cardoso, então redator-chefe do "O Estado de Sergipe", do tempo jornal oficial do governo do Estado. Sairam na referido jornal de 13 a 31-3-1904. Para dar-lhes maior divulgação e perenidade na memória pública, resolvemos transcrevê-las neste número de nossa Revista. Não foram assinadas pelo seu ilustre colecionador.

Era, porém, vista entre os próprios colonos portugueses como uma bruxa ou feiticeira.

Tendo uma filha, que era um primor de formosura, saía a esmolar para ela pelos arredores, arrimada a um bordão, por, quase, já não poder andar.

Os garotos apupavam-na e enxotavam-na exclamando: sai-te d'aí, Rita Cacête, fazendo alusão á vara nodosa em que se aguentava para andar.

Ela refugiou-se para o lado das Pedrinhas e, um dia adoeceu sua linda e interessante filha.

Apareceu-lhe a Mãe d'Água e disse-lhe compungida do estado da jovem enferma: Eu curarei tua filha! Anda comigo!

Andaram, e chegando á beira de uma fonte ensombrada por uma árvore secular, a Mãe d'Água falou: Imerge-a!

A velhinha obedeceu, e de repente a fonte cobriu-se de alvíssima fumaça. Depois do banho a moçoila ficou inteiramente curada e voltou-lhe a primitiva beleza em todo seu frescôr primaveril.

Descobriu-se então a virtude da fonte, aonde entre fumaça, hoje azulada, um bom gênio derrama sôbre os que a procuram a cornucópia da saúde. (De O Estado de Sergipe, de 13-3-1904).

3 — O Encanto da Furna Flecheiro

Contam os moradores circunvizinhos, coisas do arco da velha com relação á "Furna do Flecheiro", que acreditam os mais supersticiosos ter encantamento.

Crêem que é ela habitada por uma linda môça de cabelos longos, uma Mãe d'Água que é a dona da Furna e que manda reabrir-lhe a entrada em menos de 24 horas, quando por várias vêzes tem sido tapada com uma argamaça ou entulho de pedras e de barro.

Alguém já vira, alta noite, saírem da Furna dois frades velhos; já de uma vez foi encontrado na entrada da mesma, um cabocolinho e de outra um carneiro de ouro, que desapareciam, logo que aproximavam-se os que os encontravam.

Ouve-se chôro e lamento vindos daquelas profundezas, em certas épocas do ano; e quando joga-se um corpo pesado qualquer

pelos degraus que conduzem ao segundo compartimento, ouve-se um rumor saltitante do mesmo por algum tempo, o qual vai decrescendo de vibração em vibração até aparecer um zumbido que ouve-se a grande distância.

4 — A Serra da Miaba

É muito conhecida a grande serra da Miaba, assente à margem esquerda do rio Vasa-Barris, no município de Itabaiana, mas talvez não se saiba ainda que ela é considerada encantada pelos rudes camponeses que moram nas circunvizinhanças da mesma.

Referem maravilhados que a serra incendia-se espontaneamente em certas ocasiões e a horas adiantadas da noite, (*) amanhecendo inteiramente insinierados os agrestes que vegetam no dorso e nascem pelas separações dos seixos lisos e miudos e pelas fendas das grandes pedras que se encontram em toda ela.

A serra avisa-os da aproximação de qualquer temporal com grandes rancos que parecem-lhe sair das entranhas, e de outras monções ouvem-se saírem do coração da mesma uns gemidos tão plangentes e harmoniosos que imitam sinfonia maga de uma orquestra incognoscível ou a luta longínqua das vagas em um oceano revolto à enorme distância.

As vèzes parece ouvir-se o rodar de grandes carros pela serra abaixo, como se fôsem carruagens gigantes puchadas por animais colossais, para uma esplêndida festa sobrenatural.

A serra chora, com certeza, dizem os mais crédulos, e acreditam êles que os cristalinos arroios que descem-lhes do cimo, formando lindas cascatinhas, que vão perder-se no Vasa-Barris, são fios de lágrimas que irrompe d'alma magoada daquêle gigante pètreo, que constituia primeira maravilha natural do município de Itabaiana.

5 — Fortunato Borges

Foram os primeiros párocos do Lagarto e o cidadão Geraldinho os benfeitores do bellissimo templo que serve de Matriz á

(*) Fenômeno semelhante, conta-se da serra do Canine, município de Tobias Barreto. N. da R. desta Revista.

freguezia. Na fazenda Palmares dos antigos frades carmelitas da Bahia, acoutava-se a célebre quadrilha de salteadores de que era chefe o fascinora Fortunato Borges, que afirmavam os antigos ter sido um religioso foragido do seu convento, quadrilha que iníestava todo o sul da ex-província e por muito tempo trouxe alarmados os povos daquêles lados; fazendo do casebre de uma velha que existiu naquêle tempo, moradora em Santa Luzia, seu covil no litoral.

Fortunato Borges foi o raptor da formosa filha de um pobre velho que vivia de salinas e figura como louco em drama do distinto escritor sergipano Dr. Constantino José Gomes de Souza, intitulado "A Filha do Salineiro". O drama atribue-lhe êste magoado canto, sempre que queria falar da sua pobre Carolina:

"Eu tive outrora uma filha
Que era uma flor de inocência,
Teve de flor a existência
A minha adorada filha.
Tanto tempo já passou,
E eu não sei da minha filha..."

Corre a lenda dando animação ao drama até que com êle acaba-se, sendo restituído ao Salineiro, que afinal encontrou a filha querida do seu coração, tendo Fortunato Borges o fim de todos os celerados.

6 — Padre Pitangueira. . (*)

A politica, outrora, do Lagarto, era mais ativa e mais agitada do que atualmente o é, sendo os partidos muito extremados, havendo lutas eleitorais bastante renhidas e perseguições tremendas da facção vencedora contra a vencida.

Hoje parece haver mais tolerância.

(*) N. da R. desta Revista. Do Pe. José Alves Pitangueira occupou-se o desembargador Manuel Armindo Cordeira Guaraná no seu Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano.

O Padre José Alves Pitangureira, homem de grande talento e de grande astúcia, foi, talvez, o político militante em que mais se falava.

Traçava artigos de opposição tão virulentos, que sua pena foi considerada o punhal eivado que vitimava o adversário do modo mais cruel que era possível imaginar-se.

Diz a tradição que em ocasiões de ser prêsso por crime de responsabilidade, revestia-se com a sua batina e só assim apresentava-se aos executores das ordens, que não realizavam a prisão, porque naquêles tempos reputava-se sacrilégio por as mãos em um sacerdote, mesmo em nome da justiça.

A população acreditava que o Padre era da pá virada, pois ainda não tendo a batina consigo na ocasião, dava uma reviravolta e aparecia revestido.

Informam, porém, pessoas menos supersticiosas que o atrabiliário Rvm.^o Pitangureira apesar do seu encanto foi prêsso algumas vêzes, e o que podemos afirmar é que não foi pelo que fizemos. (De O Estado de Sergipe, de 16-3-1904).

7 — Santa Cruz da Ribeira

Cruz tósca de madeira colocada no lugar onde foi trucidado um respeitável sacerdote, por motivo inteiramente frívolo no município do Socorro.

Afirmam pessoas viziuihas, com certeza espiritos fracos, que aparecem em certa época do ano, manchas de sangue vivo em uma toalha colocada por devoção nos braços da cruz que comemora aquêlê triste acontecimento; e que ouvem-se uns gemidos arrancados ao coração magoado daquêlê que foi vitima inocente que ali jaz sepultada.

8 — O Pelourinho do Socorro

Na vila do Socorro, na praça da Matriz, encontram-se ainda as ruínas de uma pirâmide que os habitantes chamam pelourinho, erigida para comemorar a data da lei de 19 de fevereiro de 1831 que aprovára a criação da vila do mesmo nome, e determinava-lhe os limites.

Consta de um pequeno monolito que assentava em base circular de boas proporções.

No dia de sua inauguração foi puchado até o lugar do seu destino por um boi galhardamente enfeitado, com grande acompanhamento, precedendo o préstito o padre Felipe de tal, ao som de música, repiques e o indispensável espoucar de girandolas.

Posteriormente o povo considerava-o como instrumento de castigo de escravos.

Ignoramos o que há de verdade sob o que vimos de dizer, e aos que tiveram duvida a respeito, mandamos com vista ao Dr. Manuel dos Passos de Oliveira Teles.

9 — A Pedra de S. Gonçalo (*)

Existe no rio Piauí, na altura do extinto povoado S. Gonçalo, uma grande pedra, que na baixa mar fica descoberta e onde vê-se claramente impressa a pegada de um pé humano, de tamanho regular.

O povo ignorante dos tempos passados acreditava que a imagem de S. Gonçalo costumava sair à noite da Matriz de S. Luzia, a 8 quilômetros de distância, por não querer conviver com aquela santa por ser contrária, e êle muito favorável aos casa-

[*] Sobre o texto desta lenda o Dr. Urbano Neto, atual presidente do Instituto e portador de excelente memória, faz restrições. Acha que se confundiu-a com o que se conta a respeito de outra que alude à pedra de São Tomé, em Paripe, na Bahia, na qual dizem existir uma pedra com uma pegada humana. Explicando-se que São Tomé, quando vivo, esteve no Brasil e deixou nessa pedra o rastro de sua passagem.

A isto se junta a lenda indígena de Sumé. Contavam os índios que Sumé viera do outro lado do mar e lhes ensinara a tratar a mandioca e fazer farinha e outras coisas agrícolas. Explicam as culturas d'esses fatos que o Sumé é corruptela de Santa Tomé.

Afirma, por outro lado, o Dr. Urbano que a lenda corrente na Estância a respeito da pedra de S. Gonçalo não é bem como está contada. E explica:

"Quando a Igreja de S. Gonçalo, cujas ruínas ainda podem ser vistas bem próxima da pedra de S. Gonçalo, no Rio Piauí, ameaçava desabar, levaram para a matriz de Santa Luzia a imagem do padroeiro da igreja arruinada. O Santo, porém, saudoso do templo que lhe pertencia, fugiu à noite da sua nova residência, indo postar-se na grande pedra que emerge do rio nas marés baixas.

Levavam-no processionalmente de volta à Santa Luzia. O Santo, entretanto, não conformado com a degradação de padroeiro, tornou a fugir.

Lembram-se então de visar o Santo fugido com a bellissima imagem da Virgem de Siracusa, padroeira da mais antiga das localidades sirgipanas. Assim fizeram.

O Santo ainda hoje ocupa lugar à direita da padroeira de Santa Luzia e nunca mais quis fugir". N. da R. desta Revista.

mentos, e que ficava muito tempo sôbre a referida pedra, reconduzindo-o para o seu altar de onde tornava os pescadores que ali o encontravam a sair, o que reproduziu-se por muitas vêzes, até que afinal, deliberaram os devotos edificar uma capela no oiteiro onde existiu a povoação.

Por muitos anos floresceu o lugar e pomposas festas fizeram ao santo casamenteiro, às quais concorriam os povos da circunvizinhança.

A pouco e pouco foi decaindo a influênciã do arraial e o **Cólera Morbus**, em 1855, liquidou nefastamente o saldo da população, vitimando, quase de uma assentada, as suas últimas parcelas.

Ficou a capela abandonada, e uma vez em ruínas, tiveram de transferir de novo o santo da igreja lusiense; mas o que fazer para, reconciliando-o a sua implacável adversária, evitar-se a reprodução inconveniente das fugas?

Casá-los. Foi o que fizeram e uma vez S. Gonçalo espôso de Santa Luzia, abandonou o estranho costume de passeiar à noite em lugares êrmos e longínquos.

O sinal ou a prova da veracidade do fato, diz o povo, é marcado o pé do santo que ali está na pedra para nunca mais se acabar.

10 — Santa Cruz da Donzela

Há em Propriã um logarejo onde um mancebo, segundo dizem, loucamente apaixonado por uma formosa donzela, que por êle não sentia a mesma afeição, num acesso de loucura, assassinou-a, para que não despossasse o seu preferido. Existem visionários naquelas paragens que afirmam ter visto em horas perdidas da noite, vagando nos arredores, um vulto de mulher vestida de branco, com os longos cabelos, que lhe descem até os pés, soltos aos ombros.

Canta uns versos que enternecem e fazem derramar lágrimas a quem os escuta.

11 — Enforcados

Dizem pessoas antigas que o nome de Enforcados, primitivo da Vila de N. S. das Dôres, tem origem na seguinte lenda: Em tempos remotos consta terem sido enforcados alguns gentios que habitavam na freguezia, lugar de nome Gentio.

Mais tarde indo alguns missionários pregar missão na Vila, substituíram o nome pelo de N. S. das Dôres, sendo castigado com pena de excomunhão aquêlle que repetisse propositalmente o antigo nome.

12 — O Rapto

Um mancebo muito pobre, e sem familia apaixonara-se na cidade da Estância, por uma jovem extraordinariamente formosa e pertencente a uma das primeiras familias da localidade.

O amor não conhece distâncias.

Por isso a môça dos cabelos longos e negros e da cútis morena, correspondia com verdadeiro transporte ao que, não obstante a opposição dos autores de seus dias devia ser seu espôso, como eleito de seu coração.

Levaram-na para o "Mangue-Sêco", a fim de distrair-se e esquecer-se de um tão infeliz amor, na opinião dos que mais estremeciam-na; mas o mancebo apaixonado, occultamente seguirá-lhe no encalço.

Ajustado o dia em que tinha de ser raptada, a meia noite em ponto compareceu o raptor no lugar aprasado, indo montado em um cavallo alazão, de força e agilidade descomunais.

Saltandô ella para a garupa do mesmo, correu elle sem orientação, indo até ao ponto de embarque para o Saco do Rio Real, que fica do lado opôsto ao Mangue-Sêco.

A travessia era longa demais para um cavallo fazê-lo a nado, porém sem reflectir o mancebo atirou-se dentro do rio e procurou realizá-la.

Muitas vêzes estêve para afogar-se, mas conseguiu chegar do outro lado com a sua gentil prêsa livre do perigo iminente que corrêra.

Ela rezava a "Côrte Celeste" enquanto o animal nadava. Êste exaurido de forças, ao chegar em terra caiu morto.

Procuraram então os dois, meios de transportar-se para S. Cristóvão, onde realizaram o casamento e foram felizes enquanto viveram.

Apesar de morarem tão perto, os pais da raptada nunca mais souberam notícias dela.

13 — Pedras do Ruço

É um lugar do município de Japarutuba onde existe uma pedreira, que assim se chama, diz a tradição, pelo fato seguinte: Um indivíduo havia raptado uma môça nos sertões de Alagoas e descido com ela na garupa de um cavalo ruço até a margem do S. Francisco.

Aí chegando, atravessou o rio a nado, continuando a correr do outro lado, sem parada, porque vinha perseguido por pessoas da família da raptada.

Correu até o sítio em questão, onde deliberou tomar um breve descanso, não só por achar-se quase esgotado de forças, como ainda por julgar-se então fora do alcance de seus perseguidores.

Pouco tempo, porém, demoraram êstes em surgir, como por encanto, junto a uma pedra sôbre a qual repousavam os fugitivos, e aí esbarrando dispararam sôbre êles as armas que traziam, matando-os incontinentemente; e como se o pobre animal tivesse alguma cumplicidade, mataram-no a tiros em seguida e cortaram-lhe a facção os pés e as mãos, pagando assim a sua robustez e agilidade, demonstradas numa corrida de 182 quilômetros, mais ou menos, e na travessia de um rio da largura do S. Francisco.

14 — Conventos atalaias

Eram uns padres jesuitas donos dos conventos, hoje em ruínas, do Destêrro, Colégio e S. Gonçalo, em Itaporangá. Edificaram-nos em morros elevados de onde avistasse o mar, e dêste modo o terceiro daquêles conventos ficava ao norte da antiga província, o primeiro ao sul, demorando o segundo entre os dois. Quando avistava-se embarcação de qualquer dos lados era comu-

nicado ao convento do outro lado por intermédio do que ficava no meio.

É tradição que no tempo dos jesuitas exerciam êles muita atividade e empregavam todos os meios para guardarem suas fortunas, defendendo-as por todos os modos contra os que pretendiam empolgá-las, e como abandonaram às pressas os seus conventos sem tempo para conduzirem o que possuíam, por isso crê-se que existem ocultos, sem saber-se aonde, grandes tesouros.

Crê-se na existência de subterrâneos que comunicam os três conventos acima referidos, e no rio S. Gonçalo tem se visto por vêzes descerem na corrente objetos do uso doméstico em tão remota antiguidade.

15 — O Poço Azul

O Dr. Manuel dos Passos de Oliveira Teles dá-nos conta da seguinte lenda:

“Estende-se nas proximidades da margem esquerda do rio Pitanga e perto da estrada que vai da capital a S. Cristóvão, uma grande planície baixa, quase tôda circundada pela sinuosa corrente daquêle rio.

Nessa várzea existe um poço bastante profundo, cujas águas nunca se extinguirão e variam periodicamente entre as côres verde e azul, comunicando-lhe esta última o nome porque é conhecida; acrescenta o ilustrado Dr. Passos nenhuma significação geográfica poderá recomendá-lo; nenhuma outra utilidade que não de um bebedouro para todo o gado e tôda a bêsta.

Mas é um estimulador na imaginação popular, que dispensou-lhe o caráter de mistério.

É o cenário de lendas, que correm de bôca em bôca, sem que ainda se lembrasse alguém de reduzi-las a expressão da verdade, que no caso seria zero.

A Mãe d'Água, a Nayde brasileira, produto da fantasia indiana, dizem que aí habita. Mas como as coisas carecem de vestido para cada oportunidade, da cabocolinha selvagem, de olhos negros, cabelos corridos, apenas resta a expressão que a designa, sendo ainda a mesma emissão ou função que exerce.

Já seu paradeiro no fundo dos lagos e dos rios não é uma mísera choupana encantada mas um palácio opulento com todos os confortos da moda e do luxo. E a figura virgem-mãe das águas correntes ou tranqüilas, que engana as crianças para roubá-las, é hoje um tipo vigorosamente moço de apurado sangue ariano.

Contudo ouve-se de longe em longe no Poço Azul seu canto abemolado".

16 — O Sino das Pedreiras

A riqueza dos jesuitas e a falta absoluta de meios e cautela quando saíram precipitadamente do Brasil, criaram umas poucas de lendas, que correm de boca em boca, cada qual mais engraçada a extravagante.

Uma delas é o sino grande que dizem atiraram no fundo do rio Vasa-Barris, no lugar denominado Pedreiras, e que tornou-se encantado.

Na realidade, se existia semelhante sino, que dizem de dimensões extraordinárias, como levá-lo consigo?

E aonde escondê-lo, sendo de prata como se diz?

Atiraram-no no fundo das Pedreiras.

A respeito dêste acontecimento dizem os moradores do lugar:

Na sexta-feira santa, em que se comemora a paixão de Cristo, ouve-se perfeitamente o sino dos jesuitas dobrar a finados.

Alguns pescadores, até os mais ousados ou mais curiosos, têm procurado a meia noite vê-lo, e contam que tem avistado o sino na superfície das águas tranqüilas executando a sua penosa missão.

Dobres plangentes se ouve, e quando vão agarrá-lo o sino desaparece de suas vistas e afunda-se novamente no rio.

17 — Nossa Senhora do Paraíso

A salubérrima e pitoresca vila sertaneja de Nossa Senhora Imperatriz dos Campos do rio Taripe, hoje rio Real, também é fértil em produtos da imaginação popular, também tem suas lendas como outra qualquer localidade de Sergipe.

O rio Siriri, que banha aquela vila e se lança no Sena, tem tantos atrativos, pela beleza de suas margens, pela mansidão de suas águas, que fêz ao povo acreditar num laço oculto que prende os visitantes daquelas paragens, e dizer convictamente:

Quem bebe água do Siriri.

Não sai mais do Jabiberi.

Na fazenda do Umbuzeiro existe um lugar que dizem encantado e a respeito do qual contam-se curiosas anedotas, entre as quais a da existência de grandes tesouros ocultos.

Quando começou a formar-se o núcleo de que originou-se o povoado de Campos, elevado à categoria de vila por Decreto de 17 de janeiro de 1835, referia um honrado velho chamado Miguel da Rocha, que então tinha 150 anos de idade, que num sítio aprazível que havia na margem esquerda do rio Real, denominado Paraíso, a 2 quilômetros de uma grande mata abundante, de caítetus e que fazia as delícias dos caçadores das circunvizinhanças. Aparecia uma imagem de Nossa Senhora, sendo então edificada uma capelinha ou ermida, que transferiu-se depois para o trecho da mata em que era encontrada a referida imagem.

Durou a aparição por algum tempo cessando depois que foram edificadas algumas casinhas rústicas dos devotos atraídos pelo milagre.

EXCURSÃO À PROVÍNCIA DE SERGIPE. VIAJAN- DO PARA ARACAJU NO RIO COTINGUIBA. MARUM. (*)

O vapor "Valéria de Sinimbú", assim chamado em homenagem à distinta esposa alemã do Senador, surpreendeu-me pela sua elegância. O bonito e bem proporcionado barco podia transportar 86 passageiros de primeira classe; além disso, o camarote das senhoras comportava ainda 7 passageiras. Tudo fôra arranjado com gosto e conforto no navio construído na Inglaterra, oferecendo ainda a vantagem do largo panorama, descortinado do último convés.

Assim, no dia 12 de maio, pela segunda vez em 48 horas, descia o S. Francisco, mais encantado agora com os belos cenários que eu podia contemplar muito melhor de cima da última cobertura, do que sentado no fundo duma pequena canoa. Poucas horas após chegamos à barra, depois que o piloto para a viagem fluvial voltara para terra.

A barra do S. Francisco mede de 14 a 18 palmos (o palmo tem 8 polegadas) de profundidade, mas o mar, graças ao sudeste regular, está sempre muito agitado ali, o que torna a embocadura bastante mal afamada; e navios que querem transpor a barra, só ousam fazê-lo em ocasiões especialmente propícias. O "Valéria de Sinimbú" achou muito hábilmente o caminho para o mar. Sentimos, todavia, impressão desagradável, ao sair de águas tranquilas para o mar grosso, e ao penetrar súbitamente no meio

(*) Copiado da obra "Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1852", do médico alemão Robert Avé-Alléman, traduzida do original alemão por Eduardo de Lima Castro e editada em 1961 pelo Instituto Nacional do Livro, 1.º volume, pags. 333-340.

de vagalhões, recebendo o choque da arrebentação, sacudindo violentamente o barco, dum lado para outro.

Mas êsse trajeto agitado durou apenas minutos, e depressa ganhamos mar largo, singrando águas plácidas por tôda a noite, rumo ao sul.

Na manhã seguinte muito cedo, achávamo-nos diante da barra do Rio Cotinguiba e bordejamos pelo menos duas horas, antes que a atalaia branca, a tórre de observação, nos desse o sinal de que a maré estava bastante alta para permitir nossa entrada.

O rio apresenta duas barras; uma, ao norte, leva diretamente les-oeste ao pôrto, mas é absolutamente intransponível, embora à primeira vista pareça a entrada natural. Tem-se que procurar o canal ao sul, por entre a rebentação, depois para noroeste em direção à terra, por onde se chega súbitamente a uma lagoa estreita, separada do mar a leste só por um grande banco de areia.

Ruma-se, então, ao norte e um pouco a oeste e entra-se no rio largo, em cuja margem direita se ergue a nova capital da Província de Sergipe, principiada há quatro anos, a cidade de Aracaju.

Dantes, a capital da Província distava cêrca de oito milhas ao sul, e chamava-se S. Cristóvão; mas a navegação para lá era mais difícil que o desejável para o ponto central duma província, embora pequena — a menor do Brasil — e julgou-se necessário nova capital. A escolha recaiu sôbre a embocadura do Rio Cotinguiba, que, embora certamente por trás duma barra perigosa, apresentava a possibilidade de excelente pôrto, e onde a pequena cidade de Maruim, algumas milhas mais acima, num braço do muito ramificado Rio Cotinguiba, já desenvolvia, havia muito, grande atividade comercial, refletindo-se sôbre tôda a região adjacente.

Chamaram a nova fundação, situada imediatamente acima da embocadura do rio, Aracaju. Tem aspecto sumamente agradável. Tudo é bonito e novo na margem, embora muito provisório. A residência do Presidente, a Câmara Provincial dos Deputados, um quartel, uma igreja e até uma loja maçônica — tudo ostenta na sua pequenez e exiguidade de espaço primorosa e bonita aparência. Por tôda parte se trabalha, por tôda parte se constrói, se

cria. No largo rio, sôbre o qual se edifica uma nova alfândega, ancoravam cêrca de 20 navios de vela, e entre êles muitas bandeiras européias, e até mesmo um rebocador, um poderoso auxiliar para transpor a perigosa barra. Quem vem de Penedo surpreende-se agradavelmente com a nova cidade.

Antes que eu pudesse contemplar por mais tempo a paisagem do convés do nosso vapor, chegou a bordo o agente da linha de vapôres, Sr. Horácio Urpia, um espanhol nato que me conhecia muito do Rio, e convidou-me muito amavelmente para sua casa. Depois de curta conversa, porém, pareceu-me o mais acertado começar minha expedição sergipana por uma visita à distante Maruim, e aguardar depois em Aracaju o vapor esperado da Bahia.

Para isso fretei logo um dos barcos vindos da praia para o vapor e segui com o Sr. Carvalho, meu companheiro desde Penedo, pelo largo rio acima, no que o vento e a maré enchente nos auxiliaram.

Depois dalgumas léguas de viagem, o rio dividiu-se; um braço ao sul sobe em direção a Laranjeiras; um, no meio, vem da paróquia de S. Ana; outro, ao norte, leva, através de mangues e pântanos, a Maruim. O rio mesmo é navegável até muito em cima. Algumas milhas mais a montante, havia outrora até uma alfândega para facilitar o comércio de açúcar; agora, porém, mudou-se para Aracaju. Numa pequena localidade, Pôrto das Pedras, instalaram um entreposto de açúcar, para onde são remetidas do interior do rio, em pequenas embarcações, as caixas do produto bruto, para daí seguirem em navios maiores para Aracaju, porquanto o largo Cotinguiba muitas vêzes se agita, e as pequenas canoas carregadas não podem enfrentar as grandes ondas.

Surge Maruim por entre mangues e pântanos, à margem do pequeno rio que aí se perde entre os rizóforos. Não se pode compreender, quando se deixa o barco, como alguém podia ter situado a'í uma povoação. Mas a cidade mesmo e suas construções não causam de forma alguma má impressão. Logo na frente, na **piazzetta**, vêm-se boas casas. A igreja, completamente nova, com duas tôrres, bonita, e as ruas mesmo, expressão que, aliás, nas pequenas cidades do norte do Brasil, é eufemismo, refletem sua atividade comercial e intenso trabalho.

Se quisesse, porém, descrever Maruim conforme me receberam, bastaria recordar como Ulisses foi recebido pelos feácios (*).

A primeira casa que visitei foi o estabelecimento comercial do Sr. Schramm. Bastou realmente dar meu nome, para me ver, no mesmo momento, cercado de amáveis alemães e sentado com eles a uma farta mesa de jantar, cujas escolhidas iguarias a presença de jovem e amável dona de casa alemã tornava ainda mais saborosas.

Depois dessa amável recepção, saí pela cidade com um dos alemães presentes, o Sr. Winter, o muito antigo associado da firma Schramm, para a casa de campo do Sr. Schramm, onde o encontrei e sua esposa, chegada com ele, havia poucos meses, de Hamburgo, pela Bahia, uma senhora cuja nobreza e distinção não chamam a atenção só no Brasil e, sim certamente, no Norte também. Em parte alguma em toda minha viagem me foi tão grato um amável acolhimento, tão verdadeiramente restaurador como esse em casa do Dr. Schramm em Maruim. E exatamente quando voltava do sertão dos lestrigões ou lotófagos comedores de cactos do S. Francisco, entre os quais toda a cultura, costume e humanidade se resumem numa miserável criação de gado e que ameaça desaparecer inteiramente, onde acaba tudo o que a vida tem de agradável, onde quase não existem nem mesmo as condições que lhe são mais necessárias; quando se vem de terras assim e depois, a poucas milhas de distância desse deserto, se depara subitamente a mais agradável, requintada e fina cultura européia, estendida às pessoas, à casa, ao seu arranjo, costumes, modo de vida, e que não se contradiz no menor ponto, na mais insignificante circunstância, a sincera alegria pelo acolhimento numa casa assim é por certo facilmente explicável.

Deixo por isso de parte os pormenores sobre os dois dias passados no círculo dessa amável família em Maruim. Para um leitor alemão a exposição dos mesmos conteria muito do que ele já tenha visto na casa de campo dumã família alemã da melhor educação, ou venha ainda a observar.

(*) Povo fabuloso, citado na *Odisséia*, N. do T.

A região por trás de Maruim é bonita e simples. Colinas ridentes, cobertas dum verde fresco, matas sem grandes árvores, pastagens e canaviais formam a paisagem. Em dois passeios matinais, encontrei viçosas bignônias, trepadeiras floridas, lantanas e solâneas, uma cana com bonitas flores amarelas, muitas sensitivas, etc., por tôda parte. Acrescentem-se a isso cobras, lagartixas, gafanhotos, aranhas caranguejeiras e besouros de tôda espécie, como podem testemunhar as numerosas vítimas do pequeno museu zoológico apenas começado pela amável dama alemã na sua casa de campo.

A produção de açúcar em Maruim é muito importante como em tôda a região do Cotinguiba. A pequena Província de Sergipe, a que talvez com demasiada generosidade se possa dar 160.000 habitantes, exportou num ano 60.000 caixas de açúcar, das quais 40.000 provieram da embocadura do Cotinguiba, tendo a caixa 50 a 80 arrôbas (de 32 libras). Maruim desempenha importante papel nesse comércio de açúcar. Atrai para êle todo o produto da vizinhança. Até a maior parte da safra de açúcar das margens do pequeno, porém importante rio Japaratuba, entre o Cotinguiba e o S. Francisco, um rio com uma barra perigosa, chega ao mercado via Maruim, e só últimamente se tentou utilizar, um braço entre o citado rio e o Cotinguiba, o rio Pomongo, como caminho mais curto e mais cômodo do Japaratuba para Aracaju.

E contudo essa grande atividade está passando por evidente retrocesso. A cultura da cana de açúcar é tôda feita por escravos. A cólera em Sergipe dizimou terrivelmente os negros. Tem-se tentado alugar trabalho livre entre a gente de côr, mas pouco se tem conseguido dessa gente preguiçosa. Procurou-se também auxiliar a fabricação do açúcar por meio de máquinas, mas nem todo o trabalho manual pode ser substituído por uma máquina. Por isso o próximo futuro da indústria açucareira em Sergipe, o nervo de tôda a Província, é muito para receiar; e a nova capital, embora melhor situada do que a velha, não pode sanar os velhos prejuizos da escravatura com suas conseqüências morais.

No domingo, 15 de maio, à tarde, tive de deixar meus amáveis conterrâneos de Maruim. Regressei a Aracaju pela mesma via

fluvial por onde viera, não sem ter sido sacudido desagradavelmente pelas grandes ondas e pela maré enchente do largo Cotinguiba. Às 11 horas cheguei à cidade, e logo que desembarquei, vi, com a fraca luz da lua, que não necessitara apressar minha partida de Maruim. O vapor da Bahia não chegara ainda, e a notícia dada por pessoas vindas conosco no "Valéria de Sinimbú", de que o próximo vapor estava atrasado dois dias, parecia confirmar-se.

Não obstante o adiantado da hora, fui recebido e amavelmente acolhido em casa do Sr. Urpia. Disponha de três dias inteiros para conhecer a nova cidade.

Do que ela tem de bom e bonito, que salta de longe aos olhos do recém-chegado, já falei. Nos quatro anos decorridos desde a fundação da cidade, já se tem feito muito em Aracaju e está-se fazendo quase outro tanto. Já estão assentados os alicerces do vasto palácio presidencial e outros grandes edifícios. Para as construções é geralmente empregado um calcário novo, mole, porém muito fácil de ser trabalhado; desce pelo rio em grandes lâminas e fornece belas lâgeas para as calçadas. Pela cor branco-amarelada clara adaptam-se particularmente a êsse fim.

Grande defeito de Aracaju é a falta de boa água potável, que afeta até mesmo o bom pôrto, e que, como pude ver, não se pode obter de parte alguma. Apanha-se a água da chuva e há uma fonte, uma espécie de nascente na areia, por trás da cidade; no entanto, a que se tem para beber é ruim, amarela cor de ouro. Quase não a podia beber; devo atribuir-lhe influência decisiva numa série de acessos de febre intermitente que tive em Aracaju, e que se tornaram ainda mais violentos.

Outro defeito da cidade são seus arrabaldes. Permitiram a gente das classes baixas, fixadas aos poucos em Aracaju, construir habitações ao seu modo e conforme os modelos que já tinham, sob os altos coqueiros. Vê-se assim, por trás e junto à parte bonita da cidade de Aracaju, uma horrível aglomeração de casas cinzentas, de barro, com telhados de palha de coqueiro, ranchos primitivos, como se justifica no sertão, mas que não deviam nunca ser permitidos numa nova capital provincial recém-fundada. Aracaju perde com isso tôda ilusão, embora os habi-

tantes fuscos de seu bairro cinzento, a maior parte dêles de origem índia, e até mesmo de raças inteiramente puras, muitas vêzes bonitos, combinem muito bem com os telhados de palha e os altos coqueiros, que sussurram por cima dêles. Algumas vêzes observei entre êsses tapuias belas figuras fuscas de homens e mulheres. O Sr. Urpia chamou minha atenção para uma linda figura de rapariga tapuia, muito conhecida pela sua beleza. De pé na porta de sua cabana, penteava os cabelos; na attitude dum verdadeiro modelo de Ticiano, as espáduas roliças cobertas por uma nívea camisa, não precisando fazer para isso o menor esforço, como se tôda a personalidade selvática tivesse perfeita consciência do seu irresistível encanto.

E êsses insopitáveis encantos femininos selvagens parece usurparem ainda em Aracaju importantes direitos da população civilizada. Conheci, entre esta, muitas pessoas amáveis e bem educadas, e quase tôdas, especialmente algumas, empregadas na administração pública, que se queixavam sem reserva de que no momento a vida em Aracaju quase não se podia suportar.

Isso é fácil de compreender-se. Numa pequena cidade, que só há quatro anos emergiu das areias do mar, não se pode ainda ter formado boa sociedade, nenhum padrão de vida mais elevado, nem se desenvolvido o gôsto artístico. Qualquer que visite uma cidade ligeiramente, por alguns dias, não pode julgar sôbre algo, mormente sôbre a vida social. Pareceu-me, porém, nenhuma essa vida social.

Não vi sinal de concertos, dum teatro, cassino etc. O povo reunia-se em pequenos grupos diante da casa do Presidente, quando tocava a pequena banda de música do batalhão lá aquartelado. E essas noites tinham certamente seu encanto; experimentei-os para nunca mais esquecê-los. A lua cheia boiava sôbre os coqueirais do outro lado do rio e iluminava o vasto pôrto, as casas brancas da cidade e os altos coqueiros sussurrantes por cima delas. Os tons da música flutuavam na noite clara, enquanto grupos passeavam lentamente dum lado para outro, fuscos e brancos, de mistura.

Certamente encantador e profundamente poético. Se, porém, o intellecto e o espírito, depois de contemplar por muito tempo e

diariamente o mesmo espetáculo, se sentiria satisfeito, não ousou decidir. Nas margens do Cotinguiba e na Maruim, mais acima, pode bem notar-se um profundo anseio por algo melhor que a atividade prática quotidiana e uma suave saudade da civilização nórdica, o que seria perfeitamente justificável como sinal duma alma nobre.

A 17 de maio à tarde chegou finalmente da Bahia o vapor "Cotinguiba" e trouxe com os jornais e correspondência do Rio, via Bahia, aquela preamar de movimento e troca de notícias, a que se assiste por tôda parte, onde só uma ou duas vêzes por mês chega um paquête com novas do mundo, particularmente da metrópole. A 18 de maio despedi-me da terra, porquanto na manhã seguinte devíamos partir muito cedo por causa da maré matutina.

A lua ainda estava clara no céu, quando levantamos ferros. O nosso "cotinguiba" rumou lentamente à barra, que, não obstante a arrebentação e a ventania, passamos muito bem. Posso compreender perfeitamente que um vapor com o calado de 4 a 5 pés possa entrar e sair pela barra do Cotinguiba. Como, porém, alguns navios de vela, mormente carregados, sobretudo na saída, conseguem fazê-lo tão bem, é para mim um enigma. Do mesmo modo que no S. Francisco, o vento de terra pela manhã é também muito fraco, predominando ao contrário o nordeste e sudeste que sopram do mar. Sem um bom terral não pode um navio transpor facilmente a barra, e já muitas embarcações se perderam ali entre as maretas, por lhe faltar o vento no momento crítico. O rebocador é por isso grande benefício e grande melhoramento para a navegação do Cotinguiba, e a barra vai perdendo pouco a pouco o nome mal-afamado.

DO ARAUTO AO RADIOJORNAL

(Julho de 1910 a Julho de 1960)

E. C.

No já bem distante mês de Julho de 1910, depois de ter conhecido algumas das grandes e médias cidades da Europa, tive desejo de ver uma aldeia e, de indagação em indagação, tomei o trem para Neusiedlam See (em úngaro, Siofok), lugarejo sito à margem de um lago metade austriaco metade úngaro, na fronteira desses dois países, ao qual se chegava depois de duas horas de viagem na direção sudeste de Viena, caminho de Budapest. O nome traduzido ao pé-da-letra quer dizer: Fazenda-nova-do-lago, e o lago propriamente chamar-se-ia Lago da Fazenda Nova. Nos mapas da época a planície com o lago figura ao sul de Presburg, na margem direita do Danúbio, cidade aquela que já teve três nomes Presburg, Possany e atualmente Bratislava, por ter passado em 1918 da Ungria para a Tchecoslováquia. (Em outra ocasião passei ali 3 dias tendo viajado em barca pelo rio). No saco-de-gatos europeu, especialmente na parte oriental, é assim — hoje de um, amanhã de outro.

No tempo em que lá estive (30-VII-910) a estação de Neusiedl era uma simples parada-de-trem situada num vasto campo estendido em volta da aldeia, cuja silhueta se esboçava distante na margem do lago. Montanhas só muito longe, a oeste, nas alturas do Semmering, aonde eu também já havia ido no inverno anterior apreciar corridas de esquis e trenós. É o nome Semmering, traz-me no momento a lembrança do dia 23 de Outubro de

1909 (lá se vão 51 anos) no qual fui com alguns colegas ao **Simmeringer Heide** (campo de manobras do exército, perto de Viena) ver a espetacular demonstração do aviador francês **Blériot** de um voo baixo, que durou cerca de 20 minutos num pequeno biplano aberto, com dois passageiros. Poucos dias depois atravessava aquêle destimido aviador, pela 1.^a vez, o Canal da Mancha (ou da Manga, 38 quilômetros), uma audaciosa e então muito decantada proeza... Hoje vemos os **Caravelli** e os **Bocing** partirem do Rio para em menos de 12 horas chegarem a Paris ou a Nova York! E podemos dizer que ainda estamos no começo da aviação.

Saltando do trem perguntei a um funcionário de boné como poderia ir para **Neusiedl** e êle respondeu: — A pé, ou tomando aquêle carro... e apontou para um que ali estava estacionado. Era puxado por dois cavalos como os de Viena e o único existente no local. Não me dispondo a andar cerca de dois quilômetros numa abafada tarde de verão, por uma estrada poeirenta e desabrígada, contratei a corrida por 2 coróas (1.200 reis) depois de algum trabalho para me fazer entendido e entender o rústico e gorducho cocheiro. Partimos a trote e o vento levava para o campo coberto de vegetação rasteira a densa nuvem de pó que a velha viatura levantava. Em volta uma extensa planície ligeiramente ondulada; na frente, ao longe; as casinhas típicas da aldeia por detrás de um moinho, que se destacava no fundo da paisagem formando um quadro para mim romântico e misterioso. Após alguns minutos entrávamos por uma longa rua de pequenas casas isoladas, na maioria cobertas de sapé ou coisa parecida, e algumas de telha comum, no estilo próprio da região, com seus telhados agudos para impedir o acúmulo de néve no inverno. Entretinha-me apreciando as casas quando o carro parou diante de uma das maiores, onde se lia uma tabuteta — **Visikla — Gasthaus**, ou seja, hospedaria, hotel, respectivamente em úngaro e em alemão. Agora não me foi difícil fazer-me entender que desejava um quarto para dormir e refeições. Uma jovem com um lenço em triângulo atado à cabeça, blusa branca, saia estampada, avental e sapatos sem saltos, tomou-me a bolsa de viagem e sem dizer palavra fêz-me sinal para acompanhá-la. Atravessamos a ampla sala do restaurante, com balcão, prateleiras cheias de garrafas, cadeiras

e mesinhas rústicas. Saindo por outra porta nos fundos fomos para um anexo cuja porta a môça abriu. Pôs a maleta na cama e saindo ainda sem nada dizer, voltou depois com um papel em parte impresso para identificação — Nome, idade, profissão etc. Recebendo-o de volta com os claros preenchidos, arregalou os olhos fixando-o curiosamente, sorriu e com um cumprimento de cabeça retirou-se. Ninguém pediu passa-porte nem carteira de identidade e fizeram bem porque eu não os tinha. Viajei naquele tempo pela Europa sem documentação oficial por não ter tido tempo de prepará-la quando embarquei na Bahia no dia 26 de Março de 1909. Também nunca foi essencial. A apresentação pessoal num Banco, em Paris, por um companheiro de bordo, foi o bastante para começar. Um envelope selado e carimbado, com meu nome e o endereço servia de identificação nas postas-restantes. Era assim antes das duas grandes guerras. Hoje, quem pode viajar sem passaporte, vistos, exame de bagagens e outras complicações !

Deixando o chapéu e a capa fechei a porta e segundo costume entreguei a chave ao dono do restaurante, disposto a não perder tempo e dar uma volta pela aldeia antes de escurecer. O estalajadeiro era um homem de meia-idade, traquejado, ativo e perguntador. Falava um alemão mais compreencível do que os seus contêrrâneos neusiedlenses, que naturalmente se entendiam em úngaro, ou em algum dialeto próprio. Causou-lhe admiração a presença de um brasileiro naquelas paragens e justifiquei-me contando o que fazia em Viena, falando no próximo regresso para o Brasil, e da curiosidade em conhecer um pouco da vida campestre.

Estávamos nessa conversa quando ouvi nas proximidades o rufar de um tambor e logo algumas pessoas, homens, mulheres e crianças, se aproximaram cercando um homem que gritava como quem faz um pregão. Nada entendendo perguntei o que significava. — “*Der Ausrufer... der Trommel*” ou seja, o arauto, o tambor (*Kis-Biro*, em úngaro), pago pela municipalidade para anunciar as novidades do dia à população”, espécie de jornal-falado, em uso desde os tempos medievais, verdadeira surpresa para quem não sabia ainda existir esse costume em respeito à tradição, ou talvez pelo interêsse político de não se deixarem divulgar no-

tícias contrárias à vontade dos governos. Curioso perguntei o que estava a dizer o homem. . . “Disse que uma senhora perdera uma pulseira de ouro e que havia desaparecido o cavalo de um oficial da guarnição de Bruck, cidade próxima. Não achei quem me informasse se depois do rádio perdura o costume.

Andando um pouco, rufou o tregoeiro novamente o tambor e repetiu a arenga para outro grupo de ouvintes. E assim, acabava eu de ver e ouvir com surpresa a figura do arauto descrito nos livros escolares e nos romances.

Não contendo minha curiosidade e olhando para os arredores perguntei então ao hoteleiro — Posso subir naquele morro, ali defronte? — Certamente; lá estão os restos de um antigo “forte”. Atravessando a rua e tomando por uma verêda alcancei a elevação (uns 20 metros de altura). Do campo não se via o fim, o lago avalei em cerca de 2 quilômetros de largura e muitos de comprimento estendendo-se para o sul.

As margens eram rasas, baixas e cobertas de junco ou coisa semelhante à tabua das lagoas do nordeste brasileiro. Era um lago muito diferente dos que se deparam nas regiões montanhosas da Suíça ou da Itália. Ao longe viam-se pequenos barcos de vela e naquela tarde morna de verão havia por ali tanto sossêgo, que me parecia estar num mundo distante, outras terras. Sentei-me nos restos da velha muralha de grandes tijolos de barro do antigo “forte” e comecei a olhar pelo binóculo. . . Para o lado da ferrovia subia uma densa névem de pó. Parecia aproximar-se. Esperei com curiosidade e verifiquei em pouco ser uma boiada que voltava do campo para a aldeia. Eram vacas leiteiras com seus bezeros, acompanhadas por pastores que tocavam gaitas e gritavam quando alguma se afastava ou se atrasava. Cães ajudavam a manter a ordem. Mugiam as vacas, berravam os bezeros como em despedida e iam-se recolhendo as suas moradas de um lado e de outro do extenso arruado. Depois eu soube que os pastores eram coletivos, pagos para vigiarem o rebanho durante todo o dia impedindo que os animais danificassem as culturas. Naturalmente só acontece isso no verão porque no inverno a néve cobre tudo e não há pastagens. Os aldeões tem que trabalhar duramente armazenando forragens para o longo período durante o qual o gado

fica estabulado; ao contrário dos nossos vaqueiros que não se cobrem de lã contra o frio, mas vestem-se de couro de veado contra os espinhos e... só fazem esperar o crescimento dos bezerros para serem vendidos. Não tocam gaitas para animar vacas mas, entre abôios tristes, cantam para matar saudades.

Demorei em meditação naquele pequeno morro histórico, onde houve batalhas entre turcos, úngaros, austríacos e russos e por ond também andaram soldados de Bonaparte, que como é sabido queria dominar tôda a Europa. Ao escurecer voltei para o hotel com algum apetite. Um belga a querozene iluminava tristemente a sala do restaurante e sentei-me para tomar estas notas que hoje, 50 anos depois, estão avivando recordações.

O jantar foi servido a contento — Fatias de carne-assada com batatas e ao mesmo tempo compota de ameixas de produção local. Posso garantir que a mistura é gostosa. Bebi cerveja Pilsen apesar de acha-la muito amargosa, porque não confiava na água que me poderiam dar. Neste ponto Viena era excepcional. Nos **cafés** da cidade os copos-d'água eram renovados a pequenos intervalos para agradar os freguêses, senão para lembra-lhes que era preciso consumir mais alguma coisa. Vindo das montanhas nevadas a água saia quase gelada das torneiras e era bebida também depois do café e do chocolate quente para escândalo dos brasileiros nortistas, habituados a quando tomam café só a bebem ou tomam banho frio depois de pelo menos meia hora.

Após a refeição fiquei apreciando o movimento do restaurante, que se animava com a chegada de freguêses, todos gente rústica. A rua mal iluminada não convidava a um passeio.

Sentou-se à minha mesa, um aldeão de aspecto rude tostado pelo sol do verão, barba por fazer, fisionomia ossuda porém calma. Cumprimentou-me pedindo licença segundo o costume. Perguntei-lhe: — O Sr. é daqui? — Sim. Moro aqui há muitos anos, tenho família e plantações. Apresentei-me a fim de capítar-lhe a confiança. Prolongou-se a conversa com os tropeços naturais da dificuldade de nos entendermos, eu com o meu alemão ainda incompleto apesar de já bem desembaraçado e o aldeão da fronteira falando com sotaque vienêense muito carregado, trocando os **ás** por **ós** e pronunciando como **k** o que os alemães pronunciavam com

ch expirado e gatural. (Vós envès de vás, nics envès de nicht) Naturalmente, também êle aproveitava a oportunidade para satisfazer sua curiosidade a respeito da América e do Brasil, e terminou convidando-me para no dia seguinte cêdo visitar sua roça, no fim da rua, na margem do lago. Pagou a cerveja que tomou e despediu-se com um forte aperto-de-mão, mão calosa e dura. No momento já se achavam ocupadas algumas mesas e a môça de avental, parecendo filha do estalajadeiro e êste mesmo, serviam comidas e bebidas. Chegou um grupo de músicos ciganos, com violino e acompanhamento, tornando o ambiente animado porém achei melhor recolher para descansar. Noite quente e mal dormida; ar abafado e sono entrecortado pelos gemidos semitonados do violino cigano, e, naturalmente, por certo receio daquele ambiente estranho.

Clareou muito cêdo. Preparei-me, tomei leite com café e pão-dôce (meia-lua) e saí para ver o arraial.

Na rua os pastores tocavam suas gaitas, as vacas mugiam, os bezerros berravam e tomavam o caminho por onde vieram na véspera. Apareceram carroções de 4 rodas, puxadas por bois ou cavalos, conduzindo hortaliças e outras mercadorias. No extremo da rua encontrei uma plataforma de madeira servindo de ponte de atracação de pequenas embarcações a remo. O vime da margem fóra cortado de modo a formar um longo corredor por onde chegavam e saíam os barcos. Ao longe deslizavam alguns veleiros. Indagando sôbre a possibilidade de um passeio pelo lago desisti da aventura em vista da dificuldade de compreender as informações. E tomando uma vêrêda pela margem do lago fui olhar as plantações, roças ou chácaras. Numa das mais próximas encontrei o companheiro de mesa da véspera, o qual logo me reconheceu e veio puxar conversa. Fêz-me entrar na sua roça, separada das outras apenas por pequenas cercas de arbustos. Havia árvores frutíferas, uma horta e um pequeno barracão de madeira para depósito. Colhendo algumas ameixas amarelas, que começavam a amadurecer, o solícito aldeão ofereceu-me para provar, já me tratando por **Herr Doktor**, segundo o costume vienense.

E depois de bôa meia-hora de conversa um tanto difícil e mastigada, acompanhada de forte gesticulação, despedi-me dizen-

do que iria ao outro extremo da rua ver o moinho, que nunca havia visto de perto. E lá fui cruzando com raros tranzeutes que, quando me olhavam, eu cumprimentava admitindo talvez **já me conhecessem** por me terem visto no restaurante e todos correspondiam.

A capela com uma pequena torre perto do hotel estava aberta. Entrei: muito simples, podendo dizer-se mesmo pobre.

O moinho. Como foi dito, ficava na entrada do arruado, à direita de quem vinha da ferrovia. Uma torre cilindro-cônico de alvenaria com cêrca de 8 ou 10 metros de altura e uns 4 de diâmetro, como estamos acostumados a ver nas estampas. No alto o catavento com 4 enormes pás ou asas, feitas de telas entrelaçadas. Aproximei-me observando os barracões em volta e a entrada da curiosa torre. Cumprimentando um campônio que ali estava tentei entabular conversação, manifestando minha curiosidade em conhecer de perto um moinho-de-vento (Windmueller) pois na minha terra os que existiam eram muito diferentes. Acolheu-me bem o moleiro, mas não foi fácil entender o alemão por êle falado. Perguntei-lhe: — *Este moinho funciona?* — **Natürlich...** (naturalmente...) e sem se fazer rogado mexeu numas alavancas e ouviu-se um grande barulho roncós e rangidos, enquanto tôda a torre estremecia e a cúpola mudava de posição, quando as grandes asas começaram a girar levadas por um vento brando, que vinha do lago, a princípio lentamente depois com apreciável velocidade. Outro puxão nas alavancas parou tudo. Feita a demonstração após algumas palavras de agradecimento, continuei meu passeio olhando os arredores. Já ia o sol alto mas o vento refrescava o ar trazendo um cheiro gostoso do campo.

A dificuldade de me entender com os moradores impedia-me de conhecer minúcias da vida aldeã, que me parecia cheia de curiosidades e voltei para a **Gasthaus** para descansar e redigir estas notas, ficando bem gravada na memória a paisagem com aquêl moinho semelhante aos que na Espanha fizeram o desespero de D. Quixote, os pastores dos tempos bíblicos tocando gaitas para enternecer as vacas e a figura estranha do arauto medieval rufando tambor e divulgando notícias, coisas que não se mostram aos turistas em excursão. Às 16 horas retornei o velho carro para

a Estação e ao anoitecer estava de novo na famosa e *gemütliche* (confortável) cidade "imperial e real", notável pelos seus costumes aristocráticos e conhecida naquele tempo como o maior centro de estudos universitários, procurado por gente de tódas as nações do mundo.

* * *

A grande capital do então poderoso Império composto de muitas raças e línguas, sulcada de longas e largas avenidas, ostentando monumentais edifícios, povo alegre e amigo das artes, especialmente da música e do teatro, não tinha como Paris ou Berlim ambiente propício ao turismo. Ao aproximar-se o fechamento das portas, às 22 horas, quase tóda a população corria para recolher-se sem pagar o *Sperrgeld* (direito de entrada) ou gorgêta devida ao porteiro pelo seu trabalho. De tal costume resultava diminuir muito o movimento nas ruas depois daquela hora. O centro da cidade ficava quase deserto e apenas no *Volksgarten* (Jardim Público) e nos parques-de-diversões (*Prater* e outros) viam-se aglomerações. Entre os cafés — concêrtos, hoje chamados boîtes ou buates, geralmente localizados em subterrâneos ou adegas, havia uns que funcionavam tóda a noite. Mas eram locais quase sòmente para vienenses; estrangeiros viam-se poucos. O divertimento consistia em beber cerveja ou vinhos, conforme a categoria, ouvir música (*Kapelle*, orquestras) e namorar.

Num pequeno palco, no mesmo ao rez-do-chão, exibiam-se artistas, cantores, humoristas, prestidigitadores, etc. Fui uma vez a um dêsses, depois das 23 horas, com alguns colegas brasileiros e um vienense que nos sérvia de guia e lá para as tantas, surgiu no palco um cômico muito esperto que respondia as perguntas feitas pela platéia cheia de senhores, senhoras e senhoritas. Entre outras perguntas que provocavam hilaridade apareceu esta: — *Warum gibst keine Iungfrau mehr in Wien?*... Esperamos a resposta, mas o ladino repentista fêz ouvido-de-mercador e passou a resolver outros problemas menos escabrosos... Ouviu-se o protesto de um cavalheiro que ocupava u'a mesa com algumas jóvens (*IA protestiere dagegen*. Protesto contra isso!). Afinal, a res-

posta não veio. Sabem qual a tradução? Eila: Porque não há mais donzelas em Viena? Evidentemente um exagero, mas o gaiato vienense devia ter suas razões para a pergunta. Isso já em 1910, antes do cataclismo das duas grandes guerras que tanto sofrimento e tanta miséria trouxeram!...

STALINISMO NO BRASIL HETEROGÊNEO E O PROBLEMA DAS TARAS

Por Fernando Maia

Primeiramente, recordemos.

Durante os pomposos tempos da DIREITA ou "movimento direitista", no Brasil, pouco depois da Revolução de 30, foram desenvolvidas, pelo conduto teuto-brasileiro e adredes, um forte sentimento **anti-semita**, centralizado e propagado em maior extensão, pelo Partido Integralista, ou, simplesmente, Integralismo.

Por essa ocasião, ainda ginasiano, e, recalitrando, por tender mais para a ESQUERDA, fui levado pelo meu colega de turma, Luciano Mesquita, a uma sessão da Ação Integralista Brasileira, que tinha por sede, então, o Edifício Macedo, frente à antiga Estação da Leste.

La aceso o **anti-judaísmo** deflagrado pelo Sr. Gustavo Barroso, um dos **líderes** do Movimento Integralista, e, aqui, comandava êsse sentimento, o Mendes, um bancário. Ao entrarmos no vestibulo da sede integralista encontramos um grupo dos principais **camisas-verdes**, tal como então se chamavam, e entre êles, sobressaindo por uma compleição atlética, o falecido tenente Agualdo Celestino, Chefe Provincial, o que vale dizer, o primeiro mandatário do Chefe Nacional, em tôda a Província de Sergipe, consoante a terminologia politico-partidária daquela seita. Um pouco além, **blusas-verdes**, tal como se intitulavam as mulheres integralistas, conversavam umas com as outras em meio ao vai-vem rotineiro dos dias de sessões; eis aí um pequeno **flash**, que inseri-

mos de passagem, de uma reunião do SIGMA, naquêles agitados tempos de 1934. Pois bem. Entramos. E, como era natural o Luciano Mesquita apresentou-me, pronunciando meu nome e o Mendes, fanatizado e cheio de ranço, de prevenção e animosidade, manifestou-se, esclarecendo os "Companheiros", quanto ao meu nome, e, quanto a mim, deixando-me confuso: — Maia não é nome de "confiança".

Ainda não conhecia a questão em que êle ardia tão ensôssamente, mas foi essa sem-cerimônia do Mendes, à par de fatores menores, quem me fêz integralista. Quis saber do que havia, o que era aquilo, perceber melhor as causas agitadas naquêle vasto recinto, onde o ódio e o fanatismo começavam a crescer! (Vale a pena dizer, desde logo, que tempos depois vim a saber através de Alexandre Herculano, insuspeita autoridade em história portuguesa, que o nome Mendes, também não era...)

Comecemos agora por entrar na questão.

Assim, ainda sintonizados com a época que vimos, muito ao de leve, de recordar, citemos uma opinião de Gustavo Barroso. Referindo-se êsse escritor cearense aos defeitos do povo brasileiro responsabilizou, numa crítica assaz injusta e de unilateralidade proposital, os **cristãos-novos** (judeus portugueses batizados à pulso pela Inquisição e que emigraram em regular quantidade para o Brasil, fugindo das fogueiras acesas na Europa, contra sua fé, mesmo **post** batismo, se relutantes) como sendo a causa dos mesmos. É de admirar, que essas "influências", hoje diremos em linguagem ao sabor da atualidade, essas TARAS, só fossem causadoras dos defeitos... Mesmo, assim, se essas TARAS tiveram capacidade ou suficiêcia, para caracterisarem por tanto tempo, o **modus** nacional, tornaram-se agora, **ipso facto**, uma **faca de dois gumes** para os primeiros bulícios dos **Êsquerdistas**, em cujo seio começa de medrar, a semente má que os **Direitistas** semearam. (Essa análise é relativa).

Mau grado o despreço em que a colocaram, essas TARAS ficaram de tal modo arraigadas, que têm suficiêcia para contra-influirem naquilo a que denominamos, ao intitularmos êste trabalho, de **stalinismo no Brasil heterogêneo**. (O Brasil ainda não é homogêneo. Não possui uma raça).

Gustavo Barroso em sua História Secreta do Brasil diz textualmente: “são de origem judaica: os Pintos, os Silvas, os Pereiras, os Castros, os Salgados, os Mesquitas, etc. “Depois de referir-se a outros nomes isoladamente, acrescenta uma outra lista: “Famílias hebraicas que emigraram para o Brasil: — os Guilhens, os Castro Boticários, os Mendes, os Bravos, os Nunes, os Sanches, os Diques, os Cardosos, os Coutinhos, os Montearroios, os Cirnes, os Ximenes, os Peres, os Calaças, os Teixeiras, os Rodrigues, os Barros, os Siqueiras”.

A fim de ser mais explícito trarei à evidência outras circunstâncias em que essas TARAS influíam, determinavam modos e maneiras, sem que os nomes, entretanto, as denunciasses. Era quando “mudavam seu nome judaico, p. ex.: Misacl, se mudava em Miguel; Hisneque, em Henriques; Fungeca, em Fonseca; Jacob, em Diogo; Barrosh, em Barros.” (Obr. cit.)

Soube por ouvir dizer que o Dr. Fernando Porto, aqui entre nós, estudando alguns aspectos da questão, foi de opinião que muitos cristãos-novos trocaram seus nomes pelo de **cristãos-velhos** com medo da Inquisição (ou também, insinuamos, para casarem-se entre si...)

O fato, porém, e de interêsse ao nosso estudo, é que essas manifestações, de reconhecida e de acentuada importância, pesam suficientemente em a nossa formação bio-etnológica, de tal sorte que, inteligentemente orientadas podem imprimir novos rumos ao comunismo entre nós, “burlando”, em seu primeiro avanço, o comunismo staliniano, forma acintosa de governo totalitário, e que, na própria Rússia, e, sobretudo, em alguns países aliados, sofreu forte repulsa e enérgica censura.

Fazendo cálculos empíricos, ou, quase isso, de vez, que não disponho de meios, cheguei à conclusão, de que pelo menos uns 20% da população brasileira participa dessa origem. (Excluídas se acham as colônias germânicas, italianas, israelitas, etc.)

O Integralismo eriçou-se, fez menção do que seria o seu ataque, pela violência dos primeiros atritos, e, depois, amornou, morderrou, silenciou, foi pôsto nas cogitações marginais, e, ao final, passou. Grande número dos seus ex-membros, inclusive quem subs-escreve estas linhas renegou as idéias do Partido, abjurou

esses falsos valores, inspirados em um patriarcalismo, que dia a dia se torna mais fora de moda, e preferiu aspirar um ar melhor, mais vivificante e menos denso do que aquele que lhe vinham impingindo.

Passada, pois, a primeira onda, a do **anti-semitismo** da DIREITA começa a enfezar-se, mais fraca nos seus impulsos, pelo menos até ao momento, o **anti-semitismo** da ESQUERDA. É o que nos diz e nos expõe com justeza e visão percuciente, o escritor comunista Osvaldo Peralva, em seu livro, palpitante de interesse humano, o RETRATO.

Ali são expostas as novas diretrizes vindas de Moscou, e suas exigências de cunho nitidamente racistas, desastrosas para o partido Comunista, tal como a experiência o mostrou. A própria cisão que se deu no Brasil, como consequência do Sinédrio, designação sob a qual, decidiram e julgaram, as diretrizes vindas da Rússia, condenando-as, evidência muito bem o que dizemos e vale por um elogio a esse punhado de comunistas dignos, de relevantes serviços prestados à causa marxista, mas que não cederam aos processos **stalinistas**.

Os Russos, por sua vez, não nos conhecem, nada sabem de nossa história, de nossa formação, dos nossos chamados "defeitos", de nada em suma, com relação ao fundametal de nós mesmos.

Ou daqui ou dali, com pouca probabilidade embora, pode ser que venham, no futuro, a forçarem um vau para esse quantum da vida nacional.

Mas, enquanto isso não acontecer, ficará a **faca de dois gumes**, demudando as situações hostis à formação histórico-nacional. E o preconizado **KAHAL**, sobre cuja entrosagem na ordem político-social de antanho, alguns escritores têm feito referência e salientado-lhe a importância, deixará de ser um governo de pessoas para integrar-se em um governo de **TARAS**, não menos oculto, esse governo, do que o outro, de onde lhe vem o sentido.

Ademais, um país ainda mal formado tal como o nosso, que só pelo continente é cinco vezes secular, não está em condições de arcar com o peso, as desvantagens e os perigos de um drama de distinções.

Aracaju, Março de 1962.

Capítulos de um Livro inédito de Memórias

OS MEUS ENCONTROS COM JACKSON DE FIGUEIRÊDO

J. PIRES WYNNE

Trazem-me os jornais do Rio notícia das homenagens prestadas ao grande panfletário Jackson de Figueirêdo, que eu conheci, pessoalmente, faz muito tempo, por ocasião de sua última visita ao bêrço natal, e cujos livros desde a infância me eram familiares.

Fui recebê-lo, e já no mesmo dia de sua chegada, logo, no CORREIO DE ARACAJU, cujas colunas ocupo desde os primeiros albores da mocidade, um artigo apologético saía, palavras de aligeirada crítica, mas bem entusiásticas, reveladoras de justas admiração pelo escritor corajoso e reacionário.

Depois, noutros encontros, e já entre as árvores boas de Garcia Rosa, árvores suas amigas desde os tempos de sua rebelde mocidade, estivemos juntos, eu admirando a constância do seu fervor religioso, não digo de asceta, mas, de combativo espírito, sempre em ação, coerente e produtivo, fortalecendo os valores da Igreja e despertando a fé em muitas consciências.

Logo depois, publicando o meu primeiro volume, ensáio crítico, VULTO QUE FICA, estudo a respeito da vida e da obra do poeta de SELVAS E CÉUS, do eloqüente e penetrante espírito que foi J. Pereira Barreto, dele recebi generosa manifestação de simpatia, traduzida em página de análise, tanto mais valiosa quan-

to se sabe do seu rigor na apreciação dos livros que lhe enviavam.

Cêdo, pela manhã, às primeiras horas do dia, minha mãe, espírito delicado, sensível às manifestações estéticas, mas alma silenciosa e meiga, mostrando nos olhos uma sombra de melancolia, por bem conhecer as relações de simpatia que desde a sua passagem por aqui alimentávamos, como se fizesse uma confidência segredou ao meu ouvido:

Sonhei com o seu amigo Jackson, Jackson de Figueirêdo, e o meu sonho foi bem triste.

Nenhuma notícia ainda chegara ao bêrço natal do denodado batalhador comunicando aos conterrâneos os lances de sua tragédia.

Era manhã clara.

Sômente muito mais tarde, pelas nove horas do dia, quebrantando os amigos, enchendo-nos a todos de funda mágoa, a primeira notícia telegráfica aqui chegaria, notícia que muitos momentos antes, ao dealbar do dia, já em casa me chegára através do sonho triste de minha mãe.

* * *

Sôbre Jackson de Figueirêdo, quando ainda acadêmico, na Bahia, iniciando uma série de três conferências no CENTRO DE CULTURA, grêmio que acabávamos de fundar — eu, Orlando Garcia, Romulo Almeida, Antônio Piton e outros, proferi, então, a minha palestra — MEDITAÇÕES DA MINHA SAUDADE — ensaio crítico que mais desenvolvido se encontra hoje nas colunas do velho JORNAL DO BRASIL, e publicação feita por ocasião da minha passagem pelo Rio.

* * *

Trinta anos se vão, e ainda agora se recorda com admiração e respeito a corajosa campanha desenvolvida no Brasil pelo grande panfletário Jackson de Figueirêdo, homem de destemor singular, animado sempre na sua fé, incapaz de torcer na defesa de princípios, e amável, cheio de ternuras, tolerante no mundo dos amigos, obscuros ou cintilantes, que todos viviam no seu coração de esteta e sentimental.

EXPLICANDO

A *RAPINADA*, poema satírico atribuído ao poeta e político sergipano Dr. Pedro de Calazans, foi publicada em opúsculo em 1863, na tipografia Estanciana, que existia na Rua da Goiabeira n. 15. Teve larga divulgação e logrou grande repercussão nos meios sociais da época.

Em novembro de 1933 foi publicada no jornal "Estado de Sergipe", que se publicava em Aracaju, fornecida por pessoa amante da história e tradições de Sergipe. O referido jornal deu, ao iniciar a publicação, em 14 de novembro de 1933, a nota que se segue :

"Começamos hoje a dar publicidade, como documento de grande valor histórico-literário, à "Rapinada", raríssimo e curioso trabalho do nosso grande poeta Pedro Calazans, há mais de meio século falecido.

É uma sátira, em 100 quadras, contra certas figuras da política local da Estância em 1863. Trabalho inédito, sem assinatura do autor, mas que geralmente a êle foi atribuído, e a cuja autoria, mais tarde, não procurou fugir. E, como já é difícil, ou quase impossível, ser encontrado, na atualidade, pois que, nem se quer a nossa Biblioteca Pública, que é o maior repositório do nosso patrimônio histórico-literário, o possui, resolvemos iniciar a sua publicação, em a nossa edição de hoje. Este trabalho, algo interessante e curioso para a vida política literária de Sergipe, nos foi fornecido por distinto cavalheiro que o encontrou no arquivo de um vulto extinto da sua digna família. A cópia que foi tirada em 1863, quando circulou o "poema" manuscrito, tem algumas anotações esclarecedoras, que também publicaremos.

De Pedro Calazans, como poeta e homem de espírito nada diremos. Os mais curiosos que procurem ler as suas obras e os traços da sua vida em Armindo Guaraná — Dicionário Bio-Bibliográfico — Apenas adiantaremos que foi um dos maiores poetas de Sergipe.”

Não há dúvida de que a centúria de quadras em apreço é coisa ligada às tradições político-partidárias de Sergipe. Sua autoria foi sempre e ainda é atribuída a Dr. Pedro de Calazans, que reunia à sua grande inteligência rara pugnacidade. Sabia que era geralmente tido como autor de A RAPINADA, mas não contestou, confirmando, assim, com o seu silêncio essa autoria.

Como é hoje coisa rara, damos-lhe nova publicação, com maior perenidade, nesta Revista. É elemento para o estudo de nossa história e dos nossos costumes.

As notas que acompanham o texto foram fornecidas por idoso e inteligente sergipano que vivia ao tempo do aparecimento de A RAPINADA; e era pessoa de relevo social.

As alusões pouco lisonjeiras e os ditos apimentados não fazem móssa na memória das pessoas atingidas.

Eram os cardos do terreno político-partidário a ferirem reputações no ardor das lutas.

Nos dias que vivemos não são raros os ataques ferozes contra pessoas de boa reputação na vida privada.

A RAPINADA

Poema em 100 quadras

MANUEL JOÃO CALDEIRA COPOS PONTES

FLOR DE NATAL (1)

(1) Era um pardo que viveu em Santa Luzia, muito falador e por isso a alusão a alguém que também tinha o mesmo hábito.

O. D.

A muito ilustre e muito nobre Prozapia da Preclarissima Família

GARRANCHOS (*)

Herões por nascimento, herões por raças.

BOCAGE.

(*) Alusão a distinta família de Estância. (família do velho Aprígio Freire).

A RAPINADA

I

Todos cantão qualquer couza,
Todos cantão bem ou mal,
Eu vou cantar as grandezas
Desta quadra eleitoral (2)

Grande empreza é na verdade
Mostrar tão grandes ações.
Tentar conhecer as côres
De tantos cameliões.

Não importa, eu vou cantando
Em quanto Deus me ajudar;
Meu Compadre, dê licença
Que eu vou da liga tratar.

Eu disse liga? é mentira!
Disse barriga? é verdade;
Que os rapiuas desta terra
Não têm outra divindade.

Bando de còrvos famintos
Se escondem, chegando a paz.
Em vindo a guerra e os despojos.
Surge o Botô e o bando atraz.

Lá vão do sul ao norte
Em busca do sangue irmão.
Um vibra o punhal nefario,
Outro as armas da traição.

Este num beijo de Judas
O proprio Deus entregára;
Aquêlle seu proprio sangue
Como Cain derramara! (3)

Raça de lobos famintos (4)
Matilha de cães damnados,
Concubinato nefando
De infieis, de renegados.

Contra o povo que os despreza
Fazem grande terremoto,
Pregando com as bayonetas
A liberdade do voto.

A grande rede de arrasto
De processos e prizões
Os pescadores desdobrão
Por amor das eleições.

Povo, alerta! que sois livre,
Marchai ás urnas vencei!
Segui as fortes phalanges
Da paz, da ordem, da lei.

Da liberdade a bandeira,
Nas mãos dos conservadores,
Triunphe dos desatinos
Dos rudes devastadores.

Que um dia nos horizontes
O íres resurgirá.
Nos transportes da alegria
Cada qual se abraçará.

(2) Sôbre a eleição do partido liberal em 1863.

(3) Alusão ao Dr. Conrado Lima, que mandou um irmão como "voluntário de coração" para a guerra do Paraguay.

(4) alusão ao mesmo.

E contando as cicatrizes,
Que lhe restarem no pleito,
Cada um dirá tranquilo,
Combati por meu direito.

Cerrai columnas, amigos,
A's urnas com liberdade,
São ellas a voz do povo,
Por ellas falle a verdade.

II

Vejo agora que fui longe
Nas azas do enthusiasmo
E cahindo sobre a terra
Qual não seria o meu pasmo.

Já chegando á janella
E vi com grande azafama,
Descer pela rua abaixo,
O delegado Alabama. (5)

Deus malsins, casaca preta
Da vinda do Imperador
Chapéu de cano, impostura,
E modos de um grão Senhor.

Quem é aquelle pergunto
Ao meu compadre João Bento (6)
Não conhece me diz ele,
Já cá está no regimento.

Mas quem é? replica ainda
A minha curiosidade,
Não pergunte talvez seja
Qualquer nova autoridade.

É de certo o delegado...
Como assim? já ele é macho?
Compadre mudou de sexo,
Era sumaca, é patacho.

E fiquei eu me benzendo
Desta grande Cachamorra,
Que o compadre só parece,
Que dezertou de Gomorrha!

Acendo então meu cachimbo
E fumava descuidado,
Sinto barulho e lá vejo,
Vir passando o João Pelado. (7)

Vou pintal-o como posso
Seguindo as tintas que tenho,
De guardar um tal retrato
Ninguem terá grande empenho.

Ruivo, pelado, manhoso,
Da marca do Escariote,
Malcriado, ruim, covarde,
Com ares de D. Quichote.

Olhinhos de sapiranga,
Cartucho de pé de muro,
Farrapo que apenas serve
Para lançar-se ao monturo.

Eis a grande autoridade
Aborto de Antonio Dias,
Que flagella esta pruvincia
Com milhões de tropelias.

(5) Ainda o Dr. Conrado Lima

(6) Um luso conhecido nas terras.

(7) Alcanha de João Barbosa da Franca.

João Pelado cala a bôca,
Põe no sacco o birimbão,
Não te esqueças da carreira
Que deu-te Yoyo Mingão.

Pensei que estava esgotada,
A lista guapa, e jucunda,
Dos mandarins, quando passa,
O Joãozinho Arrasta Bunda. (8)

Vem montado num burrinho,
O burro do João Pelado,
Mas não vem como os primeiros
De maisins acompanhado.

Parou quasi á minha porta,
Conversou um bom pedaço
Com o padre chinello, o padre
Mais safado, e mais devasso. (9)

Depois, deu redea ao burro
Com pena de tal desgraça,
Que o padre cambaleava
Já repleto de cachaça.

Foi-se o padre relaxado
Entrou na venda visinha,
Pediú votos, mas o dono
Lhe disse que tarde vinha.

Não me zango, diz o padre
Mas se entenda com o João
Patricio me dê ao menos.
Dê-me um copinho da branca.

[Franca

Escoria de uma tal classe
De um clero conceituado!
Padre chinello é o transunto
Do que ha de mais desgraçado.

Quem quizesse uma parelha
Para este vil instrumento,
Poderia apenas acha-la
No moleque Antonio Bento.

III

Tomci folego, á colheita
Deve aqui ser muito rica,
Grande assumpto, vai tratar-se
Do Zezé da Taparica. (10)

Emudeça a redondeza,
Me prestem toda attenção
Que eu vou contar altos feitos
Do Zezé do Sr. Romão.

Preparem sinos, foguetes,
Traques, bombas, cantilena,
Que o candidato machucho
Vai agora entrar em scena.

Roma, Grecia, Europa, mundo,
Novo sabio de vós zomba,
Vai a corte encher de luzes
Um deputado de arromba.

Das forjas da rapinada
Sahiu armado o tratante,
Como Minerva da testa
Do grande Jupiter tonante.

(8) Allusão a Dr. João de Aquino Teles de Menezes, Juiz Municipal.

(9) Allude ao Pe. José Luiz de Azevedo que teve ao começo, vida desgraçada e que mais tarde tornou-se homem de bem.

(10) José Lourenço de Magalhães, filho de português,

Chega a noticia de chefe
Ao pae, o velho Romão,
Quem tal diria, meu filho!...
Que vai ser? vai ser patrão?...

Não senhor, diz ja zangado
O Diarrio Manoel João:
O seu filho é deputado (11)
Nesta futura eleição!..

Zeze... deputado!... gente!...
O pranto me corre em bica!...
Bem eu disse abençoados
Os pitús da Tapatica!...

Manoel João deu as gambias
Corre, conta, vai e vem,
Que a todos excede em pernas.
Dizem que em lingua também.

Foi o caso: a rapinada
Duas vezes foi á praia,
Mas o Barros la deixou-a
Na lama que grande vaia!

Protestarão por vingança
Propor mais um candidato,
Para o que na cara delles
Houve grande espalhafato.

Por pirraça, em grandes brados
Foi aclamado o Zeze,
Que alem dos mais predicados,
Dizem que mamou em pé.

Foi o melhor que encontrarão,
Pois dá dez contos de réis.
E demais tem grande tino
Para mexer com os papeis.

Foi assim que negra mancha,
Que nem o sangue lavava,
Na honra de uma familia
Infamemente atirava! (12)

Negra história, mas sabida
Pela geração presente,
Que vê a cobra que passa
Tendo os venenos no dente.

Foi assim que a um pai afflito
A flor mimosa roubou,
E no seio angustiado
Sua cubiça fartou.

Tinha sede de dinheiro
Qual hoje de posição,
Fez uma escada em que trepa,
A escada da corrupção.

Tem por degraus a torpeza
A calumnia, a intriga, o enredo,
São suas chaves abraços,
São beijos o seu segredo.

E como a cobra da fabula
Morde o seio que lhe aquece,
O amigo que um dia o serve,
No outro dia morde e esquece.

(11) Allude á candidatura do dr. José Lourenço de Magalhães a deputado geral.

(12) Allude ao rapto de uma senhora. (A mulher de José Lourenço e o desvanecimento do casamento do Dr. Amaral (Juiz Municipal).

Dos mangues da Taparica,
Que hão de ornas o brazão,
Escrevão por baixo a lenda
Egoismo, ingratição!...

IV

Minha gente quem é esse...
Que ali vem na comissão?
Nãc conhece? é o perna Santa,
É da sucia o sachristão. (13)

É o mais velhaco de todos,
Posto ser o mais tacanho,
Sachristão, tú não me enganas
Apezar do teu tamanho.

É doutor na academia
De berliques e berloques,
Quero fazer sett retrato
Com rebiques e reboques.

Para que todos conheção
Tão refinada pezeta,
E ao mundo fiquem patente
As rugas dessa careta.

Por ter um nome sabido
Na historia da velha Troia,
Tem no sangue da pobreza
Se fartado essa giboia.

Aprendeu para ser rico
O mote da rapinada,

Venha a nós enquanto é tempo
Para o nosso reino nada.

É assim que hoje suspira
Por qualquer pendurucalho,
Que seja o premio devido
Ao seu honrado trabalho.

O perna Santa bem sabe,
Apezar de sachristão,
Que havendo o metal sonante
Pode um ladrão ser barão.

Ah maldito Bereuguer (14)
Diz elle com grande dôr,
Que me expellistes das graças
Da vinda do Imperador.

Bem podia eu ir a igreja
Tendo meu peito enfeitado,
Ser em vez de ajuda-missa
Um tojo condecorado.

Mas creio n'alta influencia
Do Zezé do Sr. Romão,
Que do Rio ha de trazer-me
Qualquer cousa num cordão.

Hão de ver que estas galhetas,
Vou deixar, sou liberal!
Inda espero em minhas contas
Morrer visconde de tal.

E calou-se o Perna Santa,
Fez um horrível tregeito,

(13) Era avô de Heitor de Souza (Ministro do J.T.F.).

(14) Era o juiz de direito da Comarca, quando o Imperador Pedro II visitou a Estancia.

Doe-lhe a perna, a consciencia,
Bem como a muito sujeito.

E apenas digo em resumo
Deste perfeito retrato:
Por fora perna ferida,
Por dentro uma alma de rato.

V

Venha á tela, meu valente,
Meu Dom Majór d'altas brava-
[tas, (15)
Vou pintal-o como gosta
No meio das pataratas.

Por ser o lugar-tenente
Da camarilha botina,
Traz o estandarte amarello
Da caravana rapina.

La vem elle tão garboso,
Montado em seu ginete,
Galhardamente adornado
D'elmo, espada e capacete.

Onde vai tão radiante
Meu Dom Majór aguerrido?
Em guerra de palestina
Vai combater destimido!

Ou vai enristar a lança,
Em cobate aventureoso,
Por olhos de alguma dama
Que tal-o parti saudoso?

Sou cavalheiro responde,
Jurei pela fé do Bôto,
Ir batalhar contra as urnas
E correr o mundo a chôto.

Reneguei de minhas crenças
Por amor de finas rendas,
Tendo por lei a inconstancia
Seguirei todas as sendas.

Rapina, ligueiro, roxo,
Amarello, até vermelho
Tudo sei que tenho sido
No meu político espelho.

Não me importa que das rendas
Provínciaes me arredassem,
Outras gerais, mais bonitas
Podê ser que me agradassem.

Dato cazu, verbe gratia,
Se alguém morrer, não desejo,
Se ha de vir um Bode doido, (16)
Não devo perder o ensejo.

Adeus que eu parto, o ginete
Fogoso mastiga o freio,
Adeus cidade, adeus gente,
Que eu me vou para o torneio.

E Dom Majór la partio-se
A's terras da Aricurana,
Mas por artes do demonio
Virou-lhe a espada em banana

(15) O Sr. Coronel José de Calaxans Barbosa da Franca chefe liberal depois de ter sido conservador.

(16) Era o apelido do Pai de Apuleio Mota.

VI

Bé bé bé, cabrioleja
Pela rua o Bode macho, (17)
Anda também cabalando
Rua acima, rua abaixo.

Eu cá fiquei me benzendo
Por ver tal prozopopéa,
O Pato roxo barrou-a
Em um dia de diarrhéa.

Que são as couzas do mundo
Na boa terra da Estancia!
Um bode berrando aos pulos
Já quer ter muito importancia.

Um caixãozinho de drogas
Um pote d'agua, um balcão
em pouco tempo fizerão
De um bodete um figurão.

Tem assento nos conselhos
De gente de sangue azul,
Que arrematou a nobreza
Destas bandas cá do sul.

Tem voto no directorio
Da rapinada daqui,
Bodeja, argumenta e berra
O descendente do Haity.

Se pensava o Pato roxo,
Quando vendia aguarraz,
Ter posto algum dia um ovo.
Um pouco melhor que o Braz.

Pois não senhor, da ninhada
Quasi branco sahiu um;
Para puder ser fidalgo
Falta perder o bodum.

Bé, bé, bé, lá vai o bode,
Peguem nelle p'ra capar,
Bé, bé, bé o bode macho
Sai a rua a Caballar.

VII

Quem é esse que ali passa
Cochilando pela rua?
É ti Candú, que de porco
Fede mais do que commúa.

É no corpo, como n'alma
Repulsivo e besuntão,
É manhoso como burro,
Rapina qual gavião.

Não tem o Boto um escravo
Mais servil, nem mais brejeiro,
Ti Candú é dos rapinas
O rapina mais sendeiro.

VIII

Quero acabar pelo cisco,
Por quasi findo já dou,
Indo pegar n'um mulambo
Um tal Joaquim de Dodô. (18)

É cousa pior do que lama
É lesma, e não tem vergonha,
Alma de porco espingarda
Sem vareta, nem coronha.

(17) Herculano Gomes de Souza, filho de Pato Roxo.

(18) O Dr. Joaquim Gomes.

É bacharel por desgraça
Desta terra em que um Camello
Tendo um burro por padrinho
Pode ter bôrla e Capello.

Venderia, se lhe comprassem,
Sua alma por dez tostões,
Natureza és caprichosa!
Faze tristes aleijões!

E lá vai dando patadas
Qual burro de Antonio Freire
[(19)
Vendendo asneira a retalho,
Por um vintem meio alqueire.

E acabou-se a rapinada
Do Capitão do Pochim, (20)
Por causa dos bacamartes
Reze, compadre, por mim. (Fim)

(19) de Melo.

(20) O Comendadôr Bôto.

VENERÁVEIS DA LOJA COTINGUIBA *

EPIFÂNIO DÓRIA

Sem veleidades literárias que não acariciamos, por sabermos quão pouco valem nas áreas da cultura mental, resolvemos por em fila, a fim de que recebam o aprêço perene da posteridade reconhecida, os devotados maçons que empunharam o primeiro malhete da Loja Capitular Cotinguiba, na ordem cronológica de suas eleições.

É um trabalho de mera compilação de dados que possam facilitar o trabalho dos que quiserem deles se ocupar, com maiores méritos e mais largo descortino.

Obedecemos a ordem cronológica por parecer-nos que este é o melhor caminho para se estudar-lhes a ação e o resultado do trabalho desenvolvido no manejo do primeiro malhete da Loja. Confessamos que não damos aqui um trabalho completo. Somos pobres de arquivos que facilitem aos estudiosos uma visão eficiente sobre o passado.

Lutamos pacientemente na busca de dados que nos levassem a saber informar a antiguidade da ordem maçônica em Sergipe. Há de ter sido no período colonial, nos prenúncios da Independência.

* Iniciamos a publicação destas notas no Boletim da Loja Capitular Cotinguiba em abril de 1954, dando-lhe o título geral de "Galeria dos Homenageados". A partir do 4.º artigo mudamos o título para o de "Galeria dos Veneráveis". Sai agora com o título acima. O Boletim, mimeografado, saía com tiragem reduzida, não divulgando satisfatoriamente a matéria que nele se estampava. Só era distribuído aos maçons do quadro da Loja. Deste modo resolvemos publicá-las nesta Revista que tem maior tiragem e melhores condições de ser conservada para manuseio dos estudiosos.

dência. Até pouco tempo julgava-se que o seu aparecimento ocorrera em 1872, com a fundação da Loja Cotinguiba, mas já em 1859 o médico alemão Dr. Robert Avé-Lallemant, que percorreu todo o Brasil e aqui esteve nesse ano, referindo-se à boa impressão que lhe causara a recém-fundada cidade de Aracaju, citou a existência de uma loja maçônica. Essa declaração foi feita no seu livro "Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859.

I — DR. FRANCISCO JOSÉ MARTINS PENA JUNIOR,
1872—1873.

Notável sergipano, pelo talento, cultura, eloquência e dotes morais. Nasceu na cidade de S. Cristóvão, a 28 de agosto de 1837, sendo filho de Francisco José Martins Pena e D. Maria Rosa Pena. Dêle disse o seu conterrâneo desembargador Manoel Armindo Cordeiro Guaraná, no seu Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano:

"Foi juiz municipal e de orfãos no termo da Capela e, em mais de um quadriênio, na cidade do seu nascimento, por amor da qual sacrificou a carreira e todo o seu futuro, pois a única ambição que afagava era viver, placidamente, no seio da terra querida, gozando da amenidade do seu clima admirável e dos encantos daquele céu radiante de luz. Sua alma de filósofo embevecia-se na contemplação dos templos magestosos da hospitaleira cidade, e diante do mudo espetáculo das suas saudosas ruínas comprazia-se em reler, página por página, a história de remotos acontecimentos, tão farta em proveitosas lições para os que dirigem os destinos dos povos. Nada mais aspirou na vida do que esse afetuosos conchego do torrão natal, que para êle resumia um mundo inteiro de felicidade. Foi por isso que, apesar de possuir um robusto talento e de ser reputado um dos oradores mais eloquentes daquele tempo, o seu nome não adquiriu a fama correspondente às apreciáveis qualidades do seu espírito".

Não houve nenhum favôr nessas palavras expendidas com entusiasmo pelo seu notável biógrafo, que era também fervoroso devoto dos encantos da velha cidade de S. Cristóvão, cenário de grandes acontecimentos da história de Sergipe durante mais de dois séculos.

Um colega e amigo do Dr. Pena Junior, tendo se instalado com banca de advogado na cidade do Rio de Janeiro, insistia para que êle deixasse a provincia e fôsse adquirir nomeada e independência econômica na grande metrópole. Conhecia o seu merecimento e contava como certo o triunfo. Excusou-se de aceitar êsse convite, alegando que não dispunha de recursos para viver no Rio até que a profissão lhe desse lucros.

Êsse amigo soube depois que êle tinha tirado uma sorte na loteria.

Escreveu-lhe imediatamente lembrando que a boa oportunidade de se transferir para o Rio tinha chegado com o bilhete premiado. Quando a carta chegou já o dinheiro tinha sido gasto.

Essa sorte da loteria deu lugar a um interessante episódio entre êle e o Dr. Manuel Pereira Guimarães, outro grande Maçon da Loja Cotinguiba, de quem falaremos oportunamente.

Desempenhava o Dr. Manuel Pereira Guimarães o mandato de deputado geral, na legislatura de 1869—1872, quando recebeu uma carta do Dr. Pena Junior, pedindo para comprar, com dez mil réis que lhe enviava dentro da carta, meio bilhete de uma loteria de vinte contos, não indicando, porém, o número do bilhete a ser comprado. Dias depois recebeu uma carta do Dr. Pereira Guimarães, dizendo que a carta, a despeito de não acusar violação, chegara sem o dinheiro, mas que não tivesse cuidado pois iria comprar o meio bilhete pedido.

Passados mais alguns dias recebeu telegrama do Dr. Pereira Guimarães dizendo que o bilhete tinha sido premiado com dez contos de réis, importância que iria receber, trazendo-a para Sergipe na sua próxima viagem. Quando chegou o Dr. Pereira Guimarães entregou-lhe nove contos de réis, dizendo que, em confiança, lançára mão, na viagem, de um conto, para dar-lhe-o depois. O Dr. Pena Junior respondeu-lhe imediatamente: "Dar como?... Pois você me dá nove contos de presente e ainda se julga devedor de mais outro conto que me quer dar?"

Desse dinheiro deu logo um conto de réis à sua mãe, um à Flora e outro à Adalgisa, suas irmãs.

O Dr. Pena Junior formou-se em direito no Recife, em 1858, e ali ficou advogando. Foi delegado de policia do Recife e deputado provincial de Pernambuco. A 23 de Setembro de 1863 foi

nomeado juiz municipal e de órfãos do termo da Capéla, tomando pösse a 28 de Janeiro de 1864. Exerceu essa judicatura até 4 de Maio de 1866, quando obteve exoneração. Por decreto de 12 de Junho de 1872 foi nomeado novamente juiz municipal e de órfãos para o termo de S. Cristóvão, onde ainda servia, quando faleceu em Aracaju, à 9 de Maio de 1884.

Possuindo grande inteligência e cultura, descuidou-se dos frutos do seu talento. Os discursos que proferia na Assembléia Legislativa da Província nunca eram dados á publicidade.

Escreveu o drama DÓRES E FLÓRES, dividido em 3 atos com os subtítulos: "O rapto"; "O dedo de Deus" e "Justiça do céu", drama que chegou a ser representado, mas nunca foi impresso; e o original se perdeu.

Foi deputado á Assembléia Legislativa de Sergipe em três legislaturas; 1870—1871, 1872—1873 e 1876—1877. Coube-lhe ser o 2.º Vice-presidente da mesa em 1876.

O Dr. Pena Junior falecendo solteiro.

II — Dr. Manuel Pereira Guimarães, 1873—1874

O Dr. Manuel Pereira Guimarães foi um desses vultos singulares na vida, pelos seus talentos e virtudes incomuns.

Desambicioso e limpo de vaidades era um Briaréu na fôrça do trabalho.

Nas instituições onde os outros, em geral, negaciavam dedicações, ou mesmos esforços, êle tudo aceitava na esfera do sacrificio e tudo levava de vencida, com sua operosidade esclarecida e o seu alto teor de desprendimento. Assim aconteceu na Loja. °. Cotinguiba, de que foi um dos fundadores.

O nosso escasso interêsse pelas coisas do passado nos deixou sem conhecimento do início das atividades maçônicas em Sergipe. Elas, por certo, não faltaram quando o país inteiro sentia o latejar da independência, antes do glorioso 7 de Setembro de 1822. As rígidas precauções tendentes a evitar choques com as autoridades intolerantes, num ambiente de fracas garantias de liberdade individual, num meio erigido de prevenções contra a Ord. °., concorreu, por certo, para que se perdesse o documentário, e até a tra-

dição oral a respeito dela em nossa terra. Sabe-se, todavia, que ela existiu aqui bem antes de 1872.

Na espetacular questão do relógio da igreja do Bomfim, de Laranjeiras, em 1848, ela influiu para que fracassasse ali o autoritarismo do Presidente da Província, Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, consoante nos confidenciou, em carta, o Dr. Helvécio Monte, que foi contemporâneo dêsse fato histórico.

O Dr. Manuel Pereira Guimarães nasceu em Propriá a 14 de Março de 1840 e faleceu em Aracaju a 27 de Outubro de 1879, antes de completar os seus 40 anos de idade.

Era filho de José Antonio Pereira Guimarães e D. Maria Isabel Medeiros Guimarães. Iniciou os seus estudos na cidade natal, passando-se depois para a Capela, onde os continuou.

Em 1857 seguiu para a Capital baiana, onde prosseguiu nos seus estudos. Em 1858 seguiu para o Recife, a fim de concluir os preparatórios, matriculando-se, em 1859, na Faculdade de Direito daquela cidade. Fêz no Recife os três primeiros anos do curso jurídico. Transferiu sua matrícula, em 1862, para a Faculdade de Direito de S. Paulo, onde fêz apenas o 4.º ano, volvendo, em 1863, para a Faculdade do Recife, onde concluiu o curso e recebeu o grau de bacharel a 20 de Novembro dêsse ano.

Regressando a Sergipe consagrou-se à advocacia. A 20 de Maio de 1864, foi nomeado promotor público da comarca de Aracaju, lugar que ocupou até Julho de 1868. Em 9 de Julho de 1867 foi nomeado para exercer, cumulativamente, em caráter interino, as funções de Procurador Fiscal da Tesouraria Provincial, durante uma licença concedida ao titular do cargo.

Militando nas fileiras do Partido Conservador, numa época de política agitada, foi eleito deputado à Câmara do Império, na 14.ª legislatura, de 1869 à 1872, cabendo-lhe ser um dos secretários da Mesa. Não exerceu êsse mandato até o fim porque a Câmara foi dissolvida por Decreto de 22 de Maio de 1872.

Quando no governo da Província o Dr. Antonio dos Passos Miranda, resolveu, em 1875, desanexar do Ateneu Sergipense o curso normal, estabelecendo, autônoma, a Escola Normal, que vinha revelando insuficiência de resultados práticos no sistema híbrido até então mantido. Coube então ao Dr. Pereira Guimarães a direção da Escola, aliás em caráter gratuito, como se de-

preende do seguinte trecho do Relatório com que o referido Presidente abriu à Assembléa Legislativa, em 1.º de Março de 1875, no capítulo em que tratou da Escola Normal:

“A Diretoria da Escola está em mãos mui hábeis; pois que”,
“gratuita e patrioticamente, ocupa o lugar de Director o”

“vosso distinto colega Dr. Manuel Pereira Guimarães. Foi exonerado, a pedido, em 19 de janeiro de 1877 pelo vice-presidente Dr. José Martins Fontes.

Era a esse tempo deputado à Assembléa Legislativa de Sergipe, eleito para o biênio de 1874—1875. Eleito vereador da Câmara Municipal de Aracaju, para o quadriênio de 1873—1876, conbe-lhe presidir a mesma Câmara, dando-lhe a dignidade que lhe não poderia faltar. A esse tempo a administração municipal cabia ao vereador que os seus pares elegessem presidente. Dêste modo exerceu êle as funções que cabem hoje ao Prefeito.

Reeleito para o quadriênio de 1877—1881 não tomou posse, não sabemos se por injunções partidárias ou por volição própria. Na sessão de 8 de Janeiro de 1877, que presidiu como vereador da Câmara do quadriênio findo, recebeu o juramento dos juizes de paz dos vereadores do novo quadriênio.

Na segunda ata desse dia consta que “o vereador Dr. Pereira Guimarães, reeleito, pelo fato de não comparecer à posse, na forma da lei, ficava excluído da lista dos votados”. A nova Câmara desandou de tal maneira que se transformou num verdadeiro picadeiro da honra dos seus próprios componentes. Do presidente José Guilherme da Silva Martins, diziam os seus pares coisas escabrosas e êle não ficava atrás nos revides com que mimoscava os que lhe injuriavam.

Exerceu também a função de juiz de paz do Distrito da Capital.

Quando estêve na Côrte do Império, exercendo o mandato de Deputado geral colaborou no “Jornal do Comércio” e no “Diário do Rio de Janeiro” e redigiu, com outros, “A Nação”, órgão do Partido Conservador. Redigiu em Aracaju, em 1873, o jornal “O Conservador”, que era órgão do Partido Conservador da Província. O seu nome figura no Dicionário Bio-bibliográfico do Dr. Armindo Guaraná, de onde colhemos dados para completar esta notícia.

Na vida maçônica atingiu à plenitude, colado no grau 33.°. Foi Delegado do Gr.°. Or.°. junto à Loj.°, Cap.°, Cotinguiba de 1876 a 1877.

Sergipe está a dever uma homenagem concreta à memória desse grande sergipano, que faleceu quando mais precisava de viver para mais brilhar e engrandecer a Província natal.

III — **DR. SANCHO DE BARROS PIMENTEL**, maio de 1874—1876. Já nos ocupamos dêste notável brasileiro em nossa tentativa de EFEMÉRIDES SERGIPANAS, de onde tiramos os elementos necessários a esta notícia.

Nasceu em Salvador, Bahia, a 16 de outubro de 1849, quando seus ilustres pais, o notável parlamentar sergipano, Dr. José de Barros Pimentel e D. Ana Luisa de Barros Pimentel, ali encontravam-se curtindo os desencantos de um ostracismo político. Veio, porém, em verde idade para Sergipe, onde se criou e veio a desfrutar de grande influência, com os seus raros dotes de talento e variada cultura.

Era sergipano em tudo, menos pelo nascimento, que, ocorreu, casualmente, fora de Sergipe, de onde eram seus pais. Para traçarmos uma rápida notícia sua nos dirigimos a êle, em carta, pedindo apontamentos, no que fomos atendidos. Foi isto em 1922; e em 19 de fevereiro de 1924 a morte cancelou-lhe o nome na relação dos vivos. Transcrevemos o texto de sua aludida carta:

“A idade avançada faz volver o pensamento para os anos da mocidade, e como é esta a melhor época da vida, a êles fica para sempre associado o lugar em que se passaram. Quando eu não devesse a Sergipe o papel, ainda que obscuro, que me coube na vida pública no tempo do Império, quando não subsistissem os laços de família, só aquêle fato seria uma razão para me sensibilizar com qualquer prova de que sou ainda lembrado”.

“Fiz os meus preparatórios em parte na Bahia e em parte no Rio; e aqui fiz todos os exames nos anos de 1864 e 1865. Em 1866 matriculei-me na Faculdade de Direito de S. Paulo, onde cursei os três primeiros anos. Tomei o grau no Recife em 1870. Em São Paulo, no terceiro ano, tive como colegas o Castro Alves, o Afonso Pena, o Rodrigues Alves, o Rui e o Nabuco. Fui muito amigo dos dois últimos, que considero os dois maiores talentos da

geração. O Nabuco fez o curso tal qual como eu: três anos em São Paulo e dois no Recife. Havia em S. Paulo uma IMPRENSA ACADÊMICA cujo redator chefe era eleito por todos e para a qual cada ano se elegiam dois redatores. No meu terceiro ano fomos eleitos eu e o Afonso Pena. Foi redator chefe o Cunha Leição, que pouco depois foi presidente de Sergipe”.

“Formado vim para o Aracaju, onde se acabava de criar o Ateneu Sergipense (Não Escola Normal) cujas cadeiras foram logo providas, a exceção das de filosofia e inglês, que foram postas em concurso, no qual entrei e assim obtive a nomeação. O presidente era conservador e eu pertencia ao outro partido. Em 1878, quando ainda morava em Sergipe, e nada mais era que lente do Ateneu, fui, ao subirem os liberais, nomeado presidente do Piauí, e eleito deputado. Por pouco tempo exerci o mandato por ter sido a Câmara dissolvida no segundo ano. Minha passagem por ela foi obscura. Últimamente os que escrevem a história da abolição referem que eu fui dos muito poucos que por ela se pronunciaram quando o Nabuco levantou a questão”.

“A esse tempo não se pode dizer dos dois partidos qual era o mais escravocrata. Tenho respondido o seu questionário e creia que é a primeira vez que falo de mim. Em 1889, quando se fez a República, na qual, nos primeiros tempos, o ditador, defato, foi o Rui Barbosa, de quem eu era companheiro de escritório, e que mostrou desejo de que eu não sáisse da política, retirei-me de tudo tão completamente que tenho procurado sempre que o meu humilde nome em nada apareça. Nunca acreditei na restauração da monarquia, mas era esta uma das razões para que, no meu íntimo, e portanto para todos os efeitos eu não me fizesse republicano”.

O Dr. Sancho de Barros Pimentel que falava de si com tanta modéstia, era um notável brasileiro. Ninguém, na capital da República, onde ele residia, desfrutava de maior conceito que o seu nome. Os seus funerais na grande metrópole, constituíram um grande acontecimento.

O número de corôas fúnebres enviadas para a sua câmara ardente foi tão avultado que se fizeram necessários quatro grandes caminhões para conduzi-las ao cemitério de S. João Batista, onde se realizaram os seus funerais e sepultamento. Além das que

encheram os quatro caminhões muitas outras foram transportadas nos carros dos próprios ofertantes.

O repórter de *O País*, do Rio, tecendo considerações sobre sua morte e funerais, disse:

“Se na sua sólida reserva, no seu modesto resguardo, nos podesse ele ler, e por estas comovidas palavras avaliar da profundidade da mágoa dos que, numerosos e cultos advogados, e homens de letras lhe foram levar o último adeus, nos esquivaríamos à doce repreensão de sua compostura e fidalguia, dizendo-lhe, a maneira de desculpa, que choramos principalmente o último e digno representante de uma geração que honrou o Brasil e que teve homens como Castro Alves, Rui Barbosa, Rodrigues Alves, Nabuco e Sancho de Barros Pimentel”.

O Dr. Sancho presidiu, além do Piauí, o Paraná, o Ceará e Pernambuco. Filiado à ordem maçônica, prestou relevantes serviços à Loja Cotinguiba, que dirigiu com êxito e brilho.

Esta nota é um simples registo a que outros, com mais tempo e maior capacidade, poderão dar amplitude e brilho.

* * *

IV — Major Polidoro Pereira Gomes Março de 1876 — Junho de 1878

Procedemos a minuciosas pesquisas, no afã de colher dados biográficos do Major Polidoro Pereira Gomes, mas foram quase vãos os nossos esforços. Fomos ao oficial do Registro Civil e ao arquivo paroquial, no interesse de saber, pelo registro de óbitos, a data certa do seu falecimento e a sua filiação, mas nada foi possível conseguir.

Recorremos aos cartórios dos tabeliães pensando na possibilidade de encontrar o processo de inventário do seu espólio, e não logramos o desejado êxito nessa outra tentativa.

Recorremos também aos jornais que se publicavam nesta Capital no ano de 1887, o de sua morte, e nos esbarramos com o mesmo insucesso. No próprio arquivo da Loja Cotinguiba, a que recorremos, não foi possível obterem-se os dados desejados.

Recorremos então à distinta educadora conterrânea D. Mariana Diniz Barreto, que, a despeito de sua idade propecta (quase 97 anos), conserva regular memória. Lembra-se ainda, e bem, do Major Polidoro, que era celibatário e amigo da família Diniz Barreto, morrendo sem descendência. Não soube informar onde nascera nem de quem era filho. Acrescentou que o major Polidoro tinha quatro irmãs: America, Esilina e Amelia Pereira Gomes. Não lembra-se mais do nome da quarta, que foi casada com Gustavo Neves, que deixou um filho de nome igual ao seu, residente em S. Cristóvão.

Em face do exposto damos aqui uma notícia incompleta dêsse antigo e digno Obr.: da tradicional Loja Cotinguiba. Continuaremos na busca de dados a seu respeito, e se os conseguirmos voltaremos a falar sôbre êle.

Foi conceituado funcionário da fazenda pública da provincia. Ocupava o lugar de chefe de secção da Tesouraria Provincial, quando foi nomeado, a 1.º de Setembro de 1863, Administrador da Mesa de Rendas da Capital, repartição que veio a se transformar na atual Recebedoria Estadual. Passou depois ao cargo de Contador da Tesouraria Provincial, onde servia quando foi promovido, em 3 de Outubro de 1877, a Inspetor da mesma Tesouraria, lugar que correspondia então ao atual de Diretor do Tesouro do Estado.

Promoveu-o o Dr. José Martins Fontes, Vice-Presidente em exercício, numa situação conservadora que caiu, pouco depois, com a ascensão do Partido Liberal em 5 de Janeiro de 1878.

A despeito da mudança de situação política, numa época em que elas, as mudanças, não se verificavam sem posterior **derribada**, em massa, do funcionalismo, a reação não lhe atingiu. Era a prova do homem de bem, do funcionário honesto e cumpridor dos seus deveres, a quem um resto de escrúpulo dos políticos exaltados respeitou. Serviu à contento e sempre elogiado pelos governantes até 23 de Julho de 1885, data em que foi aposentado, a sua revelia, no cargo em que servia, de Inspetor do Tesouro Provincial, por ato do vice-presidente, em exercício, coronel José de Faro Rollemberg. A 20 de Agosto seguinte, antes de um mês, subiu o Partido Conservador, com o Gabinete Cotegipe.

Não se conformando com a aposentadoria que lhe fôra dada com vencimentos correspondentes ao tempo de Serviço e a nota de "no interêsse do serviço público", reclamou, pedindo reconsideração do ato. O presidente da província, o baiano Dr. Manoel de Araújo Góis, deferiu-lhe o pedido em 5 de Dezembro de 1885, cometendo, porém, mais grave injustiça, pois julgou de nenhum efeito o ato da aposentadoria, mas não repôs no cargo de que fôra afastado pelo ato tornado sem efeito. Um verdadeiro absurdo. No ato anulatório disse o Presidente Araújo Góis: "Resolve julgar, como efetivamente julga, de nenhum efeito o ato acima citado", — o de 23 de julho, — "devendo o cidadão a quem o mesmo ato se refere, aguardar ocasião oportuna em que possam seus serviços ser prestados à Província".

Demos buscas minuciosas nas fôlhas de pagamento do Tesouro Provincial, a saber, as de DIVERSOS, de APOSENTADOS e do mesmo TESOURO PROVINCIAL, mas em nenhuma figura o seu nome, a partir da data de sua fatídica aposentadoria, parecendo que ficou sem vencimentos. Uma crueldade inominável, própria dos tempos de mero arbítrio em face dos direitos dos cidadãos. Provavelmente foi o ranço da politiquice nefasta que tanto infelicitou os povos em cujo meio medra.

Nomeado ao expirar, quase, de uma situação Conservadora, foi mantido pela situação Liberal que logo veio. Servindo a essa, provavelmente caiu no desagrado da outra. Estando ameaçada de queda a situação Liberal, precisou de fazer arranjos para premear dedicações. Nesse movimento foi atingido com a aposentadoria não pedida, o Major Polidoro. Foi um caminho aberto para que chegasse ao lugar de Inspetor do Tesouro um grande devoto do Partido Liberal, como, de fato, se deu, o depois coronel e jornalista Antonio da Mota Rabelo, nomeado a 28 de Julho de 1885, cinco dias depois da aposentadoria.

Deu-se com o major Polidoro, ao que parece, a hipótese do rifão popular: foi buscar lã e saiu tosqueado.

A sua posse no lugar de Venerável da Loja Cotinguiba, em 18 de Março de 1876, constituiu um acontecimento no meio social aracajuano. — Numa sessão branca a que compareceram numerosas senhoras e senhorinhas, verificou-se uma particularidade talvez única na Loja: formação, por meio de senhoras, de uma

abóbada de aço para o recebimento d'ele, que penetrou no recinto do templo sob uma verdadeira chuva de pétalas de flôres e à vibração de músicas executadas por harmoniosa banda, colocada na sala de espera. Isto se fêz por sugestão do Dr. Sancho de Barros Pimentel, que lhe antecederá no lugar de Venerável, e de cujas mãos teve de receber o primeiro malhete.

O Major Polidoro presidiu por anos seguidos o Montepio dos Funcionários Públicos, como seu Presidente nato, desde a sua instalação até o seu afastamento da Inspeção do Tesouro. Foi, pois, o primeiro presidente do mesmo Montepio. Escreveu, em linguagem clara e bom português, vários relatórios dos serviços a seu cargo, alguns dos quais saíram apensos aos relatórios dos presidentes da província. Faleceu a 17 de outubro de 1887.

* * *

V — Tomás Narciso Ferreira
Junho 1878 — Abril 1879

Foi homem de bem que prodigalizou durante sua vida o nardo da caridade, e de tal modo que mereceu de seus contemporâneos o cognome de "Dom Bosco Sergipense".

Em recente viagem que fizemos à Capital da República tentamos obter do seu filho Henrique Elísio Ferreira a sua filiação, lugar e data do nascimento, mas de quem nada foi possível obter, pela circunstância de achar-se enfermo e com a memória vacillante. É o único filho sobrevivente, e, como o pai, fervoroso devoto da filantropia, exercendo o lugar de Tesoureiro do Abrigo João Evangelista, instalado na rua Visconde de Silva 92, em Botafogo.

Tomás Narciso Ferreira nasceu em Portugal em 1834. Foi casado com D. Henriqueta Carolina Ferreira. Emigrando para o Brasil e vindo residir em Sergipe, fixou-se em Laranjeiras, de onde passou-se para o Aracaju.

Identificou-se com a gente e o meio sergipano, tudo fazendo, ao seu alcance, em favor da terra de seus filhos. Possuindo alto teor de espírito filantrópico muito fêz em prol da pobreza. O amparo ao miserável, ao infelizmente, era uma espécie de vocação sua.

Adoecendo seguiu para Niteroi, em companhia de sua filha, D. Maria Inácia Ferreira, em busca de tratamento de saúde, ali falecendo às 10 horas de 3 de Julho de 1886.

A "Gazeta de Aracaju", conceituado jornal que então se publicava nesta Capital, publicou em sua edição de 8 de Julho de 1886, a seguinte nota editorial:

"Os leitores desta fôlha, com os quais muitas vêzes confabulamos acêrca daquêle infeliz amigo, a quem chamávamos o Dom Bosco Sergipense, devem conservar gratas recordações do seu nome e das suas preclaras virtudes. Não se hão de ter esquecido que nêle contemplamos sempre um cavalheiro perfeito, pelo amor intenso que consagrava à sua família, pela educação primorosa que dava a seus filhos, pela amabilidade com que tratava a todos que mantinham relações de amizade ou negócio consigo, pelo ardor com que se entregava ao trabalho, pela probidade e correção do seu nobre caráter e, finalmente, por aquela avidez com que esgotava sua bolsa para socorrer os pobres e aliviar os males dos desgraçados".

"Os elogios que depositamos sôbre a lousa do Sr. Tomás Narciso não são banais nem mera formalidade jornalística. Esta cidade em pêso tem consciência de que êle merece verdadeiramente esta justa homenagem, que doe-nos não ser possível deixar gravada em letras de ouro num marmóreo monumento."

"Apreciadores e admiradores do finado a quem conhecíamos na intimidade, sentimos profundamente, e do modo mais doloroso, a sua prematura morte, que abriu um grande vácuo, entre os homens bons e de bem desta cidade, e extinguiu para os miseráveis a mão incessante que gotejava o doce nardo da caridade no seu leito de sofrimentos. Como de nossos olhos o de muitos outros cai uma infinidade de lágrimas sôbre a querida e saudosa memória daquêle a quem não mais veremos."

Nesse mesmo diapasão de elogios foram as referências dos demais jornais desta Capital à morte prematura dêsse nobre varão que nos veio da terra gloriosa de Viriato.

Foi vice-consul de Portugal em Sergipe, Agente da Companhia Baiana de Navegação nesta Capital e vice-Diretor do antigo Asilo Nossa Senhora da Pureza, do qual foi mais tarde diretor por espaço de dez anos, prestando-lhe grandes benefícios, inclusi-

ve consideráveis gastos de sua bolsa particular. Com a sua morte o referido Asilo, que vivia sob a égide do seu espírito filantrópico, entrou em decadência e foi extinto em 1891.

No dia 9 de Julho de 1886, 7.^o dia do seu passamento, realizou-se na então matriz, hoje catedral desta Capital, missa de requiem, com música e memento cantado pelo eterno repouso de sua alma, tendo desusado comparecimento. O magestoso templo recolheu, em vez do corpo daquêle que tanto se afervorara na prática da caridade, as lágrimas ardentes dos que sofreram rude golpe com a sua morte.

Chegára à plenitude maçônica, sendo colado no gráu 33. Deixando o lugar de Venerável foi eleito hospitaleiro para o ano 1879—1880. É o pouco que se sabe de sua vida maçônica.

* * *

VI — TEODOMIRO DE MELO BARRETO

1879 — 1880

Esta GALERIA, a que o inteligente e operoso Obr. João Barbosa dos Santos dá vida e publicidade, além de ser uma fonte de estímulos para os que se iniciam nos mistérios da Ord., é uma necessidade no meio maçônico aracajuano.

Ela visa recordar o passado, avivando-o na memória pública, e fixar o presente, para que possa flutuar na retentiva da posteridade, infelizmente esquecida. Os povos da mais alta antiguidade procuravam trazer flutuando perenemente na lembrança dos seus concidadãos os seus heróis; e o cristianismo põe nos altares, à veneração pública, a effigie dos seus mártires.

É pena, porém, que a tarefa da revivessência, por meio de rápidas notas biográficas, tenha ficado entregue a mãos pouco hábeis, incapazes de dar colorido aos retratos que tenta esboçar.

Uma prova da utilidade da GALERIA, ou do prejuizo da sua falta, verificamos agora, ao procurarmos recordar a figura do extinto Ir. Teodomiro de Melo Barreto. Por mais que nos esforçassemos mexendo com velhos jornais, visitando cartórios e consultando pessoas idosas, nada logramos saber sobre esse Obr., a quem os seus Irs. da época confiaram, em abril de 1879, o

primeiro malhete da Benem.ª. Loj.ª. Cotinguiba. No próprio arquivo da casa mal foi possível saber-se que ocupou o lugar de Tesoureiro no ano maçônico de 1875 a 1876 e o de Venerável, de abril de 1879 a outubro de 1880.

Tivessem os OObr.ª. do seu tempo contado com a dedicação e inteligência de um João Barbosa dos Santos, promovido a publicação, em boletim, do movimento da Of.ª., e não estaríamos agora lutando para descobrir, sem êxito os dados biográficos do saudoso Teodomiro.

Fique êste pequeno registo como advertência permanente para que procuremos guardar nos impressos e na tradição a memória veneranda de quantos, dotados de sentimentos nobres e cheios de fervor pelas boas tarefas, procuram servir à instituição maçônica, em cujo passado vamos encontrar os maiores nomes da história nacional.

Quanto ao saudoso Ir.ª. Teodomiro ficaremos tentando, por todos os meios, encontrar dados para a sua biografia. Caso logremos êxito voltaremos a falar dêle nesta coluna que o Ir.ª. João Barbosa dos Santos nos confiou, com o seu entusiasmo pelo bem servir.

Teodomiro de Melo Barreto em janeiro de 1878 fazia parte da Comissão Administrativa do Hospital de Caridade Santa Isabel. Ver Relatório do Vice-presidente da Província Dr. José Martins Fontes dirigido à Assembléia Legislativa em 1.º de março de 1878 anexo ao qual está o Relatório do Hospital de 6-1-1878.

* * *

VII — DR. LUIZ ANTONIO DE FARIA

1880 — 1882

Não logramos ainda, a despeito de esforços desenvolvidos, obter suficientes dados para uma notícia biográfica sôbre êsse Ir.ª., formado em medicina, a quem foi confiado, em Outubro de 1880, o primeiro malhete da Loja Cotinguiba, mantendo-o em suas hábeis mãos até Março de 1882.

Iniciára-se na Cotinguiba a 18 de Janeiro de 1879. Ocupava então o cargo de Secretário do Govérno da Província.

Já tivemos ensejo de lamentar o fato deplorável de ter sido dado sumiço aos livros antigos da Loja Cotinguiba, que tanto zelamos, nos 20 anos em que servimos na referida Loja nos lugares de Venerável, orador, Secretário, especialmente neste último lugar. Sem êles não é possível escrever-se a história da velha e benemérita Of.ª. Sem êsses preciosos elementos não é possível dizer-se qual a eficiência da gestão do Dr. Luiz Antonio de Faria no pôsto de Venerável.

O Dr. Luiz Antonio de Faria era natural da Bahia, em cuja capital nasceu a 5 de Outubro de 1855, há um século passado, quase. Era filho de outro Luiz Antonio de Faria.

Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, onde fêz todo o tirocínio acadêmico, recebendo em 1877 o grãu de doutor em ciências médico-cirúrgicas. Parece que a sua vocação não era para a medicina, pois tendo sido titulado em dezembro de 1877, a 18 de Maio de 1878 foi nomeado Secretário do Govêrno de Sergipe, com a subida do partido Liberal, com o Gabinete Sinimbú, em 5 de Janeiro de 1878. A êsse tempo era praxe os médicos novos entrarem para o corpo de saúde do Exêrcito, salvo quando os graduados em medicina eram pessoas de abastança e de grande vocação para a clínica, a êsse tempo pouco rendosa.

Andamos folheando jornais antigos e nada encontramos que se referisse ao exercíció da clínica nesta Capital pelo Dr. Luiz Antonio de Faria.

Assumiu as funções de Secretário do Govêrno a 3 de Junho de 1878 e serviu até 18 de fevereiro de 1882, a despeito de exonerado, a pedido, a 28 de Janeiro anterior. Serviu com os Presidentes e Vice-Presidentes Francisco Hdefonso Ribeiro de Menezes (1878), Raimundo Braulio Pires Lima (1878—1879), Teófilo Fernandes dos Santos (1879—1880), José Leandro Martins Soares (1880 e 1881), Luiz Alves Leite de Oliveira Belo, o fundador do nosso Montepio (1880—1881) e Herculano Marcos Inglês de Souza, sendo por todos elogiado.

O Dr. Oliveira Belo, por exemplo, disse em seu relatório de abertura da Assemblêia Provincial de 4 de março de 1881:

“Não tenho senão justos louvores que tributar à muito valiosa coadjuvação que me tem prestado a Secretaria do Govêrno; seu chefe, o Dr. Luiz Antonio de Faria, sôbre ser muito inteli-

gente e prático nos misteres de seu cargo, demonstrou constantemente a mais decidida dedicação e pontualidade no serviço, que dignamente dirige; não tenho auxiliar mais leal e devotado”.

O Dr. Oliveira Bélo era um grande espírito e formosa inteligência, incapaz de elogios graciosos. Não logramos saber o destino que tomou, ao deixar a Secretaria do Governo de Sergipe, o Dr. Luiz Antonio de Faria.

Continuaremos a pesquisar dados a seu respeito a fim de completar, futuramente, esta escassa nota biográfica.

* * *

VIII — DR ASCENDIDO ANGELO DOS REIS

1882 — 1884

Há pessoas que se avultam tanto, moral, social e culturalmente, que o seu retrato não cabe em moldura de tamanho comum, — pedem as de proporções agigantadas.

Está neste caso o do Dr. Ascendino Ângelo dos Reis, sobre quem diremos pouco, por que êste Boletim que representa uma vitória de boa vontade contra dificuldades materiais para sua manutenção, não comporta matéria de largo desenvolvimento.

Nasceu o Dr. Ascendino em Divina Pastora a 20 de Abril de 1852.

O desembargador Mauoel Armindo Cordeiro Guaraná, em seu Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano, o deu como nascido em S. Cristóvão. Sua família, porém, nos informou que foi em Divina Pastora.

Recorremos ao pároco dessa última localidade e êle confirmou a informação da família. No livro de assentos de batizados dessa antiga Freguezia, onde também nasceu o genial Fausto Cardoso, figura o do Dr. Ascendino, cujo batismo realizou-se a 31 de maio de 1853, ministrado pelo pároco Euzébio Pires de Almeida, sendo padrinhos o comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto, representado por Delfino Gaspar de Almeida Boto e D. Camila Rosa do Sacramento. Foram seus pais João Francisco dos Reis e D. Rosa Florinda do Amôr Divino. Coursou, provavelmente, as primeiras letras na aula pública de sua vila natal.

Espírito fadado a vencer nas tarefas da cultura seguiu para a Capital baiana onde consagrou-se aos estudos de humanidades. Ali distribuía o seu tempo ensinando e aprendendo.

Lecionava as matérias que conseguira aprender obtendo assim os recursos necessários à sua subsistência na grande cidade. Era simultaneamente aluno e professor: discente e docente, a um só tempo. Por êsse caminho, apertado mas linheiro, realizou prodígios. No último ano do tirocinio acadêmico a Resolução da Assembléia Provincial, N.º 959, de 21 de março de 1874, concedeu-lhe uma licença de um ano, com direito ao seu ordenado de professor de inglês do Ateneu Sergipense, "para continuar o seu curso acadêmico".

Fôrça é convir que isso foi justamente no 6.º ano do curso médico. Recebeu o gráu de doutor em ciências médico-cirúrgicas na Faculdade da Bahia em 1874.

O Dr. Ascendino Ângelo dos Reis casou-se em Aracaju a 1.º de fevereiro de 1887, com D. Emerentina Mondim. O casamento, muito concorrido realizou-se na Capela de S. Salvador. Ver notícia a respeito na Gazeta do Aracaju, de 4 de fevereiro de 1887.

Nessa época, quando a clínica médica não era compensadora, os médicos que saíam dos bancos escolares, cheios de teoria, mas sem prática na arte de curar, especialmente se eram pobres, procuravam ingressar, sempre que possível, no Corpo de Saúde do Exército.

O Dr. Ascendino não fugiu a essa contingência.

Foi nomeado a 13 de fevereiro de 1875 2.º tenente do referido corpo de Saúde, para servir nesta Capital, onde continuou a reger a sua cadeira de inglês no Ateneu Sergipense. Com o seu tirocinio de professor tomou paixão pelo magistério. Dêste modo servia ao Exército, na clínica, e à mocidade na cátedra.

Em 1876 foi nomeado, interinamente, Inspetor Geral da Instrução Pública da Côrte em Sergipe, função que correspondia à fiscalização dos exames de preparatórios. A êsse tempo regia ainda a cadeira de inglês do Ateneu Sergipense. Em 1877 foi transferido para a cadeira de história. A 9 de fevereiro de 1879 fundou nesta Capital o colégio de instrução secundária "Partenon Sergipense", que dirigiu durante sua permanência nesta Capital.

Concomitantemente lecionou história, em 1882, na antiga Escola Normal e exerceu o lugar de médico do antigo Corpo de Polícia, nomeado em maio de 1882, depois de ter servido, gratuitamente, nesse lugar, durante dois anos. Foi, ao mesmo tempo, médico gratuito do Asilo N. S. da Pureza, que existiu nesta Capital até o começo da República. A 20 de maio de 1886, tendo sido transferido para a guarnição de S. Paulo, seguiu para ali.

Antes de sua viagem, cumpriu, espontaneamente, o dever humano de libertar dois únicos escravos que tinha, de nomes Valentim e João. A 5 de março de 1890, foi promovido ao posto de Capitão 1.º cirurgião, e, decorridos poucos dias, a Major médico de 3.ª classe, por merecimento. Reformou-se em 1899.

Desêjoso de ampliar a cultura de sua inteligência, fêz o curso de Direito da Faculdade de S. Paulo, recebendo o grau de bacharel em 25 de novembro de 1899, circunstância que não o afastou do magistério que sempre foi a carreira de sua predileção, nem a clínica, que exercia cercado de largo conceito. Em agosto de 1907 foi nomeado professor da Escola Normal Secundária de S. Paulo, hoje Instituto Caetano de Campos, de geografia geral e Corografia do Brasil. Como professor desse estabelecimento revelou a universalidade dos seus conhecimentos, regendo, interinamente, as cadeiras de português, francês, inglês, latim, história do Brasil, história natural e pedagogia.

Foi exonerado da Escola Normal a 5 de fevereiro de 1914 por ter sido, na mesma data, nomeado lente catedrático de farmacologia e matéria média, 3.ª cadeira do 2.º ano do curso geral da Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo. Como professor dessa disciplina, regeu interinamente, as cadeiras de medicina-legal e de terapêutica.

Foi médico de várias associações beneficentes, como a da Caixa de Aposentadoria dos Empregados de São Paulo Railway Company, Associação dos Empregados no Comércio de São Paulo, Sociedade Dois de Julho, Sociedade de Auxílios Mútuos, Artes e Ofícios, e Sociedade Jesus Maria e José. É crescida a sua bibliografia, que não transcrevemos por falta de espaço.

A sua atividade cultural foi imensa. Sua morte deixou vácuo profundo na Capital bandeirante, onde desfrutava de invejável conceito. Reverenciando sua memória a Câmara Municipal da

Cidade de S. Paulo, por iniciativa do Vereador Pedro Fanganiello, por votação unânime, aprovou a Lei n.º 3704, de 13 de Setembro de 1948, dando o nome de "Avenida Prof. Ascendino Reis", a uma grande via asfaltada da mesma cidade, ligando os bairros de Vila Clementino, Saúde, Vila Mariana, Indianópolis, Jardim America, Interlagos e Santo Amaro, a qual conduz ao aeroporto de Congonhas e tinha antes o nome de Rua Nova.

O Estado Bandeirante, por sua vez, prestou significativa homenagem à sua memória, dando, por lei de 6 de maio dêste ano, o seu nome ao Ginásio Estadual de Tatuape, na Capital do mesmo Estado.

Fazendo parte da Loja Cotinguiba, foi eleito Ven.º em março de 1882, ocupando o 1.º malhete até agosto de 1884.

* * *

IX — JOÃO FELIZOLA ZUCARINO

1884 — 1890

Não possuímos suficientes dados biográficos dêsse italiano que na sua mocidade emigrou para o Brasil e veio fixar-se em Sergipe. Viveu do comércio, justamente num tempo em que a profissão nos meios pouco desenvolvidos, como era o Aracaju do seu tempo, não oferecia aos que nele empregavam sua atividade ensanchas para riqueza, como acontece nos dias atuais. As condições do mundo tomaram rumos tão diferentes dos antigos, depois das duas grandes guerras, que hoje se dá com o comércio o inverso do que então se verificava.

Antes era raro um comerciante iniciar-se na profissão e logo fazer fortuna. Hoje, porém, é raro o que não começa pobre e enriquece cedo. Não é que haja nos comerciantes de hoje menos escrúpulos do que havia então. O que mudaram foram as condições do comércio. A injúria da pecha de **tubarão** com que se procura ferir o homem do comércio na busca de um responsável pela carestia da vida, é uma bradante injustiça. O que está encarecendo tudo são fenômenos outros e não uma possível gana dos que mourejam no comércio.

São os nossos erros nas áreas políticas, aumentando-se vencimentos e salários desordenadamente, e criando-se leis absurdas. Se a mercadoria encarece nos centros de produção, em consequência dos aumentos de salários, seria ingênuo o comerciante que tendo a mercadoria em casa, comprada antes do aumento, fôsse vendê-la na base antiga. Um homem dêsses estaria fadado a todos os fracassos na sua carreira. Necessário, todavia, é reconhecer que, de par com o comércio honesto, há também o desonesto. Mas êsse fenômeno há em tôdas as carreiras. Mas voltemos a João Felizola Zucarino.

A velhice o colheu na pobreza. Dêste modo desapareceu da vida presente tão obscuramente que a imprensa não noticiou o seu falecimento. Recorremos a dois jornais da época: o CORREIO DE ARACAJU e o ESTADO DE SERGIPE. Nenhum referiu-se à sua morte que ocorreu a 21 de dezembro de 1910, há 51 anos passados.

Nascera na cidade de Vibonati, Província de Salerno, Itália, a 5 de abril de 1840. Emigrou para o Brasil em 1860. Era filho de Braz Felizola e D. Giovana Felizola. A 19 de dezembro de 1900 casou-se com D. Felicidade Felizola, tendo apenas 5 filhos: Alberto, Colombo, Amadeu, Ítalo e Beatriz, esta, como se deu com Alberto, já falecida.

Iniciou-se na Cotinguiba a 1.º de abril de 1876. Colou nos graus 2 e 3 a 21 do mesmo mês e no 18. : a 16 de Novembro de 1877. Foi distinguido com as seguintes eleições: P.º, Est.º, e membro da Com.º, Benef.º, de 1877—1878; 2.º Vig.º, e membro C.º, Fin.º, de 1878—79; tes.º, e membro C.º, Ben.º, de 1879—80; 1.º Vig.º, 1890—91 e membro da Com.º, Cent.º, de 1891—1892.

É o que sabemos dizer sôbre João Felizola Zucarino.

* * *

X — PAULÍLIO FERNANDES DE BARROS

Setembro de 1890 a Março de 1894

Devemos à prestimosidade do brilhante homem de letras norte-riograndense, Dr. Nestor dos Santos Lima, os poucos dados

biográficos que possuímos do antigo e inteligente funcionário da Fazenda da União, Paulílio Fernandes de Barros, também natural do Rio Grande do Norte.

O Dr. Nestor Lima, por sua vez, teve de pedi-los a um conterrâneo seu, residente em S. Paulo, sobrinho do saudoso Paulílio, o qual os conseguiu de um filho do biografado de hoje, residente no Rio de Janeiro.

Achava-se nesta Capital, exercendo, a contento, o lugar de Inspetor da Alfândega, quando foi proclamada a República, que aceitou com entusiasmo.

Nascêra na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, a 18 de dezembro de 1843, sendo filho de Urbano Fernandes de Barros e D. Maria Joaquina Fernandes de Barros. Não sabemos qual o seu gráu de instrução, parecendo-nos entretanto, que fôra pouco adiante do primário. Entrando para o funcionalismo da Fazenda do Império, foi Inspetor da Tesouraria de Fazenda (hoje Delegacia Fiscal) de Pernambuco e Inspetor das Alfândegas de Vitória (Espírito Santo), Aracaju e Bahia.

Casou-se com D. Ana Vitorina Fernandes de Barros, de quem teve os seguintes filhos: Joaquim, oficial da Marinha Nacional; José, médico no Rio de Janeiro; D. Zulmira Valadão, viuva do sergipano coronel Messias Ludgero de Oliveira Valadão; Adalberto e Maria Emilia, os dois últimos já falecidos. Paulílio teve os seguintes irmãos: Alípio, Antônio, José Francisco, Felix, Afrodísio e Evangelina Fernandes de Barros.

Adotando o nome de Frederico II, iniciou-se na Loja maçônica "21 de Março", ao Oriente de Natal, onde serviu como 2.º vig.º: no ano maç.º de 1877—1878 e 1.º vig.º: no de 1879—1880. Em 1884 assinou o documento que a sua Loja dirigiu ao Presidente da Província contra o padre coadjutor José Herminio da Silveira Borges, a propósito da célebre questão suscitada pelo Bispo D. Vital. A 11 de Junho de 1890 filiou-se à Loja Cotinguiba, desta Capital, já estando colado no Gr.º 18.º. Eleito Venerável para o ano de 1890—1891, foi reeleito, sucessivamente, para os anos seguintes até 1894. Nesse último, tendo de retirar-se do Estado, obteve quite-placet da Loja. Faleceu na Capital da Bahia a 4 de outubro de 1928.

Se conseguirmos dados mais amplos desse antigo e devotado Obr.º da Cotinguiba, voltaremos a falar novamente d'ele. Com o seu espirito associativo, especialmente maçônico, há de ter ingressado em alguma das LLoj.º da Bahia, cidade em que, assim nos parece, mais se demorou no curso de sua vida que durou, quase, 85 anos.

* * *

XI — JOÃO RODRIGUES DE MIRANDA

Março/1894 — Fevereiro/1896

Nasceu esse digno cidadão na Veneza brasileira, a cidade do Recife, a 16 de Outubro de 1854, quando governava o "Leão do Norte" o doutor em direito José Bento da Cunha Figueiredo, mais tarde Visconde do Bom Conselho.

Não foi fácil obter seus dados biográficos. Depois de buscas demoradas e infrutíferas, iniciadas no próprio arquivo da Loja Cotinguiba, recorreremos à distinta educadora patricia D. Mariana Diniz Barreto, que, a despeito dos seus quase 97 anos de idade, pôde dar, de memória, a quase totalidade dos dados que aqui resumimos. Graças às suas preciosas informações viemos a saber que João Rodrigues de Miranda foi sogro do íntegro magistrado e inspirado poeta sergipano Dr. José Manuel Machado de Araújo Filho, residente em S. Paulo e natural desta Capital.

A ele recorreremos, na esperança de obter dados mais amplos. Por seu intermédio ficamos sabendo que João Miranda faleceu na Capital paulista a 18 de Março de 1940.

Foi casado com D. Ana Aranha de Miranda, nascida em Goiânia, Pernambuco, a 27 de fevereiro de 1852, quando governava a então Província o baiano bacharel Vitor de Oliveira, graduado em 1834 no "Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Cidade de Olinda", e falecido a 27 de fevereiro de 1893. Donana Miranda, como era chamada entre os íntimos, faleceu em S. Paulo a 24 de maio de 1931, pouco depois de ter completado os seus 79 anos de idade.

João Miranda foi um pouco mais longe, no perlustrar os caminhos da vida, falecendo depois de ter completado os seus 87 anos. Pelas notas colhidas da excelente memória de D. Mariani-

nha Diniz, como lhe chamam os íntimos, o casal teve apenas cinco filhos: João Miranda Junior, D. Santa, Alfredo, D. Ester e D. Alice, esta casada com o Dr. José Manuel Machado de Araújo, Filho, nascido nesta Capital a 12 de agosto de 1870, e falecido em S. Paulo a 22 de janeiro de 1961.

Servia em Sergipe como telegrafista de 1.^a classe e chefe da estação desta Capital, desde 1888.

Quando eclodiu o regime republicano, em novembro de 1889, João Miranda, no seu papel de funcionário público, mostrou-se discreto e sóbrio. Ciente de todo o movimento revolucionário, pela natureza da função que exercia, mostrou-se fiel à disciplina burocrática, conservando-se em todos os lances do movimento ao lado da autoridade constituída, até que esta passou em definitivo às mãos dos corifeus do novo regime a que passou a servir.

Baltazar Góis em seu apreciado livro A REPÚBLICA EM SERGIPE, escrito ainda sob o calor dos acontecimentos, tece considerações sobre sua conduta por ocasião da dramática proclamação da república em Sergipe. À página 81, esforça-se por demonstrar a fidelidade de Miranda ao regime dinástico, quando diz: "Entre os amigos do Dr. Tomaz Cruz, que o cercaram no dia e na noite de 16 de novembro, para o acôrdo sobre como procederia o govêrno diante da insurreição, ladeavam-no também os dois monarquistas, 1.^o tenente José Rodrigues de Abreu e o chefe da estação telegráfica João Rodrigues de Miranda".

Quanto à crítica que Baltazar fêz, em mais de uma passagem do seu livro ao 1.^o tenente Abreu reconhecemos que foi justa. Abreu foi um furta-côr, desenvolvendo uma dramaticidade que lhe não honrava o caráter, tão logo viu que o Trono caíra irremediavelmente. Com João Miranda não se pode dizer o mesmo. Ele não era um monarquista fiel ao regime, mas um funcionário incapaz de trair ao juramento de fidelidade à autoridade constituída.

À página 84 do citado livro Baltazar Góis contesta que João Miranda tivesse comparecido à reunião de republicanos destinada a constituir o govêrno revolucionário, a despeito de figurar na ata como tendo comparecido, mas à página 85 diz: "O cidadão Miranda fêz adesão à República, conjuntamente com o pessoal das

estações telegráficas de Sergipe, ainda no dia 18 de novembro de 1889”.

Foi o procedimento de quem tinha boa dose de bom senso. Não era um jacobino da monarquia, mas um cidadão do Brasil. Veio da monarquia para a república como um funcionário digno que passa de um governo para outro no cumprimento leal dos seus deveres.

Não nos foi possível saber ainda a filiação de João Rodrigues de Miranda nem os detalhes de sua vida de funcionário público e de maçom. Todavia esperamos obtê-las através do seu ilustre filho Dr. João Rodrigues de Miranda Junior, cujo endereço, em S. Paulo, só agora logramos conseguir, por intermédio do seu digno cunhado Dr. Machado Filho.

* * *

XII — CONTRA-ALMIRANTE GRADUADO RODOLFO RAMOS FONTES

FEVEREIRO DE 1896 a JUNHO DE 1897

Nasceu o Contra-Almirante graduado Rodolfo Ramos Fontes na cidade de Capela a 13 de Fevereiro de 1864, numa situação Liberal, quando governava, eventualmente, a Província o 2.^o Vice-Presidente, Comendador Antonio Dias Coelho e Melo, mais tarde Barão da Estância. Faleceu esse Sergipano, que andou sofrendo o frio do clima gaúcho, no Rio de Janeiro a 13-10-1956.

Foram seus pais Antonio Martins de Góis Fontes e D. Afra Ramos Fontes, esta filha de Antonio Alves Ramos e D. Marta Rosa da Porciuncula Lago Ramos.

Não sabemos em que aula primária bebeu as primeiras lições do idioma materno. Fêz em Aracaju o curso preparatório. A 14 de março de 1879 pouco depois de completar os seus 15 anos de idade, matriculou-se no Colégio Naval, onde completou o preparo preciso para ser admitido no curso superior da Marinha. Por aviso de 8 de março de 1881 passou a aspirante de Guarda Marinha, por haver obtido sempre elevados graus de aprovação em seus exames. A 23 de novembro de 1883 foi promovido a Guarda

Marinha, passando a 2.º Tenente por Decreto de 28 de novembro de 1885, por haver completado o interstício legal; a 1.º Tenente, por Decreto de 8 de Janeiro de 1890 e a Capitão Tenente, por Decreto de 9 de Agosto de 1894, contando antiguidade por serviço de campanha em defesa da República.

O Desembargador Guaraná, em seu Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano, que consultamos, colhendo dados para esta notícia, disse que o nosso biografado "tendo deliberado, por motivos particulares, deixar a atividade militar, foi reformado naquêlê último pôsto por Decreto de 9 de Outubro de 1894". Voltou, porém, à atividade militar, de sua carreira, por Decreto de 22 de Outubro de 1902, reformando-se então no pôsto de Contra-Almirante graduado, a 19 de novembro de 1913.

Exerceu diversos cargos compatíveis com a sua carreira, prestando excelentes serviços à coisa pública, entre êles o de Capitão dos Portos de Sergipe, que exerceu por tempo superior a 7 anos, com uma ligeira interrupção. Deixou-o a 26 de abril de 1899. Nessa comissão inaugurou o serviço telefônico entre a Capitania dos Portos e o farol da Capital e conseguiu a criação de uma associação de práticos, que se tornou real garantia da navegação dos portos sob sua jurisdição.

Bateu-se vivamente e por largo tempo pela criação de uma escola de aprendizes marinheiros em Aracaju, melhoramento que veio depois, mas que mais tarde desapareceu. Dividiu o litoral do Estado em estações de limites definidos e inaugurou, em janeiro de 1899, uma atalaia provisória à entrada da barra de Aracaju. Foi alvo de encômios dos seus superiores hierárquicos pelos excelentes serviços que prestou por ocasião do naufrágio do vapor "Ondina" e pela correção do seu procedimento durante o tempo que serviu na esquadra, por ocasião da revolta de 6 de setembro de 1893, quando teve ensejo de mostrar a sua bravura e o seu inexcedível patriotismo.

Casou-se a 25 de setembro de 1889, em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, com D. Fátima Silva Fontes, que faleceu no Rio de Janeiro a 15 de Outubro de 1954, filha legítima de Vitor Pereira da Silva e D. Janete Fabrício da Silva. Desse consórcio nasceram-lhe apenas 4 filhos: Harmodio da Silva Fontes, casado com D. Olinda Fontes e falecido aos 33 anos de idade, deixando

um filho Vitor Fontes Sobrinho; Capitão de Mar e Guerra Vitor da Silva Fontes e D. Maria e Helena da Silva Fontes.

“Jamais exerci atividades políticas, apenas acompanhei, com simpatia, o grupo chefiado em Sergipe pelo Monseñhor Olímpio Campos, de saudosa memória, e, em virtude dessa aproximação, fui duas vezes eleito e reconhecido deputado à Assembléa Estadual, sem, entretanto, tomar assento, por natural aversão às normas políticas seguidas na época”, disse-nos em carta de 4 de dezembro de 1943.

Na verdade fôra eleito deputado à Assembléa Legislativa de Sergipe, para as legislaturas bienais de 1894—1895 e 1900—1901. Na primeira, quando governava o Estado êsse modelo de homem de bem que foi o mais tarde General José Calazans e na segunda, quando no govêrno o Monsenhor Olímpio Campos, outro homem de bem, outro varão cheio de virtudes a quem as injustiças humanas vieram a sacrificar, com o pagamento de uma dívida que não contraíra, a morte do genial Fausto Cardoso.

O Contra-Almirante Rodolfo Fontes tinha razão no fugir às seduções da política. Não diria dela o que disse Epicuro, nos seus frios julgamentos, — “fujamos da imundície da política”, — mas seguiu-lhe o conselho: fugiu dela. A política partidária possui algo de diabólico. É como o ar marinho para o ferro polido: — mareia-o, detiora-o. Não é raro vemos homens de bem na vida privada falhando na vida pública. Henry Thomas, em seu livro “A História da Raça Humana”, esboçando o perfil psicológico de Lincoln, afirmou que êle, “um campônio nos trajes, mas um verdadeiro príncipe ao falar”; e sendo “manhoso na política, era escrupulosamente honesto em tudo o mais”.

O nosso biografado preservou-se contra essa coisa que pode marear a conduta dos homens, como o ar salino que enferruja os metais sensíveis à sua ação.

Consagrando-se a vida militar, sem ser um espírito retardatário, não se atirou às campanhas da abolição e da República. Elas poderiam afetar-lhe a disciplina de militar, e expô-la a isso seria uma traição ao seu juramento de fidelidade a autoridade pública. Dêste modo não se extremou no aplauso a essas duas campanhas, aplaudiu-as com a superioridade do seu espírito equilibrado, sensato e sóbrio. Em sua carta que mencionamos, linhas atrás, dis-

se-nos: "Muito môço assisti o fim da campanha abolicionista, que apenas me coube aplaudir, o que fiz calorosamente. Fui também surpreendido com a notícia do advento antecipado da República, para o qual não concorri, mas que aceitei com o entusiasmo dos môços, servindo sempre à nova forma de govêrno, com lealdade e decisão".

Além de artigos, ventilando assuntos de sua profissão, esparsos em vários jornais da fronteira do Alto Uruguai e de Aracaju, e na Revista Marítima Brasileira, publicou em opúsculo: — SERVIÇO TELEGRÁFICO DE SINAIS, para uso da Praticagem das Barras do Estado de Sergipe pelo respectivo Capitão do Pôrto e Diretor da Associação de Práticos, Capitão Tenente reformado . . . , e mandado observar provisoriamente pelo Aviso n.º 396 de 15 de março de 1895. Saiu em duas edições, de que não vimos a primeira. A 2.ª, acompanhada de parecer do Conselho Naval, data de Sergipe, 1896, com 17 páginas in 8.º Tipografia Comercial de Guilherme Filho & Cia. Aracaju.

O Contra-Almirante Rodolfo Ramos Fontes reside na cidade do Rio de Janeiro.

Sua vida maçônica na Loja Capitular Cotinguiba, desta Capital, teve o seguinte ritmo: A 22 de abril de 1892, pedido de iniciação nos mistérios da Ord.; a 7 de maio seguinte foi aceito; a 14 do mesmo mês iniciou-se; a 31 de agosto do mesmo ano foi colado nos graus 2 e 3. Eleito adj.: de Mestr.: de Cer.: para o ano de 1893—1894, foi depois eleito Ven.: para o ano de 1896—1897. Em 1.º de março de 1900 foi desligado da Loja. É colado no grau 30.

XIII — GUILHERME JOSÉ VIEIRA FILHO

Junho de 1897 a abril de 1901

Na secção VULTOS DA CLASSE, que mantivemos por algum tempo no Boletim da Associação Comercial de Sergipe, focalizamos o perfil dêsse sergipano operoso, inteligente e profundamente comunicativo que foi Guilherme José Vieira Filho, ou simplesmente Guilherme Filho, como era geralmente conhecido, o Nonô estimadíssimo da família e dos íntimos.

Dêsse modo nada mais fazemos agora que reavivar êsse perfil para que seja mais admirado e mais imitado pelos que sabem tirar lições de vidas edificantes.

Nasceu na então vila da Capela, a 21 de maio de 1861.

Foram seus pais o conceituado comerciante Guilherme José Vieira e D. Carlota Rosa do Amor Divino Vieira. Batizou-se na vila natal, tendo por padrinhos o seu tio Francisco Aquino Vieira e D. Antônia Rosa de Jesus. Foi seu padrinho de crisma o seu mano Dr. Joaquim Manoel de Almeida Vieira, talento de primeira ordem que teria enchido de glória a história cultural de Sergipe, se a ceifa da morte não o tivesse atingido tão cedo.

Em fevereiro de 1869, antes de completar os seus 8 anos de idade, seguiu, em companhia de sua irmã Francisca Guilhermina Vieira, para a cidade da Bahia, onde ambos se matricularam como alunos internos do conceituado colégio N. S. do Amparo, dirigido pela educadora baiana D. Genoveva.

No começo de dezembro de 1871, regressou a Sergipe, em companhia de sua aludida mana, a-fim-de passar as férias no aconchego da família. Em fevereiro de 1872 retornou ao colégio N. S. do Amparo, tendo dessa vez a companhia do seu mano Jovino José Vieira. Durante êsse ano permaneceram os dois no

referido colégio. Em 1873 se transferiu para o Ateneu Baiano. Em novembro desse ano fez o primeiro exame de preparatórios (português). Em dezembro seguinte voltou à casa paterna, em gozo de férias.

Nos anos de 1874 e 1875 não voltou à Bahia, passando a frequentar o Ateneu Sergipense, criado em 24 de outubro de 1870 e instalado em 1871. Frequentou-lhe as aulas de francês, inglês e geografia, disciplinas em que foi aprovado nos exames a que se submeteu em novembro de 1875. Em dezembro desse ano, não desejando seguir a carreira das letras, seguida pelos seus manos Drs. Antônio Serafim de Almeida Vieira e Manuel Joaquim de Almeida Vieira, passou a servir como caixeiro da casa comercial paterna, sem remuneração até 1.º de junho de 1878, quando passou a perceber o ordenado anual de quinhentos mil réis.

O meio não lhe pareceu propício ao desejo que alimentava de constituir sua independência econômica. Resolveu então sair de Sergipe, em busca de campo mais amplo para o desenvolvimento de sua atividade. Seguiu então para a cidade da Bahia, a 10 de setembro de 1879, a-fim-de empregar-se no importante escritório da firma Silva Moreira & Souza, da qual fazia parte a figura fidalga de Manuel Soares da Silva Moreira, que se tornou seu protetor e amigo.

Nessa casa foi-lhe marcado o ordenado anual de um conto de réis, considerado muito vantajoso na época. Emotivo não se alheou de sua terra natal e anualmente tomava um mês de licença para vir passá-lo entre parentes e amigos.

Assim é que veio a Sergipe a 25 de junho de 1880, aqui permanecendo até 24 de agosto seguinte, data em que regressou à Bahia. A 17 de dezembro de 1881 repetiu a visita a Sergipe, regressando à Capital baiana a 30 de janeiro de 1882. A 6 de setembro desse ano veio a Sergipe a chamado de seu pai, que adoeceu gravemente. Vendo que se impunha ficar ao lado d'ele, voltou à Bahia no fim do mês, a-fim-de despedir-se da casa Silva Moreira & Souza, onde firmára grande conceito.

A partir de 19 de outubro de 1882 passou a empregado da casa comercial de seu pai, com o ordenado anual de um conto e quinhentos mil réis. Homem de boa fé teve de ir à Bahia em

maio de 1884 a-fim-de resgatar um título que endossára quando ali residia, cujo emitente e um outro co-endossante haviam deixado de resgatar. No registro lançado em seu interessante livro de notas pessoais, que compulsamos para compor esta notícia, não fêz recriminação alguma contra o assalto à sua economia. Registrou apenas o fato, citando a quantia paga (2:039\$600), fechando o registro com os dizeres: "Deus queira sirva esta de uma lição".

A 16 de julho de 1884, começou a negociar por conta própria, por haver adquirido a loja de tecidos de seu pai, tendo antes, a 2 de março dêsse ano, pedido em casamento a mão de D. Maria Jovina do Nascimento, então professôra do povoado Areia Branca, filha de Manuel Joaquim do Nascimento e D. Maria Rosa do Nascimento. O seu casamento, porém, só se realizou a 23 de julho de 1887.

Filho extremoso dirigiu, em 2 de abril de 1884, a despeito de já emancipado civilmente, uma carta a seu pai pedindo consentimento para casar-se. Estava prestes a completar os seus 23 anos de idade, mas à experiência e a autoridade paternas pareceu cêdo ainda para semelhante passo, além do mais porque a base econômica do noivo não estava suficientemente sólida. A escolha da futura espôsa foi aprovada, mas com a sugestão de razoável demora, dentro da qual fossem aumentados o cabedal de experiência e a base econômica. Um dos primeiros passos para esta deu o pai, providente, transferindo-lhe, por venda, a sua casa comercial.

Em março e abril de 1885 esteve enfermo, causando alguns reccios o seu estado de saúde. O organismo, porém, reagiu e pôde vencer a moléstia. Profundamente católico, mandou celebrar missas na Bahia, em 15 de junho dêsse ano, em ação de graças pelo seu restabelecimento, uma ao Senhor do Bonfim e outra à Nossa Senhora dos Aflitos.

Do seu casamento com D. Maria Jovina Vieira teve apenas dois filhos, o tenente coronel da Guarda Nacional Nelson Vieira, nascido nesta Capital, às cinco horas da manhã de 5 de junho de 1888, e Maria, nascida também nesta Capital a 6 de outubro de 1889 e falecida no mesmo dia.

Concorreu à eleição de deputados provinciais em 1886, não conseguindo ser eleito. O Partido Conservador tinha subido ao poder em 1885 e conseguira eleger uma assembléia quase unânime, pois dos 24 deputados eleitos apenas se contaram dois do Partido Liberal. Certame foi um dos dois conservadores que perderam a eleição em favor dos liberais.

Concorreu também e com êxito à eleição de vereadores da Capital no mesmo ano, cabendo-lhe, como vereador, ser escolhido presidente da Câmara, a quem cabia, a êsse tempo, o govêrno do município. Fundou em Aracaju a Papelaria Comercial, no gênero o primeiro estabelecimento montado em Sergipe em moldes modernos.

Tôdas as sociedades fundadas no meio onde residia faziam questão de tê-lo entre os seus associados, e nelas cabiam-lhe sempre os postos que exigiam dinamismo; e sua operosidade parecia realizar milagres.

A Loja Capitular Cotinguiba, onde se iniciára a 25 de abril de 1883 e que contára em seu seio, desde sua fundação, em 10 de março de 1872, ficára adormecida dêsde março de 1885. Não se conformou o seu espírito operoso com essa situação de sua loja mãe. Em 1890 nucleou antigos obreiros, dando injeções de ânimo no abatido corpo maçônico de Sergipe, reerguendo as colunas abatidas da Loja. Dêsde então prestou a Oficina os mais relevantes serviços, ocupando-lhe, por eleição, os postos que exigiam maior dinamismo e mais alta responsabilidade, como os de tesoureiro, secretário, mestre de cerimônias e venerável.

Sua posse na presidência da Loja constituiu um acontecimento social no meio aracajuano. Foi graças à sua dedicação, aliada a de outros devotados à Ordem, que a Loja Cotinguiba logrou ver realizada a sua velha aspiração de funcionar em prédio próprio.

Guilherme Filho, pelos seus altos serviços à maçonaria, ao falecer já estava colado no gráu 30. Entusiasta de nossas festas populares, o foi também do carnaval, sem nunca se afastar da linha de conduta irrepreensível de que sempre deu exemplo.

Coube-lhe dar grande vibração ao Club Cordovínico que tanto brilho deu às festas carnavalescas de Aracaju. Palestrador insinuante, a fazê-lo com verve, "nas rodas em que se achava nunca

ficava calado e era o principal pagador das despesas da palestra a que imprimia aquêlê tom de humanismo que era uma das formaturas do seu espirito”, disse o jornal O ESTADO DE SERGIPE, ao traçar-lhe o necrológio, quando a morte veio afastá-lo da comunhão dos vivos.

Caridoso em extremo, era também expansivo e tolerante, não sabendo criar desafeições e nunca desafinando o diapasão das velhas amizades conquistadas. Não dava pasto à inveja nem foi devoto da ambição ou escravo da vaidade. Aparecia em tudo que podia, não pelo gosto de aparecer, mas pelo desejo de servir, pela glória de ser útil no dinamismo coletivo. Daí as homenagens póstumas que lhe foram prestadas quando o furacão da morte lhe fêz tombar, ainda môço, antes de completar os seus 40 anos de idade.

Maçom ativo e dos mais graduados da época e do meio, sôbre o seu esquite foi colocada, com destaque, custosa corôa fúnebre, em nome da Loja Cotinguiba de que era Venerável de honra. Isto, porém, não importou para que lhe fossem negados os officios da igreja católica a que também se devotara, circunstância que serviu para demonstrar o apreço em que era tido.

Atingido inesperadamente pela febre perniciosa de Aracaju, estabeleceu-se constante romaria à sua casa durante os 8 dias, que tantos foram os de sua luta para sobreviver. Verificado o falecimento, a grande sala que lhe serviu de câmara ardente, encheu-se de flores e de grinaldas, dando a impressão de que todos os jardins particulares da cidade se haviam despido de suas flores mais lindas para enfeitarem um túmulo que se abria nos umbrais da morada eterna. João Campos de Ângelo Montes deram-lhe as despedidas dos amigos que ficaram integrados no borborinho da vida terrena.

No 30.º dia do seu passamento foram rendidas à sua memória novas e tocantes homenagens. A Confraria de S. Benedito, de que fizera parte, e o Clube Cordovínico, de que fôra alma, mandaram celebrar missas de requiem nas igrejas de S. Salvador e Matriz; e promoveram concorridas romarias ao seu túmulo, pela manhã e à tarde. A romaria promovida pelo Clube Cordovínico mobilizou, quase, tôda a cidade. Os seus promotores mandaram imprimir boletins que foram largamente distribuídos, convidando

o povo para participar da homenagem e pedindo ao comércio o fechamento de suas portas.

Às quatro horas da tarde partiu para o cemitério grande massa humana, tendo à frente a banda do Corpo de Polícia, e levando, além de grande quantidade de flores naturais, uma custosa grinalda de biscoit.

Falaram no cemitério Tibúrcio Ribeiro, Severiano Cardoso e o tipógrafo José Antônio da Costa. Um ano depois do falecimento de Guilherme Filho, a 16 de março de 1902, nova e comovente romaria foi feita ao seu túmulo pelos amigos em cujos corações a esponja do tempo não lograra apagar a centelha do afeto à sua memória.

Guilherme Filho não fez vida de letras, mas muito concorreu com a sua casa editora para o progresso das letras em Sergipe. Foi o fundador do Almanaque Sergipano de 1892, dirigido por Francisco Antônio de Carvalho Lima Junior.

Em 1897 tomou a iniciativa do Almanaque, com maior êxito, editado de então por diante, anualmente até a data do seu prematuro falecimento. Na edição de 1902 vêm o seu retrato e os seus traços biográficos, com um largo noticiário relativo ao seu falecimento. Ninguém teve até hoje, fóra do oficialismo político partidário, maiores homenagens póstumas. Compulsamos o seu livro de notas pessoais, dêste modo nos foi possível dar neste artigo muitos pormenores de sua vida. No seu tempo usava-se muito o compadrio de quinta-feira santa, trocando-se presentes os que queriam entrelaçar, por êsse meio, relações de amizade.

Do seu livro de notas constava a lista de 66 compadres, por êsse tradicional meio conquistados, entre êles três escravos. Na lista de afilhados figuravam 34 de batismo e 4 de crisma.

XIV — ESTEVÃO PEREIRA COELHO

abril a junho de 1901
junho de 1905 a junho de 1906

EPIFÂNIO DÓRIA

Tendo falecido a 16 de março de 1901 o venerável Guilherme José Vieira Filho, coube a Estevão Pereira Coelho substituí-lo, como 1.º Vigilante que era, até encerrar-se o ano maçônico de junho de 1900 a junho de 1901; e em 1905 coube-lhe ser eleito para o ano de 1905—1906.

Exerceu dinamismo na Loja, desde sua iniciação, em 12 de novembro de 1881, ocupando vários cargos. Era homem de grande estatura, tendo um metro e oitenta centímetros de altura e um peso que variava entre 75 e 80 quilos. Possuía tez clara, olhos bem rasgados e trato bastante acolhedor, atraindo sobre si a estima de quanto a dele se aproximavam.

Nasceu na cidade de S. Cristóvão a 3 de setembro de 1859. Era filho legítimo de Antônio Pereira Coelho, nascido em Portugal em 1825 e falecido em Aracaju a 1.º de setembro de 1870, e de D. Joana Maria de Oliveira Coelho, nascida a 29 de junho de 1836 e falecida em Aracaju a 15 de setembro de 1926.

Batizou-se na Matriz de N. S. da Vitória, em São Cristóvão, tendo como padrinhos Antônio Simões dos Reis e D. Maria Rita Simões dos Reis, sendo oficiante o notável orador sacro e parlamentar Pe. José Gonçalves Barroso.

Eram portugueses os seus avós paternos João Pereira Coelho e D. Jacinta Pereira Coelho. Seu avô materno Estêvão José de

Oliveira, era também lusitano, parecendo-nos que também o era sua avó materna D. Maria Rosa das Virgens Oliveira.

Fêz os estudos primários freqüentando, em Aracaju, a aula do professor Inácio de Souza Valadão. Matriculou-se em 1871 no Ateneu Sergipense, fundado em fevereiro dêsse ano em Aracaju. Não prosseguiu, porém, nos estudos. Seu pai falecera em 1870, e urgia-lhe enfrentar o problema realístico da vida, — o da própria subsistência.

Nêsse empenho, abandonou as aulas do Ateneu Sergipense, antes de concluir o 1.^o ano do curso, e seguiu para a capital baiana, a 6 de outubro de 1871, mal completára os seus 12 anos de idade. Ali conseguiu colocar-se, em 8 de janeiro de 1872, na Loja de Modas da firma Moreira & Castro, servindo até 1879. A 18 de setembro dêsse ano, passou a servir na casa comercial da firma Anselmo & Cia. na mesma cidade.

A 14 de junho de 1881, já tendo atingido a maioridade civil e adquirido o desejado traquejo na vida comercial, deixou a casa Anselmo & Cia. e voltou à capital sergipana, onde estabeleceu-se, a 17 do mesmo mês, com a loja de tecidos e modas sob a firma Branco & Cia., que organizara de parceria com seu cunhado Leandro Pires Branco, natural de Portugal. Dissolvida essa firma passou a negociar com o seu nome individual, a partir de 15 de janeiro de 1882.

O comércio não tinha então nas cidades de pouco movimento como acontecia com Aracaju, as latitudes de lucros que veio a ter depois. Obedecia a moldes rotineiros, exigindo grandes esforços para obtenção de êxito, sem afetar os tradicionais escrúpulos do comércio honesto.

A vida do homem do comércio era então intensa.

Abriam-se as portas das casas comerciais bastante cedo, entrando-se pela noite, no afã de atender à freguezia. A êsse tempo uma velha praxe, o fiado, constituia um perigo para os que, de boa fé, não lhe opunham lógicos limites.

Estêvão Coêlho viveu vida intensa dentro dêsse panorama em que se divisava o homem de comércio na situação de um barco a navegar em mar referto de escolhos.

Em 1893 se fêz interessado da filial em Aracaju da firma baiana Silva, Moreira & Souza, passando, depois, a sócio da im-

portante firma grossista Joaquim Moreira & Cia., que exerceu grande influência na vida comercial de Sergipe. Permaneceu na mesma de 1895 a 1902, quando ela deixou de operar no meio aracajuano. Exerceu raro dinamismo na vida comercial de Aracaju.

Em 1904 organizou a Loteria Popular de Sergipe, de que foi concessionário; e onde os bons fados não lhe sorriram, sacrificando-lhe, em parte, a independência econômica que honestamente construira. Em 1910, depois de uma fase dificultosa, organizou, de parceria com o seu amigo Manuel Leal, a firma comercial Leal & Cia., de que foi sócio solidário. Exerceu o comércio de comissões, consignações e conta própria, com sua firma individual, a partir de 1921, e, por último, como chefe do estabelecimento comercial Estêvão Coêlho & Cia., aberto em Aracaju, a 7 de julho de 1923, dirigindo-o até a data do seu falecimento.

Quando o governo do Estado, em 1898, era exercido pelo vice-presidente, o mais tarde general Pereira Lobo, resolveu criar a Junta Comercial de Sergipe (*) foi recrutar no comércio de Aracaju a figura prestigiosa e esclarecida de Estêvão Coêlho para presidi-la, por nomeação de 24 de fevereiro dêsse ano, função que lhe foi novamente confiada em 1918, ocupando-a sem interrupção até 1927, por nomeações sucessivas dos presidentes Oliveira Valadão, Pereira Lobo, Manuel Dantas e Graco Cardoso.

Voltou à mesma função no triênio de 1929 a 1931. A 22 de outubro de 1921 foi nomeado despachante junto à Recebedoria Estadual. Fêz parte das Sociedades Amparo das Famílias, União e Garantia e outras.

Apaixonado pela arte de Carlos Gomes, especialmente a música coral, recordava, já velho, na intimidade do lar, entrecchos de óperas representadas na Bahia do seu tempo de rapaz, cautarelhando-os, entoadamente, e explicando as suas principais passagens.

Como instrumentista preferiu usar instrumento de sôpro na execução de músicas de sua predileção. Possuía excelente memória.

(*) A lei estadual n.º 245, de 8 de novembro de 1897, autorizou a criação da Junta, mas só foi criada pelo Decreto n.º 256, de 5 de fevereiro de 1898, que lhe deu o devido Regulamento. As primeiras nomeações foram feitas pelo presidente do Estado, nos termos do Art. 69, do Regulamento.

Entusiasta de nossas festas tradicionais de Natal, Ano Bom, Reis, S. João e Carnaval, sem perder nesta a linha de compostura, sua bolsa concorria sempre para o melhor êxito delas. Atendia sempre nos limites de suas possibilidades aos apêlos em prol dos desvalidos. Generoso, abriu mão dos emolumentos que lhe cabiam como presidente da Junta Comercial, em favor da Associação Comercial, de que foi presidente em 1884, montando êsses emolumentos em Cr\$ 10.240,00, quantia muito alta para o tempo.

Por êsse seu gesto a referida Associação, pelo voto unânime de sua diretoria, sagrou-o grande benemérito do seu quadro de sócios a 20 de dezembro de 1931. Nunca soube negar sua ajuda aos amigos que a solicitavam em suas dificuldades, e não foram poucos os que se viram atendidos.

Discreto e conveniente não vexava os servidos, alardeando os favores que fazia. A 1.º de fevereiro de 1884 contraíu núpcias em Aracaju, na igreja de São Salvador, com D. Jesuina Alves de Sampaio, depois Jesuina de Sampaio Coêlho, filha do médico baiano Dr. Francisco Sabino Coêlho de Sampaio e D. Jesuina Carolina Alves de Sampaio, nascida em S. Cristóvão a 16 de agosto de 1858, tia do notável poeta Antônio de Castro Alves e neta paterna do capitão José Coêlho de Sampaio e D. Tereza de Jesus Maria. Era neta, pela linha materna, do coronel Antônio José Alves e D. Ana Joaquina de São José.

Dêsse casamento teve oito filhos: D. Eunice Coêlho; Dr. Edgard Coêlho, casado com D. Edla de Souza Coêlho; D. Edla Coêlho Ribeiro, viuva do coronel Maximino José Ribeiro; Elder Coêlho, falecido com três anos de idade a 29 de março de 1892; Edison Coêlho, Ewerton Coêlho, falecido em 12 de abril de 1918; Dr. Euler Coêlho, casado com D. Inati da Rocha Lima Coêlho; D. Élea Coêlho Jorge, casada com o seu primo capitão de fragata Marcelino José Jorge Filho, já falecido; e Dr. Elder Coêlho, casado com D. Zenaide Freire Coêlho.

Quando do seu falecimento, ocorrido a 4 de julho de 1931, na casa de saúde N. S. das Graças, em Salvador, Bahia, a Associação Comercial e a Junta Comercial de Sergipe, ao terem conhecimento do trespasse distribuíram boletim pedindo ao comércio o fechamento de suas portas, em homenagem à sua memória. Ao baixar o seu corpo à sepultura, no cemitério Campo Santo,

da Bahia, falou o seu conterrâneo e amigo professor Oseas Santos, em nome dos seus amigos.

O Sergipe-Jornal de Aracaju, em sua edição de 4 de julho de 1931, fazendo o seu necrológio, disse ter sido “éle uma das figuras mais representativas do nosso alto comércio e um dos tipos mais bem acabados do homem generoso, um dèsses úteis cidadãos em cujo coração a flor da piedade se não estiola nunca e cujas mãos vivem abertas a derramar a semente do bem por onde passam”.

ATAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO

1953

Ata da sessão solene do Instituto
Histórico e Geográfico de Sergipe, de 3
de janeiro de 1953.

Aos três dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos cinquenta e três, no edifício do Instituto Histórico, às vinte horas, presentes, além dos membros da Diretoria do mesmo Instituto, vários sócios, autoridades públicas, civis, militares e eclesiásticas, representantes da imprensa, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, ocupou a cadeira da presidência, que lhe competia, o Dr. Felte Bezerra, que convidou a ocuparem lugares na mesa o Dr. Francisco Fonseca, o deputado Matos Teles, o Dr. Carlos Sobral, juiz de direito da Capital, o Dr. João Marques Guimarães, diretor do Serviço de Divulgação, o Dr. Joel Macieira de Aguiar e o homenageado.

Isso feito declarou aberta a sessão, proferindo rápido improviso. Depois concedeu a palavra ao Dr. Joel Aguiar que proferiu belo discurso de saudação ao Dr. Francisco Antônio de Oliveira, a quem foi entregue, solenemente, o diploma de sócio benfeitor. O Dr. Joel Aguiar foi vivamente aplaudido ao terminar.

Falou em seguida o Dr. Marques Guimarães, dirigindo-se ao homenageado, declarando que o governador do Estado lhe designara para representá-lo na solenidade a que dava todo apoio.

Em seguida falou o Dr. Francisco Antônio de Oliveira, agradecendo, comovido, a homenagem que lhe foi prestada, sendo, ao terminar, muito cumprimentado. Falou ainda o secretário geral Epifânio Dória, exaltando a generosidade do sócio homenageado em favor do Instituto.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emeério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata redigida pelo secretário geral Epifânio da Fonseca Dória (aa) **Felte Bezerra, Maria da Conceição Melo Costa e Epifânio da Fonseca Dória.**

* * *

**Ata da sessão ordinária da Diretoria
do Instituto Histórico e Geográfico de
Sergipe, de 8 de Janeiro de 1953.**

Aos oito dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos cinquenta e três, as dezesseite horas, na edificação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os Drs. Felte Bezerra e Joel Aguiar, a professora D. Maria da Conceição Melo Costa e Epifânio da Fonseca Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Felte Bezerra.

Foram lidas e aprovadas as atas de 19 de dezembro do ano passado e de 3 do fluente. O expediente consistiu do seguinte:

Cartas (7) do sócio benfitor, Dr. Antônio Batista Ramos Bittencourt, oferecendo, espontaneamente, a quantia de quinhentos cruzeiros como auxílio à ampliação do prédio; do escritor Dr. Mário Ypiranga Monteiro, residente em Manaus, agradecendo sua eleição de sócio correspondente; do sócio correspondente Dr. Orlando de Carvalho Damasceno, (duas) uma fazendo interessante dissertação sobre o Natal de Jesus e outra comunicando a oferta de vultosa coleção de livros de valor superior a sete mil cruzeiros, inclusive o transporte aéreo dos mesmos; da Seção de Ciências Sociais da União Pan-Americana, pedindo para rever as informações contidas na segunda parte do guia das instituições e sociedades que se dedicam, na América, às ciências sociais, publicado em segunda edição; de Norival Malvar Martins, de Barbacena, pedindo a remessa gratuita da Revista deste Instituto; do sócio correspondente Dr. Copérnico Pinto Coelho, enviando cumprimentos de boas festas.

Cartões (3) do Instituto do Ceará, acusando o recebimento de um opúsculo que lhe foi enviado, da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo, comunicando o envio do vol. XLVI de sua Revista e do Cine Clube de Aracaju, enviando cumprimentos de boas festas.

Circulares (3) da Legião dos Veteranos de Guerra do Brasil, seção de Sergipe (duas), uma comunicando a mudança do seu nome antigo para o atual e outra comunicando a eleição e posse dos seus novos corpos dirigentes, e da Academia Alagoana de Letras, comunicando a eleição e posse de sua nova diretoria.

Pareceres (6), quatro opinando pela aceitação de Antônio Correia de Andrade, Amon Rodrigues Sanches, dr. José Benedito de Oliveira Bonfim e Major Antonio Carlos do Nascimento Júnior para o quadro de sócios efetivos; e do Dr. José Luiz Bittencourt e Abdou de Carvalho Lima para o quadro de sócios correspondentes, os quais ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Telegramas (3) do sócio correspondente Dr. Orlando de Carvalho Damasceno (dois), um comunicando ter entregado à empresa de navegação aérea Aerovias 12 volumes com livros diversos de oferta sua ao Instituto e outro enviando cumprimentos de boas festas, e do secretário geral da Comissão Nacional da União Geográfica Internacional, pedindo a indicação de uma pessoa para representar este Instituto na eleição de membros da referida Comissão.

Foram apresentados também no expediente várias obras, jornais, revistas e opúsculos recebidos durante o mês, não se mencionando na presente ata para não torná-la excessivamente longa.

Aberta a ordem do dia foram lidos, um a um, e também um a um discutidos, e isoladamente aprovados os seis pareceres mencionados no expediente da presente sessão, sendo todos aprovados unanimemente, ficando aceitos para o quadro de sócios efetivos Antônio Correia de Andrade e Arnon Rodrigues Sandes, o Dr. José Benedito de Oliveira Bonfim o Major Antônio Carlos do Nascimento Junior, e para o quadro de sócios correspondentes o Dr. José Luiz Bittencourt e Abdon Carvalho Lima. Mandou a presidente que se fizessem as necessárias comunicações.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata, redigida pelo secretário geral senhor Epifânio da Fonseca Dória. (aa) **Felto Bezerra, Maria da Conceição Melo Costa e Epifânio da Fonseca Dória.**

* * *

**Ata da sessão ordinária do Instituto
Histórico e Geográfico de Sergipe, de 8
de março de 1953.**

Aos seis dias do mês de março do ano de mil novecentos cinquenta e três, às dezessete horas, na sede social, presentes os Drs. Felto Bezerra e Joel Aquiar, prof.^a Maria da Conceição Melo Costa e Epifânio Dória, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada a ata da sessão de 8 de janeiro. O expediente constou do seguinte:

Cartas (8), do Dr. Abdon de Barros Monte, agradecendo a sua admissão à classe de sócios efetivos; do Dr. David Carneiro, retificando enganos havidos em sua biografia e comunicando a remessa ao Instituto de livros de sua autoria; do sócio correspondente prof. Orlando de Carvalho Damasceno (duas), uma enviando um exemplar do seu último retrato e outra comunicando a remessa ao Instituto, como donativo seu, de grande porção de livros, estimados em mais de sete mil cruzeiros, inclusive o transporte por avião; do sócio correspondente, deputado federal Dr. Amando Fontes, agradecendo a sua eleição de sócio benemérito; do sócio correspondente Dr. José Benedito de Oliveira Bonfim, agradecendo a sua admissão ao quadro de sócios efetivos; do sócio correspondente capitão Damião Mendonça de Santana (duas), uma comunicando achar-se residindo fora do Estado e pedindo sua transferência para o quadro de sócios correspondentes, na conformidade do artigo 20 dos Estatutos e outra pedindo enviar-se-lhe cópia de um artigo publicado no Almanaque Garnier de 1909, sobre o historiador Capistrano de Abreu.

Cartões (2), da Escola de Estudos Hispano-Americanos de Sevilha, Espanha, e do Instituto Americano de História Municipal e Institucional, enviando votos de boas festas.

Circulares (4), do Dr. Geraldo Rocha comunicando a próxima fundação no Rio de Janeiro da revista Mundo Ilustrado, para a qual pede a atenção do Instituto; do Círculo Operário de Aracaju, do Instituto Histórico de Petrópolis e da União dos Estudantes do Estado de Sergipe, comunicando a eleição e posse de suas novas Diretorias.

Ofícios (10), do diretor da Faculdade de Direito de Sergipe, pedindo permissão para realizar no salão de festas do Instituto a aula inaugural dos cursos do ano corrente; do Diretor Regional dos Correios e Telégrafos, comunicando ter sido inaugurado o serviço telegráfico de Macambira, no município de Campo do Brito; do Dr. Artur Martins Franco, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, agradecendo a sua admissão como sócio correspondente; do 1.º secretário da Assembléa Legislativa do Estado, comunicando a eleição e posse da Mesa da mesma Assembléa; do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, comunicando ter remetido ao Instituto um exemplar do livro As Artes Plásticas no Brasil; da Faculdade de Direito de Sergipe, comunicando a eleição dos seus diretores para o biênio de 1953-1955; do gerente dos Serviços de Luz e Fôrça de Aracaju, exigindo o pagamento de energia elétrica, a despeito de gozar o Instituto de isenção; do Dr. Rubens Ferreira de Melo, embaixador do Brasil na Espanha, comunicando não ter sido encontrado nos arquivos daquela nação o Regimento dado pela Corôa a Cristóvão de Barros para governar Sergipe; do Dr. Vasco José Taborá, Secretário geral da Comissão Executiva do 1.º Congresso Paranaense de Escritores, enviando um exemplar do Regulamento do mesmo Congresso e do coronel Luiz Tenório de Brito, Secretário geral da Comissão Organizadora e Executiva do Congresso de História Comemorativo do 4.º Centenário da Fundação da Cidade de S. Paulo, solicitando o apoio deste Instituto para a realização do mesmo Congresso.

Proposta no sentido de ser eleito sócio benemérito o sócio correspondente Prof. Orlando Alvares de Carvalho de Contreiras e Damasceno, a qual foi despachada à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegramas (3), do presidente da Assembléa Legislativa do Estado, convidando o Instituto para a solenidade de abertura da mesma Assembléa a 1.º do fluente; do Secretário da presidência da República, agradecendo, em nome do presidente Vargas, os cumprimentos enviados pelo Instituto na passagem do 2.º aniversário do governo e do sócio benfiteir general Durval Brito, agradecendo a indicação do seu nome para integrar a Comissão Nacional da União Geográfica Internacional.

Consta ainda do expediente crescida porção de livros, opúsculas, revistas e jornais recebidos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia não houve matéria a estudar e discutir.

O secretário geral Eptânio Dória comunicou o falecimento do sócio efetivo desembargador Otávio de Souza Leite, ocorrido nesta Capital a 13 de fevereiro

último, e o do sócio honorário João Ceciliano de Andrade, na capital federal a 3 do fluente, pedindo que seja lançado na ata um voto de pesar pela perda dos dois sócios, telegRAFando-se às respectivas famílias, enviando-se pêsames, o que foi aprovado.

O mesmo Secretário geral comunicou que se retiraram do Estado, fixando residência no Rio de Janeiro, os sócios efetivos Cícero Sampato e capitão Damiano Mendonça de Santana, propondo a transferência dos mesmos para o quadro de sócios correspondentes, na conformidade do artigo 20 dos Estatutos, o que foi aprovado.

Foi presente o balanço da Tesouraria, segundo o qual havia em 31 de dezembro de 1952 um saldo patrimonial de Cr\$ 65.473,90.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata redigida pelo secretário geral senhor Epitácio da Fonseca Dória, (aa) Felle Bezerra, Maria da Conceição Melo Costa, Joel Macielra de Aguiar e Epitácio Dória.

* * *

Ata da sessão ordinária do Instituto
Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6
de abril de 1953.

Com a presença de número legal de membros da Diretoria, foi aberta a sessão às dezessete horas, sob a presidência do Dr. Felle Bezerra. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. O expediente constou do seguinte:

Cartas (10), do consócio Orlando de Carvalho Damasceno, acusando o recebimento da correspondência deste Instituto referente ao recebimento do seu grande donativo de 400 volumes de obras várias; do consócio general Manuel Messias de Mendonça, dizendo não lhe ser possível vir receber o seu diploma de sócio benfeitor e pedindo para ser o mesmo remetido para a sua residência no Rio de Janeiro; do Dr. Pedro Gomes de Matos, oferecendo ao Instituto um exemplar do seu livro sobre o escritor Capistrano de Abreu; da Biblioteca da Universidade do Texas, comunicando o recebimento dos volumes 18, 19 e 20 da Revista deste Instituto; da Empresa Editora O Pensamento, de S. Paulo, respondendo uma consulta que lhe foi feita pela Secretaria deste Instituto; do consócio Dr. Otávio Espírito Santo, agradecendo a sua eleição de sócio correspondente; do Departamento de Cultura da Prefeitura de S. Paulo, informando que se acham esgotados os volumes da Revista do Arquivo Municipal, pedidos por este Instituto; do Departamento Nacional do SENAI, remetendo números de sua revista, pedidos por este Instituto; do Departamento Regional do SENAI, neste Estado, enviando números do antigo Boletim da mesma organização e do Professor Benedito Oliveira, encaminhando ao Instituto uma cruz gamada do regime Hitlerista alemão, oferta do sócio Francisco de Barros Melo.

Circulares (duas), do Diretor Geral do Departamento de Saúde Pública, convidando o Instituto para assistir à inauguração das Obras de Recuperação Social e da Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, enviando elementos para comemoração do dia Panamericano.

Ofícios (5), do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, oferecendo um exemplar do 3.^o volume dos Anais Pernambucanos do Dr. Pereira da Costa; do diretor do Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho, remetendo volumes do Boletim do mesmo Ministério; do secretário do governador do Estado, comunicando que o Sr. Governador havia expedido autorização aos Serviços de Luz e Força de Aracaju para encaminharem ao gabinete do mesmo governador a nota de consumo deste Instituto para ser paga por ali e do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo (dois), um comunicando que o mesmo Instituto deliberou apoiar a candidatura do general Cândido Mariano da Silva Rondon ao prêmio Nobel da Paz, e enviando cópia do parecer das comissões do sodalício sobre o assunto e outro comunicando que o referido sodalício vai realizar em Setembro de 1954 um congresso de História, para o qual pede o apoio deste Instituto.

Telegrama do consócio Orlando de Carvalho Damasceno, indagando sobre se os volumes do seu grande doativo em livros já foi recebido. Constatou também do expediente crescida quantidade de livros, revistas, jornais e opúsculos, recebidos de várias procedências, figurando entre êles 400 volumes de obras diversas e várias estampas, ofertadas pelo consócio Orlando de Carvalho Damasceno.

Aberta a ordem do dia o secretário geral Epifânio Dória, comunicou que os sócios Monsenhor Antônio Freitas, professor Flávio de Aquino Chagas e Dr. Levindo Cruz se acham nas condições de se lhes aplicar o disposto no artigo 10 dos Estatutos, pois não devem apenas um ano, como consigna o referido artigo, mas três anos, os de 1950, 1951 e 1952. Os repetidos avisos que se lhes tem mandada ficam em absoluto silêncio, prova de que não desejam continuar fazendo parte do Instituto.

Em idénticas condições, embora em menor atraso, estão o cônego José Felix de Oliveira, o agrônomo José Pereira de Miranda e Junot Silveira, devendo dois anos, quando o artigo 10 considera renunciante o que fica em débito por um ano. Em face do exposto propôs o referido secretário geral que se applicasse aos referidos sócios a letra do Art. 10, isto é, que se os considere renunciantes, retirando-se os seus nomes das listas de sócios, o que foi aprovado.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar datilógrafo, lavrei a presente ata, redigida pelo secretário geral senhor Epifânio da Fonseca Dória (aa) Felto Bezerra, Epifânio da Fonseca Dória e Maria da Conceição Melo Costa.

**Ata da sessão ordinária da Diretoria
do Instituto Histórico e Geográfico de
Serçipe, de 10 de junho de 1953.**

Aos dez dias do mês de junho do ano de mil novecentos cinqüenta e três, às dezessete horas, na sede social, presentes o Dr. Felte Bezerra, d. Maria da Conceição Melo Costa, Amintas Andrade Garcez e Epilântio Dória, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada a ata da sessão de seis de abril. O expediente consistiu do seguinte:

Cartas (9), do Rotary Clube de Aracaju, justificando a impossibilidade de atender ao apêlo que dirigiu o Instituto de relação às solenidades do dia das Américas; do sr. Aloísio Garcez, dando conta da incumbência que se lhe dá de examinar o preço e condições de impressão de diplomas para sócios do Instituto; do sócio efetivo Dr. Jorge Campos Maynard, declarando preferir receber o seu diploma independente de formalidades, do sócio benemérito Orlando de Carvalho Damasceno, agradecendo a sua eleição para o quadro de sócios beneméritos; da Repartição de Ciências Sociais da Organização dos Estados Americanos (duas), agradecendo informes que lhe foram prestados e enviando publicações que lhe foram pedidas; do intelectual Mário Ipiranga Monteiro, agradecendo a sua eleição para o quadro de sócios correspondentes; do Bureau de Informações Polonesas, no Rio de Janeiro, comunicando a remessa de publicações; do secretário geral do Conselho Nacional de Estatística, comunicando não ser possível a remessa dos ns. 1 e 2 da Revista Brasileira de Estatística por se terem esgotadas as respectivas edições e do diretor do Instituto Nacional do Livro, comunicando ter autorizado a remessa ao Instituto de um volume que lhe fora pedido.

Circulares (3), uma do diretor da Secretaria da Fazenda, Produção e Obras Públicas, insistindo para que o Instituto pague consumo de luz de que ficou isento na administração do Interventor Federal Dr. Eronides Ferreira de Carvalho; da família do sócio honorário João Ceciliano Teixeira de Andrade, agradecendo as condolências que lhe foram enviadas por ocasião do falecimento do mesmo; e da Comissão Executiva dos Festejos do dia 1.º de Maio convidando o Instituto para as solenidades programadas para esse dia.

Ofícios (3), do secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, comunicando ter sido eleito o engenheiro Benedito Quintino dos Santos, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, para, na qualidade de Representante dos Institutos Históricos estaduais, integrar a Comissão Nacional da União Geográfica Internacional, e do diretor de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, comunicando a remessa de publicações pedidas por este Instituto.

Proposta (duas) de Francisco Sales de Menezes e padre Luciano Cabral de Góis Duarte para sócios efetivos as quais foram encaminhadas à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegrama (2), do presidente da Assembléa Legislativa do Estado, convidando o Instituto para a solenidade de sua instalação e do Delegado do Ministério do Trabalho, neste Estado, convidando o Instituto para uma missa votiva no dia 13 do mês de abril, no aniversário do presidente da República Dr. Getúlio Vargas.

Constatou ainda do expediente crescida porção de livros, folhetos, revistas e jornais recebidos do país e do estrangeiro.

Aberta a ordem do dia, o secretário geral Epifânio Dória comunicou o falecimento repentino, nesta capital, a 29 de maio findo, do sócio efetivo Teodorico do Prado Montes, pessoa que desfrutava de largo conceito na sociedade local. Pediu que se fizesse registro na ata de um voto de pesar, comunicando-se à família do falecido, o que tudo foi unânimemente aprovado.

Propôs mais que se consignasse na mesma ata um voto de agradecimento ao consócio deputado Manuel Cabral Machado pelo seu gesto de colaboração em prol da cultura, apresentando à colenda Assembléa Legislativa o projeto de lei n. 50, publicada no Diário da Assembléa, de 29 de maio findo.

Sugeriu ainda a convocação de uma Assembléa Geral extraordinária para deliberar sobre os seguintes itens:

- a) — restauração do lugar de 2.º vice-presidente;
- b) — criação de mais um lugar de orador;
- c) — elevação para cem do número de sócios benfeitores, permitindo aos sergipanos dignos e independentes fazer parte dessa classe especial;
- d) — dar ao antigo presidente Dr. José Calazans Brandão da Silva, um adequado testemunho de reconhecimento pelo muito que fez em prol do sodalício;
- e) — alteração da data de apresentação do Relatório anual do Secretário Geral

Submetida a votes foi aprovada, mandando o presidente que o secretário publicasse edital de convocação.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar datilógrafo, lavrei a presente ata redigida pelo secretário geral senhor Epifânio da Fonseca Dória. (aa) Epifânio da Fonseca Dória, Maria da Conceição Melo Costa, Amintas Garcez e José Augusto da Rocha Lima.

* * *

Ata da sessão de Assembléa Geral
extraordinária do Instituto Histórico e
Geográfico de Sergipe, realizada a 5 de
julho de 1953.

Aos cinco dias do mês de julho do ano de mil novecentos cinqüenta e três, às dezessete horas do dia na sede social, presentes vinte e seis sócios quites,

entre êles a maioria dos membros da Diretoria, assumiu a presidência, na falta justificada do presidente e do vice-presidente, o secretário geral Epitânio da Fonseca Dória, na conformidade do Art. 37 dos Estatutos.

Ocuparam os lugares de primeiro e segundo secretários, respectivamente, a professora D. Maria da Conceição Melo Costa e José de Lima Gama, este último por designação do presidente, por não se achar presente, por motivo justificado, o mandatário. Constituída assim a mesa declarou o presidente aberta a sessão.

Não houve leitura de ata porque já aprovada a da anterior sessão de Assembléa Geral. Não houve também leitura de expediente. Declarou o presidente que o fim era a discussão e posterior votação do seguinte projeto de Resolução que se achava sobre a mesa.

Abrindo a ordem do dia mandou que o segundo secretário fizesse a leitura do referido projeto, assim redigido:

Art. 1.º — Fica restaurado no quadro de membros da Diretoria o lugar de 2.º vice-presidente e restabelecida a antiga gradação de 1.º e 2.º vice-presidentes.

Art. 2.º — Compete ao 1.º vice-presidente o que consta do Art. 38 dos Estatutos.

Art. 3.º — Compete ao 2.º vice-presidente substituir o 1.º em suas faltas e impedimentos e ao próprio presidente, quando, por qualquer circunstância, não puder substituí-lo o 1.º.

Art. 4.º — Fica criado no mesmo quadro mais um lugar de orador, cumprindo os dois, alternadamente, mediante indicação do presidente as atribuições do Art. 42, dos Estatutos.

Art. 5.º — Fica elevado para 100 o número de sócios benfeitores de que tratam os Art. 13 dos Estatutos e 1.º da Resolução n.º 7.

Art. 6.º — O relatório a que se refere o Art. 39, alínea VII, dos Estatutos deverá ser apresentado até o dia 30 de janeiro seguinte ao ano vencido.

Art. 7.º — Fica conferido ao antigo presidente, Dr. José Calazans Brandão da Silva, o título de presidente honorário perpétuo do Instituto, como prova de reconhecimento pelos seus relevantes serviços prestados ao mesmo Instituto.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Aracaju, 5 de julho de 1953."

Submeteu em seguida a debates o conteúdo do projeto, a que os presentes deram o seu unânime apêlo simbólico com o seu silêncio. Submetido a votos foi unanimemente aprovado, mandando o presidente que se o pusesse em forma para a sanção.

Não havendo mais matéria para debate foi suspensa a sessão até que se lavrasse a ata. Feito isto foi reencetada a sessão e lida a ata que eu, José de Lima Gama, lavrei, foi a mesma unânimemente aprovada, e encerrada a sessão.
(aa) Epitânio da Fonseca Dória, P. Maria da Conceição Melo Costa, 1.º Secretário, José de Lima Gama, 2.º Secretário.

**Ata da sessão ordinária do Instituto
Histórico e Geográfico de Sergipe, de 14
de julho de 1953.**

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e três, às dezesseis horas, na sede social, presentes o secretário geral Epiânio Dória, Amintaz Andrade Garcez e os professores José Augusto da Rocha Lima e D. Maria da Conceição Melo Costa, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro, na ausência, justificada, do presidente e do vice-presidente.

Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior e a seguir o expediente a saber:

Cartas (3), dos sócios correspondentes Abdon Carvalho Lima, Dr. David Carneiro e José Luiz Bittencourt, comunicando o envio de publicações pelas mesmas oferecidas ao Instituto; do Prefeito desta capital, pedindo uma informação de caráter histórico; da Casa Publicadora Batista, de S. Paulo, comunicando a remessa de revistas que lhe foram pedidas; do capitão de mar e guerra Gentil Homem de Menezes, pedindo volumes de interesse aos seus estudos sobre organização de leis orçamentárias; do procurador do Estado na cidade do Rio de Janeiro, Dr. Fernando Valadão, prestando atenciosa e útil informação sobre o recebimento pelo Instituto de subvenções concedidas no orçamento federal; do oficial de Gabinete do governador do Estado da Bahia, transmitindo uma comunicação do mesmo governador; e do Dr. José Cruz Medeiros, comunicando o envio de números do Boletim Bibliográfico Brasileiro de que é diretor.

Circulares (3), do Rotary Clube de Aracaju, comunicando a eleição e posse de sua nova diretoria; do Instituto Cearense de Genealogia, em idêntico sentido, e da Sociedade de Cultura Michoacana e Investigações Linguística, do México, comunicando o envio de um opúsculo pela mesma editado.

Ofício da Diretoria de Arqueologia da República do Perú, comunicando a criação da mesma Diretoria.

Parêceres (3), da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação de Francisco Sales de Menezes e da padre Lúcia Cabral de Góis Duarte, para sócios efetivos e do Dr. Arnaldo Arantes para sócio correspondente, os quais ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Propostas (4), no sentido de serem aceitos sócios efetivos os Drs. Pedro Garcia Moreno e José Guzmão de Andrade, D. Alayde de Barros Prado, e professor Luiz Otávio de Aragão, as quais foram despachadas à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegrama do Deputado Dr. Amando Fontes nos seguintes termos: "Epiânio Dória, rua Santa Luzia, Aracaju. Se Palácio Tiradentes, Rio. Pelo que Instituto vale vq pelos amigos que lá tenho vq mas sobretudo como homenagem velha querido amigo vq arumentei cinco contos subvenção anual ordinária vq bem como concedi vinte contos auxílio 1954 referida Instituição pt Abraços. **Amando Fontes.**" Constatou ainda do expediente de grande quantidade de revistas, jornais, livros e opúsculos, vindos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia foram lidos os três pareceres constantes do expediente acima os quais foram, unânimemente aprovados, ficando assim admitidos como sócios efetivos o padre Luciano Cabral de Góis Duarte e Francisco Sales de Menezes e como sócio correspondente o Dr. Arnaldo Arantes.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar datilógrafo, lavrei a presente ata redigida pelo presidente, em exercício, senhor Epitânio da Fonseca Dória. (aa) **Epitânio da Fonseca Dória e Maria da Conceição Melo Costa.**

* * *

Ata da sessão de Assembléa Geral ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 20 de julho de 1953, para eleição da Diretoria.

Aos vinte dias do mês de julho do ano de mil novecentos cinquenta e três, às dezesseis horas, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes a maioria dos membros da Diretoria do mesmo Instituto e vários sócios, assumiu a presidência o secretário geral Epitânio da Fonseca Dória, na falta justificada do presidente e do vice-presidente. Ocupou o lugar de primeiro secretário a professora dona Maria da Conceição Melo Costa e o de segundo o sócio José de Lima Gama, éste a convite do presidente. Formada assim a mesa declarou o presidente que a presente Assembléa Geral, lóra convocada pela primeira e segunda vez para eleger a Diretoria que há de servir no biénio de 1953-1955, declarando aberta a sessão.

Não houve leitura de ata nem de expediente.

Anunciando que se ia começar a eleição o presidente colocou sobre a mesa uma urna que se verificou nada conter dentro, sendo fechada a chave. Foi feita a chamada dos sócios eleitores pelo livro de presença. Cada pessoa que era chamada comparecia à mesa e punha na urna o seu voto. Terminada a votação anunciou o presidente que se ia proceder a apuração, designando para escrutinadores os sócios José Apóstolo de Oliveira Neto e Camilo de Calazans.

Abriu a urna e dela retirou cinquenta e seis cédulas, vinte e oito com os nomes dos membros da Diretoria e vinte e oito com os nomes dos membros indicados para as comissões permanentes, coincidindo o número com o de sócios inscritos no livro de presença que foi de vinte e oito, tendo cada um deitado duas cédulas diferentes na urna.

Paseando-se a apuração o presidente ia tirando da urna as cédulas, lendo-as em voz alta para que os escrutinadores tomassem a votação. Finda a apuração verificou-se o seguinte resultado: Para presidente: assemblagador Enoch Santiago, — vinte e oito votos; para primeiro vice-presidente: Cônego Domingos Fonseca de Almeida, — vinte e oito votos; para segundo vice-presidente: coronel

João Quintiliano da Fonseca, — vinte e oito votos; para primeiro secretário: Professora Maria da Conceição Melo Costa, — vinte e oito votos; para segundo secretário: doutor José Silvério Leite Fontes, — vinte e sete votos, doutor Felte Bezerra, — um voto; para primeiro orador: padre Luciano Cabral de Gois Duarte, — vinte e sete votos, professor José Augusto da Rocha Lima, — um voto; para segundo orador: doutor Joel Macieira de Aguiar, — vinte e sete votos, doutor João Batista Perez Garcia Moreno, — um voto; para tesoureiro: Amintas Andrade Garcez, — vinte e oito votos; para membros da Comissão de Fazenda e Orçamento: Irineu Marques de Oliveira, professor Benedito Oliveira e coronel Francisco Porto, vinte e oito votos cada um; para membros da Comissão de História: doutores João Batista Perez Garcia Moreno, Gonçalo Rollemberg Leite e Paulo Costa, vinte e oito votos cada um; para membros da Comissão de Geografia: doutor João de Azaújo Monteiro, professores Napoleão Agélio de Oliveira Dória e Maria Theis Nunes, vinte e oito votos cada um; para membros da Comissão de Manuscritos e Autógrafos: doutor João de Seixas Dória e professores Acrísio Cruz e Maria das Graças de Azevedo Melo, vinte e oito votos cada um; para membros da Comissão de Admissão de Sócios: doutor Lauro Dantas Hora, Armando Barreto e João Rezende, vinte e oito votos cada um; para membros da Comissão de Revista: José Apóstolo de Oliveira Neto, professor José Amado do Nascimento e José de Lima Gama, vinte e oito votos cada um; para a Comissão de Estatística: professor José Hermenegildo Cruz, e doutores José Aloísio de Campos e Francisco Alberto Bragança de Azevedo, vinte e oito votos cada um.

O presidente anunciou em voz alta este resultado aos presentes, franqueando a palavra a quem quer que desejasse levantar protestos ou reclamação contra o mesmo, reinando silêncio foram aclamados eleitos os que tiveram maioria e unanimidade de votos, como está acima registado, mandando que a secretaria geral fizesse as devidas comunicações aos eleitos que não tomaram parte na sessão. Foi, a seguir, suspensa a sessão para a lavratura da presente ata, que, depois de lavrada por mim, José de Lima Gama, segundo Secretário da mesa, e sendo reencetada a sessão foi unânimemente aprovada pelos presentes. (aa) **Eπιtânio da Fonseca Dória, José de Lima Gama, Maria da Conceição Melo Costa e Amintas Garcez.**

* * *

Ata da sessão solene conjunta do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Academia Sergipana de Letras, realizada a 26 de julho de 1953, comemorando o centenário do Monsenhor Olímpio de Souza Campos.

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de mil novecentos cinqüenta e três, no salão de festas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes

vários sócios do mesmo Instituto e membros da Academia Sergipana de Letras, estando presentes também o consócio doutor Edélio Vieira de Melo, vice-governador do Estado, representando a si e ao senhor governador, o prefeito da capital, doutor Jorge Campos Maynard e sua excelentíssima família, vários membros da família do saudoso sacerdote e político sergipano o Monsenhor Olímpio Campos, numerosos cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade da capital, ocupou a cadeira de presidente da sessão o Dr. Marcos Ferreira de Jesus que convidou para ocuparem lugares de destaque ao seu lado pessoas de relevo na sociedade e na administração pública, expondo em eloqüente improviso o objetivo da sessão. Ato contínuo convidou o representante do senhor governador do Estado para ocupar a cadeira de presidente e dirigir a sessão, na que foi atendida.

Ocupando a presidência o consócio doutor Edélio Vieira de Melo, declarou aberta a sessão convidando os professores Genaro Plech e D. Anayde Maranhão Fontes a iniciarem a execução do programa com a Sonata em lá menor, de Mozart, a piano e violino, o que foi feito com aplausos.

Convidou em seguida o desembargador Gervásio de Carvalho Prata, orador da solenidade, especialmente designado, para proferir a oração oficial. Sob prolongada salva de palmas ocupou a tribuna o desembargador Gervásio que proferiu longa e bela conferência, estudando a vida do grande sergipano que foi o Monsenhor Olímpio. Ao terminar a conferência foi o orador saudado por vibrantes palmas da assistência. A seguir os professores Genaro Plech e Anayde Fontes executaram a Serenata de Braga.

Ocupou depois a tribuna, também sob salva de palmas, o prefeito doutor Jorge Campos Maynard que leu brilhante discurso agradecendo, em nome da família do Monsenhor Olímpio, na sua qualidade de membro da mesma família, as homenagens tributadas ao mesmo Monsenhor. Ao terminar o seu discurso foi o doutor Jorge Campos Maynard também vivamente saudado por palmas da numerosa e seleta assistência. Encerraram o programa os professores Genaro Plech e Anayde Fontes, com a execução do *Moto Perpetuo* de Weber, os quais receberam aplausos da assistência. Tocou à entrada do edifício a banda da Polícia Militar.

A solenidade foi irradiada pela PRJ 5, atuando ao microfone o radicalista doutor João Marques Guimarães.

Concluído o programa foi encerrada a sessão pelo presidente Dr. Edélio Vieira de Melo, da qual eu, Emetério Francisco do Nascimento, dactilógrafo auxiliar, lavrei a presente ata, redigida pelo secretário geral senhor Epifânio da Fonseca Dória. (aa) **Enoch Santiago, Epifânio Dória, Maria da Conceição Melo Costa e Amintaz Andrade Garcez.**

**Ata da sessão solene de posse da
Diretoria do Instituto Histórico e Geográ-
fico de Sergipe, de 13 de agosto de 1953.**

Aos treze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos cinquenta e três, às vinte horas, no edifício social, presente o doutor Felle Bezerra, presidente da Diretoria de mandato expirante, presentes também a Diretoria para o novo biênio, vários sócios, o doutor Jorge Campos Maynard, Prefeito da capital, autoridades públicas civis, militares e eclesiásticas, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, foi aberta a sessão, sob a presidência do doutor Felle Bezerra.

Foram lidas e aprovadas as atas de catorze e 26 de julho findo. O expediente constou do seguinte:

Cartas (6), do consócio Gerinaud de Lacerda Filho, justificando a sua não comparecimento à sessão; do consócio doutor Virgílio Corrêa Filho, primeiro secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comunicando a remessa de volumes que lhe foram pedidos e solicitando a remessa de outros que temos em duplicata; do consócio doutor Artur Martins Franco, residente em Curitiba enviando a importância de sua joia de sócio correspondente e dados biográficos que lhe foram pedidos; do Bureau de Informações Polonêsas no Rio de Janeiro, comunicando não poder remeter números pedidos de sua revista por se acharem esgotadas edições; do presidente doutor Felle Bezerra, então na capital federal, versando assuntos relativos ao Instituto, e do Prefeito doutor Jorge Campos Maynard, oferecendo ao Instituto um clichê do Monsenhor Olímpio Campos, confeccionado para a impressão do programa das festas do centenário do mesmo Monsenhor.

Cartão do consócio coronel José Lobo, comunicando ter assumido na Bahia, onde se encontra, as funções de Chefe da 17.^a Circunscrição de Recrutamento da 6.^a Região Militar.

Pareceres (4), da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação dos candidatos ao quadro de sócios efetivos, os Drs. Pedro Garcia Moreno e José Guzmão de Andrade, o professor Luiz Otávio de Araújo e dona Alaide de Barros Prado, pareceres que foram lidos e submetidos a votos, um a um, sendo aprovados, unânimemente.

Abrindo a ordem do dia o presidente declarou ser esta a posse da nova Diretoria. Proferiu a seguir demorado improviso em que relatou sua administração no Instituto e deu posse aos novos eleitos, sob palmas da seleta assistência. Falou em seguida, também de improviso, o novo presidente, desembargador Enoch Santiago, que foi, ao terminar, alvo de vibrante salva de palmas.

Foi em seguida encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar dactilógrafo, lavrei a presente ata, redigida pelo secretário geral

senhor Epifânio da Fonseca Dória. (aa) Enoch Santiago, Epifânio Dória, Maria da Conceição Melo Costa e Amintas Andrade Garcez.

* * *

Ata da sessão ordinária da Diretoria
do Instituto Histórico e Geográfico de
Sergipe, de 10 de setembro de 1953.

Aos dez dias de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e três, no edifício social, às dezessete horas, presentes os membros da diretoria, desembargador Enoch Santiago, cónego Domingos Fonseca de Almeida, Prof.^a Maria da Conceição Melo Costa, Epifânio da Fonseca Dória e Amintas Andrade Garcez, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Foram lidas e aprovadas as atas de vinte e seis de julho e treze de agosto do corrente ano.

O expediente consta do seguinte:

Cartas (9), do Instituto Genealógico da Bahia e do Banco Mercantil Sergipense, agradecendo a comunicação que lhes foi feita da posse da nova Diretoria deste Instituto; do Dr. Arnaldo Arantes (duas), agradecendo a sua admissão como sócio correspondente e remetendo dados biográficos que lhe foram pedidos; da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, comunicando não lhe ser possível a remessa de volumes que lhe pedimos no serviço de permuta de duplicatas; do consócio desembargador Gervásio Prata, devolvendo livros que lhe foram confiados para escrever seu discurso sobre o Monsenhor Olímpio Campos; do consócio padre Aurélio Vasconcelos, consultando sobre a possibilidade de ser publicado um trabalho seu no próximo número vinte e um da Revista deste Instituto; do contabilista Luiz Otávio de Aragão, agradecendo a sua admissão como sócio efetivo e do consócio Abdon Lima, oferecendo livros a este Instituto.

Cartões (2), do Instituto do Ceará, comunicando a remessa de livros que lhe foram pedidos e do sócio correspondente Aloísio Prata, oferecendo objetos históricos para o Museu.

Circulares (2), da Loja maçônica Cotinguiba, comunicando a posse de suas novas luzes e do Instituto Interamericano de História Municipal e Institucional de Cuba, comunicando que se acham programadas festas cívicas, em 1954, naquela nação.

Ofícios (19), do Prefeito da cidade de Lagarto, da Assembléia Legislativa do Estado, do secretário do governador do Estado, do Prefeito da Capital, do Tribunal Regional Eleitoral, do Delegado Fiscal do Tesouro Nacional, do comando da polícia Militar, do diretor do Departamento da Fazenda, do Secretário da Segurança Pública, do Secretário da Justiça e Interior, do Tribunal de Justiça do Estado e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, todos agradecendo a comunicação que se lhes fez da posse da nova Diretoria deste Instituto; do Secretário da Segurança Pública, agradecendo o convite que lhe foi encaminhado

para a posse da Diretoria; do comando do 28.º B.C. (dois), pedindo permissão para uma solenidade cívica no salão do Instituto e convidando o Instituto para uma conferência a ser realizada sobre o Duque de Caxias; do diretor do Arquivo Público do Estado de Pernambuco, enviando um volume publicado pelo mesmo Arquivo; do comando do 28.º B.C. (3), agradecendo a colaboração do Instituto nas solenidades promovidas pelo mesmo comando em 25 de agosto, convidando o Instituto para assistir a uma prova de paraquedistas nesta capital e indicando nomes de ex-combatentes que lhe foram pedidos.

Constou ainda o expediente de vários livros, revistas, jornais e opúsculos recebidos de várias procedências.

Proposta, uma, indicando o nome da professora Dalila Côrtes Rollemberg para fazer parte do quadro de sócios efetivos, a qual foi despachada à Comissão de Admissão de Sócios.

Aberta a ordem do dia o presidente sugeriu que o Instituto promovesse uma homenagem aos ex-combatentes, visando-se a ereção de um monumento nesta capital que perpetue a memória dos que tombaram nos campos de batalha defendendo a soberania nacional.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão, de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata, redigida pelo secretário geral senhor Epifânio da Fonseca Dória. (aa) **Enoch Santiago, Domingos F. Almeida, Epifânio Dória, Maria da Conceição Melo Costa e José Silvério Leite Fontes.**

* * *

**Ata da sessão ordinária da Diretoria
do Instituto Histórico e Geográfico de
Sergipe, de 3 de outubro de 1953.**

Presentes os membros da Diretoria desembargador Enoch Santiago, cônego Domingos Fonseca de Almeida, doutor José Silvério Leite Fontes, professora d. Maria da Conceição Melo Costa e senhor Epifânio da Fonseca Dória, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada a ata da sessão de dez de setembro findo.

O expediente constou do seguinte:

Cartas (9), do sócio correspondente, Dr. Artur Martins Franco, acusando o recebimento do seu diploma, enviada por este Instituto; do sócio correspondente Aloísio Prata explicando o funcionamento de um interessante relógio solar de sua oferta ao Instituto; do sócio correspondente capitão Damião Mendonça de Santana, pedindo um atestado; do sócio correspondente doutor José Bueno de Azevedo Filho, informando ter falecido o consócio doutor Edmundo Krug; do sócio benfeitor, doutor Luiz Barros, agradecendo a comunicação da posse da Diretoria e comunicando sua próxima viagem aos Estados Unidos da América do Norte; do sócio desembargador Hunald Cardoso, pedindo um livro para leitura em domicílio; do sócio padre Aurélio Vasconcelos, remetendo um trabalho seu para

ser inserido na Revista; da Biblioteca da Escola de Estudos Hispanos Americanos, acusando o recebimento de volumes que lhe foram remetidos em permuta; do sócio Josias Vieira Dantas, agradecendo a comunicação da posse da nova Diretoria.

Cartões (2), da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo, enviando o último volume de sua Revista e do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, convidando o Instituto para se fazer apresentar na solenidade da posse do novo presidente eleito.

Circulares (5), do Centro de Informações das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, sugerindo a comemoração do 8.º aniversário da ONU, no próximo dia 24 de outubro e enviando material para servir na organização do programa das comemorações; do Departamento de Imigração de S. Paulo, remetendo o n.º 7 do seu Boletim; do consócio desembargador Hernaldo Cardoso, comunicando ter assumido a presidência do Tribunal de Justiça do Estado, para que fôra eleito, e que os consócios desembargadores João Bosco de Andrade Lima e João Dantas Martins dos Reis assumiram, respectivamente, as funções de vice-presidente do mesmo Tribunal e de conegedor Geral; da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais da Paraíba, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria, e da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, comunicando a sua fundação e a eleição e posse de sua Diretoria.

Ofícios (7), da Academia de Letras da Bahia, do Conselho Nacional de Geografia, do Arquivo Nacional e da Prefeitura Municipal de Propriá, agradecendo a comunicação que se lhes fêz da posse da nova Diretoria deste Instituto; da Câmara Municipal do Recife, comunicando a fundação de sua biblioteca e pedindo a oferta de livros; do Conselho Nacional de Economia, enviando números de sua revista; e do Instituto de Educação Rui Barbosa, solicitando lhe seja cedido o salão de festas para uma audição musical.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios opinando pela admissão da professora Dália Côrtes Rollemberg ao quadro de sócios efetivos, o qual ficou reservado a ordem do dia da presente sessão.

Proposta no sentido de ser admitido sócio correspondente João do Rosário Dória, funcionário de categoria do Banco do Brasil, designado para servir em Alagoinhas, Estado da Bahia, a qual foi despachada à Comissão de Admissão de Sócios.

Radiograma do chefe do Serviço de Cartas, general Jaguaribe de Matos, comunicando que fica a disposição deste Instituto que deverá indicar pessoa que o receba no Quartel General do Exército, um grande mapa geográfico do Estado de Mato Grosso.

Telegramas (2), do sócio benfeitor, doutor Carlos Waldemar Actoli Rollemberg e do sócio benemérito Orlando Damasceno, agradecendo a comunicação da posse da nova Diretoria.

Constou mais o expediente, de revistas, jornais, opúsculos e livros recebidos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aprovação da proposta da professora Dalila Côrtes Rollemberg para o quadro de sócios efetivos, parecer que foi unânimemente aprovado, mandando o presidente que a secretaria comunicasse a referida professora esse resultado.

O Secretário geral comunicando que a Assembléa Legislativa do Estado tinha votado uma lei aumentando a subvenção ordinária do Instituto, mediante proposta do Deputado Manuel Cabral Machado, lei que foi promulgada pelo Presidente da mesma Assembléa, coronel Hermeto Feltosa, propôs, e foi aprovado, que se registasse na ata de hoje um voto de agradecimento aos referidos membros do Legislativo sergipano, comunicando-se em ofício aos mesmos, e que esse voto se estendesse ao Deputado João Melo, que, por sua vez, propôs, em verba especial ao orçamento estadual em discussão, um auxílio de seis mil cruzetões ao Instituto no próximo ano, oficiando-se da mesma forma ao Deputado João Melo.

Continuando o Secretário geral disse que lóra recebida da representação da Organização das Nações Unidas no Rio de Janeiro, solicitando que o Instituto solenizasse no próximo dia vinte e quatro de outubro, a passagem do oitavo aniversário da Organização das Nações Unidas. Pediu o Secretário geral que se debatesse o assunto, bem como que no mesmo dia se solenizasse a passagem do centésimo vigésimo nono aniversário da efetivação da independência de Sergipe do governo da Bahia, ficando como provincia autónoma, o que tudo ficou resolvido, mandando o presidente que se oficiasse ao orador oficial doutor José Macielra de Aguiar, incumbindo-o de discurso alusivo aos dois aniversários.

Declarou a seguir o presidente que se oficiasse ao desembargador Hernaldo Cardoso, presidente do Tribunal de Justiça, agradecendo a comunicação de sua posse nas altas funções para que lóra eleito e que ficasse em suspenso a idéa do monumento aos Ex-Combatentes, em face de igual deliberação de outra origem já tomada.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emelério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata, redigida pelo secretário geral senhor Epifânio da Fonseca Dória, em face da impossibilidade do segundo secretário por força das ocupações do cargo que exerce. (aa) **Enoch Santiago, Epifânio Dória, Maria da Conceição Melo Costa e José Silvério Leite Fontes.**

* * *

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, comemorativa do 8.º aniversário das Nações Unidas e 129.º da independência de Sergipe, realizada a 24 de outubro de 1953.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de mil novecentos cinquenta e três, às vinte horas, na sede social, presentes a maioria dos membros

da Diretoria e vários sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o representante do senhor governador do Estado, Professor Acrísio Cruz; o preleito da capital, doutor Jorge Campos Maynard; representantes das forças armadas; o Instituto de Música e Canto Orfeônico, tendo à frente o seu diretor, professor Genaro Plech; cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, foi aberta a sessão pelo presidente desembargador Enoch Santiago, que, em rápido improviso, expôs o fim da sessão.

Não houve leitura de ata nem de expediente.

Após a abertura da sessão o professor Genaro Plech executou, ao piano, o HINO AO ESTUDO, cantado, ao mesmo tempo, pelas alunas do Instituto de Música e Canto Orfeônico, linda a que foi concedida a palavra ao orador oficial doutor Jovianina de Carvalho Neto, que, sob uma salva de palmas, assomou a tribuna, proferindo eloqüente discurso que foi aplaudido, ao terminar. Seguiu-se o hino sergipano, cantado pelas alunas do Instituto de Música, com acompanhamento, ao piano, pelo professor Genaro Plech.

Falou novamente o presidente, desembargador Enoch Santiago, em belo improviso, depois do que foi cantado o hino nacional, com acompanhamento ao piano, sendo, em seguida, encerrada a sessão.

Tocou na entrada do edifício a banda da Polícia Militar, cedida pelo governador do Estado, em exercício, doutor Edélio Vieira de Melo.

Nada mais ocorrendo, eu, Emelério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata, redigida pelo secretário geral senhor Epifânio da Fonseca Dória. (aa) Enoch Santiago, Epifânio Dória, Maria da Conceição Melo Costa e José Silvério Leite Fentes.

* * *

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 11 de novembro de 1953.

Aos onze dias do mês de novembro do ano de mil novecentos cinquenta e três, às dezessete horas, no edifício social, presentes os membros da Diretoria desembargador Enoch Santiago, doutor José Silvério Leite Fentes, professora Maria da Conceição Melo Costa, e senhores Epifânio da Fonseca Dória e Amintas Andrade Garcez, foi aberta a sessão, sob a presidência do desembargador Enoch Santiago. Foram lidas e aprovadas as atas das sessões de três e vinte e quatro de outubro.

O expediente constou do seguinte:

Cartas (20), de José Gonçalves de Lima (3), comunicando irradiações do seu programa JOIAS HUMANAS DE SERGIPE; do Rotary Clube do Recife (duas), comunicando a remessa de boletins que lhe foram pedidos; de Corinto Pinto de Mendonça, pedindo para ser conservado neste Instituto um busto do General Calzans; do sócio efetivo Francisco Sales de Menezes, agradecendo a sua acell-

ção; do doutor Antônio Campos de Oliveira, comunicando concordar com a indicação do seu nome para sócio benfeitor e agradecendo a lembrança que d'ele tiveram os associados do Instituto; do Delegado Regional do Trabalho neste Estado, convidando o Instituto para as solenidades de recepção do Ministro do Trabalho, doutor João Goulart; do capitalista Aurélio de Azevedo Barreto, doando ao Instituto a quantia de quinhentos cruzeiros, como auxílio às obras de ampliação do prédio; do sócio correspondente, doutor Guilherme Auler, residente em Petrópolis, sugerindo seja proposto sócio correspondente o doutor Mauro Mota; do sócio correspondente tenente Pascal Bandeira Moreira, enviando o seu novo endereço; da Biblioteca e Instituto de Estudos Ibero-Americanos da Escola de Ciências Econômicas de Estocolmo, Suécia, pedindo a remessa da Revista d'este Instituto; do Deputado Francisco de Araújo Macedo, pedindo o concurso do Instituto para que tenham êxito as homenagens a serem prestadas ao Ministro do Trabalho, doutor João Goulart, em sua próxima visita a esta capital; do sócio correspondente doutor Fernando Valadão, comprometendo-se a tratar dos interesses do Instituto na cidade do Rio de Janeiro, sem cobrar comissão; do sócio correspondente Arnau Rodrigues Sandes, acusando o recebimento do telegrama que lhe foi passado, pedindo para representar o Instituto na festa do Centro Sergipano dali; da Companhia Energia Elétrica da Bahia, comunicando ter enviado um exemplar da lista de assinantes de telefones daquela cidade, correspondente ao ano de 1953; da Companhia Telefônica Brasileira, fazendo idêntica comunicação quanto às listas de assinantes das cidades do Rio de Janeiro, Santos, Belo Horizonte, Niterói e Petrópolis; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comunicando ter recebido a circular em que este Instituto lhe comunicou a eleição e posse da nova Diretoria, e do doutor Carlos Eduardo de Azevedo, pedindo informes genealógicos de seus ascendentes.

Cartões (6), do doutor Gileno Lima e José Quintillano da Fonseca Sobral, ambos acusando o recebimento da circular d'este Instituto e comunicando que concordam com a indicação dos seus nomes para o quadro de sócios benfeitores, agradecendo, ao mesmo tempo, a lembrança; da Câmara Municipal do Recife, comunicando o envio de impressos; do Centro Sergipano da Bahia, convidando o Instituto para a festa de aniversário do mesmo a 24 de outubro findo; do sócio correspondente doutor Arnaldo Arantes, agradecendo a comunicação de sua aceitação como sócio correspondente; do Instituto Histórico e Geográfico de Petrópolis, convidando o sodalício para uma conferência a ser realizada em sua sede a 23 de outubro e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, agradecendo a comunicação que se lhe fez da posse da nova Diretoria d'este Instituto.

Circulares (duas), da direção da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, comunicando a fundação da mesma Campanha, e a eleição de sua primeira Diretoria, em Sergipe, e do Gabinete Português de Leitura do Recife, enviando uma cópia da Portaria que baixou estabelecendo condições para um concurso literário de sua criação.

Ofícios (9), da Academia Paraense de Letras; da Academia Sul-riograndense de Letras; dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e do Rio Grande do Sul; da Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife;

do Instituto Geológico e Geográfico de S. Paulo e do Arquivo Estadual de Pernambuco, todos agradecendo a comunicação da posse da nova Diretoria deste Instituto; do Instituto Geográfico e Geológico de S. Paulo, comunicando a remessa obsequiosa de três cartas geográficas do Estado de S. Paulo e do Secretário do Interior e Segurança Pública do Estado da Paraíba, comunicando, também, a remessa obsequiosa de um mapa do seu Estado.

Pareceres (3), da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação do dr. Augusto Vitor de Matos para sócio benfeitor, João do Rosário Dória para sócio correspondente e Aurélio de Azevedo Barreto para sócio honorário, os quais ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Propostas (8), para sócios benfeitores, doutor Antônio Campos de Oliveira, Francisco de Avila Mejo, Gileno Silveira Lima, José Quintillano da Fonseca Sobral e Ulisses Dória; para sócios efetivos, João Mela da Oliveira e dona Maria da Pureza Moraes e para sócio correspondente o escritor pernambucano doutor Mauro Mota, propostas que foram despachadas à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegramas (2), do sócio correspondente doutor José Calozans, comunicando ter representado esse Instituto na festa de aniversário do Centro Sergipano da Bahia, conforme a delegação que recebera e do presidente da Assembléa Legislativa do Estado, convidando o Instituto para uma sessão magna em honra ao Ministro do Trabalho doutor João Goulart.

Constou mais o expediente de várias revistas, jornais, livros e opúsculos recebidos de várias procedências, bem como de uma proposta especial do sócio efetivo doutor Humberto de Andrade Amado, instituindo um concurso especial por êle financiado, devendo os concorrentes escrever um trabalho sobre Aracaju, com liberdade de escolha do assunto, contanto que Aracaju seja o assunto central, podendo mesmo ser um romance, mas com esse imperativo, — Aracaju, o fundo principal do livro.

Esta proposta ficou também reservada à ordem do dia da sessão de hoje.

Aberta a ordem do dia foram lidos os pareceres da Comissão de Admissão de Sócios, favoráveis à admissão do doutor Augusto Vitor de Matos ao quadro de sócios benfeitores; Aurélio de Azevedo Barreto ao quadro de sócios honorários e João do Rosário Dória ao quadro de sócios correspondentes. Lidos os referidos, um a um, foram todos aprovados unânimemente, em votação isolada, mandando o presidente que a secretaria geral faça as devidas comunicações. Lida a proposta do doutor Humberto de Andrade Amado, foi a mesma aceita por unanimidade e aplausos, mandando o presidente que a secretaria geral fizesse a devida comunicação ao digno e generoso consócio doutor Humberto, certificando-se de que por êstes dias lhe será remetido o plano do concurso, organizado pelo Instituto com observância rigorosa do seu traçado fornecido ao Instituto.

O Secretário Geral comunicou que o sócio efetivo major Nicenor Ribeiro Nunes, deixou de pagar o recibo do semestre, alegando não querer continuar a fazer parte do Instituto.

Nestas condições ficou resolvida a sua eliminação do quadro.

A requerimento do secretário geral Epifânia Dória e aprovação dos presentes resolveu-se lançar na ata da sessão de hoje, votos de pesar pelo faleci-

mento do sócio benfeitor doutor Mário de Oliveira Lobão, ocorrido a dois de março do ano passado, mas só agora conhecido o doloroso fato, do sócio efetivo dr. Otto Watson Leite ocorrido nesta Capital a onze de outubro findo e do sócio correspondente coronel Augusto de Araujo Dória, ocorrido na Capital Federal a 23 de julho dêste ano, mas só agora conhecido entre nós. Requereu igual homenagem, sendo também deferido unânimemente, à memória do doutor Luiz de Figueiredo Martins, antigo educador, que destrutou de largo conceito nos meios sociais e educacionais.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que na, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata redigida pelo secretário geral senhor Eplânio da Fonseca Dória. (aa) **Enoch Santiago e Eplânio Dória.**

* * *

**Ata da sessão ordinária da Diretoria
do Instituto Histórico e Geográfico de
Sergipe, de 9 de dezembro de 1953.**

Aos nove de dezembro do ano de mil novecentos cinqüenta e três, às dezesseis horas, no edifício social, presentes os dres. Enoch Santiago e José Silvério Leite Fontes, o cônego Domingos Fonseca, D. Maria da Conceição Melo Costa e Eplânio da Fonseca Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do desembargador Enoch Santiago.

Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior.

O expediente constou do seguinte:

Cartas (23), do deputado federal dr. Dantas Junior, oferecendo ao Instituto vários documentos que pertenceram ao médico sergipano e seu parente dr. João Dantas de Magalhães; do consócio Arnon Sandes, comunicando ter recebido um telegrama dêste Instituto e oferecendo um retrato do pintor Horácio Hora; da Esso Standard do Brasil Inc., sobre uma sugestão que lhe lóra feita; do dr. Carlos Eduardo de Azevedo, residente em S. Paulo, enviando um pequeno retrato do seu tio dr. Ciro de Azevedo; do chefe do Escritório Oficial de Informações e Colonização do Departamento de Imigração e Colonização de S. Paulo, oferecendo um exemplar do Boletim do referido Departamento; do coronel Aníbal Tiradentes Dória (duas), agradecendo as condolências enviadas por ocasião do falecimento do seu ilustre pai o coronel Antônio de Araujo Dória, sócio correspondente dêste Instituto; de Mário da Silva Cravo, dizendo não poder precisar a data do falecimento do dr. Sílvia Guimarães Cravo; do dr. Guilherme Auler, sugerindo a admissão do jornalista e escritor Mauro Mota no quadro de sócios correspondentes dêste Instituto; do dr. Antenor Lyrio Coelho, do consócio Luiz Kráus, e dos altos comerciantes João Hora de Oliveira e Aurélio Barreto Dantas (4), apresentando excusa de fazer parte do quadro de sócios benfeitores, sendo que o último, o banqueiro Aurélio de Azevedo Barreto, enviou, espontaneamente, um auxilio monetário de quinhentos cruzeiros; do deputado Francisco de Araujo Macedo (3),

sôbre a recepção do Ministro do Trabalho, Dr. João Goulart, no edifício do Instituto e sôbre uma carta do consócio dr. Humberto de Andrade Amado, dirigida ao Secretário geral do Instituto, comunicando ter resolvido promover um concurso literário por intermédio dêste Instituto para o centenário de Sergipe; do jornalista Moysés Garabosky pedindo dados sôbre sergipanos ilustres; do dr. José Calazans aplaudindo a idéa do consócio dr. Humberto de Andrade Amado, de ser realizado um concurso literário como parte das solenidades do centenário de Sergipe; do industrial Francisco de Avila Melo, e dos altos comerciantes, Manuel Prado Vasconcelos e Ernesto Alves Padilha, comunicando que aceitam a indicação dos seus nomes para sócios benfeitores e do coronel João Batista de Matos, oferecendo ao Instituto um exemplar do seu recente livro Monumentos Nacionais — Estado do Espírito Santo, e do consócio Luiz Otávio de Aragão, consultando sôbre a possibilidade de realizar-se no salão de conferências a colação de gráu dos concludentes do Curso Técnico da Escola de Comércio.

Cartões (2), do Presidente desembargador Enoch Santiago, agradecendo os cumprimentos do Instituto por ocasião do seu aniversário natalício e do dr. Mário Rabelo Leite, excusando-se de fazer parte do quadro de sócios benfeitores.

Circulares (2), da Academia Paranaense de Letras, comunicando a eleição de posse de sua nova Diretoria e do Grêmio Cultural e Literário Mans. José Soares em idêntico sentido .

Ofícios (8), do Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas, comunicando não ser possível a remessa de publicações que lhe foram pedidas; do Instituto do Ceará, agradecendo a remessa de volumes da Biblioteca Nacional da Venezuela, agradecendo a comunicação que se lhe fêz da posse da nova Diretoria dêste Instituto; do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em idêntico sentido; do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, comunicando a remessa de mapas geográficos que lhe foram pedidos; do Conselho Nacional de Geografia, comunicando a remessa de um exemplar do primeiro volume das Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia; da comanda do 28.º B.C., convidando para uma missa votiva pelas almas das vítimas da revolução comunista de 1935 e do secretário do Governador do Estado, enviando o texto de um ofício que fora encaminhado ao mesmo governador.

Pareceres (5), da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação dos doutores Gileno da Silveira Lima, Antônio Campos de Oliveira e José Quintiliano da Fonseca Sobral e dos conterrâneos Francisco de Avila Melo e Ulisses Dória para o quadro de sócios benfeitores, pareceres que ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Propostas (8), das seguintes pessoas para o quadro de sócios benfeitores: doutor Abelardo Barreto do Rosário, coronel Acrísio de Avila Garcez, Ernesto Alves Padilha, doutor Fernando Garcez Vieira, surs. Genaro da Mota Rabelo, Heráclito Dantas de Oliveira, José Prado Vasconcelos e Manuel Prado Vasconcelos, propostas que foram encaminhadas à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegramas (3), do doutor Abelardo Barreto do Rosário e do coronel Acrísio Garcez, dando o seu assentimento à proposta de seus nomes para sócios benfeitores e do representante do Escritório das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, agra-

decendo o ter este Instituto solenizado a passagem do aniversário das Nações Unidas. Consta ainda o expediente de numerosas publicações recebidas de várias procedências.

Aberia a ordem do dia foram lidos, postea à discussão e votados, um a um, os pareceres da Comissão de Admissão de Sócios acima mencionados, sendo todos aprovados unânimemente, pelo que foram aceites sócios benfeitores os doutores Gileno da Silveira Lima, António Campos de Oliveira e José Quintiliano da Fonseca Sobral e os senhores Francisco de Avila Melo e Ulisses Dória, mandando o presidente que se fizessem as devidas comunicações aos candidatos aceites.

O secretário geral, Epifânio da Fonseca Dória, lembrou o concurso literário patrocinado pelo consócio doutor Humberto de Andrade Amaro, passando ao presidente sugestões suas para o programa do mesmo concurso.

O mesmo Secretário geral expôs a situação actual da campanha de ampliação do quadro de sócios benfeitores, já se contando com o apoio de catorze pessoas.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata redigida pelo secretário geral senhor Epifânio da Fonseca Dória. (aa) **Enoch Santiago, Maria da Concelção Melo Costa e Epifânio Dória.**

SÓCIOS FALECIDOS EM 1961

EFETIVOS. Dr. Paulo Costa, em Aracaju, a 5 de janeiro. Dotado de invulgar inteligência e de rara combatividade, ocupava, ao falecer, o lugar de 2.^o promotor público da capital.

Nasceu em Aracaju, a 11 de novembro de 1912, sendo filho legítimo do Dr. Luis José da Costa Filho, outra inteligência invulgar e outro espírito fortemente combativo, e D. Etodéa Simões da Costa.

Em 1931, aos 18 anos de idade, matriculou-se na Faculdade de Direito da Bahia, onde fez todo o tirocínio acadêmico, recebendo o diploma de bacharel a 7 de dezembro de 1935. Ainda acadêmico, matriculado no 2.^o ano da Faculdade, foi nomeado, a 17 de fevereiro de 1932, promotor público da comarca de Maruim, de onde foi removido, mais tarde, para a 2.^a promotoria da capital.

Estava no exercício dessa promotoria quando foi removido, contra direito, por decreto de 23 de abril de 1945, para a promotoria pública da comarca de Frei Paulo, o que foi feito sob a alegação de conveniência do serviço público, expressão esta que não raro acoberta caprichos pessoais.

Entrou em luta contra essa remoção, escusando-se de assumir o exercício da promotoria em Frei Paulo. Resultou daí outro ato ofensivo ao seu direito, a demissão, por abandono do cargo, por decreto de 30 de julho de 1945. Reclamou contra êsses atos, quando na Interventoria Federal do Estado se achava o desembargador Hernaldo Cardoso, que reconheceu-lhe o direito alegado, desfazendo a remoção feita para Frei Paulo e a demissão por abandono de emprego, o que foi feito pelo Decreto n.^o 272, de 3 de dezembro de 1945.

Nova crise sobreveio-lhe, em consequência da sua atividade jornalística. Por portaria do Secretário da Justiça e Interior, ex-

pedida em 24 de maio de 1948, foi afastado do exercício do seu cargo de 2.º promotor, sob a alegação de que estava sendo processado como infrator do Art. 3.º do Decreto-Lei n.º 431, de 18 de maio de 1938, crime de imprensa. Na mesma data, 24 de maio de 1948, o aludido Secretário expediu uma portaria, com o número 5, designando uma comissão composta de três promotores públicos, de comarcas do Estado, para instaurar processo administrativo contra o Dr. Paulo Costa, que estava sendo processado pela infração já aludida.

Tudo isto passou e o Dr. Paulo Costa faleceu no exercício da malsinada promotoria da capital.

Em julho de 1944 o Dr. Paulo Costa, de sociedade com o Dr. Mário Cabral, adquiriu o Sergipe-Jornal que na mesma data passou a sair sob a direção e responsabilidade dos seus novos proprietários. Em junho de 1945 adquiriu a propriedade total do referido jornal, que passou a sair sob sua exclusiva responsabilidade, direção e redação, que conservou até a data do seu prematuro e inesperado falecimento.

Deixou nos jornais em que redigiu ou colaborou, abundante matéria que poderia ser publicada em livro. Foi um lutador temível, como aconteceu com o seu saudoso pai. Sua pena de jornalista era como se fôsse um gládio nas mãos de um Briaréu.

José de Góes Duarte, em Aracaju, a 24 de fevereiro.

Poeta inspirado e limpo de vaidade, era um espírito de santo num corpo humano perecível.

Nasceu em Aracaju a 14 de fevereiro de 1895, quando Sergipe se encontrava numa quadra de agitação política, no primeiro governo do então coronel Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão. Era filho legítimo de Cipriano Correia Duarte, uma inteligência esclarecida e operosa, e D. Leonila de Góes Duarte. Foram seus avós paternos José Florêncio dos Santos e D. Maria Clara Beija-flor dos Santos.

Fêz seus estudos iniciais com o grande educador Prof. Abdias Bezerra e os secundários no Ateneu Sergipense, hoje Colégio Estadual de Sergipe. Não podendo seguir a carreira das letras, por escassês de recursos, resolveu fazer-se funcionário público. Foi então nomeado Auxiliar de Estações do Telégrafo Nacional, em

14 de setembro de 1917, quando já contava os seus 22 anos de idade. Sua vida na carreira de telegrafista foi movimentada.

Mal era admitido na carreira foi designado para inaugurar a estação telegráfica de Porta Alegre, no Rio Grande do Norte. Serviu depois em Macaú, ainda no Rio Grande do Norte, de onde foi transferido para servir no palácio do Catete, no Rio de Janeiro, onde serviu durante o governo do Dr. Delfim Moreira. Quando este deixou o governo foi trabalhar na Agência da Central do Brasil, na sua qualidade de telegrafista. Daí foi transferido, em 1920, para servir em Sergipe.

Foi então servir na estação do Boquim, passando-se depois para São Cristóvão. Em 1930 passou a servir em Aracaju, onde permaneceu até 30 de março de 1954, data em que foi aposentado.

Casou-se em Aracaju a 7 de abril de 1921 com D. Célia Cabral Duarte, filha do antigo e inteligente comerciante Francisco Felix Cabral e D. Adelaide Passos Cabral. Dêsse consórcio teve quatro filhos, que lhe honram a memória: Carlos José Cabral Duarte, funcionário do Banco do Brasil, casado e residente em Aracaju; o Monsenhor Dr. Luciano Cabral de Góis Duarte, sacerdote secular e diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, também residente em Aracaju; D. Carmen Dolores Cabral Duarte Moreira, casada com o Sr. Jethro Teles Moreira, tesoureiro do I.A.P.B., em Aracaju.

Exaltando os dotes morais paternos burilou este belo soneto, no 86.º aniversário de nascimento do seu pai:

“Oitenta e seis invernos, justo e honrado,
Atingistes, meu Pai, serenamente...
Que incentivo nos vem dêsse passado,
Percorrido por vós, tão nobremente!

Que legado maior, mais cobiçado,
Poderíeis nos dar, — régio presente,
Que o do vosso renome proclamado
Por quem quer que vos julgue austeramente?!

Gloriosa velhice! Eu vos bendigo
O nobre exemplo, e pela vida sigo,
Inspirado em tão bela tradição:

Que a vossa maior Glória conquistada,
Foi bem essa, de têrdes, ilibada,
A probidade, excelsa, por brasão”.

A sua veneranda Mãe consagrou êle, com o mesmo fervor de estima filial, êste belo soneto, saído, como o anterior, no seu livro póstumo CAMINHOS EM FLOR:

“Voltada para Deus, iluminada,
Em meus olhos persistes, Mãe querida,
Docemente, a sofrer resignada,
Nos teus instantes últimos de vida,

Ante a Virgem de Lourdes, muito amada,
Três vêzes proferiste, comovida
“É minha Mãe!” — e a voz, então, fanada,
Mais não pôde espelhar-te a alma dorida!

Empós, abençoaste-me num gesto;
Teu espírito, a Deus alou-se, presto,
Ao impulso de um grande amor cristão...

Vem-me, agora, do Céu, radiosa e pura,
A tua bênção, que me transfigura,
E me ilumina, todo, o coração!”

Dr. Etelvino de Menezes Tavares, em Aracaju, a 10 de outubro. Nasceu na fazenda Saco Grande, município de Pôrto da Folha, a 10 de junho de 1888, sendo filho legítimo de Miguel Nunes da Silva Tavares e D. Maria Feliciano de Menezes Tavares.

Feitos os estudos primários e secundários matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, onde fêz todo o tirocinio acadêmico. Recebeu o grau de doutor na referida Faculdade a 27 de dezembro de 1913. No seu turno acadêmico foi interno de clinica pediátrica e higiene infantil. Fixou-se em Propriá, onde dedicou-se à clinica médica. Ali foi nomeado delegado de higiene em 2 de agosto de 1916, e veterinário do serviço de indústria pastoril, por portaria de 30 de junho de 1923, do ministro da agricultura.

Por último fixou-se na capital do Estado, onde a morte veio recrutá-lo para a Eternidade.

Edgard Lacerda Ferreira, em Aracaju, a 29 de dezembro. Nasceu em Aracaju a 7 de dezembro de 1893. Faleceu, repentinamente, pouco depois de completar os seus 68 anos de idade. Era filho legítimo de Antônio Ferreira da Silva e D. Ana Lacerda Ferreira. Residiu em Aréias, Estado de Pernambuco, onde exerceu atividades agrícolas. Em 10 de dezembro de 1924 contraiu núpcias, na Freguezia de Alogados, no Recife, com sua prima D. Cordélia Nobre de Lacerda Silveira e Souza, filha de seus tios Dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda e D. Irinéa Nobre de Lacerda e viúva do engenheiro civil Manuel Isidoro Silveira e Souza.

Dêsse casamento teve uma filha: D. Lúcia Maria Lacerda Mendes, casada com Dante Mendes da Silva.

Transferiu-se mais tarde para Aracaju, aqui exercendo função pública do Serviço de Fomento Agrícola, na qual se aposentou. Exercia, ao falecer, comércio de representações, muito movimentado.

Em 1935 passou a ocupar, como suplente, a cadeira de deputado classista, na Assembléia Legislativa do Estado, representando a classe dos funcionários públicos, exercendo o mandato até 10 de novembro de 1937, quando foi dissolvida a Assembléia, pelo golpe de estado dêsse dia.

BENFEITOR — **Coronel Afonso Quintiliano da Fonseca**. Nasceu êsse varão ilustre na cidade de Maruim a 28 de dezembro de 1873 e faleceu na cidade de Salvador, Bahia, a 7 de outubro de 1961. Foi o filho primogênito do conceituado casal José Quintiliano da Fonseca e D. Jesuina Rodrigues Vieira da Fonseca. Foram seus avós paternos João Quintiliano da Fonseca e D. Rita de Cássia da Fonseca, e maternos José Rodrigues Vieira e D. Ana Rodrigues Vieira.

Iniciou os estudos primários em Maruim com o professor Paiva. Vencidas as etapas do curso primário seguiu para Salvador, Bahia, ali internando-se no colégio 7 de Setembro, fundado e dirigido pelo educador Luis de França Pinto de Carvalho. Mais tarde transferiu-se para o Rio de Janeiro, internando-se ali no Colégio Brasileiro—Alemão. Deixando os bancos escolares, de-

pois de ter prestado exame de seis matérias do curso secundário, resolveu seguir a carreira do comércio, a exemplo de seu pai.

Foi então admitido, em 1890, como auxiliar da importante firma carioca Matos Maia & Cia., onde permaneceu até 1893, quando, por motivo de saúde teve de volver à casa paterna. Recuperada a saúde, não voltou ao Rio passando a coadjuvar seu ilustre pai, na movimentada casa comercial que êle fundára e mantinha em Maruim.

Ocorrendo, em 1902, o falecimento de seu pai, passou a fazer parte da firma comercial com sua virtuosa madrasta D. Maria Diniz da Fonseca, a quem chamava de sua segunda mãe; e cujo falecimento ocorreu em 15 de novembro de 1941. Assumiu então a chefia da casa, mantendo, invariavelmente, a linha de conduta mantida pelo seu saudoso pai. O progresso crescente da conceituada casa, à qual associou-se depois o seu mano do 2.^o casamento, João Quintiliano da Fonseca, e exigiu a abertura de uma filial em Aracaju e mais tarde outra na cidade de Salvador, Bahia. Com a fundação desta última passou a residir na capital baiana, a fim de dirigi-la.

Casou-se o coronel Afonso Fonseca na capital baiana a 5 de novembro de 1904 com D. Virgínia Lopes Cardoso da Fonseca, filha de Joaquim Lopes Cardoso e D. Virgínia Teixeira Ribeiro Lopes Cardoso. Dêsse consórcio houve sete filhos: José Quintiliano da Fonseca, casado com D. Dina Silva Lima da Fonseca; senhorinha Margarida da Fonseca; D. Helena da Fonseca Furtado, casada com Manuel Soares Furtado; Joaquim Quintiliano da Fonseca, casado com D. Odete Reis da Fonseca; Dr. Carlos Quintiliano da Fonseca; Dr. Jorge Quintiliano da Fonseca, casado com D. Itana Tourinho da Fonseca e Dr. Luiz Quintiliano da Fonseca.

O coronel Afonso Fonseca manteve-se sempre alheio às justas partidárias. Exerceu, por mera deferência e sem vantagens de qualquer natureza, no governo Graco Cardoso, a função de membro do Conselho Consultivo do Patronato São Maurício. Era sócio das Associações Comerciais de Sergipe e Bahia, do nosso Hospital de Cirurgia, das Associações dos Empregados no Comércio de Sergipe e da Bahia, da Sociedade dos Amigos da Cidade de

Salvador, da Ordem Terceira de S. Salvador, além de sócio benfeitor d'êste Instituto.

HONORÁRIOS. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, em Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul, a 25 de abril, meses depois de ter completado os seus 97 anos de idade.

Notável politico e homem de rara envergadura moral que governou o seu grande e rico Estado por largo trato de tempo, por eleições repetidas. Cursou a Faculdade de Direito de S. Paulo nos anos de 1881—1884. Dizem os seus biógrafos que êle matriculou-se em 1885 no 5.º ano da Faculdade de Direito do Recife, onde se graduou bacharel.

Há qualquer equívoco. Temos a lista dos bacharéis colados na Faculdade do Recife, de 1880 a 1888, mas nela não figura o seu nome. Entretanto o Dr. Dunschee de Abranches, em sua obra "Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1889 a 1917", diz textualmente: "Em 1885 formou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas do Recife".

Foi destemido propagandista da República. É ainda Dunschee de Abranches quem diz em sua citada obra: "De 1886 a 1889 promoveu ativamente a propaganda republicana em Cachoeira, cidade onde se estabeleceu como advogado, e nas localidades vizinhas, fazendo conferências, organizando clubes e o partido republicano, redigindo o jornal do seu grêmio, tomando parte nos congressos republicanos, realizados em Santa Maria; e na reunião de Reserva, onde o partido resolveu a agitação até o meio revolucionário, para impedir o 3.º reinado e fundar a República Federativa".

Coube-lhe, com o seu imenso prestígio, eleger-se deputado à Assembléia Constituinte de 1891. Em 1893 pôs-se em defesa do govêrno constituido. Ocupou então, nessa hora delicada de nossa Pátria, o lugar de deputado do ajudante general junto ao comando da Coluna Santos Filho. Em 1894 foi nomeado desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado. Foi chefe de policia do Estado durante o govêrno do notável republicano Dr. Júlio de Castilhos, a quem auxiliou grandemente na organização do Estado, segundo o nôvo regime.

Em 1898 foi eleito pela primeira vez presidente do Estado, demittindo-se então do lugar de desembargador do Superior Tribunal de Justiça. Foi reeleito presidente do Estado em 1903, se-

guindo-se depois outras reeleições. Com o falecimento do grande político Júlio de Castilhos, ocorrido em 24 de outubro de 1903, sucedeu-lhe na chefia do Partido Republicano Sul-riograndense. No seu esplêndido livro "Borges de Medeiros e seu tempo", o notável brasileiro Dr. João Neves da Fontoura afirmou:

"Tenho tido contacto com quase todos os homens públicos do meu país — no Governo ou na opposição. Em nenhum deles encontrei tamanho policiamento nas relações com os amigos, auxiliares ou companheiros de causa. Creio que êsse modo de ser, no Sr. Borges de Medeiros, fôsse menos fruto de educação, do que dom natural. Note-se que, ao contrário dos que fazem dos calculados silêncios métodos de esperteza ou alibis para exculpar-se de êrros futuros, o Sr. Borges de Medeiros nunca cultivou, no trato com os correligionários ou os subordinados, a filosofia da linha dupla, a fim de, mais tarde, dela tirar partido. Acho que S. Exa. deve ter sido sempre assim. E não mudou nem mesmo depois de deixar o poder, que exerceu por um quarto de século. Com êle cooperei nas mais diversas situações: com o Presidente do Estado, com o chefe já fora do Governo, com o homem de opposição, com o que foi deputado comigo na bancada da minoria, em 1935.

"Inalteravelmente a mesma pessoa: o mesmo ar grave, a que a modestia e a cordialidade de maneiras imprimiam singular autoridade. Tudo me leva a acreditar que nos fins de 1925 ou no começo de 1926 suas cogitações acêrca da sucessão estadual não haviam ultrapassado a fase da nebulosa. Devia achar-se no período do observatório: vendo os "papáveis" e os apreciando com sua peculiar argúcia."

Tudo isto dito por João Neves da Fontoura, um dos maiores valores intellectuais e culturais do país, tem imenso valor. Não teceu êle as filigranas da lisonja e deu-nos um retrato sem retoques do grande Borges de Medeiros.

Dr. Paulo de Figueiredo Parreiras Horta, em Niterói, em 1961, não sabemos em que mês e dia. Não logramos obter dados biográficos dêsse notável cientista brasileiro, que aqui esteve no governo Graco Cardoso, a fim de prestar ao Estado serviços de sua especialidade, daí a fundação do Instituto de pesquisas cien-

tíficas que tomou o seu nome e vem prestando relevantes serviços ao Estado.

Transcrevemos palavras de apreço à sua memória, tiradas do necrológio feito pelo seu colega, Dr. René Laclette membro titular da Academia Nacional de Medicina, do Rio de Janeiro, em sessão que se realizou depois do seu falecimento.

“Discípulo de Oswaldo Cruz, sãe de Manguinhos sua tese de doutoramento: “Contribuição ao estudo das septicemias hemorrágicas”. Segue depois para a Europa, onde fez o curso de bacteriologia no Instituto Pasteur, de Paris. Ao regressar inicia uma atividade intensa que se vai desdobrar pelos campos da pesquisa, da administração e do ensino. Depois dos desastres e conseqüente descrédito da tuberculina, retomou, entre nós, em 1908, o problema e lançou as bases da posologia científica. Descreveu de modo magistral o parasito da Piedra negra, que recebeu de Brumpt o nome de *Trichosporum Hortai*, mudado depois para *Piedraia Hortai*, por Fonseca e Leão.

Entre outras contribuições à mineralogia contam-se a descrição de várias espécies, entre as quais a do *Trichosporum Flavescens* e do *Trichosporum Ramosi*, a do *Cladosporum Wernecki*, responsável pela Tinha Negra palmar e a de um agente do Mictoma, o *Madurela Oswaldoi*. Em seu acervo científico, além das contribuições à medicina humana avultam aquelas, inúmeras, à medicina veterinária, o que prova a visão de Oswaldo Cruz quando encaminhou para o Ministério da Agricultura, prevendo o campo fecundo que havia a explorar.

Entre outros trabalhos, lembremos aquêles sôbre a “peste de adelgaçar”, produzida por *Hemonchus Contortus*, sob a epizootia de Biguassu (Campanha de Profilaxia anti-rábica em Santa Catarina), a Etiologia da “tristeza” no Brasil, a nutaliose “dos equideos” (em colaboração com Antônio Serapião de Figueiredo), o “curso negro” ou gastroenterite hemorrágica dos bovinos e ovinos, a “cara inchada” ou osteoporose dos equideos, etc.”

É bem longo o necrológio feito pelo Prof. Dr. René Laclette. O que já transcrevemos dá a medida do valor desse notável brasileiro, cuja fama de sábio transpôs as lindes do Brasil.

Dr. Cláudio Ganns. Faleceu repentinamente na cidade do Rio de Janeiro, a 8 de julho de 1960, mas a notícia do triste evento só nos chegou no ano de 1961.

Era um belo espírito, servido por invejável cultura. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 12 de junho de 1896, sendo filho legítimo de Edmundo Ganns e D. Noemy Salles de Souza Ganns. Faleceu aos 64 anos de idade. Fêz os seus estudos propedêuticos no Colégio Diocesano de São José, no Rio Comprido e nêle diplomou-se bacharel em ciências e letras. Em 1918 colou grãu de bacharel em ciências jurídicas e sociais do Rio de Janeiro.

Era bisneto do grande brasileiro Visconde de Mauá e um febril estudioso do nosso passado. Era sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a quem prestou relevantes serviços. Esteve nêste Estado, onde serviu como secretário particular do seu padrinho e amigo, presidente Graco Cardoso. Nêsse período coube-lhe, com o próprio presidente Graco e o desembargador Hunald Cardoso, organizar a edição das Obras Completas do Dr. Tobias Barreto. Casou-se a 18 de março de 1925 com D. Leyde Amoroso Lima Ganns, de quem não houve filhos; e ela lhe sobrevive.

Os que desejarem conhecer mais pormenorizadamente a vida operosa do Dr. Cláudio Ganns poderão recorrer à Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volumes 248 e 249. No primeiro vem um artigo do Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, pag. 302; e do Dr. Virgílio Corrêa Filho, pag. 305. No segundo, 249, pag. 146, um longo estudo de Artur Cezar Ferreira Reis, "Cláudio, um perfil".

No volume 250 da referida Revista foram publicados quatro trabalhos seus: Memória de um marinheiro francês, século XVII; Mapas Portuguezes do século XVII; A presença da Espanha no Brasil; e Arquivo do Instituto Histórico.

Foi uma grande perda para as letras e para o país a morte do Dr. Cláudio Ganns.

CORRESPONDENTES — Desembargador José Barnabé de Mesquita. Nasceu em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, a 10 de março de 1892 e faleceu na mesma cidade a 23 de junho de 1961. Era uma grande figura a trabalhar no campo das letras e a brilhar com o seu talento e a sua invejável cultura. Era, quase, a alma

da Academia Matogrossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Sendo bacharel em ciências e letras pelo Liceu Salesiano de São Gonçalo, da cidade de Cuiabá, matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, onde fêz todo tirocínio acadêmico e recebeu o grau de bacharel em Direito. Seguiu a carreira da magistratura, cedo atingindo a sua plenitude, com a conquista do lugar de desembargador do Tribunal de Apelação do seu Estado, do qual foi presidente.

Era apreciado poeta. Deixou, ao falecer, um livro de poesias, editado em 1919, a que seguiram-se: "Terra do Berço", "Da Epopéia Matogrossense", "Poemas do Guaporé", e "Calhada", em que reuniu uma série de contos.

Exerceu raro dinamismo cultural. A seu respeito publicou o seu co-estaduano Dr. Virgílio Corrêa Filho, detalhada notícia na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 251, pag. 289.

Lafaiete de Assis Belo. Faleceu há alguns anos, em Maceió, onde residia, este sócio correspondente do Instituto, mas só agora soubemos do triste evento, ao lermos sua biografia escrita pelo jornalista Adherbal de Arrecippo, publicada na Feira Literária, de Maceió, dos meses de novembro e dezembro de 1961.

O ilustre biógrafo de Lafaiete Belo não mencionou o ano em que êle nasceu nem a data em que faleceu. Não mencionou também o nome da inditosa mãe, que faleceu quando o filho Lafaiete tinha apenas dois anos de idade.

Pela longa biografia que Arrecippo traçou com tanto e tão merecido carinho, se vê que Lafaiete era portador de grande inteligência e de belo caráter.

Perfilhamos os elogios calorosos do biógrafo á memória do biografado.

REVISTAS E ANUÁRIOS RECEBIDOS EM 1961

- Ação Democrática — Rio
 Almanaque Saúde — Rio
 Américas — Washington
 Anais da Universidade do Brasil — Rio
 Antropologia e História da Guatemala —
 Anuário da Diretoria do Serviço Geográ-
 fico — Rio
 Anuário do Museu Imperial — Petrópolis
 Arquivos do Centro de Estudos do Hospi-
 tal de Cirurgia — Aracaju
 Arquivos da Escola Nacional de Belas
 Artes — Rio
 Arquivos de Higiene e Saúde Pública —
 São Paulo
 Atalaia (O) — Santo André — São Paulo
 Avance — Miami
 Bibliografia Brasileira de Educação —
 Rio
 Boletim Americano — New York
 Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacio-
 nal — Rio
 Boletim Bimestral do Club Sergipano de
 Poesia — Aracaju
 Boletim do Centro de Estudos do Hospital
 de Cirurgia — Aracaju
 Boletim da Lundação Alvares Penteado
 — São Paulo
 Boletim Geográfico — Rio
 Boletim de Higiene Mental — Juqueri —
 São Paulo
 Boletim Informativo do Inst. Bras. de
 Bibliol. e Doc. — Rio
 Boletim do Instituto Brasil Estados Unidos
 — Rio
 Boletim Mensal Bibliográfico Notícias da
 Com. Nac. de Folclore —
 Boletim Mensal do Instituto Brasileiro de
 Acústica — São Paulo
 Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de
 Pesquisas Sociais — Recife
 Boletim Mensal dos Oficiais dos Corpos
 e Quadros da Armada — Rio
 Boletim do Minist. do Trab., Indústria e
 Comércio — Rio
 Boletim do Museu Maçônico Brasileiro do
 Gr.°, Or.°, do Brasil — Rio
 Boletim do Museu Nacional — (Geologia)
 Boletim do Museu Nacional — (Zoologia)
 Boletim do Museu Nacional — (Botânica)
 Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi
 — Pará
 Boletim Paulista de Geografia — São
 Paulo
 Boletim da Revista Interamericana de
 Ciências Sociais —
 Boletim do Rotary Club de Propriá —
 Colégio —
 Boletim do Rotary Club de Aracaju —
 Boletim do Rotary Club do Recife — Per-
 nambuco
 Boletim da Universidade do Brasil — Rio
 Boletim de la Unesco para las Bibliotecas
 Boletim Informativo de la Universidad
 Pedagógica de Colombia
 Cadernos da Indústria — Rio
 Caribbean Studies — Rio Piedras — Porto
 Rico
 Carta Mensal — Rio
 Ciências Políticas y Sociales — México
 Comércio Internacional — Rio
 Correio do IBECC — Rio
 Correio do SENAC — Rio
 Cultura Universitária — Caracas
 Doc. da Comissão Nacional de Folclore
 — Rio
 Estudios Americanos — Sevilla — Espa-
 nha
 Gazetinha (A) — Rio
 Informação Agrícola — Rio
 Jús Documentação — Rio
 Kriterion — Belo Horizonte
 Libros del Mes — Madrid
 Linoticias — Brooklyn — New York
 Livros de Portugal — Lisboa

- | | |
|------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| Marinha (A) em Revista — Rio | Revista da Faculdade de Direito de São Paulo |
| Momento (O) — Rio | Revista da Faculdade de Direito de Sergipe |
| Noticiário das Nações Unidas — Rio | Revista de Finanças Públicas — Rio |
| Notícias da Indonésia — Rio | Revista História — Montevideu |
| Notícias de Portugal — Lisboa | Revista de História — São Paulo |
| Notícias do Senal — Rio | Revista de História da América — México |
| Numismática — Rio | Revista do Imposto Fiscal — Rio |
| Nuestros Livros — Madrid | Revista do Instituto do Ceará |
| Observador Econômico e Financeiro (O) — Rio | Revista do Instituto Genealógico da Bahia |
| Revista da Academia Mato-grossense de Letras | Revista do Inst. Geográfico e Geológico de São Paulo |
| Revista das Academias de Letras — Rio | Revista do Inst. Hist. e Geográfico Brasileiro — Rio |
| Revista da Academia Paulista de Letras | Revista Interamericana de Ciências Sociais — Washington |
| Revista da Academia Sergipana de Letras | Revista Marítima Brasileira — Rio |
| Revista do Arquivo Municipal de São Paulo | Revista Rolária — Evanston — Illinois — U.S.A. |
| Revista Brasileira de Estatística — Rio | Ronda (A) — São Paulo |
| Revista Brasileira de Geografia — Rio | Saúde — Rio |
| Revista Brasileira dos Municípios — Rio | Saúde do Mundo (A) — Suíça |
| Revista Brasiliense — São Paulo | SESC INFORMATIVO — Rio |
| Revista das Caixas Econômicas — Rio | Studia — Bucarest — Rumania |
| Revista do Conselho Nacional de Economia — Rio | The March of India |
| Revista Esso — Rio | Vida e Saúde |
| Revista da Faculdade de Direito da Bahia | |
| Revista da Faculdade de Direito do Ceará | |

JORNAIS RECEBIDOS EM 1961

- | | |
|-------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| Cétre (O) — São Paulo | Jornal de Alagoas — Maceió |
| Clarim — Propriá | Letras — São Paulo |
| Combate (O) — Aracaju | Letras da Província — Limeira — São Paulo |
| Correio de Aracaju | Minas Gerais — Belo Horizonte |
| Cruzada (A) — Aracaju | Noticiário das Nações Unidas — Rio de Janeiro |
| Diário da Assembléia Legislativa de Niterói — Estado do Rio | |
| Diário Oficial do Estado de Sergipe — Aracaju | Pajuca (A) — Pajuca — Bahia |
| Diário de Sergipe | Porvir (O) — Estância |
| Fôlha Popular — Aracaju | Santa Cruz em Revista — Estância |
| Fôlha Trabalhista — Estância | Semana (A) — Simão Dias |
| Gazeta de Sergipe — Aracaju | Sergipe-Jornal — Aracaju |
| Informações Agrícolas — Rio de Janeiro | Servidor (O) — Aracaju |
| Jofama — Estância | Voz de Lagarto (A) — Lagarto |

SÓCIOS EFETIVOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1961

- | | |
|----------------------------------------|---------------------------------------------|
| Abdon de Barros Monte, Dr. — Aracaju | Alaide de Barros Prado, D. — Aracaju |
| Accioly Porto — Aracaju | Alcibiades Melo Vilas Boas, Prof. — Aracaju |
| Adalberto Vieira Dantas, Dr. — Aracaju | |

- Marinha (A) em Revista — Rio
Momento (O) — Rio
Noticiário das Nações Unidas — Rio
Notícias da Indonésia — Rio
Notícias de Portugal — Lisboa
Notícias do Senal — Rio
Numismática — Rio
Nuestros Livros — Madrid
Observador Econômico e Financeiro (O) — Rio
Revista da Academia Mato-grossense de Letras
Revista das Academias de Letras — Rio
Revista da Academia Paulista de Letras
Revista da Academia Sergipana de Letras
Revista do Arquivo Municipal de São Paulo
Revista Brasileira de Estatística — Rio
Revista Brasileira de Geografia — Rio
Revista Brasileira dos Municípios — Rio
Revista Brasiliense — São Paulo
Revista das Caixas Econômicas — Rio
Revista do Conselho Nacional de Economia — Rio
Revista Esso — Rio
Revista da Faculdade de Direito da Bahia
Revista da Faculdade de Direito do Ceará
Revista da Faculdade de Direito de São Paulo
Revista da Faculdade de Direito de Sergipe
Revista de Finanças Públicas — Rio
Revista História — Montevideu
Revista de História — São Paulo
Revista de História da América — México
Revista do Imposto Fiscal — Rio
Revista do Instituto do Ceará
Revista do Instituto Genealógico da Bahia
Revista do Inst. Geográfico e Geológico de São Paulo
Revista do Inst. Hist. e Geográfico Brasileiro — Rio
Revista Interamericana de Ciências Sociais — Washington
Revista Marítima Brasileira — Rio
Revista Rolária — Evanston — Illinois — U.S.A.
Ronda (A) — São Paulo
Saúde — Rio
Saúde do Mundo (A) — Suíça
SESC INFORMATIVO — Rio
Studia — Bucarest — Rumania
The March of India
Vida e Saúde

JORNAIS RECEBIDOS EM 1961

- Cétro (O) — São Paulo
Clarim — Propriá
Combate (O) — Aracaju
Correio de Aracaju
Cruzada (A) — Aracaju
Diário da Assembléia Legislativa de Niterói — Estado do Rio
Diário Oficial do Estado de Sergipe — Aracaju
Diário de Sergipe
Fôlha Popular — Aracaju
Fôlha Trabalhista — Estância
Gazeta de Sergipe — Aracaju
Informações Agrícolas — Rio de Janeiro
Jofama — Estância
Jornal de Alagoas — Maceió
Letras — São Paulo
Letras da Província — Limeira — São Paulo
Minas Gerais — Belo Horizonte
Noticiário das Nações Unidas — Rio de Janeiro
Pojuca (A) — Pojuca — Bahia
Porvir (O) — Estância
Santa Cruz em Revista — Estância
Semana (A) — Simão Dias
Sergipe-Jornal — Aracaju
Servidor (O) — Aracaju
Voz de Lagarto (A) — Lagarto

SÓCIOS EFETIVOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1961

- Abdon de Barros Monte, Dr. — Aracaju
Accioly Porto — Aracaju
Adalberto Vieira Dantas, Dr. — Aracaju
Alaide de Barros Prado, D. — Aracaju
Alcibiades Melo Vilas Boas, Prof. — Aracaju

- Alfredo Dias Sobral — Aracaju
Aloísio Barbosa Porto, Dr. — Aracaju
Aloísio Pereira de Melo, Dr. — Aracaju
Aloísio Vilas Boas, Dr. — Aracaju
Alvaro Andrade, Dr. — Aracaju
Alvaro Azevedo Santana, Dr. — Aracaju
Alvaro Santos — Aracaju
Amintas Andrade Garcez — Aracaju
Antônio Alves de Santana — Aracaju
Antônio Correia de Melo, Dr. — Aracaju
Antônio Fernandes Viana de Assis, Dr. — Aracaju
Antônio Garcia Filho, Dr. — Aracaju
Antônio Grossi Missano — Aracaju
Antônio Machado, Dr. — Aracaju
Antônio de Oliveira Brandão, Dr. — Aracaju
Antônio Tavares de Bragança, Dr. — Aracaju
Antônio Torres Junior, Dr. — Aracaju
Arião de Guimarães Fortes, Dr. — Aracaju
Ariasvaldo Figueiredo Santos, Dr. — Aracaju
Arivaldo Prata — Aracaju
Armando Barreto — Brasília
Armando Rollemberg Leite, Dr. — Aracaju
Arthur Santana — Aracaju
Avante Amarel de Oliveira, Dr. — Aracaju
Balduíno Ramalho, Dr. — Aracaju
Basílio dos Santos Amaral, Dr. — Aracaju
Benedito Alves de Oliveira, Prof. — Aracaju
Benjamin Alves de Carvalho, Dr. — Aracaju
Caçildo Dantas — Aracaju
Camilo Calazans — Aracaju
Canuto Garcia Moreno, Dr. — Aracaju
Carlos Fernandes de Melo, Dr. — Aracaju
Carlos Vieira Sobral, Desemb. — Aracaju
Celso Oliva, Dr. — Aracaju
Clarêncio Martins Fontes — Aracaju
Clovis Conceição, Dr. — Aracaju
Clovis Mozart Teixeira, Dr. — Aracaju
Clovis Rollemberg — Aracaju
Dalila Côrtes Rollemberg, D. — Aracaju
Djalma Ferreira de Oliveira, Dr. — Aracaju
Djalma Moreira Faria — Aracaju
Domingos Fonseca de Almeida, Mons. — Aracaju
Eduardo Vieira de Melo, Dr. — Aracaju
Edilécio Andrade Vieira, Dr. — Aracaju
Edeon Brasil, Dr. — Aracaju
Eliezer Leopoldino de Santana — Aracaju
Emmanuel de Barros Franco — Aracaju
Eraldo Barbosa, Monsenhor — Aracaju
Eusépio Linhares Nou, Dr. — Aracaju
Evaldo Alcides Freire — Aracaju
Felte Bezerra, Dr. — Rio de Janeiro
Fernando Figueiredo Porto, Dr. — Aracaju
Fernando do Prado Maia, Dr. — Aracaju
Fernando Sampaio, Dr. — Aracaju
Filadelfo Jônatas de Oliveira, Cônego — Laranjeiras
Flávia da Rosa Melo, Dr. — Aracaju
Flotival Santos — Aracaju
Francisco Alves Pereira — Aracaju
Francisco Inqueira — Aracaju
Francisco Quintiliano da Fonseca, Dr. — Aracaju
Francisco Sales de Menezes — Tobias Barreto
Francisco de Souza Porto, Cel. — Aracaju
Gentil Tavares da Moia, Dr. — Aracaju
Geraldo Majela de Menezes, Dr. — Aracaju
Gerinard de Lacerda Filho — Aracaju
Gilberto Araujo Santana — Aracaju
Gileno Francisco de Jesus, Dr. — Aracaju
Gongalo Rollemberg Leite, Dr. — Aracaju
Hélio Andrade Amado, Dr. — São Cristóvão
Hélio de Araujo Faro, Dr. — Aracaju
Hercílio Cruz, Dr. — Aracaju
Heribaldo Dantas Vieira, Dr. — Aracaju
Hermelo Rodrigues Feitosa, Cel. — Aracaju
Hilda Sobral de Faria, Prof.^a — Aracaju
Hugo Gurgel, Dr. — Aracaju
Irineu Marques de Oliveira — Aracaju
Jaime Araujo Andrade — Aracaju
João Alves Bezerra — Aracaju
João Andrade de Almeida — Aracaju
João de Araujo Monteiro, Dr. — Aracaju
João Barbosa dos Santos — Aracaju
João Barreto Sobrinho — Aracaju
João Batista Perez Garcia Moreno, Dr. — Aracaju
João Bosco de Andrade Lima, Desembargador — Aracaju
João Cardoso do Nascimento, Dr. — Aracaju

- João de Carvalho Aragão, Dr. — Aracaju
João Conrado Guerra, Dr. — Aracaju
João Dantas Martins dos Reis, Desembargador — Aracaju
João Evangelista Cajueiro, Prof. — Aracaju
João Gomes Cardoso Barreto — Aracaju
João Machado de Faria Rollemberg, Dr. — Aracaju
João Maynard Barreto, Dr. — Aracaju
João Marques Guimarães, Dr. — Aracaju
João Melo de Oliveira — Aracaju
João Moreira Lima, Cónego — Aracaju
João Pires Wynne, Dr. — Aracaju
João Rezende — Aracaju
João Rodrigues da Cruz, Dr. — Aracaju
João do Rosário Dória — Aracaju
João Seixas Dória, Dr. — Aracaju
João Teles de Souza — Aracaju
Joaquim Valença dos Santos Leite, Dr. — Aracaju

Joaquim Veloso Ramos, Dr. — Aracaju
Joaquim Vieira Sobral, Prof. — Aracaju
Jocelino Emílio de Carvalho — Aracaju
Joel Macieira de Aguiar, Dr. — Aracaju
Jorge de Oliveira Neto, Dr. — Aracaju
José Alcides Brito — Aracaju
José de Alencar Cardoso, Prof. — Aracaju
José Aloísio de Campos, Dr. — Aracaju
José Alves de Oliveira — Aracaju
José Amado Nascimento, Dr. — Aracaju
José Antônio Nunes Mendonça, Prof. — Aracaju
José Apóstolo de Oliveira Neto — Aracaju
José Augusto Garcez — Aracaju
José Barreto Fontes, Prof. — Aracaju
José Bezerra dos Santos, Dr. — Aracaju
José Bonifácio Fortes Neto, Dr. — São Cristóvão
José Carlos Mesquita Teixeira — Aracaju
José de Carvalho Andrade — Aracaju
José Conrado de Araujo — Aracaju
José Correia dos Santos, Ten. — Aracaju
José Dias Sobral — Aracaju
José Domingues Fontes — Aracaju
José Eduardo de Oliveira — Aracaju
José Euclides de Souza — Aracaju
José Fernandes Barros de Mendonça, Dr. — Aracaju
José Fernandes Prado Vasconcelos, Dr. — Riachuelo
José Fontes Cardoso, Prof. — Aracaju
José Francisco de Menezes — Tobias Barreto
José Francisco da Rocha, Dr. — Aracaju
José Garcez Dória, Dr. — Aracaju
José Hermenegildo da Cruz, Prof. — Aracaju
José de Lima Gama — Aracaju
José Machado de Souza, Dr. — Aracaju
José Martucelli Neto — Aracaju
José Mesquita da Silveira — Itabaiana
José Monteiro de Menezes — Aracaju
José Naronha Moura — Aracaju
José Olino de Lima Neto, Dr. — Aracaju
José Passos Porto, Dr. — Aracaju
José Rollemberg Leite, Dr. — Aracaju
José Rosa de Oliveira Neto, Dr. — Aracaju
José Sales de Campos — Aracaju
José Santos Souza — Aracaju
José Sebrão de Carvalho Sobrinho, Prof. — Aracaju
José da Silva Ribeiro Filho, Dr. — Aracaju
José Silvério Leite Fontes, Dr. — Aracaju
Jouberto Uchôa de Mendonça, Prof. — Aracaju
Judith de Oliveira Ribeiro, Prof.^a — Aracaju
Juguna Feitosa Franco, Prof. — Aracaju
Juliano Calazans Simões, Dr. — Aracaju
Júlio Flávio Prado, Dr. — Aracaju
Ladisláu Estevão Millet, Dr. — Aracaju
Lauro de Brito Porto, Dr. — Aracaju
Lauro Dantas Hora, Dr. — Aracaju
Leandro Maynard Maciel, Dr. — Aracaju
Lourival Baptista, Dr. — Aracaju
Lourival Bonfim, Dr. — Aracaju
Luciano Cabral de Góes Duarte, Monseñor — Aracaju
Lucílio da Costa Pinto, Dr. — Aracaju
Luiz Basco Vieira Sobral, Dr. — Aracaju
Luiz Carlos Fontes de Alencar, Dr. — Aracaju

Luiz Garcez Vieira, Dr. — Aracaju
Luiz Garcia, Dr. — Aracaju
Luiz Króus — Aracaju
Luiz Magalhães, Desembargador — Aracaju
Luiz de Oliveira Sobrinho, Dr. — Aracaju
Luiz Otávio de Aragão, Dr. — Aracaju
Luiz Pereira de Melo, Desembargador — Aracaju
Luiz Rabelo Leite, Dr. — Aracaju
Manços do Espírito Santo — Aracaju

Manoel Aquiles de Lima, Dr. — Aracaju
Manoel Barbosa de Souza, Dr. — Aracaju
Manoel Barreto Filho, Major — Aracaju
Manoel Cabral Machado, Dr. — Aracaju
Manoel Ferreira da Silva Neto, Dr. — Aracaju
Manoel Franco Freire, Prof. — Aracaju
Manoel Nicomar Nascimento — Aracaju
Manoel Sobral — Aracaju
Marcos Ferreira de Jesus, Dr. — Aracaju
Maria de Aguiar Barreto, D. — Aracaju
Maria da Conceição Melo Costa, Prof.^a — Aracaju
Maria das Graças de Azevedo Melo, Prof.^a — Aracaju
Maria de Lourdes Avila Lima, D. — Aracaju
Maria Pureza Santana de Moraes, D. — Aracaju

Max José Ribeiro, Cel. — Aracaju
Miguel Monteiro Barbosa, Cônego — N. S. das Dôres
Napoleão Agêlia de Oliveira Dória, Prof. — Aracaju
Norma Monteiro Alegre Reis, Prof.^a — Aracaju
Odilon Soares de Melo — Aracaju
Olenísia Soares Freire, Prof.^a — Aracaju
Olavo Ferreira Leite, Dr. — Aracaju
Onésimo Araujo Pinto — Aracaju
Orlando Vieira Dantas — Aracaju
Oscar Prado e Góes — Aracaju
Oséas Maynard Lemca, Dr. — Aracaju
Osman Hora Fontes, Dr. — Aracaju
Osman da Silva Buarque, Dr. — Aracaju
Oswaldo Cruz Leite, Dr. — Aracaju
Otávio Espírito Santo, Dr. — Aracaju
Otávio Teles de Almeida, Desembargador — Aracaju
Otaniel Viana de Carvalho — Aracaju

Paulo Barbosa de Araujo — Aracaju
Paulo Acioli de Faro Borges, Dr. — Aracaju
Pedro Alcântara Braz, Dr. — Aracaju
Pedro Barreto de Andrade, Dr. — Aracaju
Pedro da Silva Bastos — Aracaju
Pedro Soares, Dr. — Estância
Pedro Vieira de Matos, Dr. — Aracaju
Raymundo Silveira Souza — Estância
Renato de Barros Nunes — Aracaju
Roosevelt Cardoso de Menezes, Dr. — Aracaju
Rosa Moreira Faria, D. — Aracaju
Ruy Eloy dos Santos, Dr. — Aracaju
Sálvio Oliveira — Aracaju
Sebastião Batista Barreto — Aracaju
Sebastião Celso de Carvalho, Dr. — Simão Dias
Serapião de Aguiar Torres, Dr. — Aracaju
Severino Pessoa Uchôa, Dr. — Aracaju
Temístocles Alves Viana — Aracaju
Temístocles Diniz Gonçalves, Dr. — Aracaju
Temístocles Fruteira — Aracaju
Teodomiro Andrade — Aracaju
Teotonílio Mesquita, Dr. — Aracaju
Tomás Vicente Caldas, Dr. — Aracaju
Urbano de Oliveira Lima Neto, Dr. — Aracaju
Vicente Hora de Mesquita — Aracaju
Waldemar Fortuna de Castro, Desembargador — Aracaju
Waldemar Vieira Dantas — Aracaju
Walter Cardoso, Dr. — Aracaju
Wilson Barbosa de Melo — Aracaju
Zacarias Lourenço de Carvalho, Desembargador — Aracaju
Zózimo Ferreira de Almeida — Aracaju
Zózimo Lima — Aracaju

SÓCIOS BENEMÉRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1961

Amândo Fontes, Dr. — Rio de Janeiro
Amintas de Faro Sobral — São Paulo
Ariston Azevedo, Comendador — São Paulo
Arnaldo Arantes, Dr. — São Paulo
Epitânio da Fonseca Dória — Aracaju
Ercides Ferreira de Carvalho, Dr. — Rio de Janeiro
Francisco de Barros Melo — Santos — São Paulo

Francisco Leite Neto, Dr. — Aracaju
Godofredo Moraes de Menezes, Dr. — Rio de Janeiro
Humberto de Andrade Amado, Dr. — Rio de Janeiro
João Rodrigues da Costa Dória, Dr. — Bahia
Jordão Oliveira, Dr. — Rio de Janeiro
Jorge Campos Maynard, Dr. — Rio de Janeiro

Luiz Barros — Rio de Janeiro
Orlando de Carvalho Damasceno — São

Paulo
Ulisses Dória — Itabuna — Bahia

SÓCIOS BENFEITORES EM 31 DE DEZEMBRO DE 1961

Abelardo Barreto da Rosário, Dr. — Rio de Janeiro
Acrísio de Avila Garcez — Lagarta
Adelson Nogueira Barreto — Santos — São Paulo
Agnelo Vasconcelos Torres — Propriá
Alberto Costa — Bahia
Alberto Deodato Maia Barreto, Dr. — Belo Horizonte
Alcides da Silveira Faro, Desembargador — São Paulo
Alípio Ribeiro de Araujo — Bahia
Ananias Dória — Itabuna — Bahia
Anibal Freire da Fonseca, Ministro — Rio de Janeiro
Antônio Campos de Oliveira, Dr. — São Paulo
Antônio de França Pacheco — Recife
Ariovaldo Barreto — Capela
Arnaldo Rollemberg Garcez — Aracaju
Ascendino de Barros Pimentel — Rio de Janeiro
Augusto Andrade — Itabuna — Bahia
Baltazar Xavier de Andrade e Silva, Dr. — Niterói
Cândido Joaquim de Almeida — Recife
Carlos Dantas — Aracaju
Carlos Waldemar Acioli Rollemberg, Dr. — Recife
Carpóforo da Rocha Franco — Itabuna — Bahia
Cleômenes Campos — São Paulo
Constância de Souza Vieira — Estância
Demócrito de Vasconcelos Linhares, Dr. — Rio de Janeiro
Durval Rollemberg Rodrigues da Cruz, Dr. — Rio de Janeiro
Edison Nobre de Lacerda, Desemb. — Curitiba
Eleyson Cardoso, Dr. — Belém
Elifio Pedrosa da Rocha — Aracaju
Euvaldo Diniz Gonçalves — Aracaju
Fernando Garcez Vieira, Dr. — Aracaju
José Garcez Vieira — Aracaju
Flávio de Barros Pimentel — Rio Branco — Acre
Francisco de Araujo Machado, Gal. — Rio de Janeiro
Francisco de Avila Melo — Itabaianinha

Francisco Benício dos Santos — Bahia
Francisco Fontes Lima — Itabuna — Bahia
Francisco Muniz Barreto — Mococa — São Paulo
Francisco da Silveira Dória — Rio de Janeiro
Gabriel Benevides do Rosário — Bahia
Gélto de Araujo Lima, Gal. — Rio de Janeiro
Genaro da Mota Rabele — São Paulo
Gileno Amado, Dr. — Ilhéus — Bahia
Gileno da Silveira Lima, Dr. — Aracaju
Godofredo Diniz Gonçalves — Rio de Janeiro
Gonçalo Pinto de Mendonça — Rio de Janeiro
Gontran Reis, Dr. — São Paulo
Gontran de Souza — Rio de Janeiro
Gotardo Correia de Araujo — Bahia
Heleno de Barros Santiago, Dr. — Rio de Janeiro
Heráclito Dantas de Oliveira — Bahia
Herculio Porfírio de Brito, Dr. — Propriá
Jaime Pêrcles de Souza Guimarães, Dr. — Rio de Janeiro
João Alves de Carvalho — Bahia
João de Avila Lima — Belmonte — Bahia
João Fontes de Faria, Dr. — Rio de Janeiro
João de Matos Carvalho, Dr. — Simão Dias
Joaquim Sobino Ribeiro, Dr. — Aracaju
José de Brito Silva, Gal. — Rio de Janeiro
José de Côrtes Duarte — Aimorás — Minas
José Francisco Sobrinho — Itabuna — Bahia
José Prado Vasconcelos — Aracaju
José Quintillano da Fonseca Sobral — Aracaju
José Ramos de Andrade — Belmonte — Bahia
José da Silva Peixoto, Dr. — Neópolis
Júlio Cesar Leite, Dr. — Aracaju
Lauro de Melo Andrade, Dr. — Rio de Janeiro
Manoel Campos de Oliveira (Manuelito)

- Bahia
Manoel Gonçalves, Comendador — Neópolis
Manoel dos Passos Galvão Filho — Rio Branco — Acre
Manoel Prado Vasconcelos — Rio de Janeiro
Manoel Rollemberg Aguiar — Aracaju
Mário Cravo Junior, Dr. — Bahia
Mavíael Prudente de Souza — Santos — São Paulo
Melchisedeck Monte, Dr. — Rio de Janeiro
Miguel Benevides do Rosário — Ilhéus — Bahia
Newton Nabre de Lacerda, Dr. — João Pessoa
Nicodemus Barreto — Itabuna — Bahia
- Oscar Coelho e Melo — Santos — São Paulo
Paulo Nunes — Itabuna — Bahia
Pedro Mentalvão Amado, Dr. — Rio de Janeiro
Raul Schmidt, Dr. — Bahia
Robustiano da Silveira Góes — Bahia
Sancho de Barros Pimentel — Santos — São Paulo
Synval Coelho de Barros Melo — Santos — São Paulo
Tancredo de Souza Campos, Dr. — Aracaju
Teonilo Leite — Londrina — Paraná
Teodareta Camargo do Nascimento, Gal. — Rio de Janeiro
Tillemont Fonseca Andrade — Bahia
Virgílio Rezende — Rio de Janeiro

SÓCIOS EFETIVOS PERPÉTUOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1961

- Agenor Monte, Cel. — Rio de Janeiro
Alfredo do Amaral Rocha, Dr. — Santos — S. Paulo
Aloísio Calazans da Silveira — Bahia
Aloísio Garcia da Costa Barros, Desemb. Curitiba
Amadeu Queiroz Guimarães, Cel. — Rio de Janeiro
Anísio Dantas — Aracaju
Antão Correia de Andrade — Rio de Janeiro
Antenor Lúcio Coelho, Dr. — Rio de Janeiro
Antônio Carlos do Nascimento Junior, Cel. — Rio de Janeiro
Antônio Cid, Major — Rio de Janeiro
Antônio Franco Filho — Aracaju
Antônio Freitas, Monsenhor — Heliópolis — Minas
Antônio Joaquim de Figueiredo, Cel. — Rio de Janeiro
Antônio Leônidas Pereira Ferraz, Cel. — Rio
Antônio Soares Sabino de Melo — Rio de Janeiro
Antônio Sobral Sobrinho — São Simão — São Paulo
Aquilino Mascena — Aracaju
Arivaldo da Silveira Fontes, Cel. — Rio
Arnaldo da Silveira Faro — São Paulo
Artur Tavares de Souza — Simão Dias
- Austelino Rocha — Aracaju
Ayrton Valença Monteiro
Belmiro da Silveira Góes, Desemb. — Aracaju
Carlos João Silveira — Aracaju
Carlos Sudá de Andrade, Cel. — Rio de Janeiro
Cesar Ribeiro — Bahia
Cid Silveira Pacheco, Cel. — Rio de Janeiro
Claudon Vasconcelos — Santos — São Paulo
Cleóbulos Amazonas Duarte, Dr. — Santos — São Paulo
Darcy de Siqueira Vilça, Major — Rio de Janeiro
David Antônio da Silva Carneiro, Dr. — Paraná
Décio Garcez Vieira — Aracaju
Deusdeth Barbosa Amado — Juiz de Fora — Minas
Domingos Felix de Santana — Aracaju
Domingos Sávio Barreto de Andrade — Aracaju
Edgard Coelho — Aracaju
Edilberto de Souza Campos, Dr. — Rio de Janeiro
Edmundo Menezes Dantas, Dr. — Belo Horizonte
Enéas de Almeida Fontes — Rio de Janeiro

- Ernani de Souza Freire — Aracaju
Ernesto Leite Machado, Cel. — Recife
Euler José Ribeiro, Cel. — Aracaju
Ezequias Nunes — Rio de Janeiro
Fernando Dantas da Cruz — Itabuna —
Bahia
Fernando Duarte dos Santos — Aracaju
Fiel Menezes Dantas, Dr. — São Paulo
Floriano de Faria Amado, Cel. — Juiz
de Fora — Minas
Florival Brito — Rio de Janeiro
Francisco Soares Nascimento — Aracaju
Franklyn de Oliveira Ribeiro, Dr. —
Gabriel da Silveira Faro, Dr. — São Pau-
lo
Gaspar Fontes — Aracaju
Gastão Fonseca de Carvalho Rocha, Cel.
— Rio
Gervásio de Carvalho Prata, Desemb. —
Simão Dias
Ginaldo de Almeida Araujo
Heitor Leal — Aracaju
Helston Saraiva O'Reilly, Capitão — Rio
Heráclito de Oliveira Sampaio, Almirante
— Rio
Heraldo Menezes Santos —
Hernani Sávio Sobral, Dr. — Aracaju
Horácio Vieira de Melo —
Humberto Diniz Sobral, Dr. — Aracaju
Humberto de Souza Melo, Cel. — Rio de
Janeiro
Inocência Astério de Menezes Lins, Dr.
— Maceió
Inocência Nascimento — Simão Dias
Isaac Chapermann — Aracaju
Jaime Figueiredo, Dr. — Niterói
João Alberto da Rocha Franco, Major —
Rio
João Alfredo Libânio Guedes, Dr. — Rio
João Batista de Rezende — Ilhéus —
Bahia
João Cesar de Oliveira —
João Montalvão Matos — Aracaju
João Nunes de Andrade — Aracaju
João Tavares Filho, Cel. — Belo Hor-
izonte
Jonas de Moraes Correia Filho, Cel. —
Rio
Jonas de Moraes Correia Neto, Capitão —
Rio
Jocafá Carlos Borges, Dr. — Bahia
José Barreto Filho, Dr. —
José Benedito de Oliveira Bomfim, Dr. —
Rio
José Chaves Dantas — Manaus
José de Faro Menezes —
José Hermógenes de Andrade Filho, Ma-
jor — Rio
José Job de Carvalho — Bahia
José Luiz Bragança de Azevedo, Dr. —
Porto Alegre
José Motta Fernandes —
José Prata Góes — Aracaju
José Ramos de Moraes — Aracaju
José Rodrigues Bastos Coelho, Dr. — Rio
José Vieira Sobral, Cel. — Rio de Janei-
ro
Josias Ferreira Nunes — Propriá
Josias Vieira Dantas — Marum
Luciano da Silveira Amado — Rio
Luiz Carlos Rollemberg Dantas, Dr. —
Aracaju
Luiz Felipe da Silva Wiedmann, Cel. —
Rio
Luiz de Freitas Melo — Blumenau —
Santa Catarina
Luiz Gonzaga de Melo — Rio
Luiz Tenório de Brito, Cel. — São Paulo
Manuel de Aguiar, Dr. — Simão Dias
Manuel de Carvalho Barroso, Dr. — Rio
Manuel Cavalcante Proença, Cel. — Rio
Manuel Messias Aragão de Almeida —
Aracaju
Manuel de Oliveira Martins — Aracaju
Manuel da Silveira Dória — Bahia
Manuel Xavier de Figueiredo Monte, Dr.
— Propriá
Mário de Araujo Hora — Rio
Mauro de Faria Beker, Major
Melício de Souza Machado — Aracaju
Milton Pereira de Azevedo, Cel. — Ara-
caju
Milton Tiago de Melo — Lorena — São
Paulo
Moacir de Andrade Melo — Rio
Moacir Rabelo Leite, Dr. — Aracaju
Morency do Couto e Silva, Cel. — Rio
Murilo de Menezes Dantas — Aracaju
Oldemiro Ferreira, Capitão — Rio
Otávio Ismaelino de Castro, Cel. — Rio
Otávio da Silveira Sales, Desemb. —
Paulo Figueiredo Barreto — Aracaju
Raul de Freitas Melo, Dr. — Rio
Roger Pereira Coelho — Rio
Rogerio Gordilho de Faria — Bahia
Serafim Gonçalves de Oliveira — Aracaju
Sérgio Faria Lemos Fonseca —
Tácio Altino de Andrade — Porto Alegre
Telmo Saraiva Vaz, Major — Rio de Ja-
neiro

Terezinha de Castro, D. — Rio
Tito Valente de Avilez, Major — Rio
Umberto Peregrino Seabra Fagundes, Cel.
— Rio

Virgílio Pedro de Almeida — Belo Horizonte
Waldemar Mendonça — Aracaju
Walter de Assis Pereira Batista — Aracaju

SÓCIOS HONORÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1961

Alberto del Salas, Prof. — Buenos Aires
Alfredo Braquiriz Moreno, Prof. — Equador
Alfredo Galvão, Dr. — Rio de Janeiro
Altino Arantes Marques, Dr. — São Paulo
Alvino Vasconcelos — Santos — São Paulo
Ana Menezes, D. — Rio de Janeiro
Anilólio da Silva Vale — São Cristóvão
Augusto Alvaro da Silva, D. — Bahia
Augusto Cesar Leite, Dr. — Aracaju
Aurélio de Azevedo Barreto — Marum
Bruno Loba, Dr. — Rio de Janeiro
Carlos Benedito Ottoni, Dr. — Belo Horizonte
Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, D. — São Paulo
Daniel Villey, Prof. — Paris
Edgard da Cruz Cordeiro, Cel. — Rio de Janeiro
Edmundo Gutiérrez — Santiago — Chile
Edison Mota, Dr. — Rio de Janeiro
Estácio Valente de Lima, Dr. — Bahia
Eugênio Vilhena de Moraes, Dr. — Rio de Janeiro
Fernando Gomes dos Santos, D. — Goiás
Francisco de Sales Meira Sá, Desemb. — Rio de Janeiro
Gilberto Amado, Dr. — Rio de Janeiro
Gilberto Freire, Dr. — Recife
Gustavo Capanema, Dr. — Rio de Janeiro
Helena de Magalhães Castro, D. — São Paulo
Héllo Viana, Dr. — Rio de Janeiro
Henrique Deschamps — Paris
Hunald Santalor Cardoso, Desemb. — Aracaju

João Batista de Matos, General — Rio de Janeiro
João da Costa Pinto Dantas Junior, Dr. — Bahia
João Freire Ribeiro — Aracaju
João Pedro Cardoso, Dr. — São Paulo
José Carlos de Macedo Soares, Embaixador — Rio
José Maria Barreto, Dr. — Rio de Janeiro
Jesus Serôa da Mota, Dr. — Rio
Juarez do Nascimento Fernandes Távora, Marechal — Rio
Lourival Fontes, Dr. — Rio
Luiz da Câmara Cascudo, Dr. — Rio Grande do Norte
Manuel Pinto de Aguiar, Dr. — Bahia
Maria da Conceição Freire de Menezes, D. — Rio
Martinho Garcez Neto, Desemb. — Rio
Natan Chaves, Dr. — São Paulo
Nelson Romero, Dr. — Rio
Niceu Correia Dantas, Dr. — Aracaju
Oswaldo Teixeira, Dr. — Rio de Janeiro
Renato de Barros Franco — Bahia
Ricardo Coto, Prof. São José da Costa Rica
Robustinião Patron Costa — Buenos Aires
Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Dr. — Rio
Santiago Dias, Cel. — Córdoba — Argentina
Stela Gutmann Bicho, D. — Rio de Janeiro
Virgínio Santana, Dr. — Aracaju
Wencesláu Braz Pereira Gomes, Dr. — Itajubá — Minas

SÓCIOS CORRESPONDENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 1961

ALAGOAS (Maceió)

Anilólio Jayme d'Alávila de Melo, Dr.
Artur Bulhões

Francisco Tibúrcio da Silva Rizzo, Dr.
Luiz Lavanère Wanderley, Prof.
Nelson Vitor de Moraes Belo, Prof.
Teotônio Vilela Brandão, Dr.

BAHIA (Salvador)

Alfredo Gomes de Oliveira
Almirante Requião, Prof.
Antonieta de Aguiar Nunes, Prof.^a
Antônio de Araújo de Araújo Eulôa Sobrinho, Dr.
Antônio Carlos Brochado Príncipe, Jornalista
Antônio Carvelo Neto
Arnô Rodrigues Sandes
Arquimedes Pereira Guimarães, Dr.
Acacy Primardo Vieira Lima
Carlos Torres, Dr.
Daiva de Matos
Evando Ribeiro da Silva, Dr.
Everaldo Pedrosa Rocha
Henriqueta Martins Catarino
Jaime de Sá Menezes, Dr.
João da Costa Pinto Vitória, Dr.
José Calazans Brandão da Silva, Dr.
José Couto de Faria
Lauro Barreto Fontes, Dr.
Leopoldo Campos Monteiro, Dr.
Mário de Araújo Cabral, Dr.
Mário Torres, Dr.
Messias Tavares da Cruz
Nelson de Souza Oliveira, Dr.

CEARÁ (Fortaleza)

Augusto Pereira de Azevedo, Prof.
Carlyle Martins, Dr.
Hélio de Souza Melo, Dr.
Pêricles Souza de Carvalho Gama
Raimundo Girão, Dr.

RIO DE JANEIRO (Est. da Guanabara)

Abdon de Carvalho Lima, Prof.
Abelardo Gonçalves Torres, Dr.
Alexandre Passos da Silva, Prof.
Alôisio Prata
Antônio Simões dos Reis, Prof.
Carlos Alberto Campos Seabra, Dr.
Carlos Coelho Muniz
Carlos Garcia, Dr.
Cícero Sampaio
Cornélio da Silva Montelro
Cranger Cavalheiro de Oliveira, Major
Damião Mendonça de Santana, Coronel
Evaristo da Fonseca, Dr.
Exupero da Silva Monteiro
Fernando Valadão, Dr.
Floro Edmundo Freire, Dr.

Gastão Rusch, Dr.
Gileno Amado, Dr.
Ivan Mora Fontes, Dr.
Jaime Rollemberg de Lima
João Pereira de Oliveira, General
Joaquim Fraga Lima, Dr.
Joaquim Ribeiro, Dr.
José Arimatéa Pinto do Carmo, Dr.
José Claudio Fontes de Alencar, Dr.
Kurt Prober, Prof.
Levi Fernandes Carneiro, Dr.
Luiz Alves de Oliveira Belo, Comandante
Luiz de Castro Souza
Luiz do Prado Ribeiro, Dr.
Manuel Diegues Junior, Dr.
Miguel Costa Filho, Dr.
Osmundo Lima
Osvaldo Melo Braga de Oliveira, Dr.
Pascal Bandeira Moreira, Tenente
Paulo Orlando, Dr.
Paulo Xavier de Andrade Monte, Dr.
Pedro Alves dos Santos, Dr.
Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Dr.
Pedro Paulo Muniz Barreto de Araújo, Dr.
Rafael Xavier, Dr.
Raul Leal
Rosalvo Fernandes dos Santos, Dr.
Thier Fleming
Virgílio Correia Filho, Dr.

MARANHÃO (São Luiz)

José Tomás Gomes da Silva,

MINAS GERAIS (Belo Horizonte)

Aníbal Pinto Matos, Dr.
Antônio dos Santos Cabral, Dom
Copérnico Pinto Coelho, Dr.
Herculano Teixeira de Assunção, Coronel
José Guimarães, Dr.
Milton Xavier de Carvalho
Salomão de Vasconcelos

BELÉM (Pará)

Antônio Soares Santana

PARAÍBA (João Pessoa)

Antônio Bêto de Menezes, Dr.
Isidro Gomes da Silva, Dr.
João Carolano de Medeiros, Prof.

PARANÁ (Curitiba)

Artur Martins Franco, Dr.
Dicesar Plaisant, Dr.
Leocádio Cysneiros Correia, Dr.
Samuel Lupion Quadros

PERNAMBUCO (Recife)

Jordão Emerenciano, Dr.
Laura Barba, Dr.

PIAUI (Terezina)

Avelar Brandão Vilela, Dom

RIO GRANDE DO NORTE (Natal)

José Alves Landim, Monsenhor

RIO GRANDE DO SUL (Porto Alegre)

Dante de Laytano, Dr.
João Solano Macedônia Soares, Desambargador
José Gusmão de Andrade, Dr.
Rui Antônio da Silva Costa

PETRÓPOLIS (Estado do Rio)

Geraldo Mantadônio Bezerra de Menezes, Dr. (Niterói)
Guilherme Auler, Dr.
Pedro de Orleans e Bragança, Príncipe D.

SANTA CATARINA (Florianópolis)

Walter Fernando Piazza

SÃO PAULO (S.P.)

Antônio Carlos de Sales Junior, Dr.
Aurélio Vasconcelos de Almeida, Pe.
Asthos Paçano, Prof.
Carlos da Silveira, Dr.
Ciro Onésimo Maria Mondim Pestana, Dr.

Enzo da Silveira
Fausto Petraz, Prof.
Frederico de Barros Brotero, Dr.
Geraldo Cardoso de Melo, Dr.
João Cruz Costa, Dr.
José Busca de Oliveira Azevedo Filho, Dr.
José Carlos de Ataliba Nogueira, Dr.
José Catalino de los Rios, Dr.
José de Figueiredo Lobo, General
José Pedro Leite Cordeiro, Dr.
José Pereira Negrini, Tenente
Lúcia Rosales, Coronel
Luiz Amaral, Dr.
Luiz Carlos Sampaio de Mendonça
Luiz de Souza Freire Filho, Dr.
Maria da Conceição Martins Ribeiro, Dr.^a
Myrian Ellis, Dr.^a
Nicolina Bispo, Prof.^a
Rafael Pinheiro Ulhôa Cintra, Dr.
Roque Teófilo, Dr.
Salvador de Moya, Coronel
Stefânio de Farias Alves
Tita Lívia Ferreira, Prof. Dr.
Tomás Oscar Macedonas de Souza, Prof.
Waldemar Baroni Santos, Prof.
Maria Thetis Nunes, Prof.^a

EXTERIOR

Adamar Hora Dantas Brito, Dr.
Alfredo Válio
Alice Lardé de Venturino
Aristides Filiberto Valentino, Prof.
Casmine Manzi, Jornalista
Daniel Peña
Ernesto de la Torre Villar, Licenciado
Fidelino Figueiredo
Nicolas Antoine de Ligny, Príncipe de Luxemburg
Norberto de Castro y Tost, Conde
Odette Jacquemin, Mademoiselle
Pietro Amoroso de Aragona, Dr.
Serge Debarbieux, Prof. Dr.
Sylvain France
Tomás Fídias Jiménez, Dr.

Í N D I C E

1 — Descerrando a Cortina	3
2 — Capítulos de um livro inédito de memórias, pelo Dr. Pires Wynne	5
3 — José Sampaio o homem e a mensagem, pelo Prof. Nunes Mendonça	8
4 — Capitão-mor de Ilabaiana Luiz Barroso Pantoja — Fidalgo-cavalheiro birata, arruinado, pelo Prof. Sebrão Sobrinho	16
5 — O Condese e o planejamento da Economia Sergipana, pelo Prof. José Cruz	28
6 — Aos Agrônomos dos tempos novos, pelo Dr. Urbano de Oliveira Lima Neto	35
7 — Discurso proferido pelo desembargador João Dantas Martins dos Reis a 21 de Setembro de 1950, ao assumir o cargo de presidente do Tribunal de Justiça, para o qual foi eleito	53
8 — O assassinio do Dr. João Ladislau e Silva, por Zózimo Lima	60
9 — Correspondência Oficial do Governo da Província de Sergipe com o Governo Imperial	67
10 — Lendas Sergipanas	80
11 — Excursão à Província de Sergipe. Viajando para Aracaju no Rio Cotinguiba, Marum	82
12 — De Aracaju ao Rádiojornal	100
13 — Stalinismo no Brasil heterogêneo e o problema das terras, pelo Dr. Fernando Maia	109
14 — Os meus encontros com Jackson de Figueiredo, pelo Dr. J. Pires Wynne	113
15 — Explicando	115
16 — Veneráveis da Loja Cotinguiba, por Epifânio Dória	127
17 — Atas das Sessões do Instituto de 1953	166
18 — Sócios falecidos em 1961	190
19 — Revistas e anuários recebidos em 1961	201
20 — Cadastro Social (31-12-1961)	202

